DIAGNÓSTICO DE GESTÃO E PRODUÇÃO EM ENTIDADES COM ATIVIDADES EXTRATIVISTAS NO ESTADO DO CEARÁ

INSTITUTO VEREDAS DA CIDADANIA

Instituto Agropolos do Ceará

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

DIAGNÓSTICO DE GESTÃO E PRODUÇÃO EM ENTIDADES COM ATIVIDADES EXTRATIVISTAS NO ESTADO DO CEARÁ

Escanei o QR-Code e acesse

Power BI do Extrativismo

Escanei o QR-Code e acesse

Sistema do Diagnostico do extrativistas

Login: 18447576000167
Senha: ivc*2024

Fortaleza
2025

REALIZAÇÃO

Governo do Estado do Ceará
Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Instituto Agropolos do Ceará

EXECUÇÃO

Instituto Veredas da Cidadania

ENTIDADES E MOVIMENTOS PARCEIRAS

Cáritas Regional Ceará
CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria
ao Trabalhador e à Trabalhadora
ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria
FEPOINCE - Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará
CEQUIRCE - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará
RIS - Redes de Intercâmbio de Sementes
FETRAECE - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e
Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
COMTACTE - Cooperativa Mista de Trabalho Assessoria e Consultoria e
Técnico Educacional
Coletivo Cultural de Matriz Africana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Veredas da Cidadania
V489 MAPEAMENTO DOS BANCOS E CASAS DE SEMENTES CRIOULAS NO ESTADO DO CEARÁ / Instituto Veredas da Cidadania. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2025.

173 p. : il.

ISBN 978-65-5376-439-2

1. Sementes crioulas. 2. Soberania alimentar. I. Instituto Veredas da Cidadania. III. Título.

CDD 338.926

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

Secretaria de Desenvolvimento Agrário

Moisés Braz Ricardo
Secretário do Desenvolvimento Agrário

Marcos Jacinto Ricardo
Secretário Executivo do
Desenvolvimento Agrário

Taumaturgo Medeiros dos Anjos Júnior
Secretário Executivo do Planejamento
e Gestão Interna

Irineuda Monte Lopes
Secretária Executiva do Fomento
Produtivo e Agroecologia

Instituto Agropolos do Ceará

Francisco de Oliveira Rebouças Neto
Diretor Presidente

Nathizael Gonçalves Leandro
Diretor Técnico

Delanny Alves Pinheiro
Diretora Administrativa
Financeira

Instituto Veredas da Cidadania

Antônio Marcos Arcanjo da Silva
Diretor Presidente

Equipe Coordenação

Antônio Marcos Arcanjo da Silva
Rafael Ferreira da Silva
Rozane de Freitas Alencar

Grupo Técnico Científico

Graziela da Silva Barbosa
Rafael Ferreira da Silva
Rozane de Freitas Alencar
José Lima Castro Júnior

Equipe Técnica de Elaboração

Graziela da Silva Barbosa
Rafael Ferreira da Silva
Rozane de Freitas Alencar

Equipe Técnica de Campo

Adailton Marcos da Silva
Ana Cintia da Silva
Antônio Carlos Silva da Costa
Antônio José Laureano Valdevino
Antônio Mário de Maria
Antônio Nilson Alves Barbosa
Cícera Raquel F. Rodrigues
Cícero Reirison Dias Landin
Daniel Lima da Silva
Diemisson Lemos
Emerson Martins da Silva
Enio Veras de Araújo
Francisco José Monteiro do Carmo
Gaspar da Silva Alves
Gislene Maria Gomes Alves
Gleyse Martins Rocha
Hugo da Silva Souza
Itanael da Silva Rodrigues
Jairo da Silva Oliveira
João Paulo Gomes de Oliveira
Jonas Paz Duarte
José Alceli Alves de Oliveira
José Anderson Pinto Júnior
José Erislande Costa Silva Júnior
José Wallisson Silva dos Santos
Josimeire da Silva Lemos
Lorrany Kelly Pompeu Lima
Luan Magno Pereira da Silva
Luiz Felipe de Oliveira Reis
Luiz Ricardo César Oliveira
Raimundo Valdizio Daniel Lima
Roberta Paz Nunes
Samile Menezes Nunes
Samuel Maia Nogueira
Vítor Manoel Rodrigues de Sousa

APRESENTAÇÃO

O presente Documento Técnico do “Diagnóstico de Gestão e Produção em Entidades Extrativistas de babaçu, carnaúba, pequi e pesca artesanal nas 14 Regiões do Ceará”, oferece uma análise detalhada sobre o setor extrativista no estado, abordando aspectos institucionais, produtivos e socioeconômicos das entidades que atuam nessa atividade. O estudo baseia-se na aplicação de um Instrumental de Pesquisa, no qual foram levantadas informações sobre os principais tipos de extrativismo praticados.

Além disso, o Documento Técnico Final do diagnóstico contempla dados institucionais sobre o funcionamento das entidades, sua infraestrutura, gestão de recursos e governança, bem como a caracterização dos associados, considerando perfil demográfico, inclusão social e participação cultural. Também foram investigados aspectos produtivos e comerciais, como sazonalidade, dificuldades enfrentadas, oportunidades de mercado, acesso a financiamentos e assistência técnica.

Este Documento Técnico analisa as práticas de manejo, os potenciais econômicos e sociais do extrativismo, e os desafios enfrentados pelas entidades, oferecendo subsídios para fortalecer a sustentabilidade e a gestão do setor. As informações apresentadas visam identificar as potencialidades e as dificuldades, a fim de propor soluções estratégicas que promovam um desenvolvimento mais estruturado e sustentável, valorizando as comunidades extrativistas e seus modos de vida. O presente estudo visa contribuir para o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento que concilie preservação ambiental, crescimento econômico e bem-estar das populações extrativistas do Ceará, garantindo a continuidade das atividades para as futuras gerações.

Antônio Marcos Arcanjo da Silva

Presidente do Instituto veredas da Cidadania

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Adagri	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará
ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
AGROPOLOS	Instituto Agropolos do Ceará
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APs	Áreas Protegidas
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEARTE	Central de Artesanato do Ceará
CETRA	Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora
Ciiagro	Centro de Inteligência e Inovação da Agropecuária
CODEA	Coordenadoria do Desenvolvimento da Agroecologia dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas
Ematerce	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
Enel Ceará	Companhia Energética do Ceará S.A.
Faec	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IAC	Instituto de Arte e Cidadania do Ceará
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IFCE	Instituto Federal do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IVC	Instituto Veredas da Cidadania
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPF	Projeto Paulo Freire
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Resex	Reserva Extrativista
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAF	Sistema Estadual de Cadastro de Agricultores Familiares, Empreendedores Individuais e Empreendimentos Representativos
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SISAR	Fundação Araripe e a Sistema Integrado de Saneamento Rural
t/ton	Toneladas

GLOSSÁRIO

Agropecuária	Atividade econômica que envolve a agricultura e a criação de animais. Embora tenha impacto positivo na produção de alimentos e outros produtos, também é uma das principais causas do desmatamento e degradação ambiental.
Biodiversidade	A variedade de formas de vida na Terra, incluindo diferentes espécies de plantas, animais e microrganismos, bem como os ecossistemas aos quais pertencem. A preservação da biodiversidade é essencial para a sustentabilidade ambiental.
Ceras	Substâncias naturais extraídas de plantas, como a cera de carnaúba, usada para diversas finalidades, como na produção de cosméticos, produtos de limpeza e outros itens.
Extrativismo	Atividade que envolve a exploração dos recursos naturais, especialmente vegetais e animais, através da coleta ou apanha, visando uma produção sustentada ou de modo primitivo e itinerante, permitindo, em geral, uma única produção.
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Órgão federal responsável pela gestão das unidades de conservação no Brasil e pela implementação de políticas públicas voltadas à proteção da biodiversidade.
Pesca Artesanal	Atividade pesqueira realizada de forma tradicional, utilizando técnicas e ferramentas simples, sem o uso de grandes embarcações ou equipamentos industriais. Ela é fundamental para muitas comunidades costeiras e ribeirinhas.
Produtos Florestais Não Madeireiros	Produtos extraídos das florestas que não envolvem a derrubada de árvores, como as ceras, folhas e frutos, considerados essenciais para a conservação da biodiversidade e a economia de muitas comunidades rurais.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Áreas protegidas com o objetivo de promover o uso sustentável dos recursos naturais, ao mesmo tempo que garante a conservação da biodiversidade e o bem-estar das comunidades tradicionais que nelas habitam.
Reserva Extrativista (Resex)	Unidade de conservação destinada ao uso sustentável dos recursos naturais, sendo gerida por comunidades extrativistas. O reconhecimento como Resex garante acesso a políticas públicas e recursos para essas comunidades.
Silvicultores	Profissionais ou grupos envolvidos com a plantação, manejo e conservação de florestas, especialmente para a produção de madeira e outros recursos florestais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Regiões de Planejamento do estado do Ceará. Estado do Ceará. 2025. ..44
Figura 2. Layout do software das “Entidades Extrativistas – ICV”. Estado do Ceará. 2025 50
Figura 3. Layout da primeira página do software das “Entidades Extrativistas – ICV”. Estado do Ceará. 2025 51
Figura 4. Tipos de entidades identificadas no “Diagnóstico de Gestão e Produção em Entidades com Atividades Extrativistas nas 14 Regiões do Estado do Ceará”. Estado do Ceará. 2025.....52
Figura 5. Número de entidades extrativistas por “Região de Planejamento do Estado do Ceará”. Estado do Ceará. 2025 53
Figura 6. Distribuição das entidades por tipo de extrativismo no “Diagnóstico de Gestão e Produção em Entidades com Atividades Extrativistas nas 14 Regiões do Estado do Ceará”. Estado do Ceará. 2025 56
Figura 7. Evolução das Fundações de Entidades Extrativistas (1970-2024) a partir do “Diagnóstico de Gestão e Produção em Entidades com Atividades Extrativistas nas 14 Regiões do Estado do Ceará”. Estado do Ceará. 2025 59
Figura 8. Tipo de Iniciativa pela qual foi criada a Entidade Extrativista. Estado do Ceará. 2025 60
Figura 9. Proporção de Entidades Extrativistas com Veículo Próprio. Estado do Ceará. 2025 61
Figura 10. Distribuição da Presença de Assessoria Contábil e Jurídica nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 62
Figura 11. Presença de Assessoria Contábil e Jurídica Paga e Gratuita nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 63
Figura 12. Número de Entidades Extrativistas com Sócios que Pagam Taxa. Estado do Ceará. 2025 64
Figura 13. Periodicidade das Reuniões e Assembleias nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 65
Figura 14. Proporção de Entidades Extrativistas com Contratação de Mão de Obra Remunerada. Estado do Ceará. 2025 66
Figura 15. Distribuição das Atividades Extrativistas por Entidades com Contratação de Mão de Obra Remunerada. Estado do Ceará. 2025. 67
Figura 16. Distribuição de Gênero entre Presidentes de Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 68
Figura 17. Distribuição da Naturalidade dos Presidentes de Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025. 70
Figura 18. Escolaridade dos Presidentes(as) das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 71

Figura 19. Residência dos Presidentes(as) nos Imóveis das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 72
Figura 20. Tomadas de Decisão nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 ..74
Figura 21. Presença de Planejamento Estratégico ou Plano de Gestão nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 75
Figura 22. Ocorrência de Capacitação de Membros da Entidade Extrativista em Gestão, Organização e Liderança. Estado do Ceará. 2025 77
Figura 23. Ocorrência de Parcerias com ONGs, Governo ou Empresas para Fortalecimento da Gestão e Produção das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 78
Figura 24. Principais Fontes de Financiamento das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 80
Figura 25. Divisão de Tarefas e Responsabilidades entre os Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 81
Figura 26. Existência de Políticas de Inclusão Social (Participação de Mulheres. Jovens, Minorias) dentro das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 82
Figura 27. Participação das Entidades Extrativistas em Redes/Coletivos da sua Atividade Extrativista. Estado do Ceará. 2025 84
Figura 28. Associação Comunitária Vicente Gregório de Oliveira dos Agricultores e Pescadores de Santa Tereza II, em Pires Ferreira, no Sertão de Sobral.....86
Figura 29. Entidade extrativista “Colônia de Pescadores Profissionais Z-14 “ do município de Banabuiú no Sertão Central 87
Figura 30. Associação Comunitária Quilombola Jardim, em Sobral, no Sertão de Sobral 88
Figura 31. Pessoas com Deficiência (PcD) nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 91
Figura 32. Distribuição das Entidades Extrativistas com Adaptações de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD). Estado do Ceará. 2025 93
Figura 33. Tipos das Adaptações de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD) nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 93
Figura 34. Presença de Normas e Estatuto de Funcionamento nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 96
Figura 35. Disponibilidade de Auditório Próprio nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 100
Figura 36. Quantidade de Entidades Extrativistas com Acesso à Internet. Estado do Ceará. 2025 101
Figura 37. Quantidade de Entidades Extrativistas com Acesso à Internet Fixa. Estado do Ceará. 2025 102
Figura 38. Construção das Entidades Extrativistas realizada pelos Próprios Associados. Estado do Ceará. 2025 102

Figura 39. Classificação das Sedes das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 103
Figura 40. Disponibilidade de Energia Elétrica nos Imóveis das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 104
Figura 41. Tipo de Energia Elétrica nos Imóveis das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 105
Figura 42. Disponibilidade de Transformador de Energia nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 105
Figura 43. Cobertura de Atendimento por Agentes de Saúde nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 108
Figura 44. Ocorrência de Casos de Suicídios nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 110
Figura 45. Crianças Acima de Seis Anos Fora da Escola em Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 112
Figura 46. Crianças Acima de Seis Anos Fora da Escola em Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 112
Figura 47. Inclusão de Produtos Extrativistas na Merenda Escolar nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 113
Figura 48. Participação em Manifestações Artísticas e Culturais nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 114
Figura 49. Existência de Reserva Extrativista Comunitária nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 117
Figura 50. Número de Membros Cadastrados no Sistema Estadual de Cadastro de Agricultores Familiares, Empreendedores Individuais e Empreendimentos Representativos (SECAF) 118
Figura 51. Existência de Equipamentos/Ferramentas ou Maquinários para o Beneficiamento e o Processamento dos Produtos Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 123
Figura 52. Frequência dos Tipos de Pesca Artesanal no Estado do Ceará. 2025 ..128
Figura 53. Frequência do Uso de Embarcações Próprias, Próprias + Compartilhadas e Compartilhadas. Estado do Ceará. 2025 132
Figura 54. Existência de Atividade(s) Turística(s) Relacionada(s) ao Extrativismo da Pesca Artesanal. Estado do Ceará. 2025 135
Figura 55. Existência de Períodos de Defeso que Impactam a Pesca Artesanal nas Comunidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 136
Figura 56. Principais Mercados de Venda dos Produtos Derivados. Estado do Ceará. 2025 146
Figura 57. Entidades Extrativistas do Ceará Enfrentam Dificuldades de Acessar Novos Mercados. Estado do Ceará. 2025 148

Figura 58. Quantidade de Entidades Extrativistas com Acesso a Linhas de Crédito ou Financiamento para Apoiar as Atividades de Extrativismo. Estado do Ceará. 2025.. 150
Figura 59. Entidades Extrativistas com Dificuldades no Acesso a Financiamentos e Recursos. Estado do Ceará. 2025 151
Figura 60. Entidades Extrativistas com Dificuldades na Gestão de seus Recursos Financeiros e Humanos. Estado do Ceará. 2025 152
Figura 61. Orientação Profissional Recebida pelas Entidades Extrativistas/ Comunidades. Estado do Ceará. 2025 154
Figura 62. Tipos de Orientação Profissional Recebida pelas Entidades Extrativistas/ Comunidades. Estado do Ceará. 2025 155
Figura 63. Necessidade de Assistência Técnica para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 163
Figura 64. Necessidade de Capacitação para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 164
Figura 65. Necessidade de Crédito para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 165
Figura 66. Necessidade de Comércio para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 166
Figura 67. Outras Necessidades para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 167
Figura 68. Entidades Extrativistas que Realizam Atividades de Educação Ambiental ou Conscientização entre os Membros e a Comunidade. Estado do Ceará. 2025 168
Figura 69. Existência de Práticas Sustentáveis ou Programas de Preservação dos Recursos Extrativistas Implementadas pela Entidade. Estado do Ceará. 2025 169
Figura 70. Participação das Entidades Extrativistas em Iniciativas de Conservação da Biodiversidade. Estado do Ceará. 2025 172
Figura 71. Existência de Acompanhamento Técnico para Garantir Práticas Sustentáveis de Extrativismo. Estado do Ceará. 2025 172
Figura 72. Adoção de Práticas Voltadas para o Manejo Agroflorestal ou Agroecológico pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Levantamento do número de entidades por municípios, distritos e localidades e número de sócios nas 14 regiões do estado do Ceará. Estado do Ceará. 2025 54
Quadro 2. Levantamento do número de entidades e seus respectivos municípios nas 14 regiões do estado do Ceará. Estado do Ceará. 2025 … 55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Faixas de Valor das Taxas Pagas pelos Sócios nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025..... 64
Tabela 2. Distribuição de Faixa Etária dos(as) Presidentes(as) das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 69
Tabela 3. Distribuição do Início de Mandato dos(as) Presidentes(as) das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 73
Tabela 4. Distribuição do Término de Mandato dos(as) Presidentes(as) das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 73
Tabela 5. Tipos de Capacitação em Gestão, Organização e Liderança Recebidos pelos Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 78
Tabela 6. Tipos de Parcerias Estabelecidas com ONGs, Governo e Empresas para o Fortalecimento da Gestão e Produção das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 79
Tabela 7. Divisão de Tarefas e Responsabilidades entre os Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 83
Tabela 8. Identificação das Redes/Coletivos da sua Atividade Extrativista. Estado do Ceará. 2025 85
Tabela 9. Tipo de Comunidade das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 ...86
Tabela 10. Medidas de Posição do Número de Integrantes das Entidades Extrativas por Faixa Etária. Estado do Ceará. 2025 90
Tabela 11. Sexo/Gênero dos Integrantes das Entidades Extrativas. Estado do Ceará. 2025 90
Tabela 12. Raça/Cor dos Integrantes das Entidades Extrativas. Estado do Ceará. 2025 91
Tabela 13. Distribuição dos Tipos de Deficiência nas Entidades Extrativas. Estado do Ceará. 2025 92
Tabela 14. Finalidade das Entidades Extrativas no Estado do Ceará. 2025 95
Tabela 15. Normas e Estatuto de Funcionamento nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 97
Tabela 16. Opções de Seleção do Núcleo Gestor das Entidades Extrativistas. Estado

do Ceará. 2025 99
Tabela 17. Infraestrutura Física: Área e Distribuição de Cômodos nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 99
Tabela 18. Origem das Instalações das Entidades Extrativistas não Construídas pelos Associados. Estado do Ceará. 2025 103
Tabela 19. Fontes de Recursos Hídricos existentes nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 106
Tabela 20. Distância para o Posto de Saúde e Hospital mais Próximos das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 108
Tabela 21. Periodicidade de Obtenção de Recursos Hídricos nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 109
Tabela 22. Distância da Entidade Extrativista para a Creche, a Escola de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Universidade ou Instituto Federal mais Próximo. Estado do Ceará. 2025 111
Tabela 23. Tipos de Manifestações Artísticas e Culturais Presentes nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 114
Tabela 24 . Produtos Extrativistas Vinculados aos Associados das Entidades Agrícolas e Não Agrícolas. Estado do Ceará. 2025 115
Tabela 25. Armazenamento dos Produtos Extrativistas nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 119
Tabela 26. Principais Produtos Derivados Comercializados pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 120
Tabela 27. Formas de Extração e Manejo dos Produtos Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 122
Tabela 28. Presença de Equipamentos, Ferramentas ou Maquinários Destinados para o Beneficiamento e o Processamento dos Produtos Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 124
Tabela 29. Principais Dificuldades Enfrentadas nas Atividades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 124
Tabela 30. Principais Potenciais para as Atividades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 126
Tabela 31. Principais Alternativas de Solução para as Atividades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 127
Tabela 32. Principais Espécies de Peixes e Mariscos Capturados. Estado do Ceará. 2025 129
Tabela 33. Principais Métodos de Pesca Utilizados pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 130
Tabela 34. Principais Métodos de Pesca Utilizados pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 130

Tabela 35. Distribuição dos Tipos de Embarcações Utilizadas por Pescadores Artesanais. Estado do Ceará. 2025 133
Tabela 36. Principais Destinos Gastronômicos da Produção de Pesca Artesanal na região. Estado do Ceará. 2025 134
Tabela 37. Período de Defeso: Tempo, Espécies Afetadas, Justificativas e Impactos Socioculturais nas Comunidades das Entidades Extrativistas de Pesca Artesanal. Estado do Ceará. 2025 137
Tabela 38. Principais Desafios Enfrentados na Pesca Artesanal. Estado do Ceará. 2025 138
Tabela 39. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês do Babaçu nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 140
Tabela 40. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês da Carnaúba nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 141
Tabela 41. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês do Pequi nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 142
Tabela 42. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês da Pesca Artesanal de Camarões nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 143
Tabela 43. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês da Pesca Artesanal de Caranguejos nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 ...143
Tabela 44. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês da Pesca Artesanal de Mariscos nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 144
Tabela 45. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês da Pesca Artesanal de Peixes nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 145
Tabela 46. Principais Canais de Vendas Utilizados pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 147
Tabela 47. Tipos de Precificação dos Produtos Derivados das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 149
Tabela 48. Dificuldades enfrentadas no acesso ao crédito ou financiamento. Estado do Ceará. 2025 151
Tabela 49. Empresas Responsáveis pela Orientação Profissional nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 155
Tabela 50. Tempo de Assistência Técnica Recebida pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 156
Tabela 51. Frequência Atual das Visitas das Empresas/Instituições que Prestam Assistência Técnica às Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 157
Tabela 52. Frequência de Participação dos Membros das Entidades Extrativistas em Cursos e Orientações Técnicas. Estado do Ceará. 2025 158
Tabela 53. Órgãos, Entidades e Empresas Responsáveis pela Promoção de Cursos e Orientações Técnicas para Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará, 2025 160

Tabela 54. Metodologias Utilizadas nos Cursos e Orientações Técnicas para Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará, 2025 161
Tabela 55. Distribuição da Carga Horária dos Cursos e Orientações Técnicas para Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 162
Tabela 56. Necessidades Identificadas em Relação à Assistência Técnica para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 163
Tabela 57. Atividades de Educação Ambiental ou Conscientização entre os Membros e a Comunidade das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 168
Tabela 58. Práticas Sustentáveis de Manejo dos Recursos Extrativistas Implementadas pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 170
Tabela 59. Principais Desafios Ambientais Enfrentados pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 171
Tabela 60. Tipos de Acompanhamento Técnico para Garantir Práticas Sustentáveis de Extrativismo pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 173
Tabela 61. Práticas Direcionadas ao Manejo Agroflorestal ou Agroecológico pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 175
Tabela 62. Distribuição da Importância das Entidades Extrativistas para o Desenvolvimento Sustentável Agroecológico. Estado do Ceará. 2025 176
Tabela 63. Principais Desafios Enfrentados pelas Entidades Extrativistas nos Últimos Anos. Estado do Ceará. 2025 178
Tabela 64. Oportunidades Identificadas pelas Entidades Extrativistas para Aperfeiçoar a Produção e Comercialização dos Produtos Extrativistas. Estado do Ceará. 2025....179
Tabela 65. Necessidades Identificadas pelas Entidades Extrativistas para Aperfeiçoar sua Gestão e Produção. Estado do Ceará. 2025 180
Tabela 66. Metas e Perspectivas das Entidades Extrativistas para os próximos 05 (cinco) anos. Estado do Ceará. 2025 181
Tabela 67. Impactos Econômicos e Sociais da Criação das Entidades para os Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 182
Tabela 68. Formas de Atuação das Instituições Governamentais e Não Governamentais na Melhoria e Otimização das Atividades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025 ...183
Tabela 69. Perspectivas de Negócios das Entidades Extrativistas para os Próximos Anos, Considerando Tendências e Inovações no Setor Agropecuário. Estado do Ceará. 2025 184

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19

2 BASE CONCEITUAL – EXTRATIVISMO E SUSTENTABILIDADE: HISTÓRIA, IDENTIDADE, AGROECOLOGIA E DESAFIOS NA AGRICULTURA FAMILIAR ..24

2.1 A Atividade Extrativista: História 29

2.2 O Extrativismo no Ceará: Identidade e Território 30

2.3 Os Extrativismos do Babaçu, Carnaúba, Pequi e Pesca Artesanal na Agricultura Familiar, no Ceará e no Brasil 32

2.4 Extrativismos e Agroecologia 38

2.5 Desafios Comerciais da Prática, Geração de Renda, Qualidade de Vida e Sustentabilidade 40

3 METODOLOGIA 43

3.1 Natureza e Cronograma da Pesquisa 43

3.2 Escopo e Delimitação da Pesquisa 44

3.3 Base de Dados 48

3.4 Instrumental de Pesquisa 48

3.5 Processo de Coleta de Dados 49

3.6 Reunião de Sensibilização e Diagnóstico 49

3.7 Processamento e Análise dos Dados 50

4 DISCUSSÃO DOS DADOS 51

4.1 Identificação das Entidades com Atividades de Extrativismo 51

4.2 Gestão e Governança 74

4.3 Tipo de Comunidade 86

4.4 Saúde 107

4.5 Educação 110

4.6 Atividade Produtiva 115

4.7 Comercialização e Financiamento 145

4.8 Assistência Técnica e Extensão Rural 153

4.9 Aspectos Socioambientais 167

4.10 Desafios e Perspectivas 177

5 CONSIDERAÇÕES 185

REFERÊNCIAS 187

APÊNDICES 199

APÊNDICE A – INSTRUMENTAL DE PESQUISA 199

APÊNDICE B – BASE DE DADOS DAS ENTIDADES 216

1 INTRODUÇÃO

A atividade extrativista, que engloba o extrativismo vegetal, animal e mineral, exige conhecimentos específicos e diferentes níveis de intencionalidade para garantir a preservação, manutenção e promoção do estoque de espécies exploradas, contribuindo para a sustentabilidade dos recursos naturais (Silva; Miguel, 2014). Nesse contexto, o conceito de extrativismo, segundo o IBGE (2023a), refere-se ao processo de utilização de recursos vegetais nativos por meio da coleta ou apanha de produtos de forma racional, permitindo a obtenção de produções sustentadas ao longo do tempo, ou de modo primitivo e itinerante, possibilitando, geralmente, apenas uma única produção.

O extrativismo vegetal engloba a extração de produtos ou subprodutos de plantas, como madeira, frutos, cascas, folhas, seivas e ervas; o extrativismo animal é relacionado à pesca artesanal e à caça de animais silvestres e aves; e o extrativismo mineral envolve a retirada de recursos minerais do subsolo, muitas vezes associada ao garimpo, caracterizado pelo uso de métodos, costumes e equipamentos rudimentares (Freitas, 2019). Além de seu papel econômico, o extrativismo exerce uma função categórica na sustentabilidade ambiental e social de várias regiões brasileiras, incluindo o estado do Ceará. Este setor impacta positivamente a vida de milhares de famílias, preservando tradições culturais, promovendo a conservação da biodiversidade e oferecendo uma alternativa de subsistência às comunidades rurais (Almeida, 2015).

Historicamente, o Brasil tem sido amplamente reconhecido e reverenciado por sua riqueza em recursos naturais, sendo considerado o país com a maior biodiversidade do planeta (Bound, 2008). O estado do Ceará destaca-se como um dos principais polos de produção extrativista no país, possuindo uma diversidade econômica e ambiental significativa. De acordo com dados do IBGE (2023b), o setor extrativista movimentou, aproximadamente, R$ 286.144 mil reais no estado em 2023. Os principais produtos incluem a cera e o pó da carnaúba, os frutos e a amêndoa do babaçu e do pequi, totalizando R$ 84.985. Os números ilustram a relevância econômica dessa atividade no Ceará: foram produzidas 510 toneladas de cera e 6.519 t de pó de carnaúba. Além disso, a extração vegetal contabilizou 3.073 t de frutos e 197 t de amêndoas de pequi, enquanto a amêndoa do babaçu atingiu 69 t. Com relação à pesca artesanal, foram registrados 30.977 pescadores no estado, dos quais 30.915 atuam na pesca artesanal e 62 na pesca industrial (MPA, 2024). Esses valores são expressivos quando comparados à produção de outras regiões, evidenciando o potencial competitivo do Ceará no setor extrativista.

O extrativismo de produtos florestais não madeireiros, como ceras e folhas, é considerado uma alternativa para a conservação da biodiversidade, contribuindo para a proteção das áreas naturais ao evitar usos mais destrutivos da terra, como o desmatamento e a expansão agropecuária (Wadt et al., 2005). Além disso, contribui para

a melhoria da qualidade de vida de muitas comunidades rurais, como as comunidades quilombolas e ribeirinhas e os povos indígenas, que passam a incrementar sua renda por meio da comercialização dos produtos coletados, cuja importância desta atividade é ainda maior nas comunidades mais carentes (Ticktin, 2004). No caso do Ceará, o extrativismo não apenas fortalece a economia local, mas também valoriza o uso sustentável dos recursos naturais, promovendo a integração entre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental (SDA, 2022).

Dessa forma, a atividade extrativista resulta em importante fonte de complementação de renda para inúmeras comunidades por meio da comercialização de frutos frescos ou processados para produção de farinhas, óleos e carvão. Esses produtos são destinados a nichos específicos de mercado vinculados a valores culturais, em geral não relacionados com a produção em larga escala comercial. No entanto, pelo fato da atividade extrativista demandar bastante esforço físico no campo e retorno financeiro limitado (Cardoso et al., 2020). Essas práticas têm um papel essencial na preservação dos saberes tradicionais e na conservação ambiental, sendo intrinsecamente ligadas à identidade cultural e ao manejo sustentável dos recursos naturais. Reconhecer e valorizar os povos tradicionais como especialistas na gestão ambiental é indispensável para assegurar seus direitos ao uso e à preservação de seus territórios (Queiroz; Fonseca, 2023).

Além disso, a migração das gerações mais jovens para áreas urbanas acentua o envelhecimento da população rural, o que impacta negativamente a capacidade produtiva das comunidades extrativistas. Para ampliar a capacidade produtiva das comunidades extrativistas é importante investir em políticas públicas e iniciativas que tornem o extrativismo mais atraente, rentável e viável. Isso pode incluir o uso de tecnologias para reduzir a carga de trabalho, a diversificação dos produtos extrativistas e o fortalecimento de cadeias produtivas que valorizem esses itens no mercado nacional e internacional.

Portanto, o futuro do extrativismo depende de estratégias integradas que aliem desenvolvimento econômico, inovação e valorização cultural, garantindo que as práticas tradicionais sejam preservadas e continuem a beneficiar as comunidades e o meio ambiente de forma sustentável.

Outra questão é a falta de reconhecimento oficial das comunidades como extrativistas. Em levantamento realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foram identificadas comunidades no estado cearense que realizam atividades extrativistas, mas que ainda não são legalmente reconhecidas como Reserva Extrativista (Resex) ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), sendo assim chamadas de “comunidades invisíveis”. O processo de criação de uma Resex começa necessariamente com um pedido da própria comunidade, que se auto-reconhece como tal[1] (Rodrigues; Rodrigues, 2019).

1 O reconhecimento como Resex é fundamental para garantir o acesso a políticas

A primeira Reserva Extrativista criada no Ceará foi a Resex do Batoque (Aquiraz), uma reserva típica de pescadores artesanais. A reserva situa-se no litoral cearense, na divisa com Pindoretama e Cascavel. a apenas 55 quilômetros de Fortaleza e tem pouca infraestrutura, onde a comunidade de moradores sobrevive da agricultura familiar e da pesca (Mesquita, 2015).

No contexto da regularização fundiária dessas reservas, Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) desempenha um papel fundamental na regularização fundiária e na garantia dos direitos territoriais das comunidades tradicionais no Ceará. Em março de 2024, a Resex Prainha do Canto Verde, em Beberibe, recebeu a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), garantindo maior segurança jurídica aos moradores. Essa conquista, resultado da parceria entre IDACE, ICMBio e Instituto Terramar, fortalece a proteção territorial e a preservação do modo de vida tradicional da comunidade. A atuação do IDACE na regularização de reservas extrativistas no estado é essencial para promover a sustentabilidade ecológica, econômica e cultural dessas comunidades (IDACE, 2024).

Além dessas ações, o Governo do Estado tem avançado na regulamentação dos territórios tradicionais. Em âmbito estadual, o Decreto nº 36.036, de 2024, regulamenta a Lei nº 17.533/2021, dispondo sobre a regularização dos territórios de povos e comunidades tradicionais no Ceará. Esse marco legal estabelece modalidades de destinação de terras públicas estaduais, incluindo reservas extrativistas estaduais, reforçando o compromisso do estado com a proteção e a promoção dos direitos dessas comunidades (CEARÁ, 2024).

Assim, a fragilidade organizativa, somada às carências socioeconômicas e à ausência de instituições de apoio, expõe as comunidades extrativistas a uma série de vulnerabilidades. Entre elas, destacam-se a exploração por patrões e usurpadores, que frequentemente se apropriam de boa parte do valor gerado pela produção comunitária, perpetuando ciclos de pobreza e submissão. Diante disso, a organização é decisiva para as comunidades extrativistas, pois poderá promover o bem-estar comunitário ao reduzir a dependência dos intermediários na comercialização da produção (Silva et al., 2015).

A organização comunitária é um elemento fundamental para transformar a realidade das comunidades extrativistas, pois capacita os agricultores extrativistas, amplia seu acesso a informações e tecnologias e reduz a dependência de intermediários na comercialização de seus produtos. Dessa forma, a organização comunitária pode contribuir para romper ciclos de pobreza e exploração, ao mesmo tempo em que promove um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, alinhado tanto aos interesses das comunidades quanto à preservação dos recursos naturais.

---

públicas, incluindo a destinação de 30% do FNDE, via Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, para a compra de produtos da agricultura familiar, beneficiando extrativistas, silvicultores, aquicultores, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (Rodrigues; Rodrigues, 2019).

A realização de um diagnóstico de gestão e produção em entidades com atividades extrativistas é uma etapa importante para identificar as principais dificuldades e potencialidades do setor. Uma gestão eficaz é fundamental para assegurar a sustentabilidade e a eficiência das atividades extrativistas. Além disso, a adoção de práticas produtivas adequadas pode aumentar significativamente a produtividade e a qualidade dos produtos extrativistas, ao mesmo tempo em que contribui para a conservação ambiental, reforçando o papel do extrativismo como uma atividade sustentável e alinhada às necessidades do mercado (Silva, 2017).

Em suma, o extrativismo no Ceará é uma atividade de grande importância para o desenvolvimento sustentável das 14 regiões do estado. Sua contribuição econômica, ambiental e cultural reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem a prática sustentável e promovam o fortalecimento das comunidades extrativistas. Nesse sentido, para que as políticas públicas possam traçar estratégias eficientes é necessário compreender o meio como as associações que reusam essas atividades, perceber o cenário de desafios, abranger ações voltadas para fortalecer a agricultura familiar e, consequentemente, aumentar a geração de renda dos agricultores extrativistas envolvidos com as culturas do babaçu, da carnaúba, do pequi e da pesca artesanal.

Diante do potencial econômico, social e ambiental do extrativismo no estado do Ceará, realizou-se esse diagnóstico de gestão e produção em entidades com atividades extrativistas da carnaúba, do babaçu, do pequi e da pesca artesanal nas 14 macrorregiões do estado, de forma a embasar e elaborar ações para fortalecerem a agricultura familiar, promoverem a ampliação da geração de renda no campo e contribuírem para o desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas. Para isso, foram identificadas e analisadas práticas de manejo sustentável e mapeados os principais desafios e oportunidades em entidades com atividades extrativistas da carnaúba, do babaçu, do pequi e da pesca artesanal nas 14 macrorregiões do estado do Ceará. Além disso, foi avaliada a gestão organizacional dessas entidades, compreendida a dinâmica de mercado dos produtos extrativistas e gerado conhecimento sobre o funcionamento dos sistemas de produção e sobre as entidades atuantes nas localidades.

Por fim, foram identificadas e propostas estratégias de desenvolvimento para fortalecer os sistemas de produção extrativista. Ao gerar conhecimento sobre os sistemas de produção e propor estratégias de melhoria, esta iniciativa poderá criar um alicerce para o fortalecimento das atividades extrativistas e a valorização das comunidades envolvidas. Diante desse contexto, este trabalho buscou analisar o extrativismo e sua relação com a sustentabilidade, considerando sua história, identidade territorial e desafios enfrentados na agricultura familiar.

Para isso, o estudo apresenta, inicialmente, uma base conceitual sobre o tema.

Em seguida, aborda a trajetória da atividade extrativista, com foco nas 14 regiões de planejamento do estado do Ceará, destacando a identidade e o território das comunidades extrativistas, além da importância dos recursos como babaçu, carnaúba, pequi e pesca artesanal. O estudo apresentava como objetivo geral, a realização do diagnóstico de gestão e produção nas entidades com atividades extrativistas da carnaúba, do babaçu, do pequi e da pesca artesanal, abrangendo as 14 regiões de planejamento do Ceará, visando a elaboração de ações para o fortalecimento da agricultura familiar e de ampliação da geração de renda no campo.

Enquanto que os objetivos específicos consistiram em identificar as entidades que desenvolvem atividades extrativistas da carnaúba, do babaçu, do pequi e da pesca artesanal pesca artesanal nas 14 regiões cearenses; reconhecer o processo de gestão organizacional; levantar os tipos de orientações técnicas e/ou capacitações recebidas, as necessidades de outros serviços para fomento; compreender a dinâmica das atividades produtivas e os processos de comercialização dos produtos; sistematizar informações sobre o funcionamento dos sistemas de produção e sobre as entidades existentes em localidades participantes dos simpósios realizados nos anos de 2023 e 2024 nas 14 regiões; mapear desafios e oportunidades, além de identificar práticas de manejo sustentável.

Além disso são discutidas as conexões entre extrativismo e agroecologia, bem como os desafios comerciais, a geração de renda e a qualidade de vida das populações envolvidas. A metodologia aborda a natureza da pesquisa, o escopo, a base de dados e os instrumentos de coleta e análise. Por fim, os resultados são discutidos considerando assistência técnica, aspectos socioambientais e desafios do extrativismo, concluindo com reflexões sobre os seus impactos e desafios no desenvolvimento sustentável. Além disso, o estudo conta com referências que fundamentam a discussão e apêndices que complementam a análise com informações detalhadas.

2 BASE CONCEITUAL – EXTRATIVISMO E SUSTENTABILIDADE: HISTÓRIA, IDENTIDADE, AGROECOLOGIA E DESAFIOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

O extrativismo pode ser compreendido como o ato de retirar os recursos vegetais, minerais e animais nativos por meio de práticas de coleta ou apanha de produtos. Quando realizado de forma sustentável, permite a produção contínua ao longo do tempo; por outro lado, métodos primitivos e itinerantes, geralmente viabilizam apenas uma única produção (IBGE, 2023a). O extrativismo vegetal, mineral e animal exigem conhecimentos associados e envolve diversos níveis de intencionalidade relacionados à manutenção e promoção do estoque de determinadas espécies exploradas (Silva; Miguel, 2014).

No contexto brasileiro, o extrativismo desempenha uma atividade essencial na economia e na sustentabilidade ambiental de diversas regiões brasileiras, incluindo o estado do Ceará. Estima-se que esse setor também seja fundamental pelo seu impacto social e ambiental, ao sustentar milhares de famílias, preservar tradições culturais e por contribuir significativamente na conservação da biodiversidade (Almeida, 2015).

A prática do extrativismo no estado do Ceará desempenha uma atividade relevante no desenvolvimento socioeconômico da região, contribuindo significativamente para a subsistência de comunidades rurais, como quilombolas, indígenas e ribeirinhas, e na preservação do meio ambiente. A coleta e o aproveitamento sustentável de recursos naturais, como resinas, ceras, folhas e outros produtos da biodiversidade, têm se mostrado essenciais para a geração de renda, além da manutenção das tradições culturais locais (Souza et al., 2018). Contudo, desafios relacionados à gestão e à produção continuam a limitar o potencial pleno desse setor.

O Ceará é reconhecido por sua rica diversidade ambiental, ecológica e cultural (IVC, 2024a), que se manifesta em uma ampla gama de produtos extrativistas. Dentre eles, nos detivemos ao babaçu, à carnaúba, ao pequi e à pesca artesanal que contribuem significativamente para a economia local e são fundamentais para a preservação de tradições culturais e práticas sustentáveis destinadas à manutenção do equilíbrio ecológico da região. Diante da escolha de investigar o diagnóstico de gestão e produção de entidades com atividades extrativistas, este documento aborda quatro categorias presentes no estado do Ceará: o babaçu, a carnaúba, o pequi e a pesca artesanal.

O babaçu (*Orbignya phalerata* Mart.) é uma palmeira nativa do Brasil que possui uma presença expressiva em vários estados do país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste (Lima et al., 2007). Além das aplicações diretas para as comunidades locais, o babaçu possui uma elevada adaptabilidade em diversas áreas, bem como sua ampla distribuição geográfica e expressiva importância econômica e social. Além disso, suas propriedades medicinais e farmacológicas abrem portas para aplicações terapêuticas variadas, contribuindo, assim, tanto para a saúde humana quanto à

preservação do meio ambiente e ao sustento das comunidades locais (Santos et al., 2023).

Além disso, o babaçu serve para diversos fins, seja material ou imaterial, porém com maior preferência, na atualidade, pelo desenvolvimento do óleo de babaçu (Pereira, 2019; IVC, 2024b). A sua cadeia produtiva é uma das mais importantes cadeias produtivas da sociobiodiversidade e representativas do extrativismo vegetal no Brasil (Carrazza; Silva; Ávila, 2012; ISPN, 2023).

A atividade extrativista do babaçu é realizada predominantemente por mulheres, conhecidas como “quebradeiras de coco babaçu”, nos estados do Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí e Tocantins, embora tenha a participação dos homens em determinados momentos. É uma atividade considerada secundária, cuja safra coincide com a entressafra da chamada roça. A atividade do babaçu, que é aproveitado integralmente pelas famílias, não se restringe à coleta, à quebra e à venda das amêndoas (Shiraishi Neto, 2017).

Historicamente, a exploração do babaçu foi marcada por disputas territoriais e desigualdades. No entanto, existem várias leis que regulamentam e protegem essa atividade no Brasil. A Lei Sarney (Lei Nº 2.979/1969) consolidou a apropriação privada das áreas com babaçuais, modernizando o setor agrário maranhense e garantindo aos fazendeiros condições de acúmulo das árvores, afastando a moradia das “quebradeiras de coco babaçu” das áreas de acesso às palmeiras (Amaral Neto, 2019), dificultando o acesso dessas comunidades aos recursos naturais essenciais para sua subsistência (Shiraishi Neto, 2017).

Em contrapartida, a Lei do Babaçu Livre protege o acesso das comunidades agroextrativistas às palmeiras de babaçu e regula práticas de exploração sustentável, instituída em diferentes momentos e níveis de governo (Lei Nº 05/97, no Município de Lago do Junco; Lei Nº 1/2003, no Município de Paia Norte). Além disso, essa lei proíbe a derrubada das palmeiras, o uso de agrotóxicos por pulverização, queimadas e o corte do cacho do coco inteiro, preservando assim a reprodução e a vida das palmeiras. Ademais, ela assegura que as “quebradeiras de coco babaçu” possam continuar suas práticas tradicionais de forma sustentável, beneficiando tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais. Assim, enquanto a Lei Sarney beneficiou grandes proprietários e empresas, a prática extrativista do babaçu sustenta comunidades tradicionais, promovendo a economia local e a inclusão social (Caselli et al., 2018).

No Ceará, apesar da falta de legislação específica para proteger o babaçu, diretrizes da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) promovem práticas sustentáveis e protegem áreas naturais da palmeira. Além dessas iniciativas governamentais, organizações e fundações atuam na promoção do uso sustentável do babaçu, como a Fundação de Formação, Pesquisa e Difusão Tecnológica para uma Convivência Sustentável com o Semiárido (Fundação

Mussambê). Essa instituição tem orientado a Associação Pró-Desenvolvimento Rural de Guaribas, localizada no município do Crato, na região sul do estado. Através dessa parceria, tem-se estimulado a organização comunitária, a criatividade e a introdução de novas técnicas de produção e beneficiamento, garantindo mais eficiência no aproveitamento do babaçu e a sustentabilidade da atividade extrativista (DIÁRIO DO NORDESTE, 2007). A maioria das famílias depende de programas governamentais, aposentadoria e agricultura, com o babaçu complementando a renda. O coco *in natura* é utilizado como combustível e as amêndoas são extraídas para a indústria alimentícia e de cosméticos, que produzem óleo e sabão (Porro, 2019; Sousa, 2022).

A carnaúba (*Copernicia prunifera* (Miller) H. E. Moore) é uma palmeira nativa do Nordeste brasileiro, com maior ocorrência nos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. É conhecida como "árvore da vida", pois oferece uma infinidade de usos econômicos (Gomes et al., 2009; IVC, 2024c). Seus produtos derivados da carnaubeira, como a cera, o pó e a fibra, possuem elevado valor econômico e importância como subsistência local e são exportados para diversos países (Nascimento; Silva; Costa, 2020). A sua principal riqueza encontra-se na cera que recobre as folhas, principalmente as folhas mais jovens, tornando-a conhecida internacionalmente como "carnauba wax" (Sousa et al., 2015).

O estado do Ceará é um dos maiores produtores do mundo de cera e pó de carnaúba. Destaca-se ainda no aspecto econômico e assegura a continuidade da espécie, além do emprego direto de cerca de 100.000 pessoas no campo, na produção e extrativismo todos os anos com as atividades de corte da palha, beneficiamento e preparo do extrato da cera (Memorial Carnaúba, 2018). Atualmente, a carnaúba integra uma cadeia industrial e de exportação que reúne tanto atividades industriais de enormes avanços tecnológicos, como os setores de informática e farmacêutico, quanto atividades tradicionais rudimentares, como a extração realizada ainda com uma foice presa à extremidade de uma vara de bambu (Alves; Coêlho, 2008).

A legislação estadual regula o manejo sustentável da carnaúba, por meio de diversas leis e práticas sustentáveis da carnaubeira. Alguns estados brasileiros possuem legislação estadual que garante a proteção da espécie e regulamenta o seu uso. No estado do Ceará, o Decreto Nº 27.413/2004 estabelece que a derrubada e o corte da árvore carnaúba requer uma autorização legal dos órgãos e entidades estaduais competentes (CEARÁ, 2004). Além disso, destaca a importância de se promover a conservação da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e do reconhecimento do valor histórico, cultural e paisagístico da referida árvore. Com a Lei Nº 13.897/2007 a carnaúba foi consolidada como um dos símbolos fixos do brasão do estado do Ceará (CEARÁ, 2007).

O pequi (*Caryocar brasiliense)*, fruto emblemático do vasto bioma do Cerrado brasileiro, exerce um papel fundamental tanto na economia quanto na cultura local,

cuja importância vai além das fronteiras geográficas. Singularmente, a extração de seu óleo é uma atividade profundamente enraizada na história e na identidade dessa região que se destaca pela sua riqueza em biodiversidade (Frutas Nativas Amazônia, 2013; IVC, 2024d).

Sob outro enfoque, o pequi é valorizado por seu uso comercial e importância socioeconômica em razão do seu forte uso na culinária local. É um fruto rico em vitaminas, também empregado no setor de cosméticos e na extração de óleos, além de possuir diversos usos medicinais e ser adequado à produção de biodiesel. Durante o período de coleta, as atividades extrativistas geram empregos temporários que garantem parte do sustento das populações que vivem ao redor da chapada do Araripe, situada ao sul do Ceará. Do ponto de vista econômico, o pequi está associado ao desenvolvimento de identidades socioculturais entre as populações tradicionais e as plantas-alvo do extrativismo (Almeida; Silva, 1994; Antunes et al., 2006).

A legislação que regula o manejo do pequi no Ceará inclui a Lei Federal Nº 12.651/2012 (Código Florestal), que estabelece diretrizes para a proteção da vegetação nativa e exploração sustentável, além de definir requisitos para áreas de preservação permanente (APPs) (BRASIL, 2012). A Lei Estadual Nº 16.820/2019, que institui a Política de Agroecologia e Produção Orgânica, também impacta o manejo de produtos extrativistas ao promover o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade no estado (BRASIL, 2019). Complementando essa legislação, a Instrução Normativa Nº 15/2013 do IBAMA estabelece normas para o manejo, transporte e comercialização de produtos florestais não madeireiros (BRASIL, 2013). Já o Decreto Estadual Nº 32.552/2018, por meio do Programa de Regularização Ambiental (PRA), pode incluir áreas de extrativismo de pequi, promovendo seu uso sustentável (CEARÁ, 2018). A Secretaria de Meio Ambiente do Ceará (SEMA) também atua na regulamentação e fiscalização de atividades relacionadas à extração do pequi, incentivando práticas sustentáveis e evitando a exploração predatória.

A pesca artesanal é outra prática extrativista essencial no Ceará, sendo realizada tanto no litoral quanto do interior em açudes, rios, barragens, lagoas e no mar. Essa atividade é significativa para a segurança alimentar e o sustento das comunidades pesqueiras, além da promoção da conservação dos recursos marinhos por meio de práticas tradicionais de manejo sustentável. A pesca artesanal é um processo extrativista ainda bastante difundido nos dias de hoje, sendo praticada ao longo de toda a costa cearense por meio do uso de técnicas e apetrechos de pesca rudimentares (Frossard, 2003; Rodrigues, 2020). Assim, a valorização e a gestão adequada desses produtos são essenciais para a manutenção da biodiversidade, o desenvolvimento econômico local e a preservação das tradições culturais do Ceará.

A pesca artesanal é uma atividade extrativista fundamental no Ceará, ocorrendo no litoral, em açudes e lagoas do interior. No Brasil é regulamentada por diversas leis

e normas que visam proteger tanto os pescadores quanto o meio ambiente. O Decreto Nº 11.626/2023 institui o “Programa Povos da Pesca Artesanal” que visa fortalecer e promover as comunidades pesqueiras artesanais no Brasil (BRASIL, 2023). Esse programa busca capacitar pescadores e pescadoras para enfrentarem desafios socioeconômicos e ambientais, além de melhorarem a produção e comercialização de pescados. Ele também valoriza as manifestações culturais dessas comunidades e promove o desenvolvimento sustentável por meio da pesquisa e inovação tecnológica.

No Ceará, a Lei Nº 17.603/2021 institui a Política de Fortalecimento da Renda e do Trabalho da Pesca Artesanal no estado, visando ao fomento e ao aprimoramento da pesca artesanal cearense, mediante a oferta de novas ferramentas que possibilitem melhores condições de trabalho aos pescadores artesanais locais, ensejando o incremento da renda familiar (CEARÁ, 2021). A lei busca conscientizar sobre práticas responsáveis e estimular a inclusão do pescado artesanal em compras institucionais do Estado. O Poder Executivo está autorizado a distribuir “kits pesca” a pescadores artesanais por meio de entidades representativas, com os itens definidos em decreto. A lei também permite que o Estado adquira bens para uso dessas entidades e fomente parcerias com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil. Além disso, a lei prevê a atualização contínua do cadastro de pescadores artesanais, coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, para subsidiar políticas públicas voltadas à categoria.

A diversidade de produtos extrativistas no Ceará reflete a riqueza natural e cultural da região, mas também evidencia desafios relacionados à gestão, produção e acesso a políticas públicas. A realização deste diagnóstico de gestão e produção em entidades extrativistas propicia identificar os obstáculos e os potenciais vividos por essas comunidades. Este diagnóstico pode evidenciar lacunas nas práticas produtivas e na gestão, permitindo a elaboração e implementação de estratégias podem ajudar a melhorar a eficiência de gestão e produção além da sustentabilidade das atividades. Uma gestão eficaz é fundamental para equilibrar a exploração econômica e a preservação dos recursos naturais. Além disso, um diagnóstico bem estruturado proporciona às comunidades as ferramentas necessárias para fortalecer sua organização e autonomia, o acesso a políticas públicas e recursos que garantam maior segurança econômica e ambiental (Santos; Lima, 2019).

O extrativismo no Ceará é vital para o desenvolvimento sustentável da região. Sua contribuição econômica, ambiental e cultural reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem a prática sustentável e justa e apoiem as comunidades envolvidas, promovendo um futuro mais digno e equilibrado. Nesse contexto, as comunidades são protagonistas no desenvolvimento de suas próprias práticas e no fortalecimento de sua autonomia. A transformação social deve vir a partir da conscientização e do engajamento das comunidades na luta por seus direitos e pela melhoria de suas

condições de vida. A educação, alinhada à realidade das comunidades, pode ser uma ferramenta transformadora, promovendo sua conscientização crítica e capacitando-as de agir sobre o mundo de forma transformadora (Freire, 1992).

2.1 A Atividade Extrativista: História

A atividade extrativista é uma das práticas mais antigas da humanidade, precedendo a agricultura, a pecuária e a indústria, e foi fundamental para a sobrevivência e a organização do homem nas primeiras comunidades. Ao longo dos séculos, essa atividade persistiu em diversas regiões do mundo, incluindo o Brasil, onde ainda desempenha um papel importante na reprodução social de populações rurais que utilizam técnicas de baixo impacto ambiental. Mesmo diante da evolução histórica, da intervenção do Estado e de iniciativas protecionistas, o extrativismo, especialmente o vegetal, permanece uma prática relevante tanto no Brasil quanto globalmente, adaptando-se às necessidades contemporâneas (Alencar, 2015; Mota; Santos, 2008).

O extrativismo desempenhou um papel essencial ao longo da história, fornecendo recursos fundamentais como alimentos, materiais para habitação, vestimentas e utensílios. Essa prática é tão antiga quanto a própria civilização. Com o avanço da humanidade, o extrativismo evoluiu de uma prática de subsistência para uma atividade mercantil e lucrativa, adaptando-se às demandas econômicas e sociais. Essa transformação assegurou sua relevância ao longo dos séculos, consolidando-o como um pilar das economias locais e globais (Freitas, 2019).

No Brasil, o extrativismo já era realizado por povos indígenas no país antes mesmo da chegada dos colonizadores portugueses. Com a extração do pau-brasil voltada para o mercado europeu, ele se transformou em uma atividade econômica estruturada. Atualmente, no Brasil, destacam-se a extração de petróleo, ferro e outros minérios, enquanto o extrativismo vegetal, como o de açaí, babaçu, castanha-do-pará, cacau e borracha, ainda é amplamente praticado, muitas vezes de forma artesanal ou de subsistência. Contudo, na América Latina, essa prática foi moldada por um histórico de exploração colonial que priorizou o desenvolvimento econômico em detrimento da biodiversidade e do equilíbrio ambiental. Exaltam-se as “riquezas naturais”, mas pouco se reflete sobre o impacto desse modelo primário-exportador, que perpetua desigualdades e compromete a sustentabilidade (Cocato, 2022).

Vale destacar que a história do extrativismo no Brasil está diretamente relacionada à exploração da Mata Atlântica, marcada por ciclos econômicos que contribuíram para sua degradação. Durante o período colonial, o extrativismo focou em essências nobres como o pau-brasil, cuja exploração intensa quase levou à extinção de algumas variedades. A destruição da floresta se intensificou com o cultivo de cana-de-açúcar e, posteriormente, pela descoberta de ouro e diamantes, o que transformou partes da floresta em terrenos áridos. No século XX, o crescimento demográfico, práticas

agrícolas monoculturais, pecuária extensiva e extrativismo predatório aceleraram a perda de biodiversidade e a destruição do bioma.

Além da Mata Atlântica, a Amazônia é outro bioma essencial para o extrativismo, pois oferece recursos naturais valiosos, como borracha, cacau, madeira e minerais, além de desempenhar uma atividade significativa na regulação climática e na preservação da biodiversidade. A crescente cobiça de países desenvolvidos pela floresta, devido à sua riqueza, intensifica a exploração desses recursos, resultando em danos ambientais e sociais que afetam tanto os produtores quanto os consumidores. Essa exploração desenfreada ameaça o equilíbrio ecológico e as comunidades locais. No entanto, uma abordagem sustentável poderia equilibrar os benefícios econômicos com a preservação do bioma, garantindo sua saúde a longo prazo (Homma, 1993; 2008).

A história do extrativismo na Amazônia, especialmente no alto Rio Negro, reflete o impacto da exploração predatória sobre o bioma, como discutido no contexto mais amplo da Amazônia. No início do século XIX, o contato entre povos indígenas e comerciantes regatões iniciou a exploração intensiva de produtos como borracha, cacau e piaçava, recursos naturais valiosos que tornaram a Amazônia um alvo de cobiça. Assim como em outras partes da floresta, essa exploração levou ao uso de métodos violentos e coercitivos, com a exploração do trabalho indígena de forma análoga à escravidão, resultando em danos ambientais e sociais. Esses abusos, que marcaram profundamente as dinâmicas locais, têm reflexos nas consequências atuais da exploração predatória, que ainda ameaça o equilíbrio ecológico da Amazônia e as comunidades locais. Como mencionado anteriormente, uma exploração sustentável poderia equilibrar os benefícios econômicos com a preservação do bioma (Meira, 1996).

2.2 O Extrativismo no Ceará: Identidade e Território

O extrativismo no Ceará desempenha uma função essencial na relação entre identidade e território, especialmente nas comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Atividades como a coleta de frutos nativos de pequi, babaçu e faveira são exemplos de como o uso sustentável dos recursos naturais está profundamente vinculado às dinâmicas culturais e históricas dessas comunidades. Nesse contexto, conceitos como identidade e território são fundamentais para compreender como essas populações articulam suas demandas e constroem suas territorialidades em um cenário marcado pela luta por reconhecimento e direitos. Esses territórios transcendem os espaços físicos, representando construções sociais moldadas por processos históricos de ocupação, resistência e luta por reconhecimento (Castro Júnior, 2005; Tavares, 2020).

Diante disso, a afirmação das comunidades como quilombolas, indígenas e ribeirinhas mediada por demandas por direitos territoriais, evidencia como o extrativismo se entrelaça à preservação das tradições e à consolidação da identidade cultural. Nesse cenário, o extrativismo transcende a economia, sendo parte de uma construção social que integra identidade, cultura e luta política, evidenciando a importância dessas comunidades no fortalecimento de suas territorialidades e na preservação de sua memória histórica (Raffestin, 1989; Tavares, 2020).

Em um levantamento inédito realizado pelo Ministério Público Federal (MPF), das 14.655 famílias que se declaram povos ou comunidades tradicionais no estado do Ceará, em torno de 147 famílias extrativistas cearenses estão inseridas na Plataforma de Territórios Tradicionais, um banco de dados que reúne as informações levantadas. Eles se encontram, em sua maioria, na faixa litorânea cearense, onde estão localizadas as duas únicas Reservas Extrativistas (Resex) do Estado reconhecidas pela União: as reservas do Batoque (Aquiraz) e Prainha do Canto Verde (Beberibe). A criação das áreas de proteção é solicitada pelas associações de moradores das comunidades. Os territórios tradicionais são espaços necessários à reprodução cultural, social, econômica e bem viver dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente seja temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e remanescentes de quilombos, respectivamente (CEARÁ, 2024).

No litoral cearense, a Reserva Extrativista do Batoque, em Aquiraz, a primeira unidade de conservação dessa categoria no Ceará, abrange 601 hectares de ecossistemas costeiros e marinhos, como estuários e manguezais. O território é usado de forma coletiva e individual para atividades como pesca, agricultura e criação de animais, além de comércio e turismo. A gestão dos recursos naturais segue normas tradicionais e coletivas, definidas pela comunidade ou pelo ICMBio. A pesca artesanal e agricultura familiar sustentam modos de vida e transmitem conhecimentos ligados ao uso sustentável do território, reforçando a identidade local. No entanto, a comunidade enfrenta conflitos relacionados à venda de terras, disputas geracionais e convivência com veranistas, o que ameaça a luta histórica pelo direito à terra. Estudos anteriores sobre a região deram pouca visibilidade à cultura e à identidade coletiva dos moradores. Dessa forma, é importante compreender o extrativismo no Batoque como parte central da identidade e do território no Ceará (Deprez, 2015).

Na Chapada do Araripe, localizada no Cariri, o extrativismo também desempenha uma atividade vital. O pequi, fruto símbolo da região, é a principal fonte de renda para muitas comunidades tradicionais em municípios como Crato, Nova Olinda, Barbalha e Jardim. Embora cerca de 110 comunidades extrativistas tenham sido identificadas na Área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada do Araripe, muitas delas permanecem invisíveis para as políticas públicas devido à ausência de autorreconhecimento como “povos extrativistas”. Isso as impede de acessar direitos como a criação de Reservas

Extrativistas (Resex) ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), bem como de participar de programas como o PNAE, que destina recursos da agricultura familiar para extrativistas (Diário do Nordeste, 2019).

Além disso, os Quilombos Souza e Arruda no Cariri evidenciam a relação entre extrativismo, identidade e território. Ambos adotaram estratégias distintas de ocupação, com ambos originados de processos históricos de resistência. O Quilombo Souza, com forte identidade cultural e religiosa, se destaca pela preservação das tradições, como evidenciado pela mestra da cultura e os terreiros de Umbanda. Sua economia, centrada no extrativismo de pequi e faveira, ocorre em um território sem titulação, reforçando a ideia de que sua territorialidade está mais ligada à cultura do que à titulação. Já o Quilombo Arruda, com forte vínculo com a terra e a produção agrícola, conquistou a titulação de seu território por meio da compra de terras e mediações do poder público. Ambos se tornaram reconhecidos como territórios quilombolas no Cariri, mas enquanto o Quilombo Souza prioriza sua identidade cultural, o Quilombo Arruda, ao conquistar a titulação, tornou seu foco mais territorial. Ambos representam diferentes caminhos para o reconhecimento e os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas, especialmente no contexto do extrativismo (Tavares, 2020).

O extrativismo no Ceará, assim, transcende a dimensão econômica, sendo um elemento relevante na construção social e cultural das comunidades tradicionais, reforçando a importância de políticas públicas que assegurem a preservação de seus modos de vida e de seus territórios.

2.3 Os Extrativismos do Babaçu, Carnaúba, Pequi e Pesca Artesanal na Agricultura Familiar no Ceará e no Brasil

O extrativismo do babaçu no Brasil é uma prática de significativa relevância econômica, social e cultural de comunidades rurais, especialmente na região da Mata dos Cocais, que abrange estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Essa área, caracterizada pela transição entre os biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga, é reconhecida pela significativa concentração de populações campesinas (May, 1986). O babaçu, amplamente manejado por mulheres conhecidas como “quebradeiras de coco babaçu”, é um recurso multifuncional. Cada parte do fruto é aproveitas: o óleo da amêndoa é utilizado em cosméticos, fármacos e biocombustíveis; o mesocarpo possui propriedades medicinais e alimentares; e o endocarpo serve como matéria-prima para a produção de carvão vegetal de alta qualidade (Porro, 2019).

Além de sua relevância econômica, o extrativismo do babaçu sustenta práticas tradicionais e identidades culturais das comunidades extrativistas, contribuindo para a conservação ambiental ao promover a fertilidade do solo e a manutenção da biodiversidade. Contudo, ameaças como o desmatamento e a exploração não sustentável evidenciam a necessidade de políticas públicas e estratégias de manejo

sustentável para preservar os babaçuais e as comunidades que dependem deles (Porro, 2019). Com a globalização, o extrativismo do babaçu enfrenta desafios e oportunidades. Por um lado, há demandas crescentes por padronização de produtos para atender aos mercados globais; por outro, cresce a valorização de itens associados à biodiversidade e à sustentabilidade local. Iniciativas como o "Babaçu Livre", promovido por associações de quebradeiras, destacam a importância de práticas tradicionais e ecológicas, ampliando o acesso a nichos de mercado voltados para cosméticos, biodiesel e carvão vegetal (Schmitz; Mota; Silva Júnior, 2009).

A exploração do babaçu também se destina a nichos de mercados para cosméticos, biodiesel e carvão vegetal, no discurso da inclusão social, com a criação de "babaçuais livres", permitindo o acesso em qualquer propriedade (Homma, 2008). Da palmeira babaçu, obtém-se o coco, que é utilizado como alimento e em processos como a briquetagem (aglomeração de madeira/biomassa para formar blocos de queima) e produção de carvão vegetal. Além disso, a amêndoa do coco é especialmente relevante, sendo fonte de óleo, utilizado na fabricação de medicamentos, cosméticos e biocombustíveis, entre outros produtos (Caselli et al., 2018).

Os produtos florestais extrativos, como o babaçu, desempenham uma função indispensável para famílias vulneráveis no campo, atendendo ao consumo local e servindo como fonte de renda monetária, que atua como uma rede de segurança contra riscos econômicos. Essa atividade tradicional sustenta a economia de comunidades engajadas, oferecendo uma ampla gama de produtos essenciais para o consumo doméstico (Porro, 2019).

No contexto da agricultura familiar, o extrativismo do babaçu assume uma função ainda mais estratégica. A exploração do babaçu tem importante atividade na economia de famílias vulneráveis no campo, servindo como fonte de consumo local e renda monetária, que funciona como uma rede de segurança contra riscos econômicos. Produtos florestais não madeireiros (PFNMs), como o babaçu, são especialmente relevantes em países em desenvolvimento, sendo fonte adicional de renda para comunidades indígenas, quilombolas e agricultores familiares, frequentemente marginalizados na sociedade (Carvalho, 2005).

Apesar de sua importância, o extrativismo do babaçu enfrenta entraves como o cercamento dos babaçuais, o desmatamento, a baixa organização cooperativa e a atuação de atravessadores, que reduzem os ganhos dos pequenos produtores. A baixa escolaridade e a falta de infraestrutura também dificultam a profissionalização e o aproveitamento pleno do potencial econômico do babaçu. O fortalecimento do extrativismo sustentável do babaçu requer políticas públicas inclusivas, como a Lei do Babaçu Livre, que assegura o acesso às palmeiras, e o estímulo à formação de cooperativas e associações. Tais medidas podem promover a valorização cultural, a inclusão social das comunidades extrativistas, a equidade na distribuição de renda e

a preservação ambiental, consolidando o babaçu como um recurso estratégico para o desenvolvimento sustentável (Caselli et al., 2018).

De acordo com o IPECE (2024), as quantidades de amêndoas de babaçu produzidas em 2024 foram: 23 t na Serra da Ibiapaba, 16 t no Cariri e no Sertão de Sobral, e 4 t na Grande Fortaleza e no Sertão de Crateús. O valor da produção de amêndoas foi de R$ 89 mil no Sertão de Sobral, R$ 57 mil na Serra da Ibiapaba, R$ 31 mil no Maciço de Baturité, R$ 10 mil no Sertão de Crateús, R$ 7 mil na Grande Fortaleza e R$ 5 mil no Cariri. Não houve registros de produção nas regiões Centro-Sul, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão Central, Sertão do Canindé, Sertão dos Inhamuns e Vale do Jaguaribe.

O extrativismo da carnaúba no Brasil possui uma longa história de relevância econômica, social e cultural, destacando-se principalmente nos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Reconhecida como “a árvore da vida”, a carnaúba oferece uma ampla diversidade de produtos derivados, entre os quais a cera se destaca por seu uso nas indústrias farmacêutica, cosmética, alimentícia e tecnológica. Contudo, o Ceará lidera a produção nacional de cera de carnaúba, seguido pelo Piauí e Rio Grande do Norte, consolidando o Nordeste brasileiro como o principal polo produtor desse recurso único (Coêlho; Alves, 2007; Gomes et al., 2009).

A extração da cera de carnaúba é realizada principalmente por rendeiros em terras arrendadas que utilizam métodos tradicionais. Eles utilizam varas para colher a palha e sua posterior secagem ao sol. No entanto, esse processo, embora culturalmente enraizado, enfrenta desafios significativos como baixa remuneração, desperdícios devido ao uso de tecnologias ultrapassadas e o oportunismo de intermediários na cadeia produtiva, fatores que comprometem sua competitividade. Além da cera, outros produtos da carnaúba, como madeira, raízes e frutos, possuem diversas aplicações, desde a construção até usos medicinais. A palha da carnaúba é bastante empregada em artesanatos e revestimentos industriais. Apesar de sua relevância econômica e social, a atividade sofre com a fragmentação fundiária nas regiões produtoras, especialmente no Ceará e Rio Grande do Norte, além da falta de inovação tecnológica, a ausência de políticas públicas e o baixo nível de organização dos agentes econômicos. Organizações e ONGs locais têm função fundamental na capacitação e na melhoria das condições para os trabalhadores. Para fortalecer o setor, são necessários investimentos em inovação, organização cooperativa, valorização no mercado internacional, certificação e aprimoramentos no ambiente institucional, assegurando sua sustentabilidade e importância para comunidades locais e o mercado global (Coêlho; Alves, 2007; Alves; Coêlho, 2019).

No contexto da agricultura familiar, a carnaúba desempenha um papel essencial ao integrar as atividades extrativistas ao cotidiano das comunidades rurais. Durante o período de estiagem na Caatinga, de agosto a dezembro, a colheita das palhas

oferece uma fonte de renda complementar para as famílias, contribuindo para a segurança econômica em regiões onde as alternativas produtivas são escassas devido às condições climáticas adversas. Essa atividade fortalece a economia local, gerando empregos sazonais e garantindo a subsistência de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais (Associação Caatinga, 2023a).

De acordo com o IPECE (2024), as principais regiões produtoras de cera de carnaúba no Ceará foram o Centro-Sul, Litoral Oeste/Vale do Curu, Serra da Ibiapaba, Sertão de Canindé, Sertão dos Inhamuns e Sertão Central, sendo que esta última registrou uma produção de duas toneladas a partir de 2021. Entre 2011 e 2021, a produção totalizou 330 toneladas no Litoral Norte, 105 t no Sertão de Sobral, 44 t na Grande Fortaleza, 26 t no Litoral Leste, 9 t no Sertão dos Crateús, 4 t no Maciço de Baturité e 2 t no Vale do Jaguaribe. Não foram registrados dados de produção de cera na última década em algumas dessas regiões, nem na região do Cariri após 2018. Em relação ao valor da produção de cera (em R$ mil), o Litoral Norte liderou com R$ 9.873 mil, seguido pelo Sertão de Sobral (R$ 1.975 mil), Grande Fortaleza (R$ 946 mil), Sertão dos Crateús (R$ 96 mil) e Vale do Jaguaribe (R$ 50 mil).

No que se refere ao valor da produção de fibra de carnaúba (em R$ mil), os destaques foram: Sertão de Sobral (R$ 1.085 mil), Grande Fortaleza (R$ 618 mil), Litoral Norte (R$ 515 mil), Sertão de Canindé (R$ 492 mil), Litoral Oeste/Vale do Curu (R$ 319 mil), Serra da Ibiapaba (R$ 278 mil), Litoral Leste (R$ 123 mil), Vale do Jaguaribe (R$ 112 mil), Cariri (R$ 99 mil) e Sertão de Crateús (R$ 38 mil). Não houve registros de produção nas regiões Centro-Sul, Maciço de Baturité, Sertão Central e Sertão dos Inhamuns. Quanto às maiores produções em quantidade, o Sertão de Sobral liderou com 345 t, seguido pelo Sertão de Canindé (290 t), Grande Fortaleza (237 t) e Litoral Norte (221 t) (IPECE, 2024).

Na produção de pó de carnaúba, destacaram-se: Litoral Norte (3.439 t), Sertão de Sobral (1.937 t), Litoral Leste (902 t) e Grande Fortaleza (352 t). Em termos de valor, os resultados foram: Litoral Norte (R$ 54.704 mil), Sertão de Sobral (R$ 21.536 mil), Litoral Leste (R$ 13.207 mil) e Litoral Oeste/Vale do Curu (R$ 5.590 mil). Não houve registros de produção de pó na região do Sertão dos Inhamuns (IPECE, 2024).

O extrativismo do pequi possui significativo potencial econômico e sociocultural, sendo uma fonte importante de emprego temporário e renda para as populações que habitam o entorno da Chapada do Araripe, no Ceará. Sob um aspecto econômico, esse fruto está associado ao desenvolvimento de identidades socioculturais entre as comunidades tradicionais e as plantas alvo deste extrativismo (Oliveira, 2010).

Na Floresta Nacional de Araripe, abrangendo municípios como Crato, Jardim, Barbalha e Santana do Cariri, existe uma grande pressão extrativista exercida sobre algumas espécies pelas comunidades localizadas no entorno e historicamente usuárias (Monteiro; Santos, 2018). O pequi é um recurso valioso, cuja influência

socioeconômica tem se fortalecido ao longo do tempo nas comunidades situadas no entorno da Chapada do Araripe (Oliveira, 2010).

As atividades relacionadas ao pequi, como a coleta e a extração de óleo da polpa, são majoritariamente realizadas pelos próprios extrativistas, mas o surgimento de cooperativas e pequenas agroindústrias familiares têm ampliado as possibilidades de comercialização, incluindo produtos como pequi em conserva que já alcançam mercados em grandes cidades. A comercialização desses produtos ocorre por diferentes canais, incluindo os próprios extrativistas, atravessadores, feirantes e cooperativas, que desempenham uma função essencial na valorização e comercialização do fruto em uma escala mais ampla. A prática de coleta do pequi ocorre nas terras dos extrativistas, em áreas de uso sustentável, como Reservas Extrativistas (Resex), Reservas de Uso Sustentável (RDS), Florestas Nacionais (Flona) ou Estaduais, ou em propriedades de terceiros. Em alguns casos, proprietários de terras fazem parcerias com extrativistas, recebendo uma parte da coleta em troca da autorização para a atividade, fortalecendo a sustentabilidade econômica e ambiental do setor. Assim, o extrativismo do pequi pode ser aprimorado por meio de práticas de manejo, sistematizadas com base no conhecimento de extrativistas experientes e em pesquisas realizadas em diversas regiões (Oliveira, 2010).

O pequi, consumido em pratos tradicionais como o baião-de-dois ou utilizado na produção de óleo, considerado medicinal, é um alimento presente em quase todas as feiras do Cariri cearense. Nativo da Chapada do Araripe, esse fruto é um símbolo culinário da região e representa a principal fonte de renda para muitas comunidades extrativistas, especialmente nas cidades de Crato, Nova Olinda, Barbalha e Jardim. Em especial, a Vila Barreiro Novo, situada na Floresta Nacional do Araripe, abriga uma comunidade extrativista formada ao longo dos anos pela necessidade de geração de renda. Durante a safra, entre janeiro e março, mais de 20 famílias se deslocam para o interior da floresta para realizar a colheita, evidenciando a importância do pequi como base econômica para essas comunidades (Rodrigues; Rodrigues, 2019).

Com relação ao pequi, o Cariri foi a única região com produção de amêndoas, registrando 151 t em 2021. A produção de frutos de pequi na mesma região foi de 2.953 t, gerando um valor de R$ 2.870 mil entre 2017 e 2021. No entanto, observou-se uma redução nos volumes e no valor da produção ao longo da última década, com o valor da produção estimado em R$ 418 mil em 2021 (IPECE, 2024).

A pesca artesanal é uma atividade extrativista que remonta aos primórdios da humanidade e continua a ser amplamente praticada, especialmente ao longo da costa cearense, onde constitui uma das principais fontes de sustento das comunidades pesqueiras. No Ceará, embora os estudos sobre pesca artesanal sejam relativamente escassos e fazem referência, principalmente, aos aspectos econômicos e sociais dessa prática. A maioria dos trabalhos publicados aborda a biologia das espécies

mais capturadas, com destaque para a cavala (*S. cavalla*), a serra (*Sc. brasiliensis*), o cangulo (*B. vetula*) e a biquara (*H. plumieri*). Apesar de sua importância, não foram observadas grandes transformações na estrutura da pesca artesanal cearense, que continua a ser dominada por métodos tradicionais (Castro e Silva, 2004).

A realidade da pesca artesanal no Brasil reflete uma diversidade de características que variam conforme as particularidades de cada região. Fatores sociais, econômicos e ambientais se entrelaçam e determinam as práticas pesqueiras, que, apesar da grande extensão da costa brasileira e do imenso potencial pesqueiro, têm enfrentado desafios significativos. Originalmente uma atividade de pequena escala, a pesca artesanal no país evoluiu com o tempo, sendo impactada pela Revolução Industrial e, mais recentemente, por fatores como o avanço das tecnologias e a expansão das políticas pesqueiras (Silva, 2014).

Contudo, a produção de pescado se estabilizou, e muitos recursos pesqueiros de interesse econômico, assim como os ecossistemas que os abrigam, estão sendo ameaçados por ações humanas, como a sobrepesca e a degradação ambiental. Embora a pesca artesanal tenha grande relevância tanto social quanto cultural, ela ainda enfrenta um grande atraso em termos de tecnologias e políticas públicas adequadas. A falta de consideração pelos pescadores nas decisões políticas, somada à escassez de investimentos em inovação tecnológica, tem comprometido o futuro da atividade. As políticas públicas, muitas vezes, não atendem plenamente às necessidades dos pescadores, o que agrava a vulnerabilidade das comunidades pesqueiras e limita o desenvolvimento sustentável dessa prática no país (Silva, 2014).

Portanto, o extrativismo no Brasil, envolvendo atividades como o babaçu, a carnaúba, o pequi e a pesca artesanal, desempenha uma função relevante na sustentabilidade econômica e ambiental, especialmente no contexto da agricultura familiar. Cada uma dessas atividades contribui não apenas para a economia local, mas também para a preservação de práticas tradicionais e a identidade cultural das comunidades.

No entanto, desafios como a falta de organização, a escassez de investimentos em inovação, e a necessidade de práticas de manejo sustentável são comuns. O fortalecimento de cooperativas, a implementação de políticas públicas eficazes, e o engajamento das comunidades locais são fundamentais para garantir a sustentabilidade e a competitividade dessas atividades no mercado global, ao mesmo tempo em que asseguram a conservação dos recursos naturais. A integração de saberes tradicionais com inovações tecnológicas e o desenvolvimento de certificações de origem são essenciais para consolidar essas atividades extrativistas como elementos-chave no desenvolvimento regional e na preservação ambiental.

2.4 Extrativismos e Agroecologia

A agroecologia e o extrativismo compartilham princípios fundamentais de sustentabilidade, conservação da biodiversidade e valorização dos saberes tradicionais, especialmente no contexto das comunidades rurais. O agroextrativismo – que une práticas agrícolas de baixo impacto à extração de produtos nativos – fortalece tanto a segurança alimentar quanto a economia solidária, promovendo uma relação equilibrada entre produção e conservação ambiental. Além disso, práticas agroecológicas são fundamentais para a gestão sustentável dos recursos naturais, permitindo que comunidades extrativistas desenvolvam sistemas produtivos resilientes e adaptados às condições locais (Neves; Sebastiani; Oliveira, 2021).

Nesse contexto, destaque para as mulheres agroextrativistas que, para além da contribuição de seus trabalhos para a geração de renda familiar, detêm o saber-fazer que resignificam a cultura local por meio da culinária, das festas, da socialização do trabalho e desempenham um papel central ao contribuirem para a manutenção da biodiversidade e para a difusão de práticas que conciliam produção e preservação ambiental, garantindo assim também a transmissão de conhecimentos essenciais para a sustentabilidade dos agroecossistemas (Lima, 2017).

Um exemplo disso foi a atuação das mulheres quebradeiras de coco no manejo sustentável do babaçu na região Meio-Norte do Piauí. Com base em suas experiências, elas não apenas adotaram, mas também propuseram diversas boas práticas de manejo, visando garantir a preservação e a disponibilidade desse recurso a médio e longo prazo. Esse conhecimento tradicional, aliado à prática cotidiana, demonstra a importância do protagonismo feminino na conservação dos recursos naturais e na sustentabilidade das atividades extrativistas (Carvalhaes; Oliveira, 2018).

O extrativismo vegetal exerce uma função relevante na economia e na sustentabilidade ambiental, abrangendo a coleta de recursos como carnaúba, madeira, castanhas diversas, palmito, buriti e frutos diversos, como pequi, caju e coco (Bezerra, 2019). As reservas extrativistas, introduzidas como inovação ambiental no Brasil, representam um modelo estratégico que, embora recente em termos formais, remonta ao século XIX (Homma, 2008). Esse modelo tem se mostrado promissor ao associar a conservação ambiental ao desenvolvimento econômico das comunidades locais.

No semiárido brasileiro, especialmente no Ceará, a relação entre extrativismo e agroecologia tem se consolidado como uma abordagem sustentável. O plantio da carnaúba, associado a outras culturas agrícolas e espécies nativas, tem demonstrado potencial para a recuperação de áreas degradadas, além de gerar renda e benefícios ambientais. Em assentamentos como Rajada, em Itapipoca, agricultores familiares desenvolvem sistemas produtivos diversificados, que incluem carnaúba, milho, feijão,

mandioca, caju, goiaba e maracujá. Esses sistemas agroflorestais integram o uso das palhas da carnaúba para a produção de cera e como adubo natural, promovendo uma interação eficiente entre produção agrícola e preservação ambiental. Apesar dos avanços, a prática ainda requer pesquisas adicionais para maximizar seus benefícios ambientais, econômicos e sociais (D'Alva, 2004).

No contexto do desenvolvimento sustentável, a agroecologia contribui para a melhoria dos níveis de sustentabilidade no meio rural, por meio de várias ações que possibilitem a harmonia entre o meio ambiente, a sociedade e a economia, gerando um modelo de economia sustentável (Pasqualotto; Kaufmann; Wizniewsky, 2019). Nesse sentido, a agroecologia pode ser relacionada ao extrativismo ao promover o uso sustentável dos recursos naturais, equilibrando as dimensões ambiental, social e econômica. Enquanto o extrativismo tradicional foca na extração de recursos, a agroecologia integra práticas produtivas que respeitam o ciclo natural, permitindo a regeneração dos ecossistemas.

Portanto, no extrativismo sustentável, como o manejo da carnaúba, a agroecologia contribui para a preservação dos recursos naturais, beneficiando as comunidades e assegurando a continuidade desses recursos para as gerações futuras. Assim, em vista da sua perfeita adaptação ao ambiente semiárido e dos benefícios sociais e ambientais que proporciona, o plantio de carnaúbas em consórcio com outras espécies, apresenta-se como uma alternativa importante para a recuperação de áreas degradadas no semiárido. Os carnaubais podem ser consorciados com outras espécies nativas, e culturas agrícolas e/ou animais, e constituir sistemas produtivos, com geração de renda e benefícios ambientais para as populações das áreas susceptíveis à desertificação (D'Alva, 2004).

A produção agroecológica nas pequenas propriedades do semiárido nordestino destaca-se por incentivar os agricultores familiares a investirem em qualificação e na manutenção de práticas sustentáveis, com foco no manejo agroecológico. Nesse contexto, a agricultura familiar no sertão promove uma relação harmoniosa entre o homem e o meio ambiente. A agroecologia se consolida à medida que os agricultores ampliam sua compreensão sobre essa relação, integrando conceitos e métodos agroecológicos com a sabedoria e experiência local, estabelecendo práticas sustentáveis nas atividades agrícolas familiares (Brasileiro, 2009). O extrativismo praticado por agricultores familiares não é mera coleta, mas se insere num conjunto mais amplo de relações econômicas, sociais e culturais que as unidades familiares estabelecem com o mercado, com a sociedade e com a natureza (Soares et al., 2018).

Atualmente, após a consolidação da defesa dos territórios, o desafio está na valorização do modo de vida das comunidades locais como uma força econômica e ambiental significativa. Esse novo desafio envolve a integração de saberes tradicionais e conhecimentos técnicos, aplicando princípios agroecológicos para adaptar práticas

sustentáveis. A integração de sistemas produtivos, como roçados, extrativismo florestal, criação de animais (peixes, aves, suínos e caprinos) e cultivos diversos, contribui para a segurança alimentar, geração de renda e promove um desenvolvimento democrático, intergeracional e solidário nas comunidades, fortalecendo sua força social e fomentando parcerias para projetos locais e regionais (Azevedo et al., 2020).

2.5 Desafios Comerciais da Prática, Geração de Renda, Qualidade de Vida e Sustentabilidade

O termo extrativismo geralmente refere-se à coleta de produtos de origem mineral, animal e vegetal. A palavra 'extração' está associada à utilização de recursos naturais que não foram intencionalmente ampliados para exploração. Assim, a atividade extrativista pode ser vista como uma forma de uso sustentável dos recursos naturais, especialmente em experiências como as reservas extrativistas (Murrieta; Rueda, 1995).

Contudo, o extrativismo também enfrenta críticas relacionadas à destruição predatória de recursos naturais, muitas vezes de maneira inconsciente, levando ao esgotamento ou à destruição de ecossistemas. Esse problema é agravado pela própria natureza da atividade extrativista, caracterizada por uma oferta limitada, determinada pelos recursos naturais disponíveis. Mesmo nas práticas de extrativismo de coleta, os recursos acabam sendo aniquilados, já que, em muitos casos, a extração não é realizada de forma racional, sendo marcada por práticas de depredação, pelo aumento da produtividade imediata ou pela substituição de ecossistemas por atividades mais competitivas (Homma, 2008).

Existem dois tipos de extrativismo: o de aniquilamento (depredação) e o de coleta. O extrativismo por aniquilamento ocorre quando resulta na extinção de espécies devido à exploração excessiva, enquanto o extrativismo de coleta baseia-se em um sistema natural que oferece um fluxo contínuo de recursos, como frutos, sem comprometer a sobrevivência das espécies. Esses tipos de extrativismos também se diferenciam em razão da demanda de mercado. Quando a demanda é elevada, a pressão sobre os recursos pode levar à aniquilação da espécie, enquanto, com uma demanda mais baixa, é possível realizar a coleta de forma sustentável (Homma, 1993). Ou seja, mesmo que todos os frutos sejam colhidos, a safra seguinte não é comprometida, pois a propagação das plantas é assegurada pelas sementes dos frutos que caem e não são recolhidos. Porém, essa dinâmica difere de atividades como a sobrepesca, que compromete a disponibilidade de recursos a longo prazo (Schmitz; Mota; Silva Junior, 2006).

No caso da carnaúba, a renda dessa atividade extrativista é uma instituição absolutamente respeitada e assumida por proprietários e rendeiros como o cumprimento de uma obrigação, uma espécie de tributo pago ao proprietário dos carnaubais (D'Alva, 2004). Os carnaubais se constituem em uma fonte de renda para o período em que

outras atividades agrícolas são impraticáveis. Interessante destacar que pouco depois de terminar o corte da palha de um determinado ano, já se acerta o contrato para o próximo, tempo em que o carnaubal recuperará suas copas. Do ponto de vista climático, a atividade não é prejudicada, pois é praticada na época da estiagem. Além disso, não há custos de oportunidade envolvidos, pois as pessoas que nela trabalham não estão deixando outras atividades produtivas onde pudessem ter um ganho maior para se dedicar à atividade extrativista da carnaúba (Alves; Coêlho, 2019).

No entanto, apesar de sua importância em termos de geração de divisas para o País, ocupação e geração de renda para uma parcela da população nordestina, a atividade enfrenta desafios, desde a década de 1970, em decorrência de diversos fatores, dentre os quais os problemas tecnológicos, principalmente no campo, determinando como consequência má qualidade do produto e baixa produtividade pela perda de pó (Alves; Coêlho, 2019).

A atividade extrativista é uma das práticas mais antigas da humanidade, sendo amplamente difundida nos países em desenvolvimento em razão da vasta disponibilidade de recurso naturais nestes. Esta prática constitui importante atividade na geração e complementação de renda de diversas famílias que atuam nas partes iniciais das cadeias produtivas de produção extrativistas, em especial a do babaçu, no nordeste brasileiro (Caselli et al., 2018).

De forma análoga, a atividade extrativista do babaçu é uma importante fonte de renda das populações residentes na Mata dos Cocais, tendo potencial para ser ferramenta de inclusão social dessas famílias através da geração de emprego e renda. O uso do babaçu como fonte de biomassa na forma de carvão vegetal indica que se este for usado na produção de biocombustíveis poderá ocorrer um incremento na renda das comunidades (Caselli et al., 2018).

Contudo, os maiores problemas enfrentados pelas famílias extrativistas, como as que trabalham com o babaçu, são a falta de conhecimento das oportunidades de mercado, a deficiência na gestão da organização comunitária e do processo de produção, além dos problemas relacionados à logística de coleta e distribuição (Balzon; Silva; Santos, 2004). Os resultados demonstram ainda que há uma redução significativa de pessoas que se dedicam a coleta do babaçu como atividade econômica, seja para sua subsistência ou como forma de renda complementar. Verificou-se que as pessoas estão mais acomodadas e não querem ter trabalho pesado para obter quase nenhum retorno (Caselli et al., 2018).

Diante disso, devem ser fomentadas políticas públicas que conduzam a um melhor aproveitamento da atividade econômica. Constata-se que a organização de cooperativas e associações de comunidades coletoras de coco na cadeia produtiva do babaçu é uma rota para superação da problemática da geração de emprego e de renda para os nela envolvidos. A articulação da cadeia produtiva do babaçu como

fonte geradora de emprego e renda apresenta articulação direta com as dimensões da sustentabilidade, preservando os saberes empíricos das comunidades locais. No entanto, para promover a estruturação da cadeia produtiva é preciso estimular a atuação conjunta de seus membros formando associações (Caselli et al., 2018).

Para que o extrativismo e a agricultura familiar cumpram seu potencial de promover qualidade de vida, renda e sustentabilidade, é essencial investir em pesquisas e programas que otimizem os processos produtivos. Além disso, a formação de associações e cooperativas pode garantir maior organização e acesso a mercados. A educação ambiental e a mudança de padrões culturais também são cruciais para consolidar práticas sustentáveis. São necessários também estudos e programas que permitam aos pequenos produtores da cadeia extrativista de base familiar otimizarem seu processo produtivo, aumentando sua renda. Há que se englobar toda a cadeia produtiva, possibilitando a redução da pobreza e melhorando a distribuição de renda (Caselli et al., 2018).

O extrativismo tem evoluído para ser reconhecido como uma atividade capaz de gerar emprego e renda, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação da natureza. Quando realizado de forma sustentável, o extrativismo de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs) promove a inclusão de renda nas economias locais e colabora para a conservação de recursos naturais essenciais, como água, solo, fauna e flora (Carvalho, 2005; Siena et al., 2012). Carvalho (2005) pondera que a exploração dos PFNMs representa uma importante atividade nos países em desenvolvimento, sendo fonte complementar de renda para diversas populações, dentre as quais os indígenas, os quilombolas e os agricultores familiares, pessoas geralmente relegadas a posições marginais na sociedade.

O biólogo John Terborgh vê as reservas extrativistas como um modelo misto de assistência social e preservação ambiental, que, até o momento, ainda não tinha apresentado resultados sustentáveis. Além disso, considera o conceito de desenvolvimento sustentável em florestas tropicais como “puro disparate” (Corrêa, 2005).

Para compreender plenamente a prática extrativista e a agricultura de forma abrangente, é essencial considerar a perspectiva da sustentabilidade, especialmente diante das discussões atuais sobre as práticas responsáveis e o impacto ambiental dessas atividades (Silva; Torres, 2020). A agricultura familiar tem sido cada vez mais explorado em discussões que enfatizam o desenvolvimento sustentável, além da geração de emprego, de renda e a promoção da segurança alimentar. Além disso, faz-se necessário reconhecer e reparar a dívida social com a agricultora familiar em decorrência da agricultura moderna (Gomes, 2004).

Foi nesse contexto de questionamentos sobre modelos de desenvolvimento sustentáveis focados exclusivamente no crescimento econômico e na inovação para os sistemas de produção que, na década de 1960, começou a surgir o conceito de

sustentabilidade (Silva; Torres, 2020).

Ao longo dos anos, diferentes abordagens ajudaram a consolidar o entendimento de que a sustentabilidade é um conceito dinâmico, que busca responder às necessidades crescentes das populações em um cenário internacional em constante expansão (Sachs, 1990). Incorporar os conceitos de sustentabilidade ao conceito de negócio para geração de emprego e renda é um processo de longo prazo, exigindo-se a educação ambiental e uma mudança de padrões culturais e éticos (Caselli et al., 2018). Nesse sentido, sustentabilidade implica a capacidade de proporcionar, de forma contínua, condições de vida iguais ou melhores para um grupo de pessoas e para as futuras gerações dentro de um determinado ecossistema (Cavalcanti, 1998).

Nas últimas décadas, o aumento das ameaças ambientais, como o aquecimento global, impulsionou a conscientização sobre a importância do extrativismo sustentável. Esse conceito busca assegurar que a exploração de recursos naturais ocorra com impacto mínimo ao meio ambiente, transformando o extrativismo em uma atividade econômica responsável. Embora não seja aplicável a todas as práticas, como a extração de combustíveis fósseis, o princípio da sustentabilidade já está presente em setores como a produção de papel, que no Brasil utiliza, em grande parte, reservas certificadas de eucalipto. Além disso, muitas empresas têm adotado ações compensatórias, como o plantio de florestas e a recuperação de nascentes, para mitigar os efeitos negativos de suas atividades (Sebrae, 2023).

Dessa forma, ao explorar os impactos da demanda de mercado e as diferenças entre os tipos de extrativismo, evidencia-se a importância de um equilíbrio entre produtividade e conservação. Além disso, a integração da agricultura familiar como parte essencial do desenvolvimento sustentável reforça a urgência de modelos que reconheçam a dívida social e priorizem práticas que assegurem a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras (Caselli et al., 2018; Sebrae, 2023).

3 METODOLOGIA

3.1 Natureza e Cronograma da Pesquisa

A pesquisa teve natureza aplicada, descritiva e explicativa (Prodanov; Freitas, 2013), utilizando uma abordagem mista, com métodos qualitativos e quantitativos. Inicialmente fez-se um recorte teórico-conceitual do campo de pesquisa e das áreas de conhecimento envolvidas por meio da análise de artigos científicos, relatórios técnicos, livros sobre a temática e bases de dados institucionais sobre a produção extrativista, as condições ambientais e socioeconômicas das regiões estudadas, bem como os aspectos legais e regulamentares pertinentes. O referido recorte serviu de base para a escrita da parte teórico-conceitual do texto final (Rocha; Eckert, 2008).

Além disso, foi desenvolvido e aplicado um Instrumental de Pesquisa (Apêndice A) para a coleta de dados primários, permitindo uma avaliação detalhada da realidade das entidades extrativistas e das dinâmicas produtivas envolvidas.

A pesquisa teve início no mês de julho de 2024 com as Reuniões de Alinhamento, finalizando com a etapa de realização do Diagnóstico com a aplicação dos Instrumentais de Pesquisa, no período de setembro a dezembro de 2024.

3.2 Escopo e Delimitação da Pesquisa

As entidades representativas, incluindo associações, colônias e outras organizações comunitárias, foram adotadas como unidade de análise desta pesquisa, considerando seu destaque na estruturação e fortalecimento das atividades extrativistas no estado do Ceará.

A pesquisa abrangeu as 14 regiões de planejamento do estado, a saber: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão de Crateús, Sertão de Sobral, Sertão dos Inhamuns e Vale do Jaguaribe (Figura 1).

Figura 1. Regiões de Planejamento do estado do Ceará. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Ceará em Mapas (IPECE).

Essa delimitação geográfica permitiu uma análise abrangente das dinâmicas produtivas, sociais e ambientais relacionadas ao extrativismo, contemplando diferentes biomas, cadeias produtivas e realidades socioeconômicas que influenciam diretamente as práticas e desafios enfrentados pelas comunidades extrativistas. A seguir, tem-se as principais características de cada macrorregião (IPECE, 2015; 2025):

1. Cariri: A região de planejamento do Cariri é composta por 29 municípios, incluindo Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Suas características geoambientais incluem a Chapada do Araripe, sertões e serras secas. Em 2021, a área territorial era de 17.417 km², com o número de 74.227 A população estimada em 2021 era de 1.035,718 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 59 hab./km². O PIB em 2021 foi de 7,3%, com um PIB per capita de R$ 14.665.999. Nesta região, destaca-se o extrativismo do pequi, amplamente utilizado na culinária e na extração de óleo, a pesca artesanal e o Babaçu.

2. Centro Sul: A região de planejamento do Centro Sul abrange 13 municípios: Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari. Seu território de 11.557 km² é caracterizado por domínios naturais dos sertões, serras secas e planícies ribeirinhas. Em 2021, a população era de 396.705 habitantes, com uma densidade demográfica de 34,33 hab./km². A população estimada em 2022 foi de 353.289 habitantes. O PIB da região em 2021 foi de R$ 4.976.622, correspondendo a 2,55% em relação ao Estado. Nessa região, a pesca artesanal também é relevante, sendo utilizada tanto para consumo local quanto para comercialização e a carnaúba.

3. Grande Fortaleza: A região de planejamento da Grande Fortaleza é composta por 19 municípios, incluindo Fortaleza, Caucaia e Maracanaú. Em 2022, a área territorial era de 7.434 km², com uma população de aproximadamente 3,95 milhões de habitantes. O território abrange planícies litorâneas, tabuleiros costeiros, serras úmidas e sertões. Em 2022, o número de habitantes era de 3.692.241 habitantes. O PIB da região em 2021 foi de R$ 124.055.246, correspondendo a 63,66% em relação ao Estado. Na Grande Fortaleza, a pesca artesanal é uma atividade econômica de destaque, sustentando muitas comunidades pesqueiras e a carnaúba.

4. Litoral Leste: A região de planejamento do Litoral Leste é composta por seis municípios: Aracati, Beberibe, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana. Sua paisagem é caracterizada por planícies litorâneas, tabuleiros costeiros e planícies ribeirinhas. Com uma área de 4.598 km², a região tinha, em 2021, uma população de 118,225 habitantes e densidade demográfica de 43,35 hab./km². Em 2022, o número de habitantes era de 118,225 habitantes. O PIB da região em 2021 foi de R$ 4.138,994, com 2,12% em relação ao Estado. Assim como na Grande Fortaleza, a pesca artesanal é uma atividade tradicional e essencial para a economia local, além da carnaúba.

5. Litoral Norte: A região de planejamento do Litoral Norte é composta por 13 municípios, incluindo Jijoca de Jericoacoara. Sua paisagem é caracterizada por planícies litorâneas, tabuleiros costeiros, sertões e áreas ribeirinhas. No último levantamento, a região possuía uma área territorial de 9.337 km² e sua população, em 2022, era de 217.297, equivalente a 3,21% em relação ao Estado, com uma densidade demográfica de 43,70 hab./km². Em 2019, o número de habitantes era de 397,091 habitantes.O PIB da região em 2022 foi de R$ 5.564,797. A pesca artesanal também é uma importante fonte de renda para a população local e a carnaúba.

6. Litoral Oeste/Vale do Curu: A região de planejamento do Litoral Oeste/Vale do Curu abrange 12 municípios do Ceará, incluindo Amontada, Itapajé e Itapipoca. Com uma área de 8.912 km², a região apresenta paisagens diversificadas, como planícies litorâneas, serras e sertões. Em 2021, a população era de 228.953 habitantes, com densidade demográfica de 45,6 hab./km². O PIB regional em 2022 foi de R$ 4.816,992, o equivalente a 2,47% em relação ao Estado. Nesta região, destaca-se a extração da carnaúba, utilizada para produção de ceras e outros derivados, a pesca artesanal e o babaçu.

7. Maciço de Baturité: A região de planejamento do Maciço de Baturité é composta por 13 municípios e apresenta uma área territorial de 3.729 km². Em 2021, sua população era de 128.561 habitantes, com uma densidade demográfica de 66,51 hab./km². A economia da região, em 2022, registrou um PIB de R$ 2.795,862. Predominam características geoambientais das serras úmidas e secas e dos sertões. Destaca-se a extração do babaçu e a pesca artesanal, tradicionalmente explorada na região, além de práticas extrativistas menores associadas a produtos florestais não madeireiros, como frutos nativos.

8. Serra da Ibiapaba: A região de planejamento da Serra da Ibiapaba é composta por nove municípios: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará. A região apresenta predominantemente os domínios naturais do Planalto da Ibiapaba e dos sertões. Com uma área territorial de 5.720 km², a população estimada em 2021 era de 190.619 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 64,1 hab./km². Em 2022, o PIB regional atingiu R$ 5.534,039. A extração do babaçu e da carnaúba é significativa, sendo base para diversos produtos derivados.

9. Sertão Central: A região de planejamento do Sertão Central abrange 13 municípios e possui uma área territorial de 16.018 km². Em 2014, sua população era de 387.164 habitantes, com uma densidade demográfica de 25,00 hab./km². A região se caracteriza pelos domínios naturais dos sertões e das serras secas. O PIB em 2022 foi de R$ 5.154,147, o equivalente a 2,65% em relação ao Estado. Nessa região, o extrativismo da carnaúba é uma atividade relevante para as fabricas e a pesca artesanal.

10. Sertão de Canindé: A região de planejamento do Sertão de Canindé é composta por seis municípios e ocupa uma área de 9.160 km². Em 2021, sua população era de 116,271 habitantes, com uma densidade demográfica de 22,87 hab./km². O território é caracterizado pelos domínios naturais dos sertões e das serras secas. Em 2022, o PIB da região foi de R$ 2.096,511, o equivalente a 1,08% em relação ao Estado. Predomina o extrativismo da carnaúba e pesca artesanal nessa região.

11. Sertão de Crateús: A região de planejamento do Sertão dos Crateús é composta por 13 municípios: Ararendá, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril. Sua área territorial é de 20,609 km², com uma população de 211,363 habitantes e densidade demográfica de 17,15 hab./km². A região possui características geoambientais dominadas pelos sertões e serras secas. O PIB em 2022 foi de R$ 3.911,763, de 2,01% em relação ao Estado. O extrativismo da carnaúba é uma atividade relevante nessa região e a pesca artesanal.

12. Sertão de Sobral: A região de planejamento do Sertão de Sobral abrange 18 municípios, incluindo Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota. A área territorial é de 8.512 km², com uma população de 347,689 habitantes em 2021 e densidade demográfica de 59,17 habitantes por km². A região apresenta características geoambientais dominadas por domínios naturais de sertões, serras úmidas e secas, e planícies ribeirinhas. A taxa de urbanização foi de 70,58% em 2010. O PIB da região, em 2022, foi de R$ 8.501,285, com 4,36% em relação ao Estado. O extrativismo da carnaúba também é uma atividade relevante e a pesca artesanal.

13. Sertão dos Inhamuns: A região de planejamento do sertão dos Inhamuns é composta por cinco municípios: Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá. Sua área territorial é de 10.873 km² e a população estimada em 2021 era de 73,168 habitantes, com uma densidade demográfica de 12,63 hab./km². Em 2022, o PIB da região foi de R$ 1.407,065, de 0,72% em relação ao Estado. O extrativismo da pesca artesanal ganha destaque nessa pesquisa.

14. Vale do Jaguaribe: A região de planejamento do Vale do Jaguaribe abrange 15 municípios: Alto Santo, Ererê, Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. Seu território, com 15.011,98 km², é caracterizado por planícies ribeirinhas, chapada do Apodi, planície litorânea, tabuleiros costeiros e sertões. Em 2021, a população era de 244,946 habitantes, com uma densidade demográfica de 26,48 hab./km². O PIB da região em 2022 foi de R$ 7.260,451, de 3,73% com relação ao Estado. A carnaúba é amplamente explorada pelas fabricas, sendo um dos principais produtos extrativistas da região e a pesca artesanal.

3.3 Base de Dados

Após a verificação das condições de participação das Entidades Extrativistas, constatou-se que 72 entidades não atendiam aos critérios da pesquisa, seja por não possuírem CNPJ, por não realizarem as atividades extrativistas abordadas neste estudo ou por não estarem mais em operação. Como resultado, 83 entidades seguiram adiante no processo de adesão à pesquisa. Essas 83 entidades participaram da segunda etapa do diagnóstico, que consistiu na aplicação do Instrumental de Pesquisa, com o objetivo de coletar dados detalhados sobre a gestão e produção dessas organizações.

O engajamento das 83 entidades que aderiram à pesquisa é um indicativo importante da disposição das organizações para colaborar e fornecer informações essenciais para o fortalecimento do setor extrativista, além de contribuir para o desenvolvimento de soluções que atendam às necessidades da agricultura familiar e da geração de renda no campo. A participação ativa dessas entidades foi fundamental para o sucesso da pesquisa, permitindo uma análise mais precisa e abrangente dos desafios e oportunidades presentes nas diferentes macrorregiões do Ceará.

3.4 Instrumental de Pesquisa

Os métodos aplicados para a presente pesquisa foram a entrevista semiestruturada e a observação não participante. A entrevista semiestruturada baseia-se em um conjunto de perguntas previamente definidas, organizadas em um roteiro que orienta a coleta de dados. Essas perguntas são aplicadas de forma consistente a todos os participantes, permitindo uma comparação sistemática das respostas obtidas. Ao expor os informantes a questões padronizadas, esse método possibilita o cotejamento das respostas, o que é essencial para análises mais estruturadas e aprofundadas, frequentemente esperadas em estudos que utilizam entrevistas semiestruturadas (Dicicco-Bloom; Crabtree, 2006; Gil, 2008; Manzini, 2012).

Diante disso, utilizou-se como base um roteiro de entrevistas semiestruturado, o Instrumental de Pesquisa (Apêndice A), contendo 12 tópicos, com o objetivo de abordar as dimensões de gestão e produção das entidades com atividades extrativistas de babaçu, carnaúba, pequi e pesca artesanal nas 14 macrorregiões do estado do Ceará.

Os questionários formulados foram aplicados entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2024 junto aos representantes de entidades que desenvolvem atividades extrativistas de babaçu, carnaúba, pequi e pesca artesanal, devidamente assinados por seu(s) representante(s).

3.5 Processo de Coleta de Dados

As 83 entrevistas foram conduzidas, com duração média entre 1 e 3 horas. Esse método, caracterizado por entrevistas abertas e aprofundadas, favoreceu a coleta de informações ao permitir que as conversas fluíssem naturalmente. Muitas dessas entrevistas se transformaram em diálogos informais, realizados em um clima descontraído, como conversas de fim de tarde nas varandas das entidades.

Na observação não participante, também chamada de observação direta, o pesquisador não se insere em um grupo social como se fosse membro do grupo observado, apenas atua como espectador atento, procurando ver e registrar o máximo de ocorrências que interessa ao seu trabalho (Richardson et al., 2012). Com essa técnica produziu-se como dados inicialmente o registro fotográfico e o registro/síntese sobre a entidade extrativista (resumo). A escrita do registro pelo Pesquisador de Campo teve o objetivo de descrever o seu olhar sob o que fora observado, com a sua interpretação.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes/presidentes de 83 entidades, a partir de um universo de 155 entidades registradas na Base de Dados (Apêndice B) do Instituto Veredas da Cidadania. Vale ressaltar que, das 155 entidades, 72 não atendiam aos critérios estabelecidos para a pesquisa. No entanto, a não aderência dessas entidades não foi uma decisão preestabelecida, mas sim uma consequência do desenvolvimento da pesquisa, sendo um critério determinado durante a seleção das entidades participantes. Assim, o critério de inclusão foi a condição de serem entidades com CNPJ ativo e que desenvolvessem atividades extrativistas de carnaúba, babaçu, pequi e pesca artesanal.

3.6 Reunião de Sensibilização e Diagnóstico

Para a realização do “Diagnóstico de Gestão e Produção”, foram realizadas Reuniões de Sensibilização com as entidades selecionadas para apresentação dos objetivos e adesão a presente pesquisa. Dessa reunião, foram gerados relatórios das atividades por entidade com termos de adesão devidamente assinados pelos responsáveis, listas de presença dos participantes e registros fotográficos. Além disso, foram realizados relatórios de acompanhamento das atividades ao longo dos meses de agosto de 2024 a fevereiro de 2025 e que foram entregues em via impressa e digital durante a realização da pesquisa.

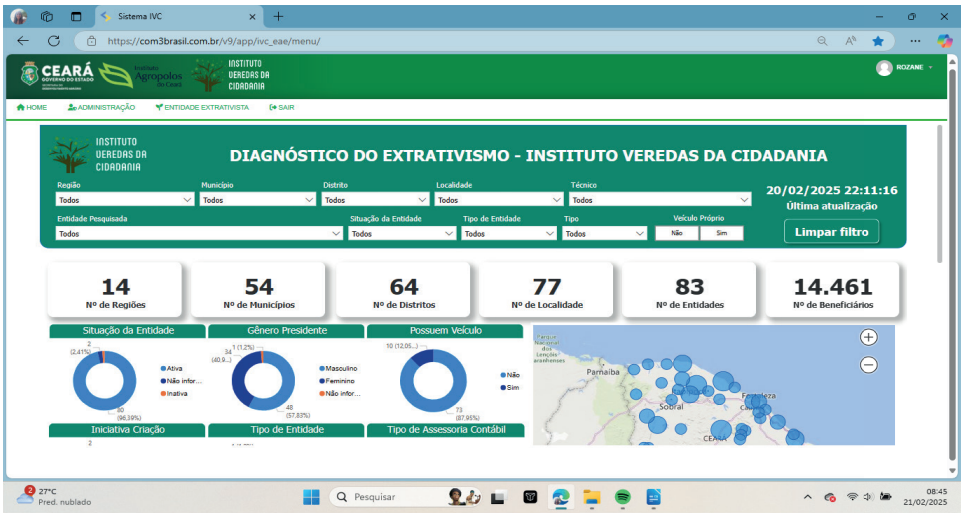
Além disso, foram selecionadas 83 entidades que correspondem a associações, colônias e outros grupos, a fim de representar as diversas regiões e os tipos de produtos extrativistas. Os representantes foram entrevistados individualmente em suas entidades, propiciando a presença de colaborador(es) no intuito de complementar e detalhar as informações disponibilizadas pelo representante.

3.7 Processamento e Análise dos Dados

Nesta etapa, foi realizado o processamento das informações coletadas em campo. Foi feita a organização das informações do Instrumental de Pesquisa e a análise e interpretação das informações. Na sequência, foi desenvolvido o software "IVC – Instituto Veredas da Cidadania" (Figura 2), para a inserção dos dados, uma plataforma robusta e eficiente. Esse software foi alimentado com as informações coletadas por meio dos Instrumentais de Pesquisa, aplicados às 83 entidades participantes da pesquisa, analisando a amplitude e a diversidade da gestão e produção das atividades extrativistas.

Após o processamento, os dados foram tabulados e sistematizados para análise estatística descritiva dos dados quantitativos e análise de conteúdo (Bardin, 2011) para os dados qualitativos. No que se refere à análise quantitativa, os dados foram organizados e tabulados, onde foram calculadas as frequências absoluta e relativa, e para determinados dados, a média, a moda e a mediana. Com relação aos dados qualitativos, os dados coletados foram avaliados com base na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011; Bauer, 1989), a qual possibilitou a categorização e interpretação dos significados expressos pelos representantes das entidades. Assim, ao analisar de forma fragmentada todas as respostas dos representantes das entidades, buscou-se identificar regularidades nos discursos. Esses cálculos permitiram identificar padrões gerais nas respostas obtidas e possibilitaram uma comparação entre as diferentes entidades e macrorregiões.

Figura 2. Layout do software das "Entidades Extrativistas – ICV". Estado do Ceará. 2025.



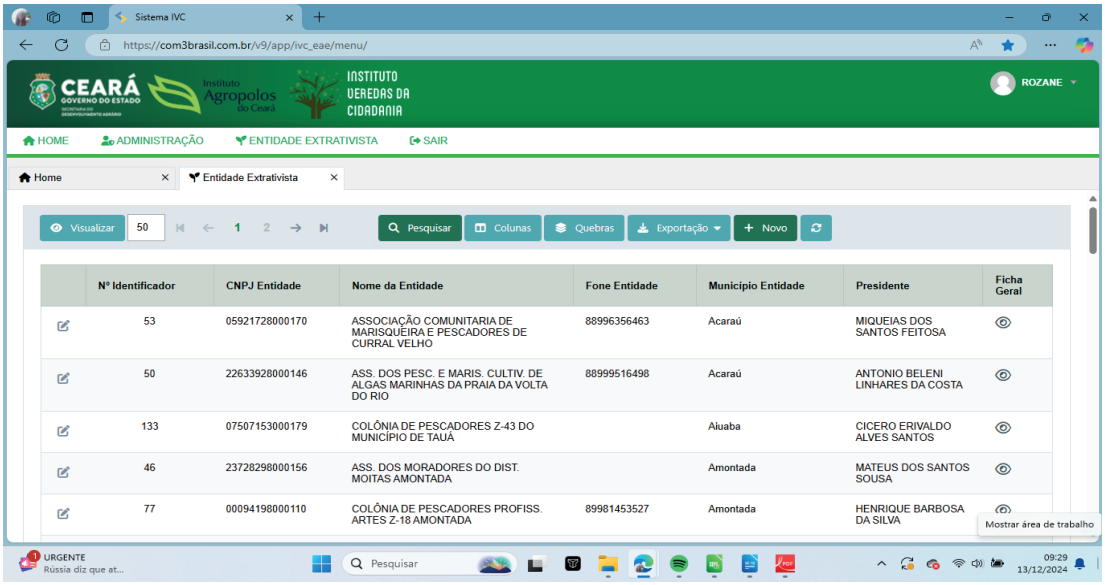
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Essa abordagem metodológica combinou a análise quantitativa e qualitativa, oferecendo uma visão ampla e detalhada sobre a gestão e produção nas entidades extrativistas, essencial para o desenvolvimento de ações direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à ampliação da geração de renda no campo.

É importante destacar que as aplicações ocorreram em 54 municípios, evidenciando a abrangência geográfica da pesquisa e seu impacto significativo nas diferentes regiões do estado. Esse processo garante uma análise integrada e precisa das informações, essencial para o diagnóstico e a formulação de estratégias para o fortalecimento das entidades extrativistas. O endereço eletrônico do software é: https://com3brasil.com.br/ivc/.

Foi realizada a alimentação dos dados no sistema de cada entidade onde fora aplicado o Instrumental de Pesquisa. Dessa forma, todas as informações do Instrumental foram cadastradas no sistema. Na página inicial, constam as informações referentes ao N° Identificador, o CNPJ, o nome, o telefone, o município e o presidente de cada entidade (Figura 3). Além disso, pode ser gerado uma “Ficha Geral” por entidade, onde constam todas as informações preenchidas no Instrumental de Pesquisa.

Figura 3. Layout da primeira página do software das “Entidades Extrativistas – ICV”. Estado do Ceará. 2025.



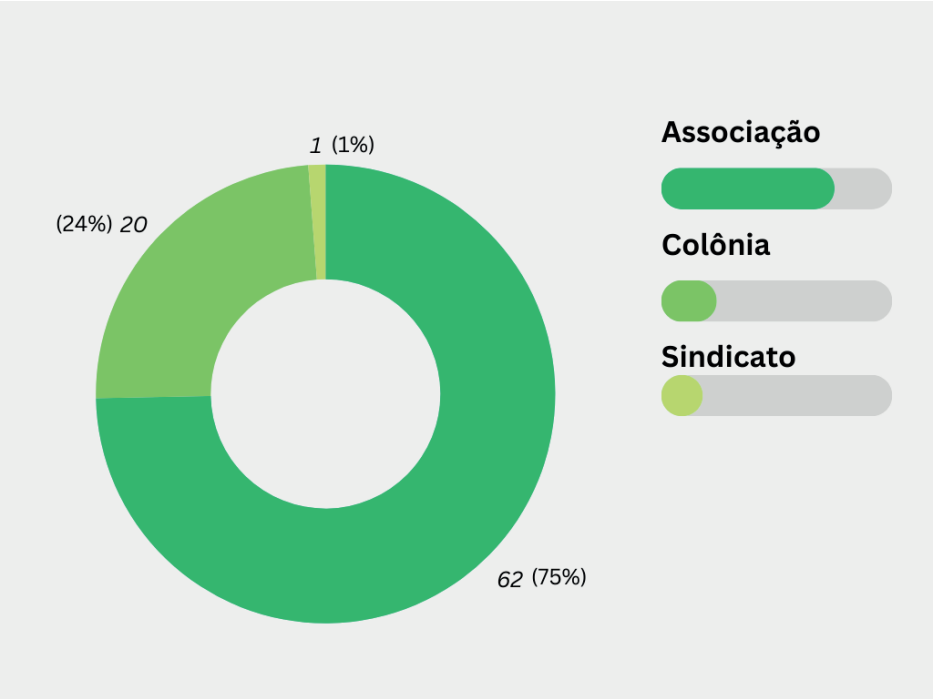
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

4 DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Identificação das Entidades com Atividades de Extrativismo

A presente pesquisa contou com a adesão de 83 entidades para a realização do “Diagnóstico de Gestão e Produção”, abrangendo uma ampla diversidade de organizações e regiões no estado do Ceará. O total de entidades foi representado por 62 associações (75%), 20 colônias (24%) e um sindicato (1%) (Figura 4). Essas entidades estão localizadas em 54 municípios, distribuídos nas 14 regiões de planejamento do Ceará, sendo 64 distritos, englobando 77 localidades no total (Figura 5), e por fim, apresentando um número total expressivo de 14.461 sócios (Quadro 1), demonstrando o envolvimento significativo de comunidades extrativistas em todo o estado.

Figura 4. Tipos de entidades identificadas no “Diagnóstico de Gestão e Produção em Entidades com Atividades Extrativistas nas 14 Regiões do Estado do Ceará”. Estado do Ceará. 2025.

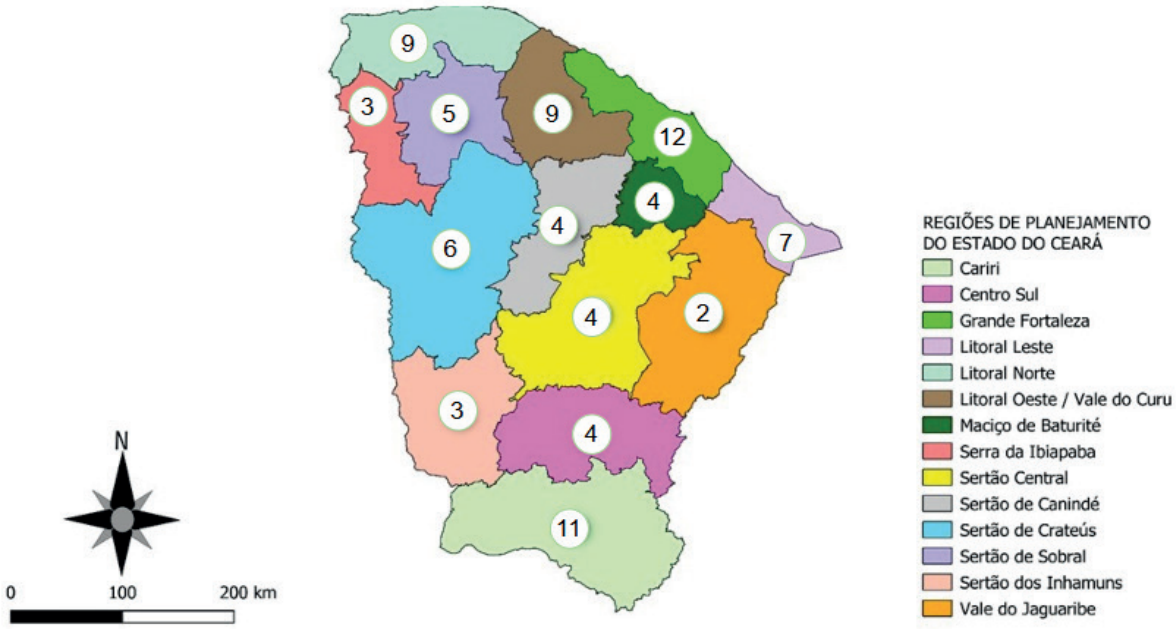


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Observou-se uma concentração variável de entidades entre as diferentes regiões, refletindo a diversidade da atividade extrativista no estado. As regiões da Grande Fortaleza, do Cariri, do Litoral Norte e do Litoral Oeste/Vale do Curu possuem uma maior representatividade, concentrando o maior número de entidades extrativistas, com 12, 11, 9 e 9 entidades, respectivamente (Figura 5). Esse cenário indica que a atividade extrativista é mais expressiva em áreas com ecossistemas favoráveis, como serras e regiões litorâneas, onde há maior disponibilidade de recursos naturais, favorecendo tanto a extração sustentável quanto a organização das comunidades envolvidas. Além disso, segundo dados do IPECE (2015), a região da Grande Fortaleza possui o maior quantitativo populacional, representando 44,67% da população cearense, seguida das regiões do Cariri (11,30%), Litoral Oeste/Vale do Curu (4,35%) e Sertão de Sobral (5,46%).

A região da Grande Fortaleza se caracteriza por planícies litorâneas, tabuleiros costeiros, serras úmidas e sertões. No Cariri, predominam a chapada do Araripe, os sertões e as serras secas. Já o Litoral Norte e o Litoral Oeste/Vale do Curu compartilham domínios naturais semelhantes, como planícies litorâneas, tabuleiros costeiros, sertões e planícies ribeirinhas. Essa diversidade ambiental influencia diretamente as atividades econômicas e sociais de cada região, bem como a ocupação e o uso dos recursos naturais (Lima; Oliveira, 2019).

Figura 5. Número de entidades extrativistas por “Região de Planejamento do Estado do Ceará”. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Esses números, por sua vez, destacam o alcance e a representatividade da pesquisa que conseguiu mapear e diagnosticar um setor primordial para o Ceará. Além disso, a diversidade organizacional evidencia a relevância das diferentes formas de gestão (associações, colônias e sindicatos) para atender às necessidades específicas das comunidades. A análise desses dados reforça a importância de iniciativas como essa para identificar desafios e promover melhorias nos processos de gestão, produção e sustentabilidade das entidades extrativistas em uma escala estadual. Nesse sentido, a razão de ser das organizações é a maximização de determinadas funções, objetivo dentre o conjunto de oportunidades permitidas pela estrutura institucional da sociedade (Saes, 2000).

Quadro 1. Levantamento do número de entidades por municípios, distritos e localidades e número de sócios nas 14 regiões do estado do Ceará. Estado do Ceará. 2025.

REGIÃO	QUANTIDADE	MUNICÍPIOS	DISTRITOS	LOCALIDADE	Nº. SÓCIOS
CARIRI	11	7	7	10	1.090
CENTRO SUL	4	3	3	4	249
GRANDE FORTALEZA	12	7	9	11	2.695
LITORAL LESTE	7	4	5	5	4.226
LITORAL NORTE	9	6	8	9	1.067
LITORAL OESTE/VALE DO CURU	9	4	6	9	2.186
MACIÇO DE BATURITÉ	4	4	4	4	220
SERRA DA IBIAPABA	3	2	2	3	41
SERTÃO CENTRAL	4	4	4	4	1.302
SERTÃO DE CANINDÉ	4	1	3	3	88
SERTÃO DE SOBRAL	5	3	3	5	205
SERTÃO DOS CRATEÚS	6	5	6	6	876
SERTÃO DOS INHAMUNS	3	3	3	3	91
VALE DO JAGUARIBE	2	1	1	1	125
TOTAL	**83**	**54**	**64**	**77**	**14.461**

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Para a construção da Base de Dados para o “Diagnóstico de Gestão e Produção” foram incluídas 141 entidades, conforme estabelecido no Plano de Trabalho. Além dessas, durante a execução, foram identificadas mais 14 associações, totalizando 155 entidades. Dentre essas, 83 aderiram à pesquisa em questão, demonstrando um nível significativo de participação. Esse aumento inicial reflete o esforço em garantir maior representatividade e cobertura do setor extrativista no estado.

De acordo com o Plano de Trabalho, o requisito inicial era selecionar 70 entidades. No entanto, a adesão de 83 entidades, listadas no Quadro 2, ultrapassou significativamente essa meta, evidenciando o engajamento expressivo dos atores envolvidos no setor extrativista no estado. Dessas 83 entidades, 12 estão inseridas em comunidades tradicionais, incluindo povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A participação dessas entidades reforça a diversidade e a representatividade do diagnóstico, bem como o compromisso com a inclusão, incorporando grupos historicamente fundamentais para a preservação cultural e ambiental do estado e do país.

Essa composição não apenas amplia a abrangência do diagnóstico, mas também assegura uma visão mais integrada das dinâmicas sociais, culturais e econômicas do setor extrativista. O envolvimento de comunidades tradicionais destaca a relevância do diagnóstico para a valorização de práticas sustentáveis e a promoção da equidade

nas políticas públicas voltadas para o extrativismo. A superação da meta inicial e a inclusão de grupos diversos fortalecem a representatividade do estudo, garantindo que os resultados reflitam as reais necessidades e desafios enfrentados por diferentes perfis de entidades extrativistas em todo o Ceará.

Quadro 2. Levantamento do número de entidades e seus respectivos municípios nas 14 regiões do estado do Ceará. Estado do Ceará. 2025.

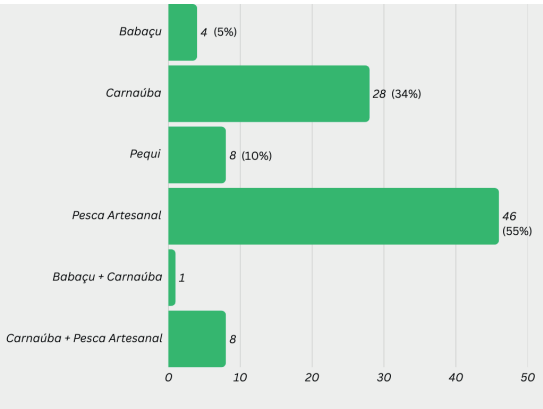
REGIÃO	Nº. ENTIDADE	MUNICÍPIO	Nº. ENTIDADE
CARIRI	11	Barbalha	1
		Crato	1
		Jardim	5
		Jati	1
		Juazeiro do Norte	1
		Porteiras	1
		Santana do Cariri	1
CENTRO SUL	4	Iguatu	1
		Jucás	1
		Quixelô	2
GRANDE FORTALEZA	12	Aquiraz	1
		Caucaia	2
		Fortaleza	2
		Horizonte	1
		Itaitinga	1
		Paracuru	1
		Trairi	4
LITORAL LESTE	7	Aracati	3
		Beberibe	2
		Fortim	1
		Jaguaruana	1
LITORAL NORTE	9	Acaraú	3
		Barroquinha	1
		Camocim	1
		Jijoca de Jericoacoara	1
		Morrinhos	2
		Uruoca	1
LITORAL OESTE/VALE DO CURU	9	Amontada	4
		Itapipoca	1
		Miraíma	3
		Umirim	1
MACIÇO DE BATURITÉ	4	Aracoiaba	1
		Baturité	1
		Capistrano	1
		Itapiúna	1

SERRA DA IBIAPABA	3	São Benedito	2
		Viçosa do Ceará	1
SERTÃO CENTRAL	4	Banabuiú	1
		Deputado Irapuan Pinheiro	1
		Ibaretama	1
		Solonópole	1
SERTÃO DE CANINDÉ	4	Canindé	4
SERTÃO DE SOBRAL	5	Pires Ferreira	3
		Santana do Acaraú	1
		Sobral	1
SERTÃO DOS CRATEÚS	6	Ararendá	1
		Crateús	2
		Poranga	1
		Santa Quitéria	1
		Tamboril	1
SERTÃO DOS INHAMUNS	3	Aiuaba	1
		Arneiroz	1
		Quiterianópolis	1
VALE DO JAGUARIBE	2	Iracema	2

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Com base nos dados coletados, as 83 entidades participantes do “Diagnóstico de Gestão e Produção” estão distribuídas entre os diferentes tipos de extrativismo, sendo que 04 entidades (5%) realizam a atividade de extrativismo de babaçu, 28 entidades (34%) se dedicam à extração de carnaúba, 08 entidades (10%) estão envolvidas na extração do pequi e 46 entidades (55%) realizam atividades de pesca artesanal (Figura 6). Essa distribuição reflete a diversidade das atividades extrativistas no estado do Ceará, com uma predominância significativa das atividades relacionadas à pesca artesanal, na Grande Fortaleza (8 entidades), seguida pela extração de carnaúba, no Litoral Norte (7 entidades).

Figura 6. Distribuição das entidades por tipo de extrativismo no “Diagnóstico de Gestão e Produção em Entidades com Atividades Extrativistas nas 14 Regiões do Estado do Ceará”. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

As Entidades Extrativas com atividades relacionadas ao babaçu estão mais concentradas nas regiões do Cariri, Litoral Oeste/Vale do Curu e Serra da Ibiapaba. Quanto à carnaúba, as atividades são realizadas em entidades localizadas em nove regiões do Ceará: Centro sul, Grande Fortaleza, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão de Sobral e Sertão dos Crateús. Já as atividades extrativistas relacionadas à pesca artesanal podem ser encontradas em entidades situadas em 12 regiões do Ceará, com exceção da Serra Ibiapaba e do Sertão de Canindé. Com relação às atividades extrativas do pequi se concentram nas regiões do Cariri.

A predominância da pesca artesanal e da extração de carnaúba reflete o peso histórico e econômico dessas atividades no estado do Ceará. A pesca artesanal, praticada por centenas de comunidades do litoral cearense, é a base da economia pesqueira regional e da reprodução do modo de vida tradicional (Xavier; Gorayeb; Brannstrom, 2020). Os carnaubais normalmente estão ao lado dos cursos d'água, protegendo-os do processo de erosão, retendo com seu caule todo o material que possa ser carreado para dentro dos corpos d'água. O seu desmatamento é uma ferramenta de desequilíbrio ambiental pela exposição do solo a processos erosivos, assoreamento dos cursos d'água, diminuição na capacidade de infiltração de água subterrânea e até mesmo desaparecimento da caatinga (Silva, 2014).

Por outro lado, o menor número de entidades voltadas para o babaçu e o pequi podem estar relacionados à distribuição geográfica das espécies, onde são mais predominantes no Cerrado e nas serras. Além disso, quanto ao babaçu, a extração desempenha um papel fundamental na subsistência das populações rurais da Caatinga, sendo uma atividade tradicionalmente ligada à economia local. Já a coleta do pequi, amplamente realizada no Cerrado, caracteriza-se por um extrativismo essencialmente predatório, o que pode colocar em risco algumas espécies do bioma. Além disso, o pequi é uma importante fonte alimentar e um recurso explorado em escalas regionais, o que reforça a necessidade de estratégias de manejo sustentável para garantir sua preservação e o fortalecimento das cadeias produtivas associadas (Mariante; Sampaio; Inglis, 2008).

Esses dados destacam não apenas a importância do extrativismo para a geração de renda e a segurança alimentar, mas também a necessidade de políticas públicas direcionadas para apoiar as diferentes cadeias produtivas. Investimentos em infraestrutura, assistência técnica e mercados mais acessíveis podem fortalecer as atividades extrativistas e ampliar sua sustentabilidade econômica e ambiental.

Além disso, foi observado também que há entidades com mais de uma atividade: uma entidade realiza tanto a extração de babaçu quanto a de carnaúba e duas entidades realizam tanto a extração de carnaúba quanto a pesca artesanal (Figura 6). Para as comunidades extrativistas, praticar mais de uma atividade pode ser uma forma de

diversificar as fontes de renda, o que é particularmente importante em contextos em que a variação sazonal ou a escassez de recursos naturais pode afetar a produção. Na comunidade Zabelê I, em Nova Olinda, a integração da avicultura com o extrativismo de frutos nativos, incluindo o pequi, resultou em uma produção contínua e sustentável ao longo do ano, valorizando a mão de obra familiar e preservando a mata nativa (Floriô Semiárido, 2022). Além disso, iniciativas de turismo de base comunitária, como a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, em Beberibe, combinam a pesca artesanal com o ecoturismo, destacando-se no cenário estadual e contribuindo para a geração de renda e preservação cultural (Diário do Nordeste, 2019).

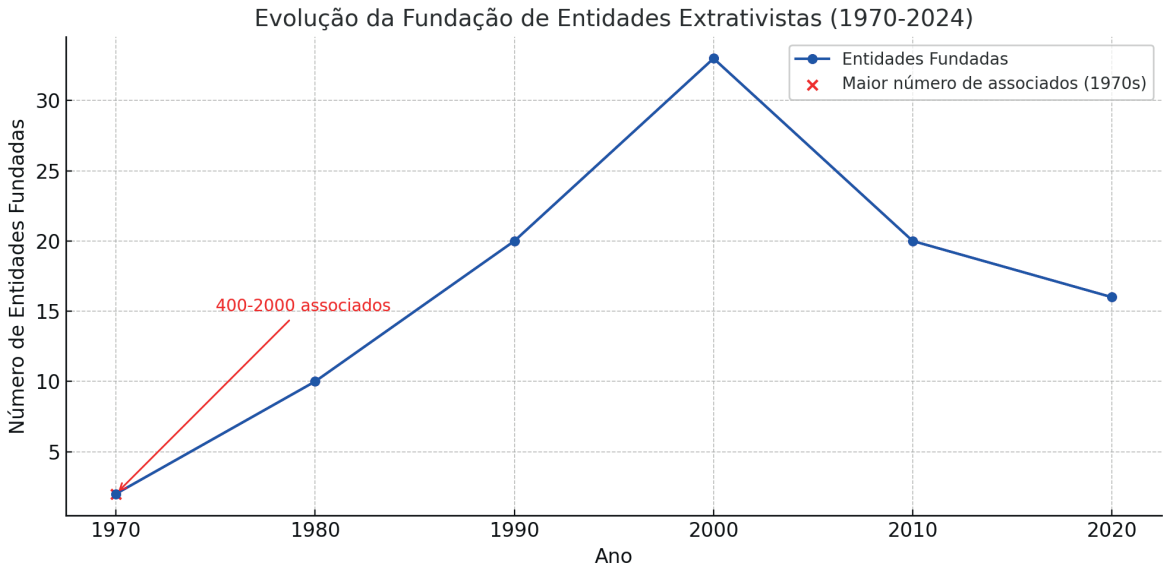
Verificou-se o número médio de 174 associados por entidade, com a amplitude de três associados por entidade até 2.000 associados, como é o caso da Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais e Aquicultores Z-12 de Aracati, situada no município de Aracati, no Litoral Leste. Essa colônia de pescadores possui uma boa gestão, favorecendo ainda mais a capacidade organizacional dos seus associados.

A Associação Coletiva do Assentamento de Reforma Agrária, em Canindé, no Sertão de Canindé, e a Associação dos Remanescentes de Quilombo, em São Benedito, na Serra da Ibiapaba, possuem somente três associados cada. Essa última entidade extrativista possui ótimo nível de organização e apresenta forte potencial para aumentar a produção e diversificar a produção.

Com relação à data da fundação das Entidades Extrativistas, as entidades foram fundadas entre os anos de 1975 e 2024. Nos últimos 20 anos foram criadas 53 entidades, enquanto nos últimos 10 anos foram fundadas 16 entidades. Observa-se ainda que as entidades fundadas na década de 1970 possuem um maior número de associados, entre 400 e 2.000 associados (Figura 7). Essas entidades são representadas pelas seguintes colônias de pescadores: Colônia de Pescadores Z-8, Colônia de Pescadores do Trairi Z-4, Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais e Aquicultores Z-12 de Aracati e Colônia de Pescadores Profissionais Z-14, situadas na Grande Fortaleza, no Litoral Leste e no Sertão Central, e que apresentam 900, 400, 2.000 e 1.180 sócios, respectivamente.

No Ceará, têm sido implementadas iniciativas para fortalecer o extrativismo e promover novas entidades extrativistas. Recentemente, em 2024, foi regulamentada a Lei nº 17.533, que dispõe sobre a regularização dos territórios de povos e comunidades tradicionais no estado, proporcionando um marco legal para a criação e reconhecimento de novas entidades extrativistas (CEARÁ, 2024).

Figura 7. Evolução das Fundações de Entidades Extrativistas (1970-2024) a partir do "Diagnóstico de Gestão e Produção em Entidades com Atividades Extrativistas nas 14 Regiões do Estado do Ceará". Estado do Ceará. 2025.

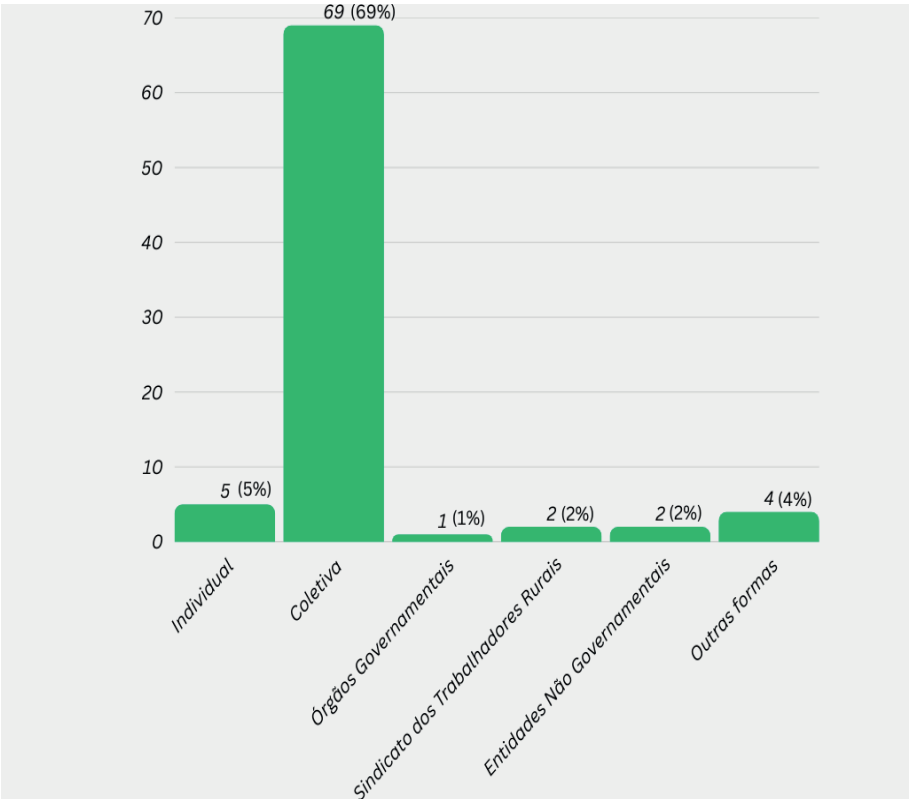


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Com relação à situação das Entidades Extrativistas, todas as 83 entidades possuem situação ativa, revelando assim um cenário de ampla atividade formalizada, além de demonstrar regularidade em suas operações e comprometimento com os objetivos estabelecidos. No que diz respeito à iniciativa de criação, observa-se a predominância de esforços coletivos com 69 entidades (83%) sendo criadas em todas as 14 regiões do Ceará por meio de iniciativas comunitárias ou de grupos organizados (órgãos e entidades não governamentais e sindicatos) (Figura 8).

No estado, várias iniciativas comunitárias e de grupos organizados têm impulsionado a criação e o fortalecimento de entidades extrativistas. Um exemplo importante é a Reserva Extrativista (Resex) do Batoque, localizada no litoral cearense. Sua criação, em 2003, foi resultado da mobilização da comunidade local para proteger seu território das ameaças externas, como a especulação imobiliária. Para garantir a sustentabilidade de suas práticas tradicionais de pesca e agricultura familiar, a comunidade fundou uma associação em 1989 com o objetivo de defender seus interesses (Mesquita, 2015). Outra iniciativa relevante é o "Programa Carnaúba Sustentável", promovido pela Associação Caatinga com apoio do Grupo Boticário, com sedes no município de Crateús e Fortaleza. Este programa tem como objetivo capacitar trabalhadores extrativistas e pequenos produtores rurais da cadeia produtiva da carnaúba, incentivando práticas sustentáveis e a melhoria das condições de trabalho, produtividade e renda. A proposta busca formar uma comunidade modelo que possa ser replicada em outras áreas produtoras de carnaúba no estado (Associação Caatinga, 2023b).

Figura 8. Tipo de Iniciativa pela qual foi criada a Entidade Extrativista. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

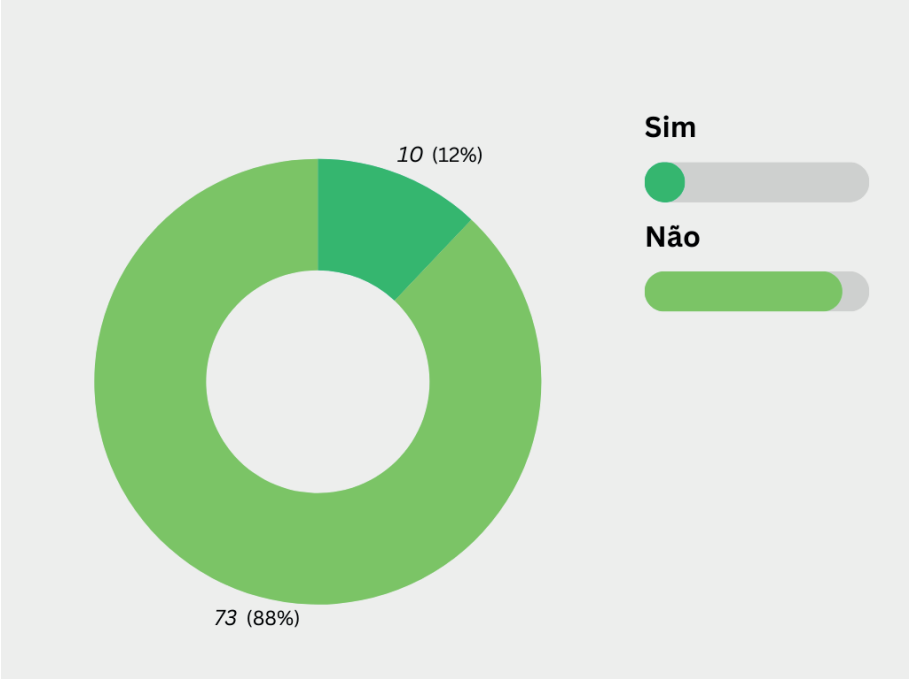
Além disso, outras formas de fundação se destacam: 05 entidades criadas de forma individual (6%), 01 pelos Órgãos Governamentais (1%), 02 pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (2%), 02 pelas Entidades Não Governamentais (2%) e 04 entidades fundadas por outras iniciativas (5%) (Figura 8), sendo 01 por meio de Sindicato, 02 entidades pelo Caritas, sendo uma em parceria com o Projeto Bem Viver e a organização SIVIS – Internacional (Itália) e 01 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses dados destacam a diversidade de iniciativas que impulsionam o extrativismo, variando desde esforços individuais até ações coordenadas por organizações nacionais e internacionais. Como é o caso do Projeto Paulo Freire (PPF), projeto que visa reduzir a pobreza e elevar o padrão de vida de agricultores familiares no semiárido cearense. Por meio do desenvolvimento produtivo e capacitação, o PPF busca fortalecer a agricultura familiar e outras atividades extrativistas, promovendo a sustentabilidade econômica e social (Floriô Semiárido, 2022). Essa pluralidade reflete a capacidade do setor de mobilizar diferentes atores sociais em prol de objetivos comuns, como a geração de renda, sustentabilidade e fortalecimento comunitário.

A análise sobre a posse de veículo próprio nas Entidades Extrativistas revela que a grande maioria (73 entidades) não dispõe de veículos próprios, representando cerca

de 88% do total. Em contraste, apenas 12% das entidades relataram possuir veículo próprio, evidenciando um cenário de limitada infraestrutura de transporte dentro dessas organizações (Figura 9). Essas entidades estão distribuídas em oito regiões do estado: Cariri, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Inhamuns e Vale do Jaguaribe, que possui atividades relacionadas ao extrativismo do babaçu, da carnaúba, do pequi e da pesca artesanal. Como essas atividades dependem diretamente de um sistema de transporte eficiente para o escoamento da produção e o acesso a mercados, investimentos em infraestrutura viária, armazenamento e distribuição são essenciais para fortalecer o setor e garantir sua sustentabilidade econômica.

O fato de ter um veículo na comunidade possibilita uma melhoria da logística de transporte do produto extrativista coletado, além de que o investimento faciliita a venda direta da produção para agroindústrias, com preços mais justos para os extrativistas. Garantir o transporte da castanha produzida na comunidade, pode representar uma fonte extra de renda, por meio da prestação de serviço de frete de passageiros e da produção local (Gonçalves, 2011).

Figura 9. Proporção de Entidades Extrativistas com Veículo Próprio. Estado do Ceará. 2025.

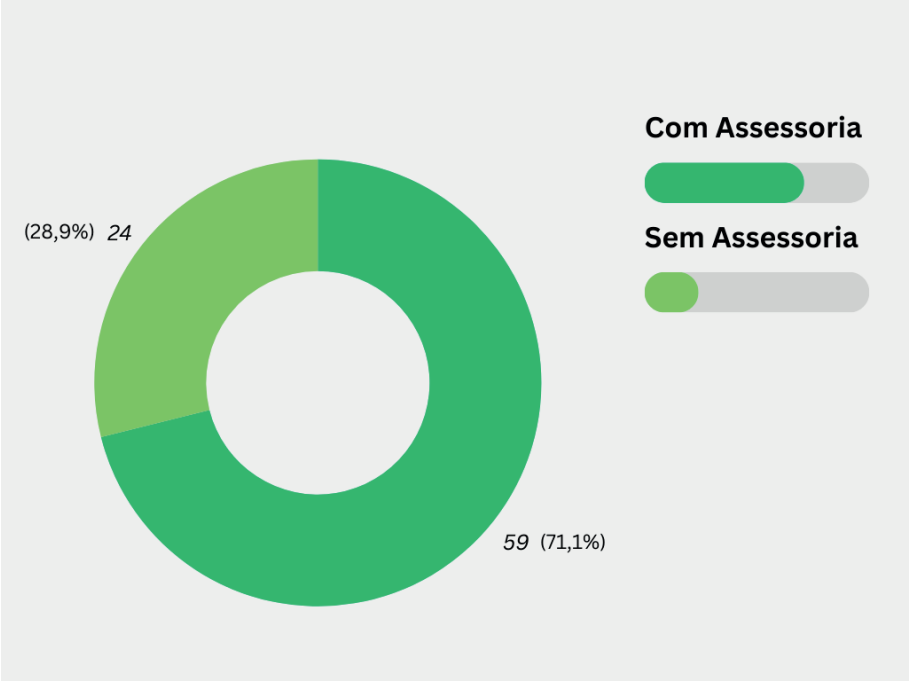


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Com relação à presença de assessoria contábil e jurídica nas Entidades Extrativistas situadas nas 14 regiões de planejamento, 59 entidades relataram ter esse tipo de assessoria, representando 71,1% do total (Figura 10). Dentre elas, 56 entidades (94,9%) utilizam serviços pagos, enquanto apenas 3 entidades (5,1%) situadas na região do Cariri contam com a assessoria gratuita (Figura 10).

Nesse contexto, a contabilidade gerencial se torna uma ferramenta essencial para garantir uma gestão financeira mais segura e estratégica. Por meio da contabilidade é possível obter informações confiáveis, facilitando para que as decisões sejam tomadas com maior segurança. As informações e os dados contábeis são ferramentas de gestão que devem fazer parte da rotina empresarial. Muitas dessas ferramentas de gestão contábeis podem ser aplicadas na gerência das empresas, independente do porte (Henrique, 2008). Dessa forma, a adoção de serviços contábeis nas Entidades Extrativistas contribui para a sustentabilidade e crescimento do setor.

Figura 10. Distribuição da Presença de Assessoria Contábil e Jurídica nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



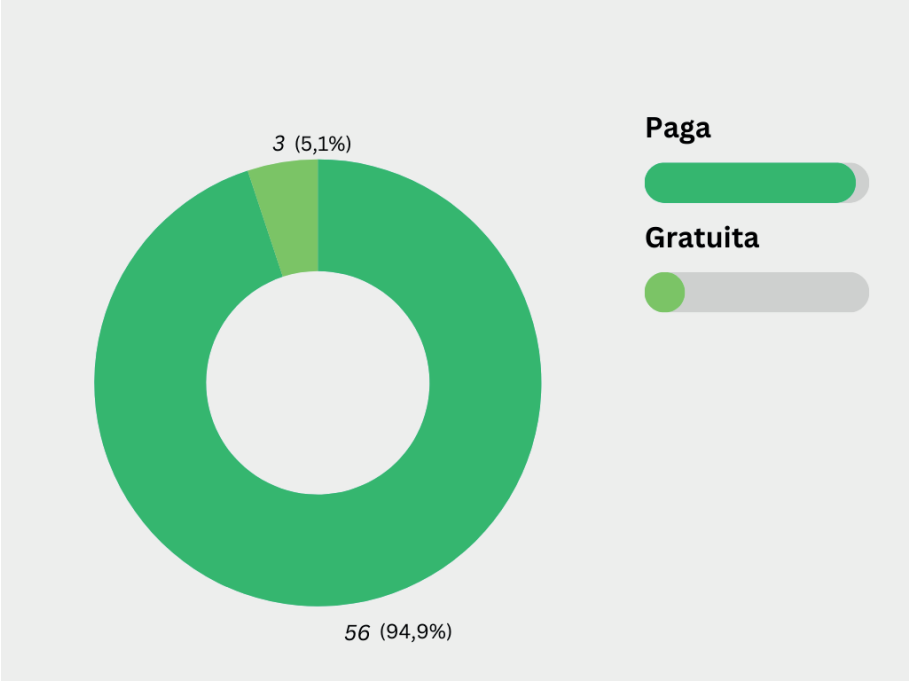
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

É importante destacar que a assessoria contábil e jurídica é um fator essencial para a formalização e regularização das atividades dessas entidades, auxiliando na gestão financeira, no cumprimento das obrigações fiscais e legais, além de oferecer suporte em questões trabalhistas e contratuais. A predominância de serviços pagos pode indicar a necessidade de um maior investimento para garantir a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. Por outro lado, a presença de assessoria gratuita em apenas 5,1% das entidades (Figura 11) pode refletir desafios no acesso a esse tipo de suporte, limitando as opções disponíveis para muitas organizações.

Reis (2013) destaca que buscar assessoria contábil assegura o crescimento seguro do empreendimento, auxiliando na análise de viabilidade no mercado e no cumprimento de obrigações legais. A combinação dessas assessorias assegura que as entidades extrativistas cumpram as exigências legais, evitando penalidades e fortalecendo sua credibilidade no mercado. O Centro de Estudos do Trabalho e

de Assessoria ao Trabalhador (Cetra) desenvolve projetos que visam promover a qualidade de vida de comunidades rurais no Ceará, oferecendo suporte técnico a prestação de contas, por exemplo (Cetra, 2022).

Figura 11. Presença de Assessoria Contábil e Jurídica Paga e Gratuita nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

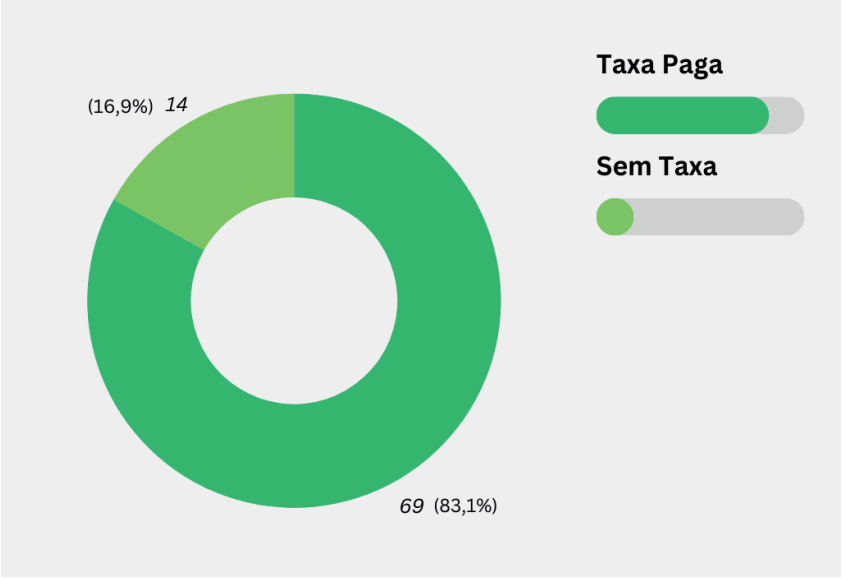


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Considerando as Entidades Extrativistas em que os sócios pagam uma taxa, aproximadamente 69 entidades (Figura 12) relataram essa prática. Para facilitar a visualização e análise dos resultados, os valores foram classificados em intervalos conforme a variação apresentada na Tabela 1, permitindo uma compreensão mais detalhada da distribuição das taxas entre as entidades. O valor médio da contribuição foi de R$ 12,40, com a taxa mínima variando de R$ 1,00, identificada na Associação dos Agricultores de Marrecas 02, em Amontada, na região Litoral Oeste/Vale do Curu, até a máxima de R$ 60,00, identificada na Associação Comunitária de Pescadores do Arneiroz Arnepeixe, no município de Arneiroz, no Sertão dos Inhamuns.

Além disso os resultados indicam que a maioria das entidades (56,5%) estabelece taxas de R$ 1,00 a R$ 5,00 (Tabela 1), demonstrando uma preocupação em manter valores acessíveis para os associados, possivelmente devido às condições socioeconômicas das comunidades extrativistas que estão situadas, em sua maioria, nas regiões do Cariri e do Litoral Norte. Nessas localidades, a economia, menos diversificada, é fortemente influenciada por práticas tradicionais e de subsistência, o que pode limitar a capacidade de pagamento dos membros (CEARÁ 2050, 2018).

Figura 12. Número de Entidades Extrativistas com Sócios que Pagam Taxa. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Uma parcela menor das entidades (11,6%) cobra taxas entre R$ 6,00 e R$ 10,00, enquanto apenas 1,4% aplicam valores entre R$ 11,00 e R$ 15,00 (Tabela 1). Por outro lado, um percentual significativo das entidades (11,6%) estabelece taxas na faixa de R$ 21,00 a R$ 25,00, nas colônias e sindicato de pesca artesanal situadas nas regiões do Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão Central e dos Crateús. Uma parcela ainda maior (17,4%) adota valores entre R$ 26,00 e R$ 30,00, nas colônias e associação de pescadores nas regiões do Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte; Litoral Oeste, Maciço de Baturité, Sertão Central e Sertão dos Inhamuns, o que pode refletir realidades econômicas distintas dentro do setor, em que algumas organizações conseguem estruturar melhor suas finanças e exigir contribuições mais altas.

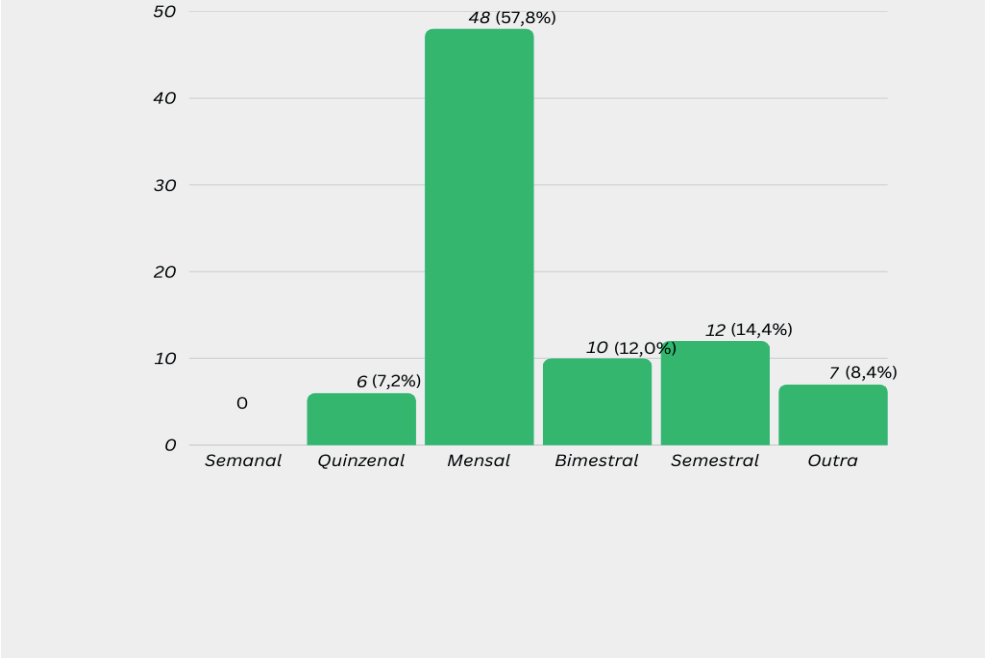
Tabela 1. Faixas de Valor das Taxas Pagas pelos Sócios nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Faixa de Taxa (R$)	Nº. Entidades Extrativistas	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
1,00 – 5,00	39	56,5
6,00 – 10,00	8	11,6
11,00 – 15,00	1	1,4
16,00 – 20,00	0	0,0
21,00 – 25,00	8	11,6
26,00 – 30,00	12	17,4
< 60,00	1	1,4
Total	83	100,0

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Em relação à periodicidade das reuniões e assembleias nas Entidades Extrativistas, foi observado que a maioria das entidades realiza reuniões mensais, com 48 entidades adotando essa prática (Figura 13). Em seguida, 12 entidades realizam reuniões semestrais, 10 têm encontros bimestrais e 6 optam por reuniões quinzenais. Além disso, 7 entidades classificaram a periodicidade como “outra”, relatando uma periodicidade mais flexível, indicando que as reuniões podem ocorrer a cada três meses, três vezes ao ano ou conforme a necessidade, como trimestrais ou anuais (Figura 13). Essas entidades (associações e colônias) estão situadas nas regiões Centro Sul, Litoral Leste, Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão de Sobral e Sertão dos Crateús. A periodicidade variável pode refletir tanto desafios logísticos e operacionais quanto uma maior autonomia na gestão dos encontros, permitindo adaptação às necessidades específicas de cada organização. No entanto, essa flexibilidade na frequência das reuniões não resolve os desafios relacionados à participação efetiva das mulheres, que, em muitos casos, enfrentam dificuldades adicionais, como a resistência de seus companheiros em aceitar sua presença ativa nas reuniões, o que revela a restrita possibilidade delas de influenciar em decisões, se não são consideradas sua participação e representação dentro da entidade (Miranda et al., 2018).

Figura 13. Periodicidade das Reuniões e Assembleias nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

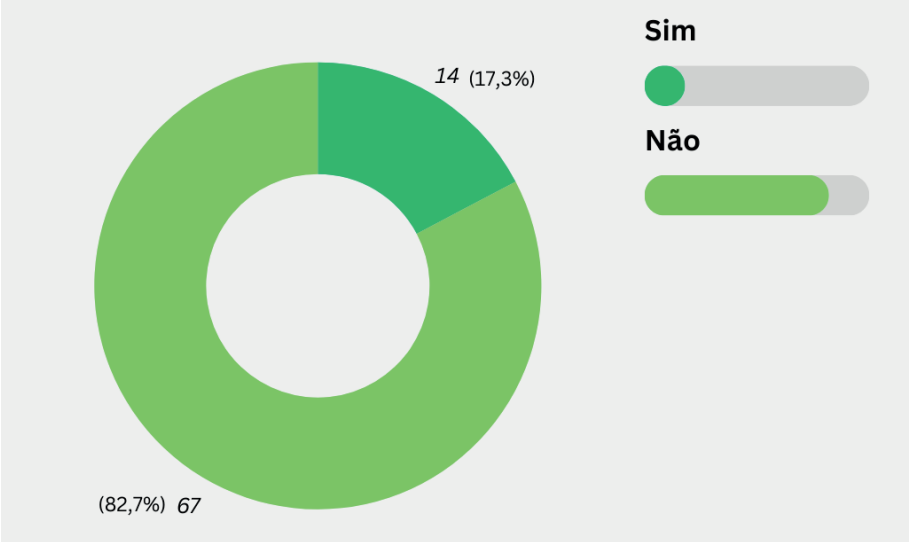


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

No que se refere à contratação de mão de obra remunerada pelas Entidades Extrativistas, observa-se que somente 14 (17,3%) dessas entidades possuem trabalhadores contratados de forma remunerada (Figura 14). Essas entidades estão localizadas nas regiões do Cariri, da Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte,

Litoral Oeste/Vale do Curu, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns e Vale do Jaguaribe. Essa ampla distribuição geográfica sugere que, apesar das dificuldades estruturais do setor extrativista, algumas entidades conseguem gerar empregos e movimentar a economia local. A ausência de mão de obra remunerada, em torno de 83%, reflete uma predominância de atividades conduzidas, geralmente, de forma voluntária ou em regime de economia familiar. Esse cenário reflete tanto as limitações financeiras enfrentadas por essas entidades quanto à falta de incentivos por parte dos órgãos governamentais, além da característica comunitária que muitas vezes permeia o extrativismo.

Figura 14. Proporção de Entidades Extrativistas com Contratação de Mão de Obra Remunerada. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

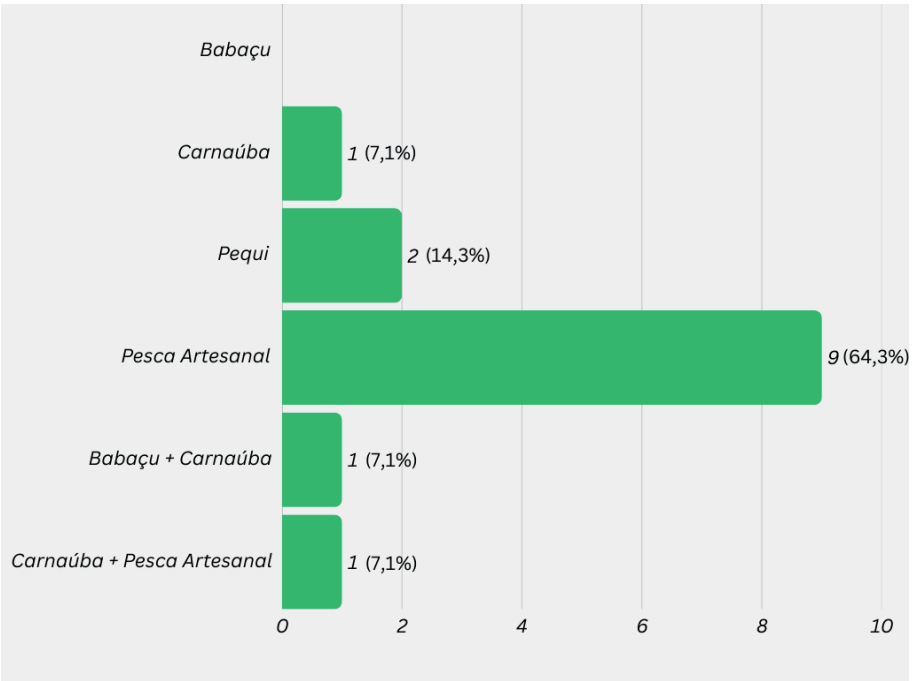
Entre as entidades que contratam mão de obra remunerada, 9 (64,3%) possuem como atividade extrativista a Pesca Artesanal (Figura 15). Observou-se que as colônias de pescadores estão bem estruturadas e organizadas, possuem boa gestão, e mesmo diante das limitações, conseguem manter trabalhadores contratados e desempenhar um bom trabalho. Um exemplo disso é a Associação Comunitária de Pescadores do Arneiroz Arnepeixe, em Arneiroz, no Sertão de Inhamuns, que se destaca pelo desenvolvimento, grande potencial de crescimento e equipamentos em ótimo estado de conservação. Seus pescadores sócios realmente dependem da pesca para a sua subsistência. Entre as limitações, destaca-se a escassez de peixe nos açudes, o que representa um desafio para a continuidade das atividades.

Esse panorama pode ser indicativo de limitações financeiras, dependência de subsídios públicos ou restrições de mercado que impactam a capacidade de gerar empregos formais no setor. O que demonstra a necessidade de organização e esforço contínuo para essa prática, incluindo atividades de captura, beneficiamento e comercialização dos produtos. Além disso, a maior formalização na pesca artesanal

pode ser influenciada por incentivos específicos de políticas públicas ou programas governamentais voltados para esse setor.

Uma explicação importante para a falta de organização entre os membros da comunidade está na ausência de um grupo coeso de usuários interdependentes, com poder suficiente para estabelecer novas regras e regular o uso dos recursos entre si, excluindo a atuação de atores externos. No entanto, a principal dificuldade para o desenvolvimento de um sistema de gestão mais eficaz é que as ameaças não vêm dos próprios membros da comunidade, mas de atores externos com forte poder político e econômico, o que dificulta a implementação de soluções autônomas e sustentáveis (Feeny et al, 2001; Schmitz; Mota; Silva Júnior, 2009).

Figura 15. Distribuição das Atividades Extrativistas por Entidades com Contratação de Mão de Obra Remunerada. Estado do Ceará. 2025.

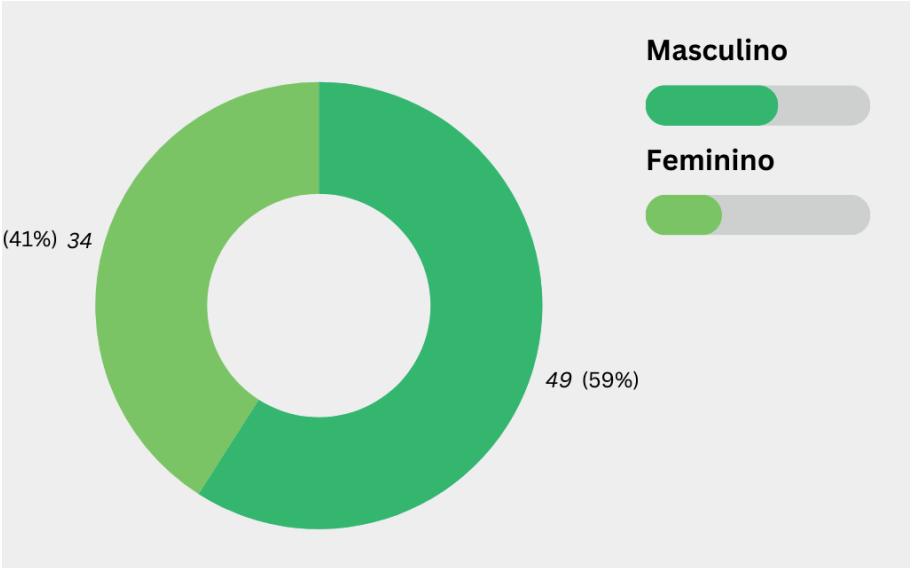


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Com relação ao gênero dos(as) Presidentes(as) das Entidades Extrativistas, 49 são do sexo masculino e 34 são do sexo feminino (Figura 16). A maioria das entidades lideradas por homens está concentrada nas regiões do Cariri, Grande Fortaleza, Litoral Norte, Litoral Oeste e Sertão dos Crateús, enquanto aquelas presididas por mulheres predominam nas regiões do Cariri, Grande Fortaleza, Litoral Leste e Litoral Norte. Esses dados oferecem um panorama da distribuição de gênero na liderança dessas organizações, permitindo uma análise mais aprofundada sobre a representatividade feminina no setor extrativista. A presença significativa de mulheres em cargos de presidência indica avanços na ocupação de espaços de decisão, embora ainda haja desafios para a equidade de gênero, especialmente em regiões onde a predominância

masculina é maior. Esse cenário reforça a importância de iniciativas voltadas ao fortalecimento da liderança feminina e à ampliação de oportunidades para mulheres dentro das entidades extrativistas.

Figura 16. Distribuição de Gênero entre Presidentes de Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

O estado do Ceará possui diversas iniciativas sendo implementadas para fortalecer a liderança feminina e ampliar as oportunidades para mulheres em entidades extrativistas e rurais. Essas ações buscam promover o protagonismo feminino, a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável nas comunidades, como é o caso do Edital Mulheres Rurais que foi publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e lançado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) do Ceará. O Edital Mulheres Rurais nº 01/2024 selecionou 200 iniciativas lideradas por mulheres, cada uma recebendo até R$ 30 mil, que moram em comunidades rurais no estado do Ceará, a fim de fortalecer negócios agrícolas e não agrícolas já existentes e que tenham a produção e serviços vinculados diretamente à cultura familiar, pecuária, extrativismo vegetal e pesca (Barbosa, 2024).

Apesar do histórico de desvalorização do trabalho feminino, vários exemplos têm revelado a relevância das mulheres em várias atividades agrícolas e agroextrativistas (Neves; Sebastian; Oliveira, 2021). As mulheres agricultoras estão em constante luta pelo reconhecimento de seus direitos e da relevância de suas funções para a sustentabilidade e reprodutibilidade de suas famílias. Seu trabalho desempenha um papel fundamental nas atividades produtivas, econômicas e sociais, seja em sistemas de cultivo, criação de animais ou no extrativismo. Além disso, a organização coletiva das mulheres em associações de gênero e outras iniciativas evidencia sua busca por maior inserção e representatividade em diversos setores, fortalecendo sua atuação e ampliando suas oportunidades (Chaves et al., 2018).

Quanto à faixa etária dos(as) Presidentes(as) das Entidades Extrativistas, observa-se que a maior parte das lideranças está na faixa etária de 40 a 49 anos (37,3%), seguida pelos 50 a 59 anos (27,7%) (Tabela 2). Juntas, essas categorias indicam que a maioria dos presidentes pertence ao grupo adulto, representando 79,5% do total. Esses dados refletem uma liderança predominante em faixas etárias mais maduras, o que pode estar relacionado à experiência acumulada ao longo dos anos.

Embora a presença de jovens (18 a 29 anos) na liderança seja baixa (3,6%), há um percentual significativo de idosos (16,9%), o que sugere uma predominância de lideranças mais experientes no comando das entidades. Esses dados reforçam a importância da sucessão geracional e da inserção de jovens nas estruturas de governança, garantindo a continuidade das atividades extrativistas, pois a juventude e as novas gerações são cada vez mais reconhecidas como uma parcela da população fundamental para o processo de desenvolvimento de nações (Secretaria Nacional para a Juventude, 2010). O fortalecimento da liderança jovem nas entidades extrativistas é, portanto, um aspecto determinante para garantir a continuidade das práticas e valores dessas organizações, ao mesmo tempo em que se promove a inovação e a adaptação a novas demandas do mercado e da sociedade.

O Ceará implementa diversas políticas públicas destinadas a apoiar e fortalecer os jovens extrativistas, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, como por exemplo, o “Programa Carnaúba Sustentável: Fortalecendo a cadeia produtiva da Carnaúba” que é uma realização da Associação Caatinga com o objetivo de promover o envolvimento de jovens na qualificação da cadeia por meio de ações de Educação Ambiental (Associação Caatinga, 2025).

Tabela 2. Distribuição de Faixa Etária dos(as) Presidentes(as) das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Faixa Etária (Anos)	Classificação	Nº. Entidades Extrativistas	
		Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
> 18	Jovens	0	0
18 – 29	Jovens	3	3,6
30 – 39	Adultos	12	14,5
40 – 49	Adultos	31	37,3
50 – 59	Adultos	23	27,7
< 60	Idosos	14	16,9
Total	-	83	100,0

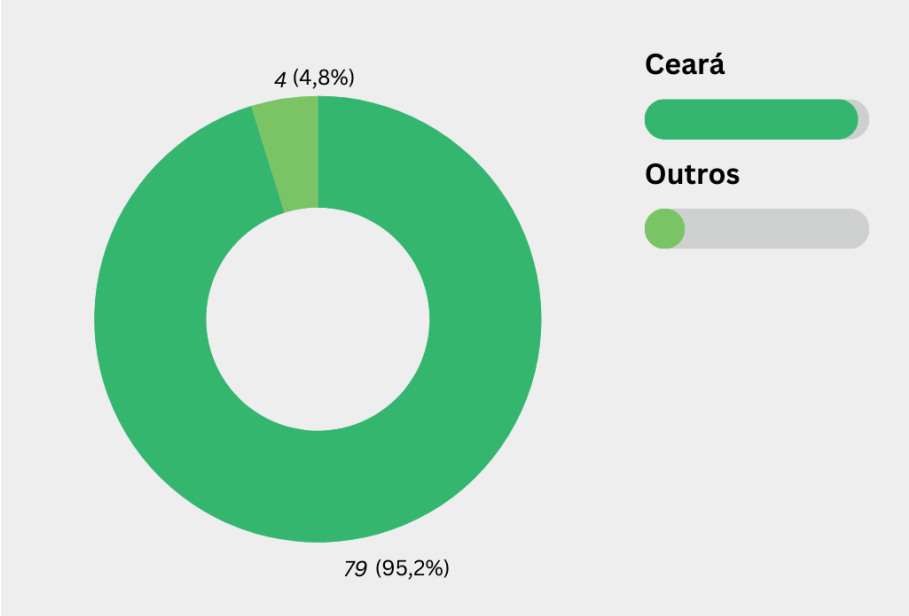
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

No que se refere à nacionalidade dos(as) Presidentes(as) das Entidades Extrativistas, todos são de origem brasileira. A grande maioria, representando aproximadamente 65,2% (79 indivíduos), é natural do próprio município onde estão localizadas as entidades que presidem, ou de outras cidades do estado do Ceará,

conforme ilustrado na Figura 17. Apenas 4 presidentes (4,8%) são oriundos de outros estados, especificamente de Belém-PA, Conceição-PB, Gouveia-MG e Recife-PE. Esses dados ressaltam a forte ligação entre as lideranças locais e a região, destacando uma predominância de representantes naturais do estado do Ceará.

O Ceará é reconhecido como líder na produção extrativista, movimentando R$ 269 milhões, o que reforça a importância econômica e social dessas atividades para o estado. Quando analisado sob a perspectiva da segurança alimentar, gera valor agregado positivo, impulsiona a preservação da natureza e não compromete a biomassa natural. Pelo contrário, essa atividade estimula a valorização dos recursos naturais como fonte de riqueza, incentivando práticas sustentáveis e contribuindo diretamente para a conservação do meio ambiente (Silva, 2023).

Figura 17. Distribuição da Naturalidade dos Presidentes de Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

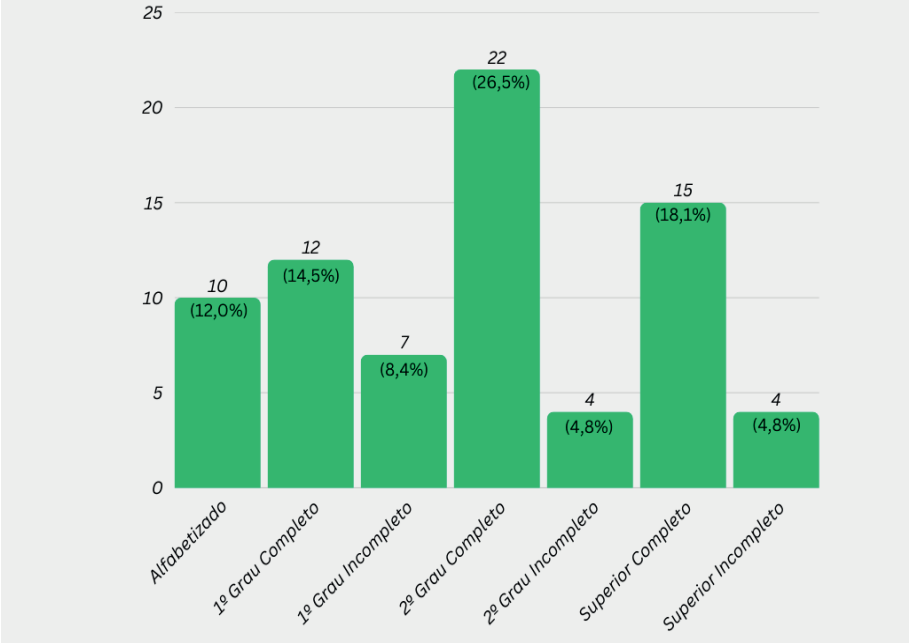


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Com relação ao nível de escolaridade dos presidentes das entidades, tanto mulheres quanto homens, são, no mínimo, alfabetizadas. Um total de 22 presidentes (26,5%) concluiu o ensino médio, enquanto 15 (18,1%) possuem ensino superior completo (Figura 18). Em contrapartida, foram observadas frequências relativamente baixas para aqueles que não concluíram esses níveis de ensino, com aproximadamente 4% apresentando escolaridade de ensino médio ou superior incompleto. Cerca de 12% dos presidentes das entidades declararam ser apenas alfabetizados, sendo que a maioria pertence a associações ou colônias de pescadores, o que provavelmente reflete a dificuldade em conciliar estudo e trabalho, uma vez que a pesca artesanal, além de ser uma necessidade para a subsistência, é uma atividade dinâmica e exaustiva, o que pode comprometer a continuidade nos estudos (Oliveira et al., 2016).

No entanto, esses dados evidenciam uma predominância de lideranças com formação educacional formal, ainda que a parcela com ensino superior completo permaneça relativamente limitada.

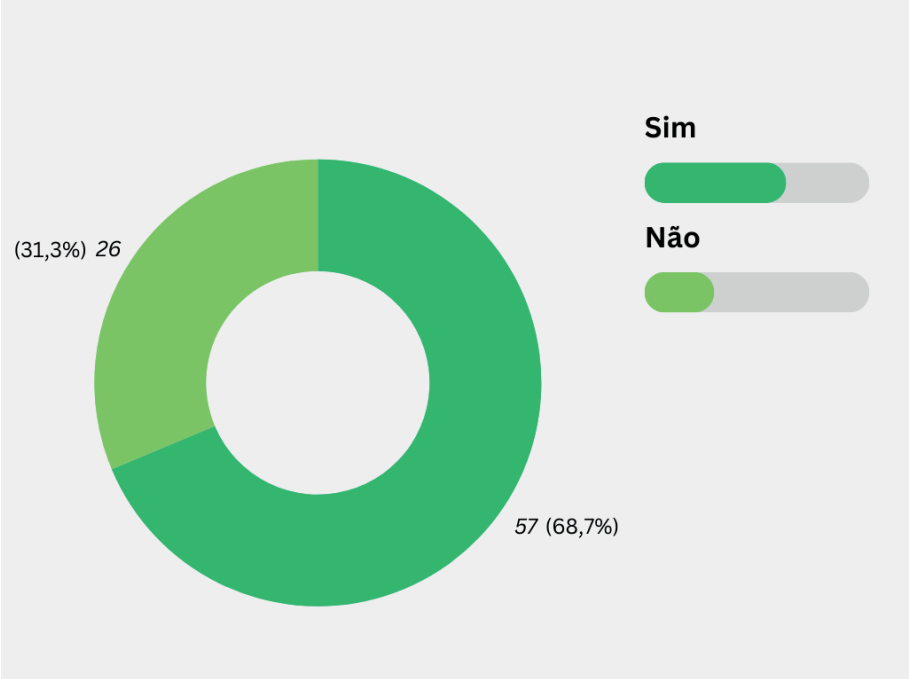
Figura 18. Escolaridade dos Presidentes(as) das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Quando questionados sobre a residência no imóvel das Entidades Extrativistas, 57 presidentes (68,7%) afirmaram que sim, enquanto 26 (31,3%) responderam que não (Figura 19). A maioria das entidades está localizada nas regiões do Cariri, Grande Fortaleza e Litoral Oeste/Vale do Curu com 9, 9 e 8 entidades, respectivamente. Esses dados indicam que uma parcela significativa dos presidentes reside no próprio imóvel da entidade, o que pode estar associado a uma maior proximidade e envolvimento direto na gestão e nas atividades diárias. A presença contínua da liderança pode facilitar a tomada de decisões, o acompanhamento das demandas operacionais e a articulação com os associados, contribuindo para um funcionamento mais dinâmico e participativo da organização. A liderança nas entidades extrativistas cearenses desempenha um papel fundamental na preservação ambiental e na defesa dos direitos das comunidades tradicionais. Um exemplo notável disso foi a Maria Odete Martins, representante dos Povos do Mar e Presidente da Associação de Mulheres Catadoras de Mariscos de Aquiraz, no ano de 2002 no 21º Congresso do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) no Rio Grande do Sul, que emocionou a todos pela sua determinação de luta contra a tentativa de expropriação das condições de vida dos trabalhadores e a resistência diante das decisões do governo do Ceará e das influências das empreiteiras e multinacionais (ANDES, 2002).

Figura 19. Residência dos Presidentes(as) nos Imóveis das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Por outro lado, os presidentes que não residem no local (31,3%) (Figura 19) podem enfrentar desafios relacionados à gestão à distância, exigindo maior organização, delegação de funções e estratégias para manter o engajamento e a comunicação eficiente com a comunidade extrativista. Esse grupo pode estar inserido em contextos em que os líderes possuem atividades complementares em outras localidades ou precisam dividir a administração da entidade com outras responsabilidades profissionais ou familiares.

No caso dos assentamentos rurais no Ceará, a gestão realizada por meio de associações também enfrenta desafios, como a baixa participação dos sócios e dificuldades administrativas. No entanto, essas associações representam um potencial de organização coletiva para os trabalhadores rurais, especialmente quando fortalecidas por fóruns regionais (D'Alva, 2004). Assim, faz-se necessário reforçar a importância de estruturas de governança participativa que garantam a continuidade das atividades, independente da presença física do presidente. Além disso, evidencia a necessidade de políticas de suporte à gestão, incluindo capacitação em administração, uso de tecnologias para comunicação e fortalecimento da liderança comunitária, especialmente nas entidades onde a direção não está presente no local.

Os resultados apresentados na tabela indicam uma predominância significativa de entidades extrativistas com início de mandato mais recente, especialmente entre 2021 e 2024, que conta com 66 entidades (79,5% do total) (Tabela 3), principalmente nas regiões do Cariri, da Grande Fortaleza, do Litoral Leste, Litoral Norte, Sertão de Sobral,

Sertão dos Crateús e Litoral Oeste/Vale do Curu. Nos intervalos de tempos anteriores, os números são bem mais baixos. Entre 2016 e 2020, houve 4 entidades (4,8%), entre 2011 e 2015 foram 3 entidades (3,6%), e os intervalos anteriores (2006-2010 e 1995-2000) somaram apenas 2 entidades no total (1,2% cada) (Tabela 3). Esses dados refletem uma tendência recente de formação e liderança dessas entidades, sugerindo um crescimento acelerado de entidades extrativistas no período mais recente ou uma renovação nos mandatos, a partir de 2021, com um número reduzido de formações ocorrendo nas décadas anteriores.

Tabela 3. Distribuição do Início de Mandato dos(as) Presidentes(as) das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência		
	Absoluta	Relativa (%)	Tendência
1995 – 2000	1	1,2	Baixa
2006 – 2010	1	1,2	Baixa
2011 – 2015	3	3,6	Moderada
2016 – 2020	4	4,8	Crescente
2021 – 2024	66	79,5	Alta
Total	75*	100,0	-

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Em relação aos resultados sobre o término de mandato dos(as) Presidentes(as) das Entidades Extrativistas, observa-se um equilíbrio entre os intervalos de tempo analisados. As maiores frequências foram registradas nos períodos de 2026 a 2030, com 44,6% (equivalente a 37 entidades), e de 2020 a 2025, com 41% (34 entidades) (Tabela 4), com a maior parte das entidades nas regiões do Cariri, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste e Sertão do Crateús. Esses dados indicam que uma parte significativa das entidades extrativistas está prevista para concluir seus mandatos em breve, com uma distribuição relativamente equilibrada entre os dois intervalos analisados. Este padrão pode refletir uma tendência de renovação ou reeleição de presidentes, além de sugerir uma dinâmica de planejamento de mandatos dentro dessas entidades.

Tabela 4. Distribuição do Término de Mandato dos(as) Presidentes(as) das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
2020 – 2025	34	41,0
2026 – 2030	37	44,6
Total	71*	100,0

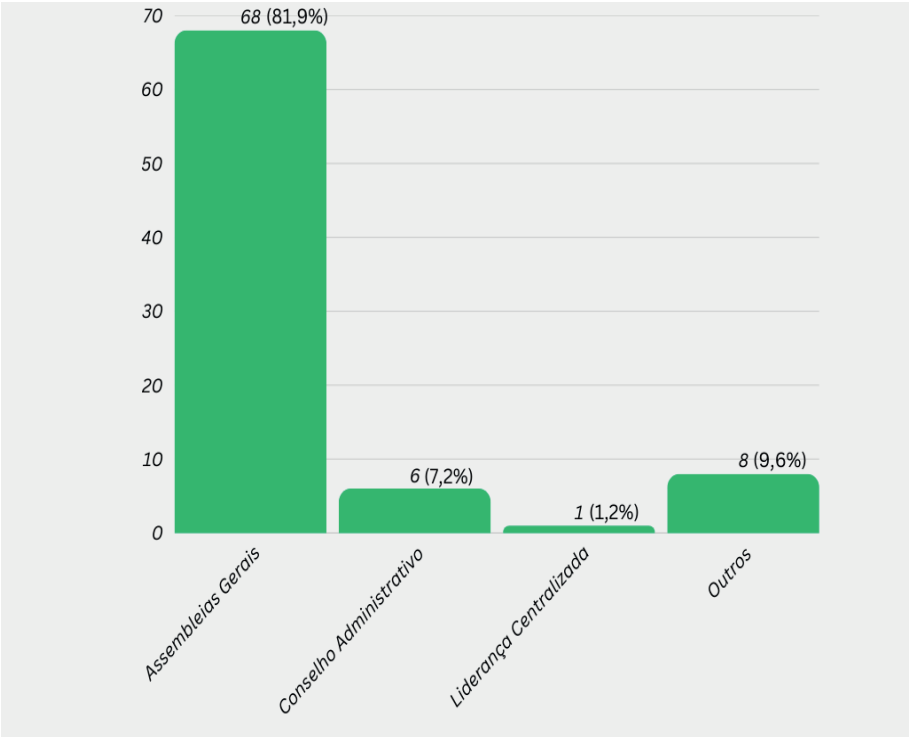
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

4.2 Gestão e Governança

A gestão nas pequenas propriedades rurais, especialmente no contexto da agricultura familiar, muitas vezes começa de forma intuitiva, sem um planejamento estruturado. No entanto, a gestão eficiente é essencial para enfrentar os desafios econômicos e manter a sustentabilidade dessas atividades. O sentimento de pertencimento e valorização dentro da comunidade, tão importante para os agricultores familiares, tem sido enfraquecido por um modelo econômico que privilegia a padronização dos processos produtivos, focado em excedentes e no mercado global. Esse sistema trouxe a individualização, afetando as relações comunitárias e a cooperação, que são fundamentais para o sucesso da agricultura familiar (Braz, 2022).

Com relação a estrutura de tomadas de decisão que predomina, é a macrocategoria "Assembleias gerais", com 68 registros, o que corresponde a 81,9% do total de Entidades Extrativistas (Figura 20), situadas nas 14 regiões do Ceará. Isso indica que a grande maioria das comunidades adota esse modelo, sugerindo uma estrutura organizacional focada na participação e tomada de decisão coletiva.

Figura 20. Tomadas de Decisão nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

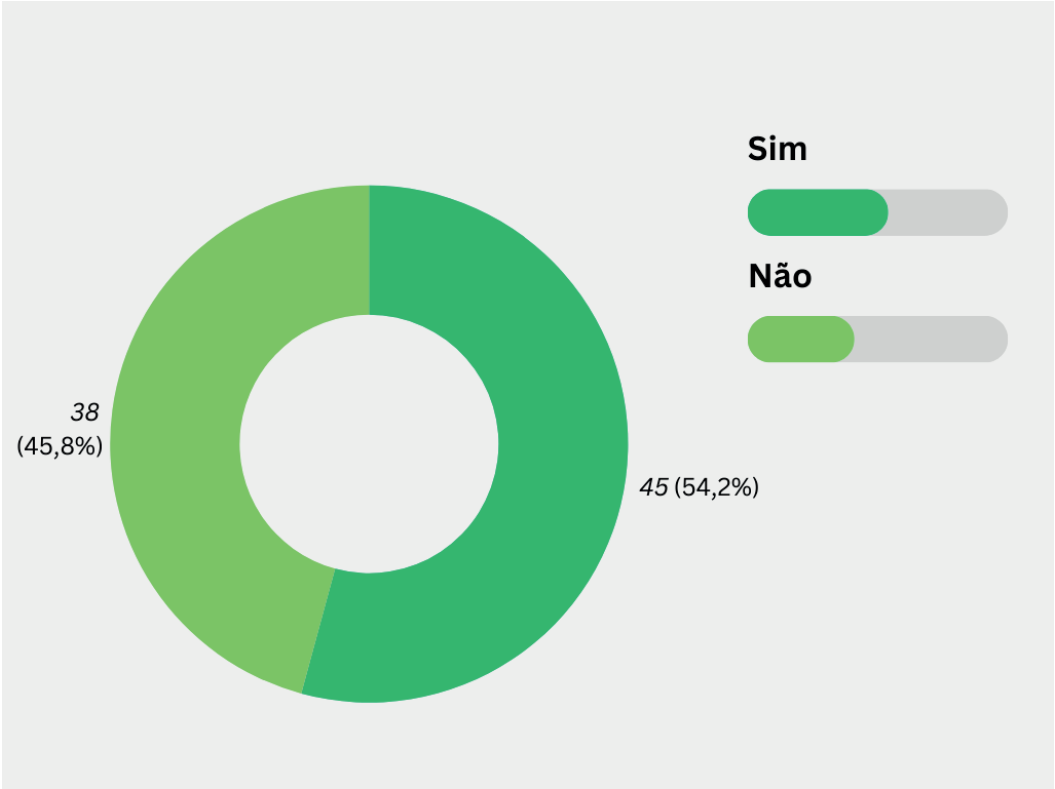
A segunda macrocategoria mais representativa foi o "Conselho administrativo", com 6 registros, o que equivale a 7,2% do total (Figura 20). Embora seja menos comum do que as assembleias gerais, essa estrutura ainda tem uma presença significativa em algumas comunidades Já para "Liderança centralizada" aparece com apenas 1 registro, representando 1,2%. Esse modelo é, portanto, muito pouco adotado nas comunidades

analisadas, indicando uma estrutura mais hierárquica e menos colaborativa. Com relação a “Outros (especificar)” verificou-se 3 registros, representando 3,6%. Esses casos refletem tipos de comunidades que não se encaixaram nas opções padrão, mas ainda assim têm uma presença moderada. Essas comunidades utilizam como tomadas de decisão, reuniões e aclamação.

Em resumo, a estrutura predominante entre as comunidades é a de assembleias gerais, seguida por uma menor representação de conselhos administrativos e a liderança centralizada considerada rara (Figura 20). Essa distribuição sugere que a maioria das comunidades analisadas adota formas mais democráticas e colaborativas de gestão.

Quando os representantes foram questionados sobre a existência de planejamento estratégico ou plano de gestão na Entidade Extrativista, aproximadamente 45 (54,2%) dos representantes das entidades afirmaram que sim, indicando que essas organizações possuem um planejamento formalizado para suas atividades (Figura 21). A maioria dessas organizações está situada na Grande Fortaleza, o que pode estar relacionado a um maior acesso a capacitações, recursos e apoio institucional disponíveis nos centros urbanos.

Figura 21. Presença de Planejamento Estratégico ou Plano de Gestão nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Essa resposta reflete uma parte significativa das entidades que estão adotando práticas estruturadas de gestão, o que pode contribuir para uma maior eficiência na organização e execução de suas ações. A presença de um planejamento estratégico é um fator essencial para a sustentabilidade e crescimento das entidades extrativistas, pois permite a definição de metas, estratégias e ações estruturadas para o fortalecimento da produção, comercialização e gestão interna. Esse planejamento pode abranger aspectos como uso sustentável dos recursos naturais, capacitação dos associados, estratégias de mercado e acesso a políticas públicas de incentivo.

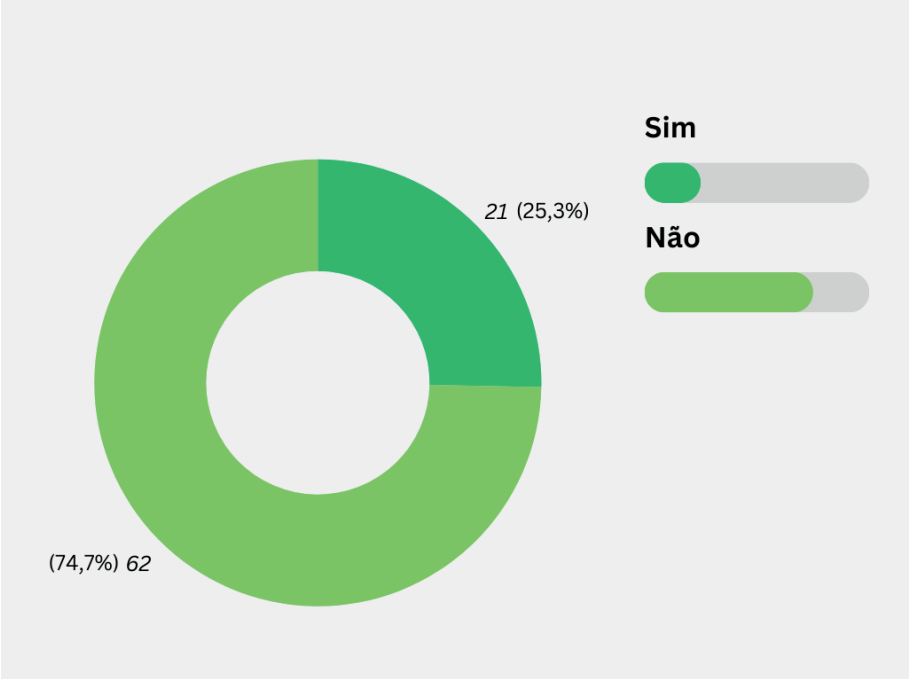
Entretanto, o fato de 45,8% das entidades não possuírem um plano de gestão formalizado aponta para desafios na organização e no direcionamento estratégico dessas instituições (Figura 21), especialmente nas regiões onde há menor suporte técnico e administrativo. Isso pode indicar a necessidade de ações voltadas para a qualificação da gestão, como treinamentos, assessoria técnica e incentivo à adoção de ferramentas de planejamento que auxiliem na estruturação e no desenvolvimento sustentável dessas entidades.

As desigualdades socioeconômicas existentes entre as regiões cearenses representam um desafio para o Estado, tornando essencial um planejamento estratégico que fortaleça e dinamize as áreas com melhor desempenho econômico e social, ao mesmo tempo em que promova o desenvolvimento das regiões mais vulneráveis. Dessa forma, busca-se a melhoria das condições de vida da população e a redução das disparidades regionais (IPECE, 2015).

Ao serem questionados sobre a capacitação dos membros da Entidade Extrativista nas áreas de gestão, organização e liderança, os presidentes das entidades relataram que apenas 21 (25,3%) delas oferecem esses tipos de treinamento (Figura 22). Esses resultados foram observados com maior representatividade nas associações e colônias extrativistas de pesca artesanal (12 entidades) e de carnaúba (7 entidades), distribuídas nas regiões do Cariri (1), Centro Sul (3), Grande Fortaleza (3), Litoral Leste (2), Litoral Norte (2), Litoral Oeste/Vale do Curu (2), Sertão Central (1), Sertão de Canindé (2), Sertão de Sobral (2), Sertão dos Crateús (2) e Vale do Jaguaribe (1).

Esse dado revela uma lacuna significativa no que diz respeito ao desenvolvimento de competências estratégicas e operacionais entre os membros, o que pode impactar a eficácia e a sustentabilidade das atividades das entidades. A falta de capacitação especializada pode limitar a capacidade de liderança e organização, comprometendo a gestão e o alcance dos objetivos da Entidade Extrativista.

Figura 22. Ocorrência de Capacitação de Membros da Entidade Extrativista em Gestão, Organização e Liderança. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Com relação aos tipos de capacitação em gestão, organização e liderança recebidos pelos membros das Entidades Extrativistas, os resultados apresentados na Tabela 5 indicam cinco macrocategorias: Ambiente e Sustentabilidade; Desenvolvimento e Capacitação Profissional; Gestão e Administração; Instituições e Parcerias; e Setores e Atividades Econômicas.

A macrocategoria “Desenvolvimento e Capacitação Profissional” é a mais representativa, com 12 ocorrências, o que corresponde a 42,9% do total dos dados (Tabela 5). Isso indica que esse tema é predominante no conjunto de dados. Os representantes das entidades indicaram que as tomadas de decisão acontecem por meio de capacitações, treinamentos e formações por meio de órgãos e instituições como o SEBRAE, o SENAR e o IFCE.

Em seguida, “Setores e Atividades Econômicas” aparece com 6 ocorrências, representando 21,4% do total. Dentre os setores envolvidos, foram citados: turismo, fotografia, culinária local, boleira, extrativismo e o suíno. Também com uma participação significativa, “Instituições e Parcerias” possui 5 registros, correspondendo a 17,9% (Tabela 5). Foram citadas a Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, a Central de Artesanato do Ceará (CeArt), a Empresa multinacional do mercado de energia (ENEL), a Fundação Araripe e a Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR).

Por outro lado, “Gestão e Administração” teve uma participação menor, com 4 ocorrências (14,3%), incluindo associativismo, contabilidade, administração e gestão rural associativa (Tabela 5). Por fim, a categoria “Ambiente e Sustentabilidade” teve

a menor participação, com apenas 1 ocorrência, o que representa 3,6% do total (Tabela 5). Assim, pode-se evidenciar que, enquanto algumas categorias como “Desenvolvimento e Capacitação Profissional” se destacam, outras como “Ambiente e Sustentabilidade” possuem menor representação nos dados.

Tabela 5. Tipos de Capacitação em Gestão, Organização e Liderança Recebidos pelos Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

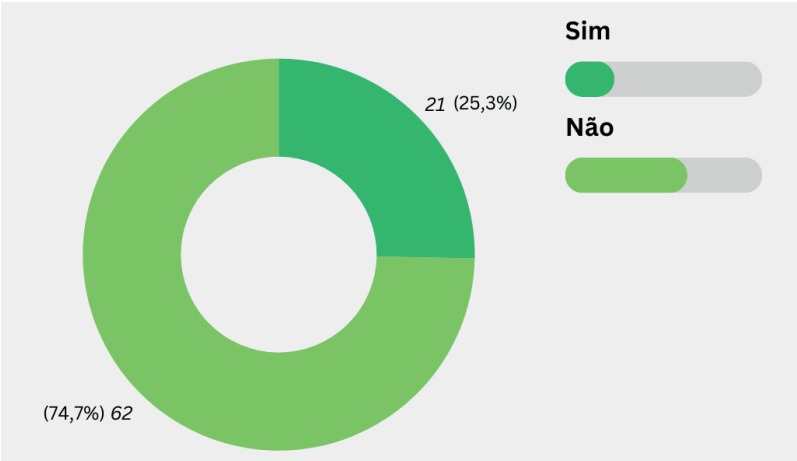
Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Desenvolvimento e Capacitação Profissional	12	42,9
Setores e Atividades Econômicas	6	21,4
Instituições e Parcerias	5	17,9
Gestão e Administração	4	14,3
Ambiente e Sustentabilidade	1	3,6
Total	28*	100,0

*Valor inferior ao total de Entidades Extrativistas em virtude de representarem somente as categorias correspondentes aos tipos de capacitação em gestão, organização e liderança recebidos pelos membros das Entidades Extrativistas.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Quando questionados sobre a capacitação dos membros da Entidade Extrativista nas áreas de gestão, organização e liderança, os presidentes das entidades relataram que apenas 21 (25,3%) delas oferecem esses tipos de treinamento (Figura 23). Esse dado revela uma lacuna significativa no que diz respeito ao desenvolvimento de competências estratégicas e operacionais entre os membros, o que pode impactar a eficácia e a sustentabilidade das atividades das entidades. A falta de capacitação especializada pode limitar a capacidade de liderança e organização, comprometendo a gestão e o alcance dos objetivos da Entidade Extrativista.

Figura 23. Ocorrência de Parcerias com ONGs, Governo ou Empresas para Fortalecimento da Gestão e Produção das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

No que diz respeito aos tipos de parcerias estabelecidas com ONGs, governo e empresas para o fortalecimento da gestão e produção das Entidades Extrativistas, em 13 regiões do estado, com exceção do Vale do Jaguaribe, observou-se que as ONGs tiveram a maior representatividade, com 24 organizações, correspondendo a 48% do total (Tabela 6). A atuação das ONGs tem sido fundamental para o fortalecimento das entidades extrativistas, oferecendo capacitação, assistência técnica e apoio na gestão sustentável dos recursos naturais. Com maior destaque para as seguintes ONGs: Caritas, Instituto Veredas da Cidadania, MST e Terramar.

Tabela 6. Tipos de Parcerias Estabelecidas com ONGs, Governo e Empresas para o Fortalecimento da Gestão e Produção das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
ONG's	24	48,0
Governo	19	38,0
Empresas	7	14,0
Total	50*	100,0

*Valor inferior ao total de Entidades Extrativistas em virtude de representarem somente as categorias correspondentes aos tipos de parcerias estabelecidas pelas entidades com ONGs, governo ou empresas.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

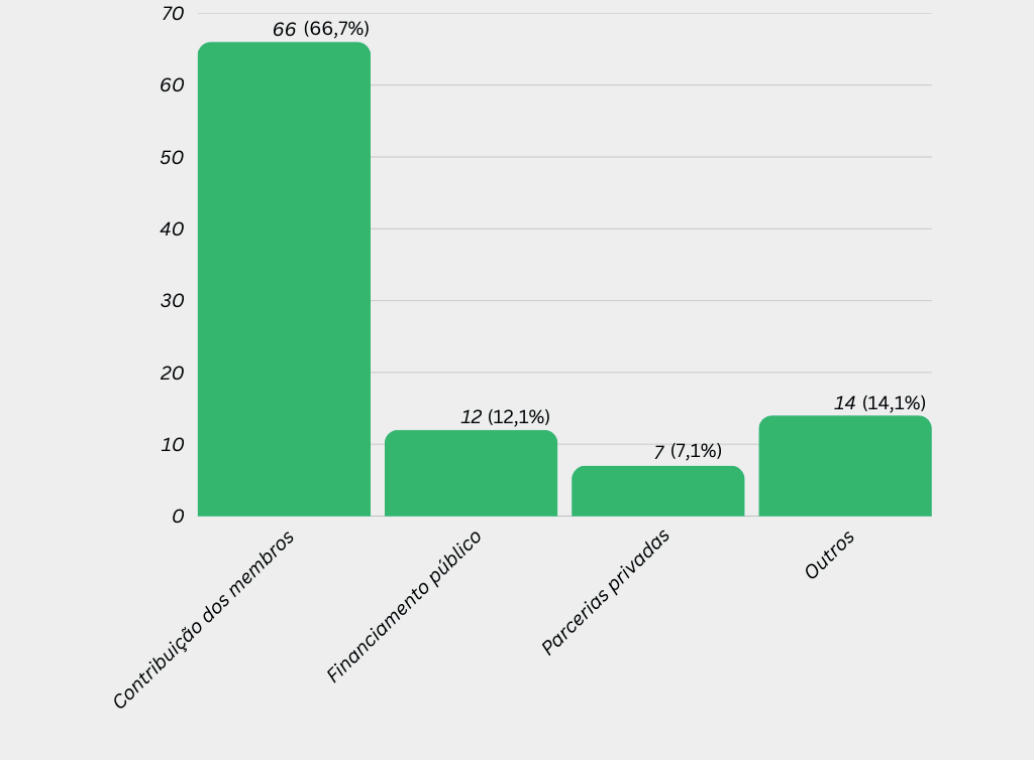
Em seguida, destacam-se as 19 instituições vinculadas ao governo, em torno de 18%, que também desempenham um papel significativo nesse contexto (Tabela 6). O governo do Ceará, por meio de suas políticas públicas, fomenta iniciativas que buscam integrar os extrativistas em programas de incentivo e regularização, além de fornecer suporte institucional. Destaque para as secretarias municipais da Agricultura e Pesca, IFCE, municípios e SENAI. Um exemplo disso é a atuação do governo, por meio do Projeto Paulo Freire (PPF) e em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que tem incentivado iniciativas de extrativismo sustentável em 31 municípios, com o objetivo de reduzir a pobreza rural. Entre os 533 planos de investimento em andamento nas comunidades atendidas pelo PPF, essa atividade se destaca em 43% deles, totalizando 231 projetos. Destes, 54% são liderados por mulheres, evidenciando seu protagonismo no setor (Floriô Semiárido, 2022).

Por outro lado, as empresas apresentaram a menor representatividade, com apenas 7 entidades (14%) envolvidas nessas parcerias (Tabela 6), com destaque para a Ematerce. Esse cenário evidencia a predominância das organizações da sociedade civil e do setor público na promoção do desenvolvimento sustentável das atividades extrativistas, enquanto a participação do setor privado ainda é limitada. Apesar da baixa representatividade, as empresas têm um papel estratégico a ser ampliado,

seja por meio de parcerias comerciais justas, investimentos em cadeias produtivas sustentáveis ou apoio a certificações que valorizam a produção extrativista. O fortalecimento dessas relações pode contribuir para ampliar o impacto positivo do setor privado no desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas, promovendo geração de renda e conservação ambiental.

No que se refere às principais fontes de financiamento das Entidades Extrativistas, a maior parte dos recursos provém da contribuição dos membros, representando 66 entidades (66,7%) (Figura 24). A maioria dessas entidades está situada nas regiões do Cariri (10), Grande Fortaleza (8), Litoral Norte (8) e Litoral Leste (6). Em seguida, destacam-se outras fontes de financiamento, que correspondem a aproximadamente 14%, englobando receitas provenientes de diferentes atividades, como prestação de serviços com trator, apoio da prefeitura, aluguel e arrendamento de pasto, projeto de abastecimento de água, eventos comemorativos (como o Dia do Pescador), bingos e a comercialização de produtos da carnaúba (castanha e farinha).

Figura 24. Principais Fontes de Financiamento das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

É importante ressaltar que o total de fontes de financiamento identificadas excede o número de Entidades Extrativistas, uma vez que os representantes puderam indicar múltiplas fontes de receita para suas organizações. Esse dado evidencia a diversificação dos mecanismos de sustentabilidade financeira, refletindo a necessidade de combinar diferentes estratégias para garantir a continuidade das atividades extrativistas.

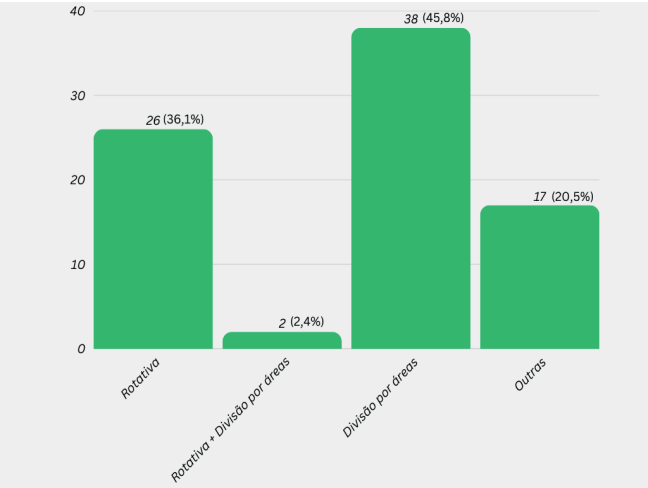
Outras fontes de financiamento identificadas foram o financiamento público e as parcerias privadas. O financiamento público, que pode incluir recursos provenientes de programas governamentais, editais e subsídios para o fortalecimento das entidades extrativistas, representa 12,1% das entidades. Já as parcerias privadas, que correspondem a 7,1% das entidades, podem envolver colaborações com empresas, organizações do terceiro setor e investimentos direcionados ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas extrativistas (Figura 24).

A presença dessas fontes alternativas de financiamento evidencia a importância da diversificação dos recursos para garantir a sustentabilidade econômica das entidades. No entanto, a baixa representatividade das parcerias privadas sugere um potencial a ser explorado, especialmente por meio de incentivos fiscais, certificações socioambientais e programas de responsabilidade social corporativa.

No que se refere à divisão de tarefas e responsabilidades entre os membros das Entidades Extrativistas, observou-se a seguinte distribuição: 38 entidades (45,8%) adotam um modelo estruturado, com a separação de funções por áreas específicas, como produção, administração e comercialização. Já em 26 entidades (36,1%) a divisão de tarefas ocorre de forma rotativa, permitindo que os membros alternem entre diferentes responsabilidades ao longo do tempo (Figura 25). Todas essas entidades estão situadas nas 14 regiões de planejamento do Ceará.

Além dessas categorias, 13 entidades (15,7%) adotam outros tipos de organização interna, incluindo divisão por habilidades individuais, definição de funções por meio de reuniões, liderança espontânea, indicação ou disponibilidade dos membros, além de práticas colaborativas, como o trabalho voluntário e mutirões. Por fim, verificou-se que 2 entidades (2,4%) combinam elementos das duas macrocategorias principais, mesclando tanto a divisão fixa por áreas quanto a rotatividade de responsabilidades (Figura 25).

Figura 25. Divisão de Tarefas e Responsabilidades entre os Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



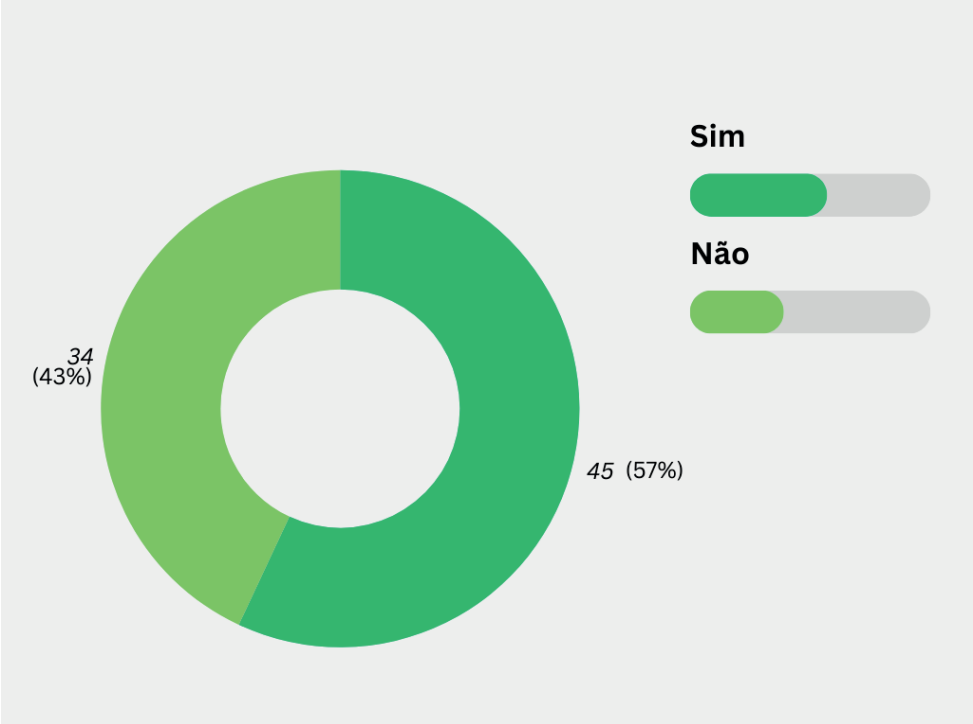
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

As políticas de inclusão social desempenham um papel fundamental no fortalecimento das Entidades Extrativistas das 14 regiões do estado do Ceará, promovendo equidade, diversidade e participação democrática em suas atividades. Os dados analisados mostram que aproximadamente 52,3% das entidades (cerca de 45 organizações) adotam alguma forma de política inclusiva, incorporando a participação ativa de mulheres, jovens e outros grupos historicamente minorizados em seus processos de gestão, produção e tomada de decisão (Figura 26). Essas iniciativas contribuem para a valorização da diversidade, fortalecem a representatividade e ampliam as oportunidades dentro das cadeias produtivas extrativistas.

Por outro lado, observa-se que 39,5% das entidades não adotam políticas estruturadas de inclusão social (Figura 26). Esse cenário indica desafios a serem superados, como a necessidade de maior conscientização, capacitação e implementação de diretrizes mais efetivas para garantir um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Além da participação de mulheres e jovens, algumas entidades também promovem a integração de comunidades tradicionais, como quilombolas e povos indígenas, bem como iniciativas de acessibilidade para pessoas com deficiência. No entanto, para ampliar esse impacto, é essencial que haja maior incentivo por meio de políticas públicas e parcerias institucionais, visando fortalecer essas ações e garantir que a inclusão social seja uma realidade em todas as entidades extrativistas.

Figura 26. Existência de Políticas de Inclusão Social (Participação de Mulheres. Jovens, Minorias) dentro das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Entre as 45 entidades que adotam políticas de inclusão social, foram identificadas cinco principais categorias de atuação: Participação de Mulheres e Jovens, Capacitação e Educação, Trabalho e Produção, Tradições e Cultura, e Direitos e Representatividade (Tabela 7).

A categoria com maior representatividade foi “Participação de Mulheres e Jovens” aparece em 40,5% das entidades, demonstrando um esforço significativo para garantir maior representatividade desses grupos em atividades organizacionais e produtivas (Tabela 7). Um dos destaques dessa categoria são os Grupos de Mulheres Jovens Curumins, que incentivam o protagonismo feminino e juvenil dentro das comunidades extrativistas. Outros grupos representativos são de mulheres e jovens, associação de mulheres indígenas jovens.

Tabela 7. Divisão de Tarefas e Responsabilidades entre os Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Participação de Mulheres e Jovens	15	40,5
Tradições e Cultura	8	21,6
Direitos e Representatividade	8	21,6
Capacitação e Educação	7	18,9
Trabalho e Produção	7	18,9
Total	45	100,0

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

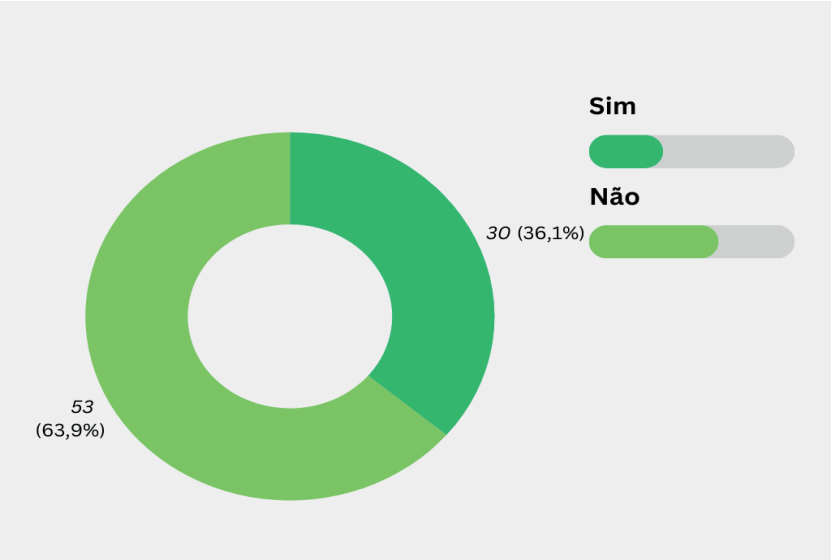
Em seguida foi “Tradições e Cultura”, presente em 21,6% das entidades (cerca de 8 organizações) (Tabela 7). Esse grupo inclui iniciativas como os Guardiões da Terra, Grupo de Dança e Rendeiras, que valorizam e preservam o patrimônio cultural e as tradições locais, promovendo engajamento comunitário e identidade cultural.

Além disso, as entidades também investem em outras frentes fundamentais para a inclusão, como: Direitos e Representatividade (8 entidades): fortalecimento da defesa dos direitos da mulher, da criança e do adolescente bem como direitos previdenciários e LGBT, promovendo ações de conscientização e empoderamento; Capacitação e Educação (7 entidades): oferta de cursos profissionalizantes, reforço escolar e aulas de esportes para ampliar as oportunidades de aprendizado; e Trabalho e Produção (7 entidades): envolvimento da comunidade em atividades econômicas sustentáveis, como extrativismo e beneficiamento (Tabela 7).

Essa análise destaca a importância das políticas de inclusão social como um meio de fortalecer as entidades extrativistas, tornando-as mais diversas, equitativas e sustentáveis. No entanto, ainda há desafios a serem superados, especialmente na ampliação dessas iniciativas para outras entidades que ainda não possuem ações estruturadas de inclusão.

A participação em redes e coletivos extrativistas desempenha um papel essencial no fortalecimento das Entidades Extrativistas, permitindo maior troca de experiências, acesso a capacitações, articulação política e fortalecimento da comercialização dos produtos. Em torno de 30 entidades (36,1%) estão vinculadas a alguma rede ou coletivo específico relacionado à sua atividade extrativista (Figura 27). Dessas entidades, 16 desenvolvem atividades extrativistas voltadas para a pesca artesanal e 10 estão relacionadas à carnaúba, abrangendo 13 das 14 macrorregiões do estado, com exceção do Vale do Jaguaribe.

Figura 27. Participação das Entidades Extrativistas em Redes/Coletivos da sua Atividade Extrativista. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Por outro lado, 49 entidades (59%) não fazem parte de nenhuma rede ou coletivo (Figura 28). Esse número indica uma lacuna na articulação e no fortalecimento do setor extrativista, o que pode dificultar o crescimento dessas entidades, além de limitar o acesso a políticas públicas e incentivos governamentais.

Na Tabela 8 está a distribuição das Redes e Coletivos em que as Entidades Extrativistas do Estado do Ceará estão inseridas. Os dados demonstram uma maior concentração em Entidades organizadas (50,0%), seguidas por Federações (20,6%) e Feiras (17,6%), enquanto redes voltadas ao Meio Ambiente e Instituições Governamentais apresentam menor representatividade (5,9% cada).

Tabela 8. Identificação das Redes/Coletivos da sua Atividade Extrativista. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Entidades	17	50,0
Federações	7	20,6
Feiras	6	17,6
Instituições Governamentais	2	5,9
Meio Ambiente	2	5,9
Total	34*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas que participam de redes/coletivos de suas atividades extrativistas em virtude de representarem mais de uma categoria.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A maior participação sugere que a maioria das redes/coletivos (50%) é composta por entidades extrativistas locais, possivelmente na forma de associações ou cooperativas. Esse dado indica um esforço de organização interna para fortalecer a gestão e comercialização dos produtos extrativistas (Tabela 8).

As federações (20,6%) desempenham um papel essencial na articulação política e no apoio institucional, conectando diferentes entidades extrativistas e representando seus interesses em instâncias maiores (Tabela 8).

A participação significativa no segmento das feiras (17,6%) indica que muitos extrativistas utilizam feiras como estratégia de comercialização e escoamento da produção, valorizando o contato direto com os consumidores (Tabela 8).

Apesar da importância da sustentabilidade para a atividade extrativista, a baixa adesão a redes ambientais (5,9%) pode indicar dificuldade no acesso a programas ambientais ou falta de incentivo à participação nesses coletivos (Tabela 8).

O envolvimento com instituições governamentais (5,9%) é limitado, possivelmente porque as políticas públicas ainda não favorecem uma maior articulação entre as entidades extrativistas e o setor governamental. Isso pode apontar a necessidade de maior apoio estatal para fortalecer essas redes (Tabela 8).

Os resultados evidenciam que a organização das entidades extrativistas no Ceará está mais centrada em estruturas locais de autogestão e comercialização, com menor inserção em redes ambientais e instâncias governamentais. Isso reforça a importância de políticas que estimulem a formalização, capacitação e participação desses grupos em instâncias estratégicas, ampliando o acesso a recursos e fortalecendo a atuação coletiva.

4.3 Tipo de Comunidade

Os resultados apresentados indicam uma diversidade de tipos de comunidade representada pelas entidades extrativistas, com a maior parte delas pertencendo a comunidades rurais, que representam 35,2% do total (32 entidades) (Tabela 9) (Figura 28). Essas comunidades rurais estão situadas em 11 regiões do estado (Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço de Baturité, Sertão Central, Sertão de Sobral, Sertão dos Inhamuns e Vale do Jaguaribe).

Tabela 9. Tipo de Comunidade das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Comunidade Rural	32	35,2
Pescador Artesanal	20	22,0
Assentado em Assentamento Federal (INCRA)	12	13,2
Comunidade Urbana	10	11,0
Comunidade Quilombola	6	6,6
Assentado em Assentamento Estadual (IDACE)	4	4,4
Comunidade Indígena	3	3,3
Comunidade Ribeirinha	3	3,3
Outro tipo de Assentamento	1	0,1
Comunidade Cigana	0	0
Povos de Terreiro	0	0
Outra	0	0
Total	91*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em virtude de serem representadas por mais de um tipo de comunidade.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Figura 28. Associação Comunitária Vicente Gregório de Oliveira dos Agricultores e Pescadores de Santa Tereza II, em Pires Ferreira, no Sertão de Sobral.



Fonte: Registro feito pela equipe técnica do Instituto Veredas da Cidadania.

Na região da Serra da Ibiapaba, predominam as comunidades urbanas e quilombolas, enquanto no Sertão de Canindé destacam-se os assentamentos federais e estaduais. No Sertão dos Crateús, encontram-se comunidades de pescadores artesanais, assentamentos estaduais, uma comunidade indígena e outro tipo de assentamento. Em seguida, destacam-se as entidades de pescadores artesanais, com 22% (20 entidades) (Figura 29), e as que estão localizadas em assentamentos federais (INCRA), com 13,2% (12 entidades) (Tabela 9).

Figura 29. Entidade extrativista “Colônia de Pescadores Profissionais Z-14 “do município de Banabuiú no Sertão Central.



Fonte: Registro feito pela equipe técnica do Instituto Veredas da Cidadania.

Em 2003, cerca de 35.000 famílias viviam em assentamentos rurais no Estado do Ceará. Alguns desses assentamentos contavam com carnaubais nativos, que eram explorados ou arrendados pelas famílias assentadas, representando uma importante fonte de trabalho e renda (D’Alva, 2004).

Outros tipos de comunidades incluem aquelas situadas em assentamentos estaduais (IDACE), com 4,4% (4 entidades), e as comunidades quilombolas, com 6,6% (6 entidades) (Figura 30). As comunidades ribeirinhas e indígenas representam 3,3% cada, com 3 entidades em cada categoria (Tabela 6). Interessante notar que as categorias comunidade cigana, povos de terreiro e outra não tiveram nenhuma representação, indicando uma ausência de entidades extrativistas relacionadas a esses grupos específicos na amostra.

Figura 30. Associação Comunitária Quilombola Jardim, em Sobral, no Sertão de Sobral.



Fonte: Registro feito pela equipe técnica do Instituto Veredas da Cidadania.

A gestão dos assentamentos rurais era realizada por meio de associações de assentados. Contudo, essas associações enfrentavam limitações, como a baixa participação efetiva dos sócios e dificuldades em sua capacidade gerencial. Apesar disso, elas representavam um significativo potencial de organização coletiva para os trabalhadores rurais, tanto em âmbito local quanto regional, especialmente por meio de fóruns de assentamentos. Em 2003, Bras apontava que os assentamentos tinham o potencial de se tornar novos espaços para a produção de cera de carnaúba, seja por meio do plantio ou do extrativismo. Ele destacava a possibilidade de que a propriedade coletiva dos carnaubais, aliada à organização dos trabalhadores, pudesse promover uma distribuição de renda mais equitativa (D'Alva, 2004).

Esses dados mostram uma predominância de comunidades rurais e de pescadores artesanais, refletindo provavelmente a natureza das atividades extrativistas, enquanto as comunidades urbanas e de assentamentos estaduais e federais têm uma representação mais modesta. A diversidade de tipos de comunidade representada pelas entidades extrativistas sugere uma variedade de contextos sociais e geográficos, refletindo a pluralidade do setor extrativista no Brasil.

Observou-se também que algumas entidades são representadas por mais de um tipo de comunidade. Um exemplo disso é a Associação dos Moradores do Distrito Moitas Amontada, que abrange as categorias Assentamento Federal-INCRA, Comunidade Rural e Pescador Artesanal. Da mesma forma, a Colônia Z-30 de Jijoca de Jericoacoara é composta pelas comunidades Assentamento Federal-INCRA e Pescador Artesanal. Esse fenômeno reflete a diversidade e a complexidade das entidades extrativistas, que podem abranger distintas realidades sociais e geográficas.

Atualmente, destaca-se o uso da terra por populações tradicionais, indígenas e agricultores familiares como uma forma de conter a expansão da fronteira agrícola em amplos territórios. Contudo, a criação de reservas extrativistas, motivada pela expectativa de benefícios públicos nacionais e internacionais, muitas vezes envolve interesses externos às comunidades. Esse cenário pode desvirtuar os objetivos iniciais dessas iniciativas, comprometendo sua legitimidade e sustentabilidade (Homma, 2008).

No que diz respeito à caracterização populacional das comunidades das Entidades Extrativistas, as entidades possuem, conforme relatado anteriormente, em média, 174 associados. A partir dos dados da Tabela 10, que apresenta as medidas de posição do número de integrantes das entidades extrativas por faixa etária no estado, pode-se observar os seguintes resultados. Para os jovens (acima de 18 anos), a média de integrantes é de 22, o que indica uma concentração relativa de jovens nas entidades extrativas. A moda, que representa o número mais frequente de integrantes, é 40, sugerindo que esse é o número mais comum entre as entidades. A mediana, por sua vez, é 19, o que significa que metade das entidades possui mais de 19 jovens, enquanto a outra metade tem menos de 19.

No caso dos adultos (faixa etária de 18 a 29 anos), a média é de 31 integrantes, superior à dos jovens, o que sugere uma presença maior de adultos nas entidades (Tabela 10). Contudo, a moda é 0, o que indica que poucas entidades apresentam essa faixa etária como a mais frequente entre seus integrantes. A mediana é 9, o que implica que metade das entidades tem mais de 9 adultos, e a outra metade, menos de 9.

Para os idosos (com menos de 60 anos), a média de integrantes nas entidades é de 25, o que é inferior à dos adultos, mas, ainda assim, considerável, mostrando que há uma presença significativa de idosos (Tabela 10). A moda também é 0, sugerindo que a faixa etária dos idosos não é predominante nas entidades extrativas. A mediana é 3, indicando que a maioria das entidades tem um número reduzido de integrantes idosos.

Esses resultados mostram que, apesar de haver uma participação de jovens e adultos nas entidades extrativas, a faixa etária adulta (18 – 29 anos) é menos representada, e a presença de idosos é limitada.

Tabela 10. Medidas de Posição do Número de Integrantes das Entidades Extrativas por Faixa Etária. Estado do Ceará. 2025.

Medidas	Jovens		Adultos			Idosos
	> de 18 anos	18 – 29 anos	30 – 39 anos	40 – 49 anos	50 – 59 anos	< 60 anos
Média	22	31	49	48	43	25
Moda	40	0	5	0	10	0
Mediana	19	9	9	7	10	3

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Diante dessa configuração populacional, verificou-se a seguinte distribuição de acordo com diferentes categorias quanto ao sexo/gênero dos integrantes das 83 Entidades Extrativas no Estado do Ceará (Tabela 11). A categoria homem CIS representa 37 integrantes, o que corresponde a 44,6% do total. Já as mulheres CIS somam 34 integrantes, representando 41% do total. Em relação à orientação sexual, há 7 lésbicas, o que representa 8,4% do total, e 5 gays, correspondendo a 6%.

Tabela 11. Sexo/Gênero dos Integrantes das Entidades Extrativas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Homem CIS	37	44,6
Mulher CIS	34	41,0
Lésbica	7	8,4
Gay	5	6,0
Total	83	100,0

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Na Tabela 12 encontra-se a distribuição da raça/cor dos integrantes das entidades extrativas, mostram uma diversidade significativa entre os participantes. As categorias Parda e Preta são representadas por 23 integrantes, cada, correspondendo a 27,7% do total, indicando uma representatividade de grupos raciais mistos em número semelhante. A categoria Branca possui 22 integrantes, correspondendo a 26,5%, sendo quase equivalente à de indivíduos pretos.

As categorias Amarela e Indígena possuem, cada uma, 6 integrantes, o que equivale a 7,2% para ambas, apontando uma representação menor dessas etnias no contexto das entidades extrativas (Tabela 12). Já a categoria “Não deseja declarar” registrou 3 integrantes, correspondendo a 3,6% do total, o que pode indicar uma menor disposição em se identificar ou uma percepção de que a raça/cor não é um dado relevante para a pesquisa. Essa diversidade reflete a complexidade social do Ceará, onde diferentes grupos étnicos estão envolvidos nas práticas extrativas, e pode indicar uma maior inclusão e representatividade de diversas raças e etnias nas entidades analisadas.

Tabela 12. Raça/Cor dos Integrantes das Entidades Extrativas. Estado do Ceará. 2025.

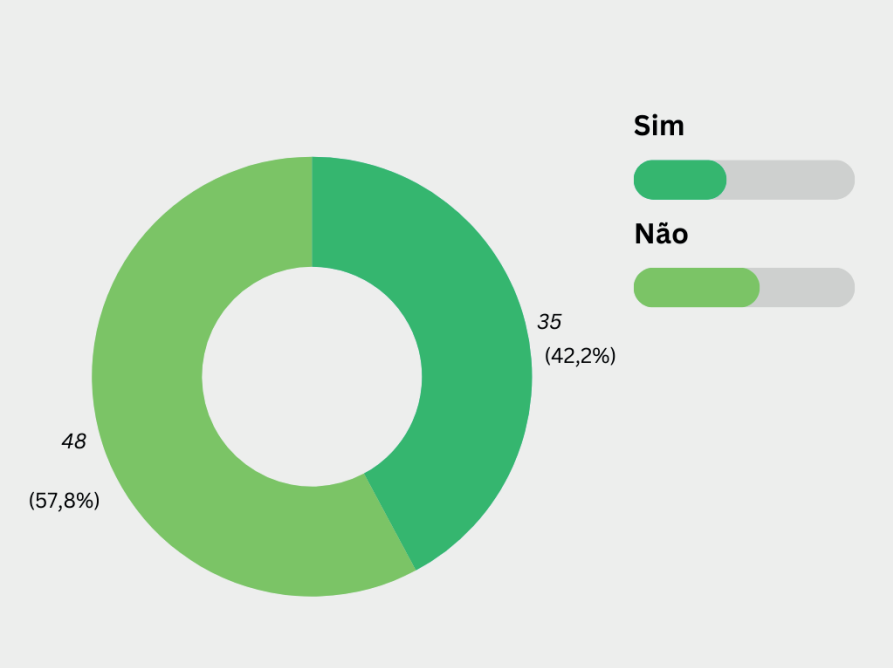
Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Parda	23	27,7
Preta	23	27,7
Branca	22	26,5
Amarela	6	7,2
Indígena	6	7,2
Não deseja declarar	3	3,6
Total	83	100,0

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

As Entidades Extrativistas do Estado do Ceará apresentam uma participação significativa de Pessoas com Deficiência (PcDs), conforme ilustrado na Figura 31. De acordo com os dados, aproximadamente 35 entidades, o que equivale a 42,2% do total, possuem integrantes com deficiência.

Esse percentual indica uma representatividade expressiva desse grupo dentro das organizações extrativistas, sugerindo um cenário de inclusão e participação ativa dessas pessoas nas atividades do setor. No entanto, ainda é necessário compreender melhor as condições de acessibilidade e inclusão efetiva dentro dessas entidades, garantindo que os PcDs tenham pleno acesso às oportunidades e infraestrutura adequadas para sua atuação.

Figura 31. Pessoas com Deficiência (PcD) nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A seguir tem-se a distribuição dos diferentes tipos de deficiência verificada entre os integrantes das Entidades Extrativistas no Estado do Ceará (Tabela 13). Embora tenham sido identificadas 35 pessoas com deficiência (PcD), distribuídas em cinco categorias principais, observa-se o valor final de 51, em razão das entidades apresentarem mais de um tipo de deficiência (PcD).

A deficiência física é a mais prevalente, afetando 27 pessoas, o que representa 51,9% do total (Tabela 13). Esse percentual indica que mais da metade dos PcDs nas entidades extrativistas possuem alguma limitação motora, o que pode demandar infraestrutura adaptada e estratégias de acessibilidade para garantir sua plena participação nas atividades produtivas.

Tabela 13. Distribuição dos Tipos de Deficiência nas Entidades Extrativas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Física	27	51,9
Visual	8	15,7
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	7	13,7
Intelectual	6	11,8
Auditiva	4	7,8
Total	52*	100,0

*Valor superior ao total de Pessoas com Deficiência (PcDs) observados nas Entidades Extrativistas.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

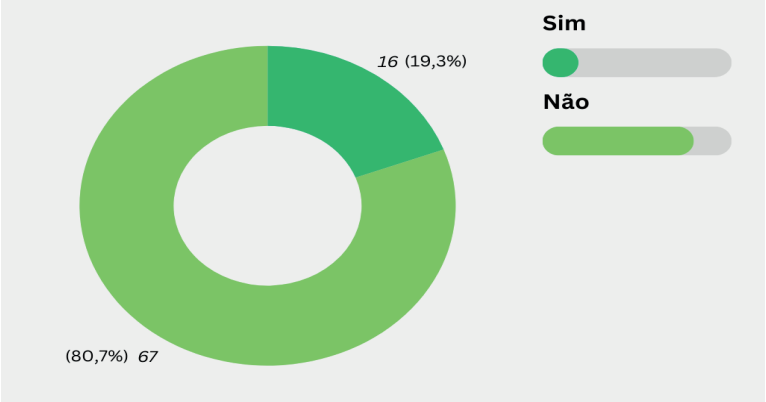
A deficiência visual aparece em segundo lugar, com 8 integrantes (15,7%), seguida pela deficiência intelectual, que inclui condições como a Síndrome de Down, com 6 casos (11,8%) (Tabela 13). Já a categoria Transtorno do Espectro Autista (TEA) corresponde a 7 integrantes (13,7%), evidenciando a presença significativa de pessoas neurodivergentes dentro do setor extrativista.

Por fim, a deficiência auditiva é a menos frequente, com 4 casos (7,8%), o que pode indicar tanto uma menor ocorrência desse tipo de deficiência entre os integrantes quanto possíveis barreiras de comunicação que dificultam a inclusão de pessoas surdas ou com baixa audição nessas entidades.

Esses dados reforçam a importância de políticas de acessibilidade e inclusão dentro das entidades extrativistas, especialmente no que diz respeito a adaptações físicas, recursos tecnológicos e capacitação para lidar com diferentes necessidades. Além disso, a presença expressiva de PcDs destaca a relevância da participação dessas pessoas no setor extrativista, evidenciando a necessidade de promover um ambiente mais acessível e inclusivo para todos.

Somente 16 Entidades Extrativistas possuem adaptações de acessibilidade para PcDs (Figura 32). Esse número revela um cenário desafiador para a inclusão, já que a maioria das entidades (80,7%) ainda não dispõe de infraestrutura adequada para atender às necessidades desse grupo. A baixa implementação de medidas acessíveis pode limitar a participação plena das PcDs nas atividades extrativistas, evidenciando a necessidade de investimentos em acessibilidade, como rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil e capacitação para o atendimento inclusivo. Esse dado reforça a importância de políticas públicas e iniciativas institucionais voltadas para a promoção da inclusão e da equidade dentro do setor

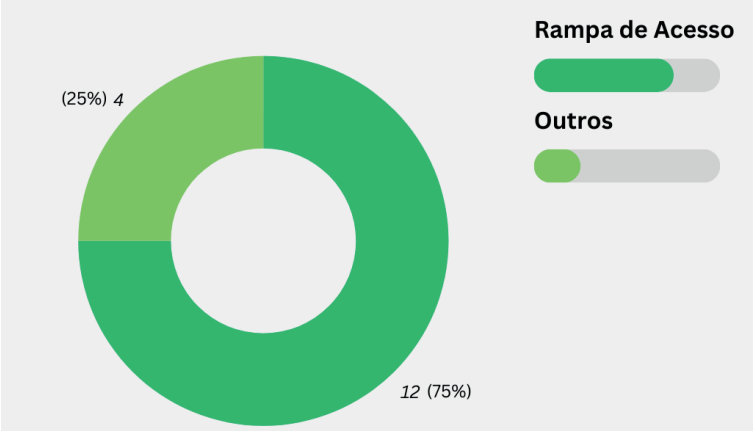
Figura 32. Distribuição das Entidades Extrativistas com Adaptações de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD). Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Os tipos de adaptações de acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD) mais comuns nas entidades extrativistas foram as rampas de acesso, presentes em aproximadamente 75% das entidades que possuem algum tipo de adequação (Figura 33). Essa predominância indica uma preocupação maior com a acessibilidade física, permitindo maior mobilidade para pessoas com deficiência motora.

Figura 33. Tipos das Adaptações de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD) nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Além disso, cerca de 25% das entidades relataram possuir outras estruturas adaptadas (Figura 33), voltadas principalmente para pessoas com deficiência visual (uso de braile), intelectual e aquelas dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas adaptações podem incluir sinalização tátil, materiais acessíveis e estratégias específicas para melhorar a comunicação e a inclusão desses grupos.

No entanto, apesar desses avanços, os dados sugerem que ainda há desafios significativos na ampliação da acessibilidade nas entidades extrativistas. A predominância de adaptações físicas, em detrimento de outras necessidades específicas, ressalta a importância de ampliar as iniciativas de inclusão, garantindo que todas as PcDs possam participar plenamente das atividades extrativistas. Investimentos em infraestrutura, capacitação de membros das entidades e políticas voltadas para a acessibilidade são fundamentais para tornar esses espaços mais inclusivos e equitativos.

O extrativismo no Ceará é um setor multifacetado, que vai além da exploração dos recursos naturais e se conecta diretamente com a organização comunitária, a preservação ambiental e a geração de renda. O fortalecimento das políticas públicas e dos mecanismos de comercialização pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

As Entidades Extrativistas do Ceará apresentaram uma diversidade de finalidades, com destaque para a Atividade Extrativista/Artesanato, que corresponde 41% das entidades (Tabela 14). Esse resultado reflete a importância da extração e do beneficiamento de recursos naturais, especialmente a produção artesanal com palha de carnaúba, pesca artesanal e outras formas de uso sustentável dos recursos naturais. O setor desempenha um papel essencial na preservação dos saberes tradicionais e na valorização da cultura local, além de ser uma das principais fontes de sustento para muitas comunidades.

No caso da pesca artesanal, os saberes tradicionais, transmitidos entre gerações, são essenciais para a escolha dos melhores pontos de pesca, identificação das espécies mais abundantes e aplicação de técnicas eficientes. No entanto, desafios como a modernização da pesca e a redução dos estoques pesqueiros ameaçam esses conhecimentos, colocando em risco a subsistência e a identidade cultural das comunidades pesqueiras (Queiroz; Fonseca, 2023).

Em torno de 16 entidades (19,3%) possuem a "Geração de Renda e Comercialização" como finalidade, demonstrando a relevância da busca por sustentabilidade financeira através da venda direta de produtos extrativistas e artesanais (Tabela 14). Um exemplo disso é a carnaúba que, segundo Edgar Gadelha, presidente da Câmara Setorial da Carnaúba do Ceará, durante o período de safra são gerados 90 mil empregos no Ceará ao longo de toda a cadeia produtiva. Os números de exportação, já favoráveis ao Estado, ainda registram que a carnaúba é a oitava em volume de exportações

(Rodrigues, 2024). Esse dado reforça a necessidade de ampliar os canais de comercialização e agregar valor aos produtos locais para garantir melhores condições de vida para os trabalhadores do setor.

Tabela 14. Finalidade das Entidades Extrativas no Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Atividade Extrativista/Artesanato	34	41,0
Geração de Renda e Comercialização	16	19,3
Meio Ambiente e Sustentabilidade	14	16,9
Comunidade	12	14,5
Políticas Públicas	7	8,4
Total	83	100,0

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

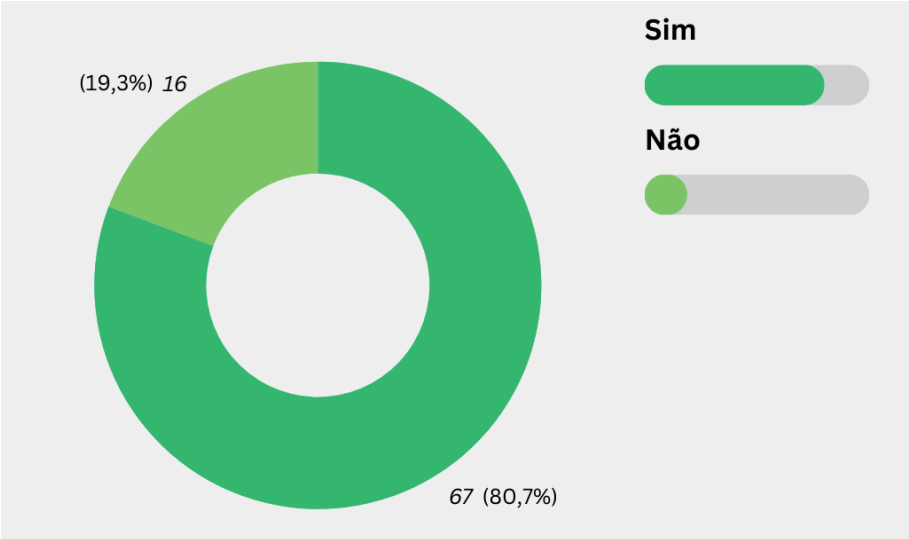
O processo de comercialização na agricultura familiar se destaca como um grande desafio. Ele não se resume ao conhecimento técnico da produção, mas exige habilidades de gestão estratégica, que incluem a criação de práticas comerciais eficazes e inovadoras. A comercialização envolve entender o mercado, adaptar-se às exigências e estabelecer conexões que valorizem os produtos locais, especialmente em regiões onde os recursos são limitados. Desde o período colonial, a agricultura familiar é um sistema produtivo predominante em pequenas propriedades no Brasil, e o núcleo familiar sempre desempenhou o papel de gestor dos processos produtivos e das estratégias de comercialização. Porém, por muitos anos, a ausência de políticas públicas voltadas para o fortalecimento desse sistema produtivo agravou os desafios enfrentados por esses agricultores (Braz, 2022).

As macrocategorias “Meio Ambiente e Sustentabilidade” (16,9%), “Comunidade” (14,5%) e “Políticas Públicas” (8,4%) refletem a preocupação das entidades extrativistas com a organização social, a melhoria das condições de vida e o fortalecimento comunitário (Tabela 14). Muitas iniciativas focam na capacitação e autonomia dos moradores, promovendo práticas sustentáveis, apoio mútuo e laços comunitários. Além disso, há um esforço contínuo para alinhar o extrativismo à preservação ambiental, garantindo a sustentabilidade dos recursos naturais. O acesso a projetos governamentais, financiamento e direitos trabalhistas também se destaca, sendo essencial para melhores condições de trabalho e renda dos pescadores e artesãos.

Na Figura 34 pode-se verificar a existência de normas e estatutos de funcionamento das Entidades extrativistas em todas as regiões do estado. Os dados revelam que a maioria das entidades, 67 (80,7%), possuem normas estabelecidas e seguem um estatuto formal, o que indica um alto nível de organização e regulamentação dentro

do setor extrativista, facilitando a governança interna, a transparência na tomada de decisões e o acesso a políticas públicas e incentivos governamentais.

Figura 34. Presença de Normas e Estatuto de Funcionamento nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Por outro lado, 16 entidades (19,3%) declararam não possuir normas ou estatutos específicos (Figura 34). Esse número pode indicar desafios estruturais, como a falta de assessoria jurídica no processo de regulamentação, dificuldades de organização ou até mesmo a inexistência de um modelo formal de gestão dentro dessas comunidades. A ausência de estatuto pode limitar o acesso a benefícios governamentais, projetos de financiamento e parcerias estratégicas, tornando-se um obstáculo para a sustentabilidade e o fortalecimento dessas organizações. Esses resultados destacam a importância da formalização das entidades extrativistas para garantir maior acesso a benefícios, políticas públicas e organização interna, fortalecendo suas atividades e promovendo maior segurança jurídica para seus membros.

A formalização das entidades extrativistas é um fator preponderante para o fortalecimento do setor, pois permite maior representatividade política, participação em programas de desenvolvimento sustentável e maior segurança jurídica para seus membros. A regularização por meio de estatutos também possibilita a construção de estratégias coletivas mais eficazes para comercialização, proteção ambiental e valorização do trabalho extrativista. Portanto, investir em capacitação e suporte técnico para que mais entidades possam estruturar e formalizar suas regras de funcionamento é essencial para o desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas do Ceará.

A maioria das Entidades Extrativistas do Ceará, em torno 30 (46,9%) opera sob normas bem estabelecidas, indicando a presença de um “Regimento e Estatuto da Associação” (Tabela 15). Esse dado sugere que a formalização das regras é uma

prática amplamente adotada, fornecendo diretrizes claras para o funcionamento interno, a tomada de decisões e a organização administrativa. Esse resultado reforça a importância de regulamentos bem definidos para garantir a estabilidade e a transparência dentro das associações extrativistas.

Em torno de 19 entidades (29,7%) possuem a “Participação e o Compromisso dos Associados” como um fator essencial para a manutenção das entidades (Tabela 15). O engajamento dos membros, expresso por meio da frequência em reuniões, da assiduidade e do cumprimento de responsabilidades coletivas, reforça a necessidade de envolvimento ativo na vida associativa. Essa categoria destaca a relevância da cooperação e da organização comunitária para a sustentabilidade das atividades extrativistas.

Tabela 15. Normas e Estatuto de Funcionamento nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Regimento e Estatuto da Associação	30	46,9
Participação e Compromisso dos Associados	19	29,7
Normas de Convivência e Conduta	9	14,1
Direitos, Deveres e Organização do Coletivo	6	9,4
Total	64*	100,0

*Valor inferior ao total de Entidades Extrativistas em virtude de representarem somente aquelas que possuem normas e regimentos estabelecidos.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Cerca de 9 entidades extrativistas (14,1%) possuem “Normas de Convivência e Conduta” (Tabela 15), evidenciando a existência de regras específicas que garantem uma boa relação entre os participantes. Questões como respeito mútuo, proibições relacionadas à venda de bebidas alcoólicas e outras normas internas contribuem para a harmonia no ambiente associativo e fortalecem o senso de pertencimento dentro da comunidade. O extrativismo realizado em áreas de livre acesso caracteriza-se pelo direito de usufruto compartilhado dos recursos por todos os que vivem em um território ou mesmo em regiões próximas. Essa prática é regida por normas estabelecidas coletivamente e sustentadas por práticas sociais tradicionais, transmitidas de geração em geração por meio da oralidade. O respeito a essas regras é essencial para a convivência, e sua violação frequentemente gera conflitos dentro dos grupos (Nascimento, 2001).

A categoria “Direitos, Deveres e Organização do Coletivo”, citada por 9,4% (Tabela 15), aponta para a existência de diretrizes que regulamentam as obrigações individuais e coletivas. Apesar de ser um percentual menor, essa dimensão é fundamental para

garantir equidade e assegurar que todos os membros tenham clareza sobre suas responsabilidades dentro da associação. Com a baixa frequência dessa categoria pode haver desafios na disseminação dessas informações, reforçando a necessidade de capacitação contínua e maior transparência na comunicação interna. Importante destacar que a construção de novas relações sociais, capazes de promover uma distribuição mais justa da renda e a melhoria das condições de trabalho, produção e comercialização no extrativismo da carnaúba, dependerá principalmente de uma maior organização e articulação entre trabalhadores e pequenos produtores. Esse fortalecimento será essencial para que conquistem poder político e econômico, possibilitando influenciar mudanças no processo produtivo (D'Alva, 2004).

De uma forma geral, predominam as normas formais e o compromisso dos associados das Entidades Extrativistas no Ceará, evidenciando um equilíbrio entre estrutura organizacional e participação coletiva. No entanto, a baixa incidência de respostas relacionadas aos direitos e deveres dos membros pode indicar a necessidade de maior sensibilização sobre o papel de cada indivíduo dentro da entidade. Para fortalecer ainda mais essas organizações, iniciativas como reuniões educativas, treinamentos e maior transparência na divulgação das regras podem contribuir para uma gestão mais participativa e eficaz. E, consequentemente, garantir uma gestão mais transparente, participativa e eficiente, contribuindo para o fortalecimento das atividades extrativistas no estado.

No que diz respeito à gestão das Entidades Extrativistas, observa-se que a escolha do núcleo gestor ocorre por meio de diversos mecanismos, como assembleias, aclamação, votação e eleição (Tabela 16). Entre esses, assembleia e votação destacam-se como as principais formas de seleção, representando 40,7% e 39,6% dos casos, respectivamente. Esse dado sugere um forte componente de participação direta dos membros, que se reúnem para deliberar e decidir coletivamente sobre a liderança.

Outra modalidade relevante é a eleição, adotada por 16 (17,6%) das 83 entidades (Tabela 16), demonstrando que parte das organizações opta por um processo mais formalizado, com regras de disputa e escolha semelhantes às de eleições oficiais. A existência de diferentes formatos de escolha — assembleias, votações, eleições e até aclamação — reflete a variedade de arranjos de governança no setor extrativista, podendo indicar desde grupos mais coesos e informais, que decidem por consenso ou votação direta, até entidades que preferem procedimentos estruturados e regulares para a seleção de seus gestores.

Esses resultados reforçam a importância da participação coletiva na condução das atividades das entidades, ao mesmo tempo em que evidenciam a flexibilidade e a adaptação dos processos de governança às realidades de cada comunidade extrativista.

Tabela 16. Opções de Seleção do Núcleo Gestor das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Assembleia	37	40,7
Votação	36	39,6
Eleição	16	17,6
Aclamação	2	2,2
Total	91*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em virtude dessas apresentarem mais de uma norma/estatuto de funcionamento.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A infraestrutura física das Entidades Extrativistas desempenha um papel essencial no suporte às atividades produtivas, armazenamento de insumos e produtos, além de possibilitar melhores condições para reuniões e articulações comunitárias. Um espaço adequado pode favorecer tanto a organização interna das entidades quanto a ampliação de suas operações e parcerias.

Os dados coletados revelam que as entidades apresentam uma variação significativa na área física, com dimensões que vão de 7 m² a 15.000 m², sendo a média geral de 389 m² (Tabela 17). Essa ampla diferença sugere que algumas entidades operam em estruturas modestas, enquanto outras dispõem de espaços mais amplos, possivelmente associados a um maior nível de organização ou suporte institucional.

Com relação à quantidade de cômodos, observou-se uma variação entre 1 e 17 cômodos, com uma média de 4 cômodos por entidade (Tabela 17). Esse número pode estar associado à divisão dos espaços para diferentes finalidades, como armazenamento, reuniões, produção e administração. A moda para a quantidade de cômodos foi 1, indicando que uma parcela significativa das entidades possui uma estrutura mais simples, com um único espaço funcional.

Tabela 17. Infraestrutura Física: Área e Distribuição de Cômodos nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Medidas	Infraestrutura Física da Entidade Extrativista	
	Área (m²)	Quantidade de Cômodos
Média	389	4
Moda	0	1
Mediana	79	4

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Os dados demonstram que, embora algumas entidades possuam infraestrutura ampla, a maior parte delas conta com estruturas mais modestas, reforçando a necessidade de investimentos para a melhoria das condições físicas e operacionais dessas organizações. A ausência de uma infraestrutura adequada pode impactar

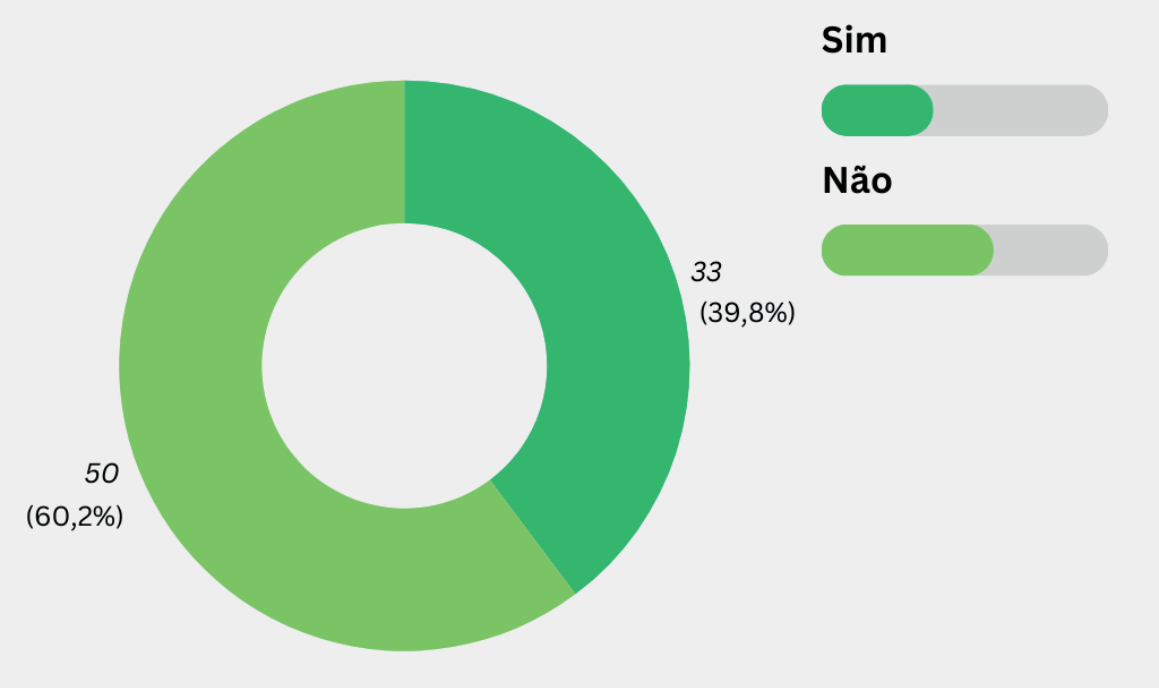
diretamente a capacidade de armazenamento e processamento dos produtos extrativistas, além de limitar as atividades administrativas e de comercialização.

Além das dimensões físicas das Entidades Extrativistas, aspectos estruturais adicionais também desempenham um papel fundamental no suporte às atividades produtivas, administrativas e comunitárias. Entre esses fatores, destacam-se a existência de auditórios para reuniões e eventos, o acesso à internet e a responsabilidade pela construção das sedes das entidades.

Os dados levantados indicam que a maioria das entidades extrativistas não possui um auditório próprio, representando aproximadamente 61% do total (Figura 35). Isso significa que muitas dessas organizações podem enfrentar dificuldades na realização de reuniões, capacitações e outros eventos coletivos, impactando diretamente sua organização e articulação comunitária.

Por outro lado, apenas 33 entidades contam com auditório próprio, o que equivale a aproximadamente 39% do total. (Figura 35) Esse dado sugere que, apesar da importância de um espaço adequado para encontros e atividades institucionais, a infraestrutura ainda é uma limitação para muitas entidades.

Figura 35. Disponibilidade de Auditório Próprio nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

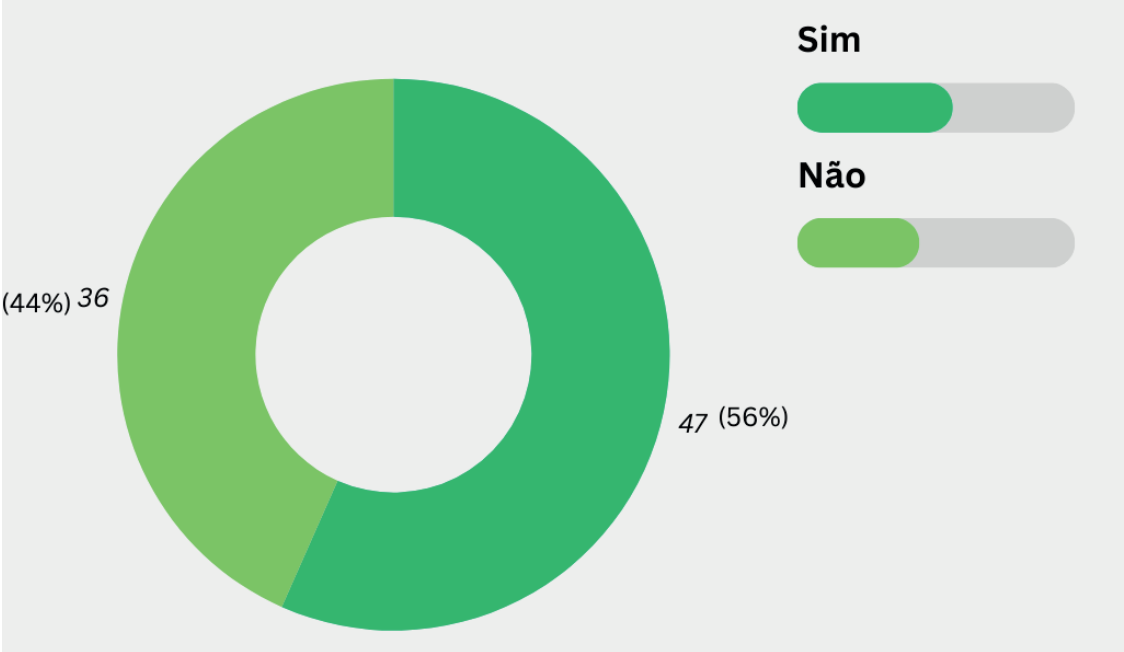


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Outro fator essencial para a eficiência e conectividade das organizações é o acesso à internet, um recurso que permite desde a comunicação com parceiros e órgãos reguladores até a busca por informações, participação em reuniões virtuais e capacitações. A disponibilidade desse recurso pode impactar significativamente a capacidade de gestão e atuação das entidades extrativistas. No entanto, constatou-se

que apenas 56% das entidades (47) possuem acesso à internet, enquanto 44% ainda enfrentam dificuldades nesse aspecto, o que pode representar um desafio para sua eficiência e integração digital (Figura 36).

Figura 36. Quantidade de Entidades Extrativistas com Acesso à Internet. Estado do Ceará. 2025.



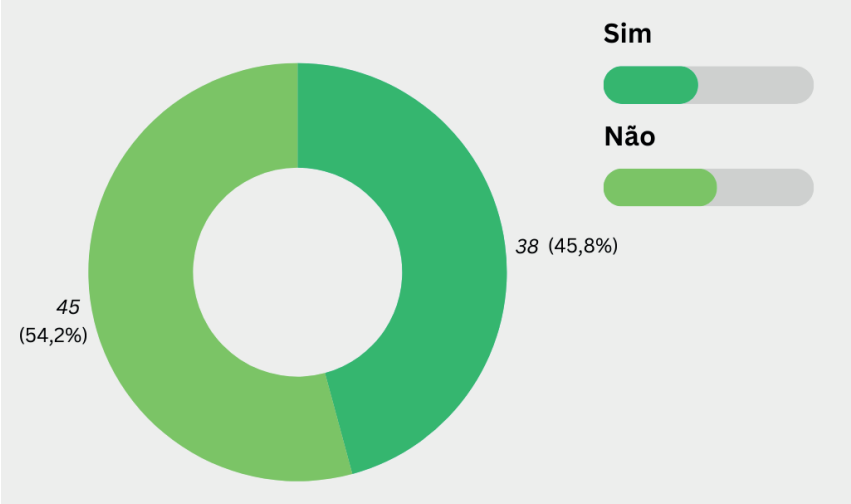
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Além disso, observou-se que apenas 38 entidades (45,8%) possuem internet fixa (Figura 37), o que indica que parte das organizações pode depender de conexões móveis ou alternativas menos estáveis. A falta de infraestrutura adequada para conectividade pode comprometer a adoção de novas tecnologias, a digitalização de processos administrativos e a inserção dessas entidades em um cenário cada vez mais dependente da tecnologia para gestão e comercialização.

A ausência de um auditório e de acesso adequado à internet evidencia a necessidade de investimentos para a melhoria da infraestrutura dessas organizações, o que pode fortalecer sua atuação e ampliar seu alcance no setor extrativista.

Com a introdução de políticas voltadas para a agricultura familiar na década de 1990, houve avanços, mas ainda existem dificuldades. Entre elas, a falta de ferramentas tecnológicas adequadas e o acesso limitado à internet de qualidade. Esses fatores impactam diretamente a capacidade de gestão eficiente, dificultando a comunicação, a organização e a inserção dos pequenos produtores nos mercados. Assim, fortalecer a gestão desses processos se torna fundamental para que a agricultura familiar prospere em um cenário competitivo e globalizado (Braz, 2022).

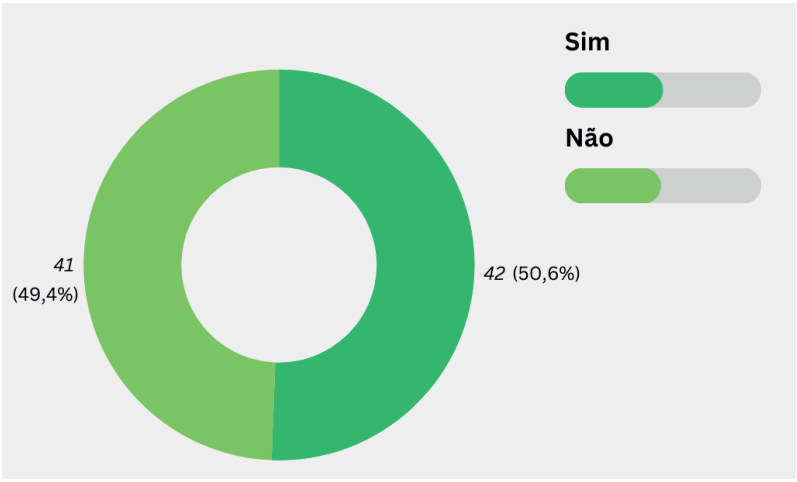
Figura 37. Quantidade de Entidades Extrativistas com Acesso à Internet Fixa. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Além disso, a responsabilidade pela construção das sedes das entidades varia conforme os recursos disponíveis e as parcerias estabelecidas. Algumas foram construídas com recursos próprios, outras com apoio governamental ou por meio de parcerias com organizações não governamentais (ONGs) e empresas privadas. De acordo com o levantamento, 50% das Entidades Extrativistas foram construídas pelos próprios associados, demonstrando o engajamento e a participação ativa das comunidades na criação e manutenção desses espaços (Figura 38). Esse dado reforça a importância do envolvimento coletivo na estruturação das entidades, evidenciando tanto a organização interna quanto a valorização dos recursos locais para viabilizar a construção, que influencia diretamente a qualidade da infraestrutura e a capacidade das entidades de expandirem suas atividades.

Figura 38. Construção das Entidades Extrativistas realizada pelos Próprios Associados. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Entre as 41 entidades extrativistas (49,4%) que não foram construídas pelos próprios associados (Figura 38), há uma diversidade de espaços utilizados para suas atividades. Dentre essas, 43,2% utilizam espaços variados, enquanto 21,6% funcionam em estruturas cedidas por órgãos públicos. Além disso, 18,9% das entidades operam em sedes localizadas em residências particulares, o que pode indicar limitações estruturais para suas atividades (Tabela 18). Esses resultados evidenciam desafios relacionados à infraestrutura física das entidades extrativistas, que podem impactar sua organização, funcionamento e acesso a políticas de apoio.

Tabela 18. Origem das Instalações das Entidades Extrativistas não Construídas pelos Associados. Estado do Ceará. 2025.

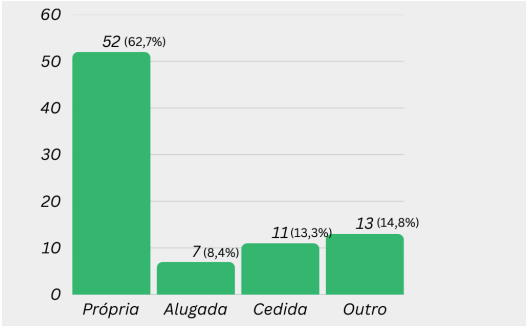
Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Outros	16	43,2
Espaços	8	21,6
Órgãos Públicos	7	18,9
Sedes em Residência	6	16,2
Total	37*	100,0

*Valor inferior ao total de Entidades Extrativistas que não foram construídas pelos associados.
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A maioria das Entidades Extrativistas possui sede própria (52 entidades, equivalente a 62,7%) (Figura 36), o que pode indicar uma maior estabilidade e autonomia para a realização de suas atividades. Por outro lado, 7 entidades (8,4%) operam em sedes alugadas, o que pode representar um custo adicional e possíveis limitações estruturais. Além disso, 11 entidades (13,3%) utilizam espaços cedidos, demonstrando parcerias ou apoio externo para viabilizar suas operações (Figura 36).

Uma parcela menor, 4 entidades (4,8%), classificou sua sede como “Outro” (Figura 39), sugerindo que podem estar instaladas em locais informais ou compartilhados. Esses resultados refletem a diversidade de condições das entidades extrativistas em relação à infraestrutura, o que pode impactar diretamente sua capacidade organizacional, operacional e de crescimento.

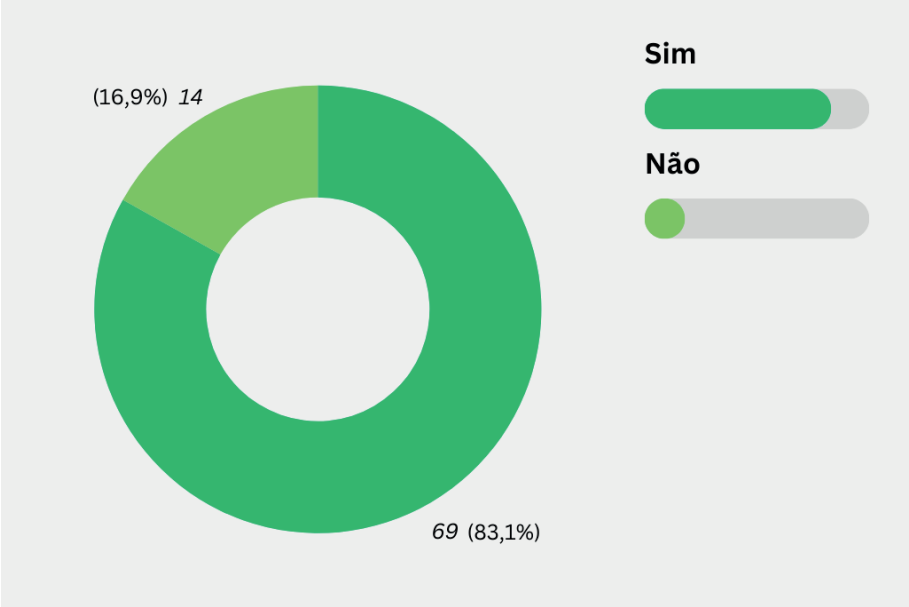
Figura 39. Classificação das Sedes das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A disponibilidade de energia elétrica nas instalações das Entidades Extrativistas é um fator essencial para garantir o funcionamento eficiente de suas atividades, impactando diretamente a produtividade e a qualidade dos processos. De acordo com os dados, 69 entidades, representando 83,1%, têm acesso à energia elétrica, o que proporciona condições adequadas para o desenvolvimento de suas operações (Figura 40). Este acesso à eletricidade facilita a realização de tarefas essenciais, como o processamento e armazenamento de produtos extrativistas, e possibilita a utilização de equipamentos modernos, promovendo maior eficiência.

Figura 40. Disponibilidade de Energia Elétrica nos Imóveis das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

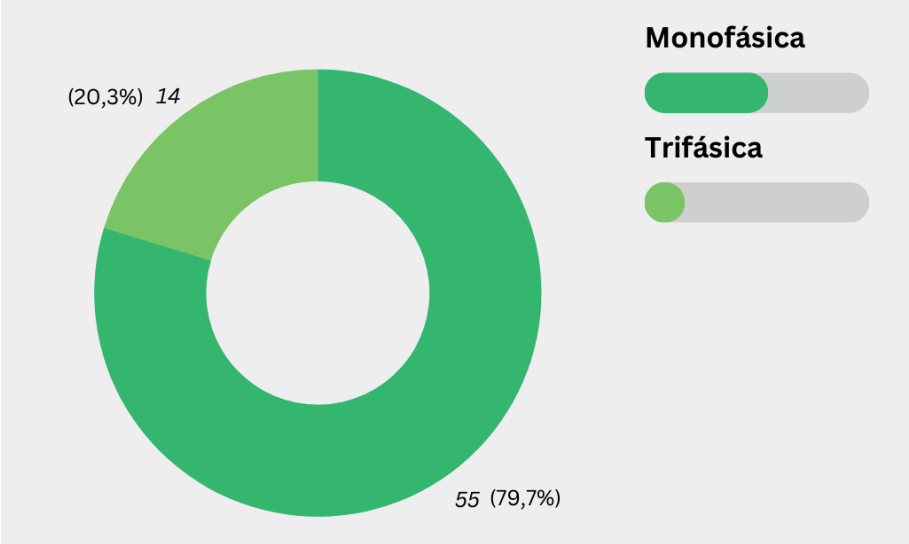


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Dentre as 69 Entidades Extrativistas que possuem acesso à energia elétrica no Ceará, a grande maioria (55 entidades) utiliza energia monofásica, que, embora suficiente para atividades de menor demanda, pode limitar a operação de equipamentos mais potentes e a eficiência das atividades produtivas (Figura 41). Por outro lado, 14 entidades (20,3%) possuem energia trifásica, um tipo de fornecimento mais adequado para a utilização de equipamentos de maior potência e com maior demanda energética, o que facilita o aumento da produção e a melhoria na eficiência operacional.

No entanto, 14 entidades (16,9%) ainda não dispõem de energia elétrica (Figura 41), o que representa um obstáculo significativo para o desenvolvimento das atividades extrativistas nessas localidades, limitando tanto o potencial produtivo quanto a sustentabilidade das operações. A falta de infraestrutura energética adequada pode comprometer o crescimento e a competitividade dessas entidades, exigindo investimentos em soluções mais adequadas e expansivas para o setor.

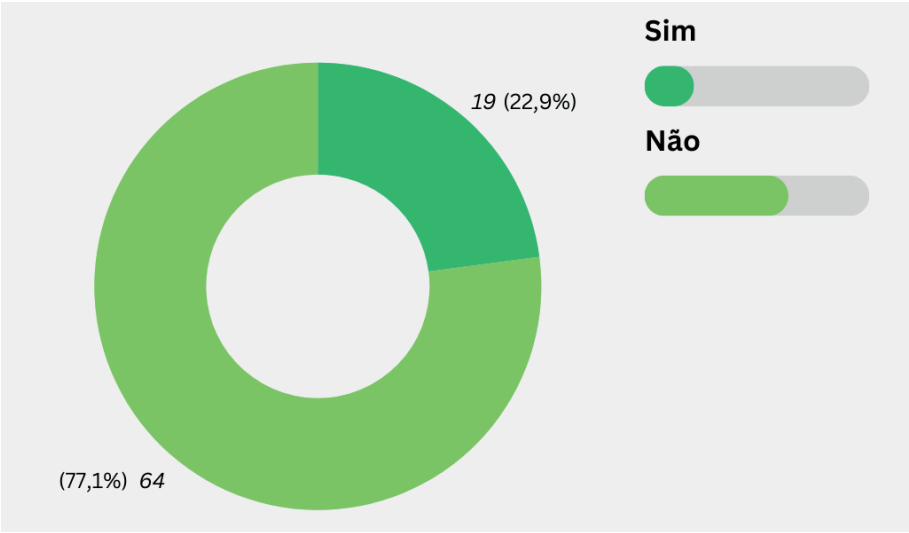
Figura 41. Tipo de Energia Elétrica nos Imóveis das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Em relação à disponibilidade de transformadores de energia nos imóveis das Entidades Extrativistas, observou-se que cerca de 77,1% das entidades não dispõem desse recurso essencial, o que pode prejudicar significativamente a estabilidade e a capacidade energética das atividades desenvolvidas (Figura 42). A falta de transformadores adequados limita o uso de equipamentos de maior potência, fundamentais para otimizar a produção e garantir a eficiência operacional. Essa ausência pode resultar em sobrecarga no sistema elétrico local, interrupções no fornecimento de energia e custos elevados com manutenção.

Figura 42. Disponibilidade de Transformador de Energia nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

No que se refere ainda à infraestrutura elétrica das Entidades Extrativistas, verificou-se que nenhuma delas dispõe de gerador de energia (dados não mostrados). A ausência desse equipamento pode representar uma vulnerabilidade significativa, especialmente em locais onde há oscilações ou interrupções frequentes no fornecimento de energia. A falta de geradores pode comprometer o funcionamento de equipamentos essenciais para a produção, armazenamento e processamento dos produtos extrativistas, impactando diretamente a sustentabilidade e a eficiência das atividades desenvolvidas.

No que se refere aos recursos hídricos disponíveis nos imóveis e comunidades das Entidades Extrativistas, identificou-se uma diversidade de fontes utilizadas para abastecimento. As principais fontes identificadas foram açude/barragem (21,7%), poço profundo (19,9%) e cisterna (19,3%), evidenciando que uma parte significativa das entidades depende de reservatórios artificiais e captação de água subterrânea (Tabela 19).

Tabela 19. Fontes de Recursos Hídricos existentes nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Açude/Barragem	36	21,7
Poço profundo	33	19,9
Cisterna	32	19,3
Ligações domiciliares	29	17,5
Cacimbão	13	7,8
Outros	10	6,0
Lagoa	6	3,6
Chafariz	3	1,8
Rio Perene	2	1,2
Total	166*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão das entidades possuírem mais de uma fonte de recursos hídricos.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A presença de ligações domiciliares (17,5%) indica um acesso mais estruturado e contínuo à água, embora ainda não seja predominante. Já fontes naturais, como lagoas (3,6%), rios perenes (1,2%) e olhos d'água (1,2%) (Tabela 19), apresentam participação reduzida, o que pode indicar uma limitação na disponibilidade de fontes hídricas permanentes na região.

Outro ponto relevante é a baixa representatividade do chafariz (1,8%), que poderia ser uma alternativa para abastecimento coletivo. Além disso, a categoria "Outros" (6%) sugere a existência de fontes alternativas de captação que não foram especificadas

(Tabela 19). Por exemplo, igarapés e o abastecimento por meio de água encanada fornecida pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece).

A diversidade e distribuição dessas fontes de água refletem tanto a disponibilidade hídrica das regiões quanto os desafios enfrentados pelas entidades na busca por um abastecimento seguro e contínuo. A dependência de fontes como cisternas e açudes pode representar um risco em períodos de estiagem, enquanto a disponibilidade de ligações domiciliares ou poços profundos tende a oferecer maior segurança hídrica. Além disso, a presença de rios perenes e olhos d'água pode indicar uma fonte natural mais estável, mas sujeita a fatores ambientais e ao uso sustentável da água pela comunidade. Portanto, a gestão eficiente desses recursos torna-se essencial para garantir o abastecimento contínuo e a viabilidade das atividades extrativistas a longo prazo.

A gestão eficaz, que vai além do simples controle produtivo, é a chave para superar as adversidades, melhorar a qualidade de vida dos agricultores e promover a valorização da produção local.

As Entidades Extrativistas do estado do Ceará apresentam, em média, um volume armazenado de 18 m³, com um volume potencial estimado de 4.327.982 m³ e uma área de espelho d'água de aproximadamente 19.022 m² (dados não apresentados). Esses valores refletem a capacidade hídrica das entidades, influenciando diretamente suas atividades produtivas e a sustentabilidade dos recursos disponíveis.

4.4 Saúde

Com relação à distância das Entidades Extrativistas até os postos de saúde mais próximos, verificou-se que a distânica média é de aproximadamente 1,9 km, enquanto a moda e a mediana indicam que a maioria das entidades está a 500 metros ou menos desses serviços, sugerindo um acesso relativamente fácil para grande parte das comunidades (Tabela 20). No entanto, a média mais elevada revela que algumas entidades estão significativamente mais afastadas, o que pode comprometer a assistência rápida em situações emergenciais.

Já no caso dos hospitais, a distância média é de 10,2 km, enquanto a moda aponta que a distância mais comum é de 9 km. A mediana de 4 km sugere que metade das entidades está relativamente próxima de um hospital, enquanto a outra metade encontra-se em distâncias bem maiores, elevando a média geral. Esses dados evidenciam que, embora os postos de saúde sejam, em grande parte, acessíveis, o mesmo não ocorre com os hospitais, cujo acesso é mais desigual. Assim, percebe-se a necessidade de melhorias na infraestrutura de saúde, principalmente para garantir atendimento hospitalar adequado às comunidades extrativistas mais distantes.

Tabela 20. Distância para o Posto de Saúde e Hospital mais Próximos das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

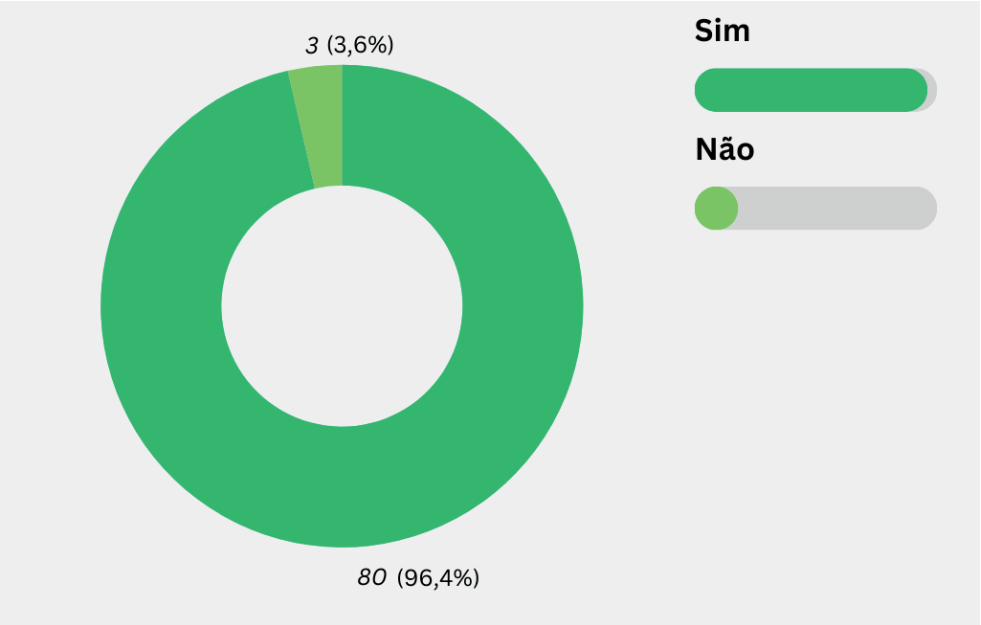
Medidas	Distância	
	Posto de Saúde (m)	Hospital (m)
Média	1.886	10.239
Moda	500	9.000
Mediana	500	4.000

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

No que se refere à cobertura de atendimento por agentes de saúde, aproximadamente 80 Entidades Extrativistas contam com esse serviço, garantindo um suporte básico de saúde para as comunidades (Figura 43). A presença desses profissionais é essencial para a promoção da saúde preventiva, realização de visitas domiciliares, acompanhamento de gestantes, crianças e idosos, além do encaminhamento de casos mais complexos para unidades de saúde de maior porte.

Entretanto, a existência desse atendimento não necessariamente significa acesso pleno e eficiente aos serviços de saúde, pois fatores como a frequência das visitas, disponibilidade de insumos, infraestrutura local e a distância até hospitais podem impactar a qualidade da assistência prestada. Assim, embora a presença de agentes comunitários represente um avanço na atenção básica, é fundamental que haja investimentos contínuos na capacitação desses profissionais e na ampliação da cobertura para garantir que todas as entidades extrativistas tenham um atendimento adequado e contínuo.

Figura 43. Cobertura de Atendimento por Agentes de Saúde nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Na Tabela 21 pode-se observar a distribuição da frequência de obtenção de recursos hídricos nas Entidades Extrativistas do estado. A periodicidade das visitas do agente de saúde ocorre de forma semanal, quinzenal, mensal, bimestral, eventual ou outros. Observa-se que a maioria das entidades extrativistas (46,3%), em especial das regiões do Litoral Leste (7 entidades) e do Litoral Oeste/Vale do Curu (6 entidades), acessa esses recursos semanalmente, enquanto 35% realizam a captação mensalmente. Frequências menores foram registradas para abastecimento quinzenal (11,3%), bimestral (2,5%) e eventual (1,3%), indicando menor regularidade nesses casos. Esses resultados evidenciam a diversidade na disponibilidade e no acesso à água, um recurso essencial para as atividades extrativistas e para a sustentabilidade dessas comunidades.

Tabela 21. Periodicidade de Obtenção de Recursos Hídricos nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Semanal	37	46,3
Mensal	28	35,0
Quinzenal	9	11,3
Outros	3	3,8
Bimestral	2	2,5
Eventual	1	1,3
Total	80*	100,0

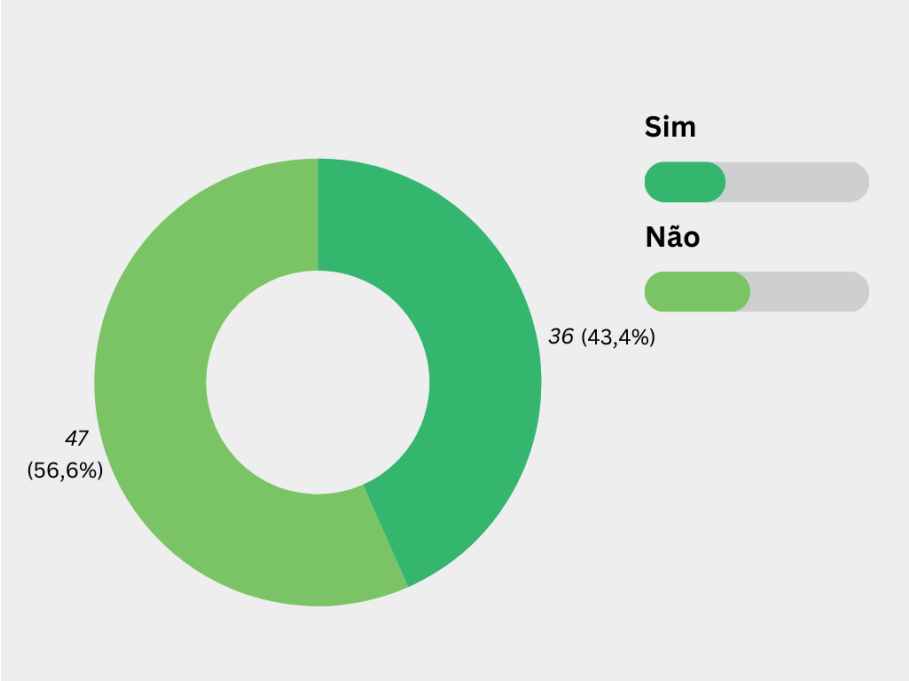
*Valor inferior ao total de Entidades Extrativistas em razão de somente 80 entidades receberem atendimento dos agentes de saúde.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Constatou-se que aproximadamente 36 Entidades Extrativistas já registraram casos de suicídio em suas comunidades (Figura 44), em 12 das 14 regiões do estado, com exceção do Maciço de Baturité e do Sertão dos Inhamuns, com maior número de casos na Grande Fortaleza. Esse dado evidencia uma preocupação significativa com a saúde mental nessas localidades, ressaltando a necessidade de medidas preventivas e de apoio psicossocial. Fatores como isolamento geográfico, dificuldades socioeconômicas, acesso limitado a serviços de saúde mental e desafios na manutenção das atividades extrativistas podem contribuir para esse cenário.

Diante disso, é fundamental que políticas públicas e iniciativas comunitárias sejam fortalecidas para oferecer suporte emocional, promover ações de conscientização e ampliar o acesso a atendimentos especializados, garantindo melhores condições de bem-estar para os moradores dessas comunidades.

Figura 44. Ocorrência de Casos de Suicídios nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

4.5 Educação

A distância das entidades extrativistas no Ceará até instituições de ensino de diferentes níveis, incluindo creches, escolas de ensino fundamental e médio, além de universidades ou institutos federais encontra-se na Tabela 22. Os dados mostram que as creches estão, em média, a 2.918 metros das entidades, com uma mediana de 550 m, o que indica que metade das comunidades tem acesso a esse serviço a curtas distâncias. A moda de 1.000 m indica que essa é a distância mais comum, reforçando a relativa proximidade das creches para muitas localidades. Os modelos de educação identificados nas creches incluíram educação do campo (1 entidade), indígena (2), quilombola (1), tradicional (67) e casos em que não se aplica (12).

Para as escolas de ensino fundamental, a média de distância é significativamente maior, alcançando 10.239 m (10,2 km). No entanto, a mediana de 4.000 m (4 km) sugere que metade das entidades está a essa distância ou menos, enquanto a moda de 9.000 m (9 km) indica que essa é a distância mais recorrente. Os modelos de educação identificados nas escolas de ensino fundamental foram predominantemente tradicionais, com um total de 70 instituições e casos em que não se aplica (13).

Tabela 22. Distância da Entidade Extrativista para a Creche, a Escola de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Universidade ou Instituto Federal mais próximo. Estado do Ceará. 2025.

Medidas	Distância			
	Creche (m)	Ensino Fundamental (m)	Ensino Médio (m)	Universidade/ Instituto Federal (m)
Média	2.918	10.239	5.403	24.599
Moda	1.000	9.000	3.000	0
Mediana	550	4.000	3.000	13.000

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

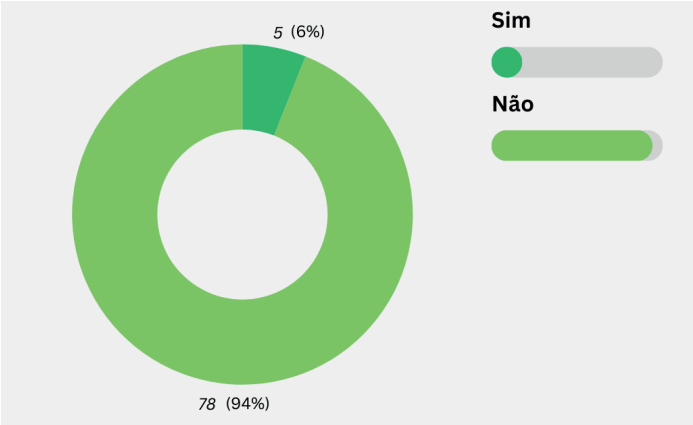
No caso das escolas de ensino médio, a média registrada é de 5.403 m (5,4 km), com a moda e a mediana apontando 3.000 m (3 km), sugerindo que muitas entidades extrativistas estão a uma distância moderada desse nível de ensino, embora algumas possam estar bem mais afastadas. Os modelos de educação identificados nas escolas de ensino médio abrangeram educação do campo (1 entidade), indígena (1), quilombola (1), tradicional (65), ensino universitário/instituto federal (4) e e casos em que não se aplica (11).

O maior desafio de acesso está nas universidades e institutos federais, cuja distância média chega a 24.599 m (24,6 km), tornando-se a instituição educacional mais distante para essas comunidades. Apesar disso, a mediana de 13.000 m (13 km) sugere que metade das entidades está a essa distância ou menos, e a moda de 0 metros pode indicar que algumas poucas entidades têm acesso imediato a uma instituição de ensino superior. Os modelos de educação identificados nas universidades e institutos federais abrangeram educação quilombola (1 entidade), tradicional (19), ensino universitário/instituto federal (50) e casos em que não se aplica (13).

Esses resultados evidenciam que, enquanto creches e escolas de ensino médio tendem a estar relativamente próximas, o acesso ao ensino fundamental já apresenta desafios consideráveis, e o ensino superior é o mais distante, representando uma barreira significativa para a formação acadêmica dos moradores das comunidades extrativistas.

Constatou-se que em apenas cinco Entidades Extrativistas (5%) há crianças com mais de seis anos que estão fora da escola (Figura 45), nas regiões do Cariri (1), Grande Fortaleza (3) e Litoral Oeste/Vale do Curu (1). Embora esse número seja relativamente baixo, a presença de crianças fora do ambiente escolar sinaliza desafios na garantia do direito à educação nessas comunidades. Questões como a distância até as instituições de ensino, dificuldades de transporte, necessidade de apoio familiar nas atividades extrativistas e condições socioeconômicas podem influenciar essa realidade. A identificação desses casos reforça a importância de políticas públicas voltadas para a inclusão educacional e o fortalecimento do acesso à educação básica nas áreas extrativistas.

Figura 45. Crianças Acima de Seis Anos Fora da Escola em Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

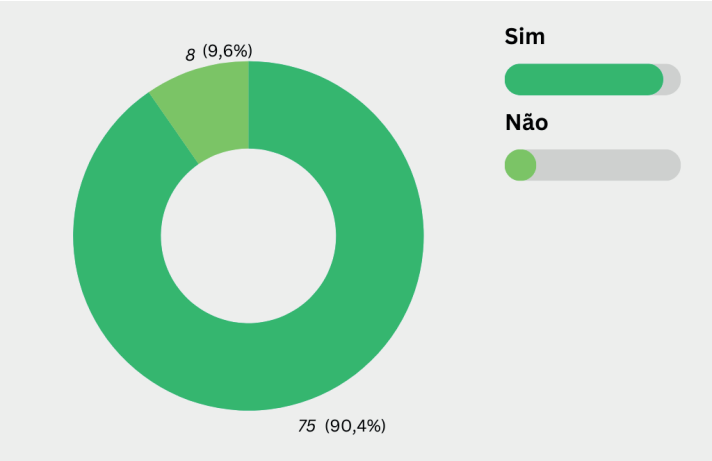


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Em aproximadamente 75 Entidades Extrativistas (90,4%), os alunos têm acesso à merenda escolar regularmente durante o período letivo (Figura 46), sendo ofertada, em média, cinco vezes por semana. Esse fornecimento contribui para a segurança alimentar das crianças e adolescentes, além de desempenhar um papel fundamental no incentivo à frequência escolar e no desempenho acadêmico. A merenda escolar, muitas vezes, é uma das principais refeições do dia para muitos estudantes, tornando-se essencial para a nutrição e o desenvolvimento saudável dos alunos.

A merenda escolar oferecida nas escolas públicas desempenha um papel indispensável no desenvolvimento psicofísico dos alunos, impactando positivamente diversas áreas, como o aspecto físico-motor, intelectual, afetivo-emocional, econômico e social. Esses benefícios contribuem para garantir que os estudantes tenham as condições adequadas para um aprendizado eficaz e saudável (Arqque; Ferreira; Figueiredo, 2021).

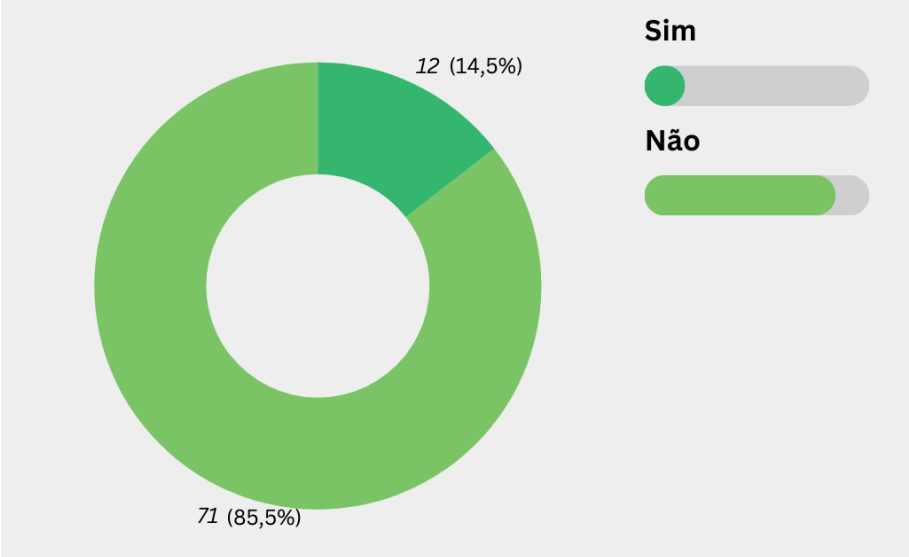
Figura 46. Crianças Acima de Seis Anos Fora da Escola em Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Quando questionadas sobre a presença de produtos extrativistas na merenda escolar, apenas 12 Entidades Extrativistas afirmaram adotar essa prática (Figura 47), com uma frequência média de duas vezes por semana em entidades que adotam práticas relacionadas à pesca artesanal, em sua maioria, nas regiões do Cariri (1 entidade), Centro Sul (3), Grande Fortaleza (3), Sertão Central (1), Sertão dos Crateús (3) e Sertão dos Inhamuns. Essa iniciativa representa uma oportunidade para valorizar os produtos locais, fortalecer a economia das comunidades extrativistas e promover uma alimentação mais saudável e sustentável para os alunos. No entanto, a baixa incidência dessa prática indica um potencial ainda pouco explorado, que poderia ser ampliado por meio de políticas de incentivo e parcerias com produtores locais.

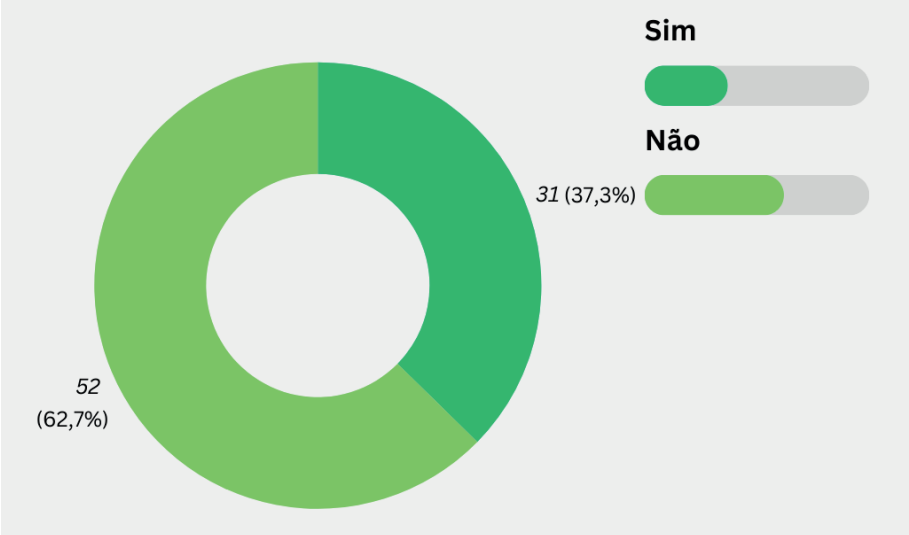
Figura 47. Inclusão de Produtos Extrativistas na Merenda Escolar nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Em 31 Entidades Extrativistas, em torno de 37,3%, observou-se a participação de indivíduos em manifestações artísticas ou culturais (Figura 48), o que destaca o papel da cultura como um elemento essencial para a preservação das tradições locais e para a promoção da identidade comunitária. Essas entidades estão distribuídas em 12 das 14 macrorregiões do Ceará, com exceção do Maciço de Baturité e do Sertão de Inhamuns. Essas manifestações culturais podem englobar desde festas tradicionais e danças folclóricas até o artesanato e outras expressões artísticas, proporcionando uma valiosa oportunidade de integração social, valorização das práticas culturais e até mesmo geração de renda. A presença ativa nessas atividades também pode servir como um meio de fortalecimento dos laços comunitários e de resistência cultural frente às pressões externas.

Figura 48. Participação em Manifestações Artísticas e Culturais nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

As manifestações artísticas e culturais nas entidades extrativistas do Ceará são bastante diversificadas (Tabela 23). A música se destaca como a forma cultural mais presente, com 21,6% das entidades reportando a prática. Seguindo, a dança folclórica é mencionada por 20,3% das entidades, enquanto a culinária aparece em 14,9%. Outras manifestações, como o teatro, mestres da cultura, trovadores/repentistas e literatura de cordel, representam percentuais menores, variando de 5,4% a 12,2%. Essas manifestações demonstram a rica diversidade cultural das comunidades extrativistas e sua capacidade de manter e promover tradições locais.

Tabela 23. Tipos de Manifestações Artísticas e Culturais Presentes nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Música	16	21,6
Dança Folclórica	15	20,3
Culinária	11	14,9
Teatro	9	12,2
Outros	8	10,8
Mestres(as) da cultura	7	9,5
Trovadores/repentistas	4	5,4
Literatura de cordel	4	5,4
Total	74*	100,0

*Valor superior ao número de Entidades Extrativistas que possuem manifestações artísticas/culturais em razão das entidades participarem em mais de um tipo de manifestação.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

4.6 Atividade Produtiva

Na Tabela 24 encontra-se a distribuição das macrocategorias de produtos extrativistas vinculados aos associados das “Entidades Agrícolas” e “Não Agrícolas” no estado. Os dados revelam uma predominância da extração e beneficiamento de “Produtos Vegetais e Derivados”, que representam 43,7% (108 registros) do total. Esse percentual ressalta a importância econômica e social dos recursos vegetais para as entidades, que podem estar ligadas ao cultivo, coleta e beneficiamento de frutos, sementes, óleos, resinas e outros derivados naturais.

Tabela 24. Produtos Extrativistas Vinculados aos Associados das Entidades Agrícolas e Não Agrícolas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Produtos Vegetais e Derivados	108	43,7
Pesca e Recursos Aquáticos	67	27,1
Artesanato e Produtos Culturais	47	19,0
Outras Atividades Econômicas	15	6,1
Produção Animal e Produtos Derivados	10	4,0
Total	247*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão das entidades apresentarem mais de um produto extrativista.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A categoria “Pesca e Recursos Aquáticos” aparece como a segunda macrocategoria mais representativa, com 27,1% (67 registros) (Tabela 24), evidenciando a relevância da atividade pesqueira e da exploração sustentável dos recursos hídricos. Essa categoria pode incluir a captura de peixes, crustáceos e moluscos, bem como o beneficiamento e comercialização desses produtos.

O “Artesanato e Produtos Culturais”, com 19% (47 registros) (Tabela 24), mostra a importância das atividades artesanais e culturais no contexto das entidades extrativistas. Essa categoria pode abranger desde a confecção de peças decorativas e utilitárias até a produção de instrumentos musicais e artefatos tradicionais, contribuindo para a preservação da identidade cultural e a geração de renda complementar.

A Produção Animal e Produtos Derivados, embora menos expressiva (4,0%), (Tabela 24) indica que algumas entidades também investem na criação de animais e na produção de derivados, como leite, mel, couro e lã. Esse número pode estar relacionado a limitações de infraestrutura, demanda de mercado ou à predominância de práticas agrícolas e pesqueiras. A categoria “Outras Atividades Econômicas”, que

representa 6,1% (15 registros) (Tabela 24), engloba diversas iniciativas que não se enquadram nas demais categorias, como prestação de serviços, ecoturismo, produção agroecológica e outras formas de geração de renda.

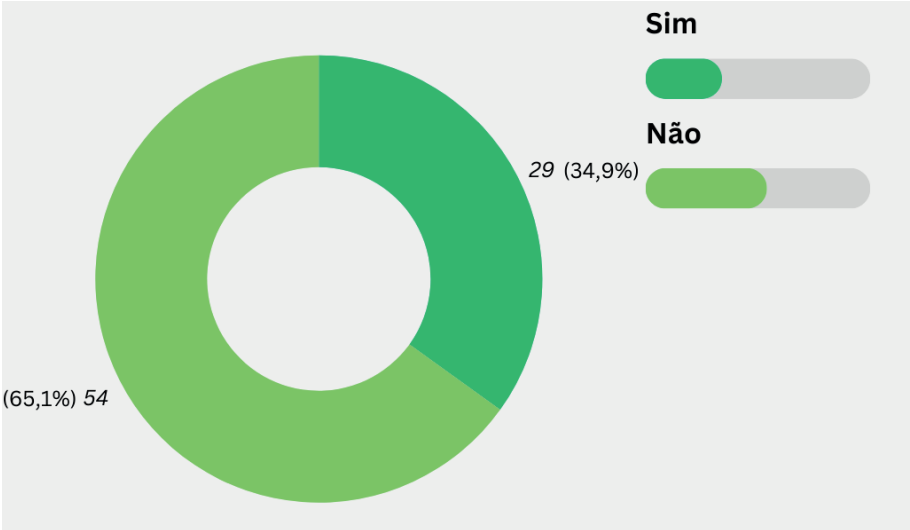
O total de 247 registros sugere que algumas entidades desenvolvem múltiplas atividades extrativistas, demonstrando a diversificação produtiva como uma estratégia essencial para a sustentabilidade econômica e social dessas comunidades (Tabela 24). Esses resultados ressaltam a importância do extrativismo não apenas como fonte de renda, mas também como um pilar para a preservação ambiental e cultural das regiões extrativistas do Ceará.

A maioria das Entidades Extrativistas do estado do Ceará (65,1%) não possui Reservas Extrativistas Comunitárias (RESEX), conforme ilustrado na Figura 46. Esse percentual indica que a maior parte das entidades depende de outras formas de acesso aos recursos naturais para a manutenção de suas atividades extrativistas.

Por outro lado, 29 das 83 entidades (34,9%) possuem reservas extrativistas comunitárias (Figura 49), o que demonstra que uma parcela significativa já conta com áreas legalmente reconhecidas para a exploração sustentável dos recursos naturais. A presença dessas reservas representa uma importante estratégia de conservação ambiental e de fortalecimento da organização comunitária, permitindo o uso sustentável da biodiversidade e a manutenção dos modos de vida tradicionais. Uma estratégia de conservação da biodiversidade deveria ser um argumento sólido para garantir que o extrativismo realizado por populações tradicionais seja reconhecido como uma forma eficaz de preservação dos recursos naturais e promoção de modos de vida mais sustentáveis (Schmitz; Mota; Silva Júnior, 2009).

A ausência de RESEX em grande parte das entidades pode estar associada a desafios como dificuldades no processo de regularização fundiária, falta de políticas públicas voltadas ao extrativismo, ou mesmo a características regionais que tornam o estabelecimento dessas reservas menos viável. Além disso, a criação e gestão de uma RESEX exigem organização, infraestrutura e apoio técnico, fatores que podem limitar a capacidade das entidades de estabelecerem e manterem essas áreas.

Figura 49. Existência de Reserva Extrativista Comunitária nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



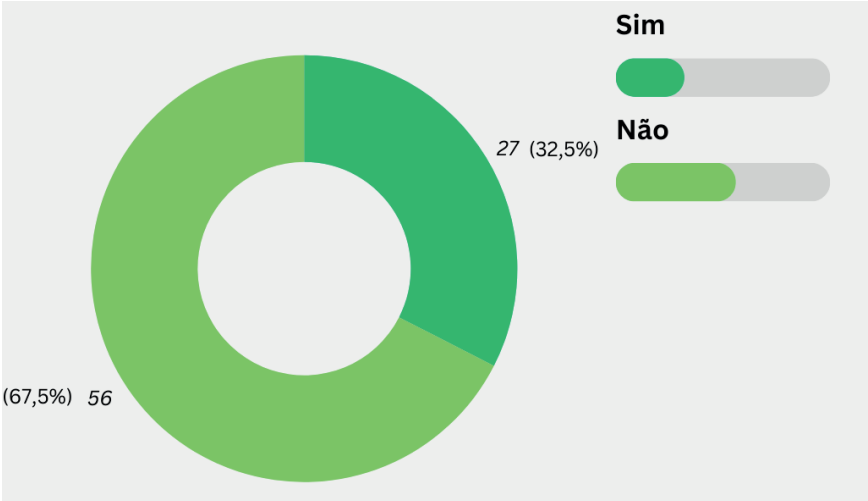
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Esses dados evidenciam a necessidade de políticas de incentivo e apoio à implementação de reservas extrativistas comunitárias, garantindo maior segurança territorial e ambiental para as entidades extrativistas, bem como a valorização das práticas tradicionais sustentáveis que contribuem para a preservação dos ecossistemas locais.

O extrativismo realizado em áreas de livre acesso caracteriza-se pelo direito de usufruto compartilhado dos recursos por todos os que vivem em um território ou mesmo em regiões próximas. Essa prática é regida por normas estabelecidas coletivamente e sustentadas por práticas sociais tradicionais, transmitidas de geração em geração por meio da oralidade. O respeito a essas regras é essencial para a convivência, e sua violação frequentemente gera conflitos dentro dos grupos (Nascimento, 2001).

Somente 27 das 83 entidades possuem membros cadastrados no Sistema Estadual de Cadastro de Agricultores Familiares, Empreendedores Individuais e Empreendimentos Representativos (SECAF), representando uma parcela ainda limitada do total (Figura 50), em 12 regiões das 14 regiões, exceto no Sertão de Canindé e no Sertão de Sobral. Esse número indica que uma grande parte das entidades (67,5%) ainda não conta com registro no sistema, o que pode impactar diretamente no acesso a benefícios, políticas públicas e programas de incentivo voltados para a agricultura familiar e o extrativismo.

Figura 50. Número de Membros Cadastrados no Sistema Estadual de Cadastro de Agricultores Familiares, Empreendedores Individuais e Empreendimentos Representativos (SECAF). Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

O cadastro no SECAF é uma ferramenta essencial para garantir a inclusão dessas entidades em iniciativas governamentais, como linhas de crédito específicas, assistência técnica, capacitações e incentivos fiscais. Além disso, a formalização dos membros no sistema facilita o reconhecimento das atividades extrativistas e agrícolas desenvolvidas, permitindo uma maior representatividade no planejamento e na formulação de políticas públicas voltadas ao setor.

A baixa adesão ao SECAF pode estar relacionada a diversos fatores, como a falta de informação sobre o sistema, dificuldades no processo de cadastro, ausência de apoio técnico ou até mesmo a falta de interesse por parte de alguns extrativistas. Diante desse cenário, torna-se fundamental a implementação de estratégias para ampliar o cadastramento, como campanhas de sensibilização, capacitações e parcerias com órgãos públicos e entidades de apoio ao extrativismo.

Dessa forma, aumentar o número de entidades extrativistas com membros cadastrados no SECAF pode contribuir significativamente para o fortalecimento do setor, garantindo maior acesso a recursos e oportunidades que impulsionem o desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas no estado do Ceará.

Nas Entidades Extrativistas do estado do Ceará, os produtos extrativistas são armazenados sob quatro macrocategorias, predominando o armazenamento sob alguma forma de refrigeração, adotada por 38 entidades (45,8%) (Tabela 25). Essa prática está presente em 11 das 14 macrorregiões do estado, exceto na Serra da Ibiapaba, no Sertão de Canindé e no Vale do Jaguaribe. Esse método é essencial para a conservação da qualidade e durabilidade dos produtos, especialmente aqueles perecíveis, como pescados, frutos e produtos de origem animal, garantindo melhores condições de comercialização e agregação de valor.

Tabela 25. Armazenamento dos Produtos Extrativistas nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Armazenamento com Refrigeração	38	45,8
Ausência de Armazenamento ou Venda Imediata	27	32,5
Armazenamento Convencional e Empacotamento	15	18,1
Métodos Alternativos e Processamento Terceirizado	3	3,6
Total	83	100,0

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Além da refrigeração, 27 entidades (32,5%) não possuem infraestrutura de armazenamento, realizando a venda imediata dos produtos após a coleta (Tabela 25). Esse cenário pode indicar desafios logísticos e estruturais para essas entidades, como falta de recursos para investir em armazenamento adequado ou uma dinâmica de comercialização baseada na demanda diária.

Outro método utilizado é o armazenamento convencional e empacotamento, presente em 15 entidades (18,1%), o que pode incluir armazenamento em temperatura ambiente, uso de embalagens específicas para conservação ou acondicionamento em espaços adaptados (Tabela 25). Esse tipo de armazenamento pode ser mais comum para produtos secos, como castanhas, sementes e ervas.

Por fim, uma pequena parcela das entidades (3,6%) utiliza métodos alternativos ou processa seus produtos por meio de terceiros (Tabela 25), indicando que algumas organizações optam por terceirizar o processamento e a estocagem de seus produtos, seja por falta de infraestrutura própria ou como estratégia para agregar valor antes da comercialização.

Os resultados evidenciam a necessidade de investimentos em infraestrutura de armazenamento, especialmente para as entidades que não possuem meios adequados ou dependem exclusivamente da venda imediata. O acesso a equipamentos de refrigeração, capacitação em boas práticas de armazenamento e suporte técnico pode contribuir para a melhoria da qualidade dos produtos extrativistas, aumento da competitividade no mercado e fortalecimento das atividades das entidades extrativistas no Ceará.

Os principais produtos derivados que são comercializados pelas Entidades Extrativistas cearenses são aqueles produtos *in natura* (16,9%) (Tabela 26). Isso sugere que muitas entidades atuam diretamente na coleta e venda sem necessariamente realizar processamento ou beneficiamento. No entanto, pode-se observar uma diversificação nas cadeias produtivas. Além disso, produtos como carvão vegetal

(9,6%), folhas (9,6%) e óleo de pequi (9,6%) também apresentam uma presença significativa, indicando a relevância da extração de recursos naturais para diferentes fins, como energia, produção de óleos essenciais e alimentação.

Outros itens de destaque incluem a farinha de mesocarpo (8,4%) e a polpa de frutos (8,4%), o que sugere algum nível de beneficiamento e agregação de valor antes da comercialização. A presença da cera de carnaúba (7,2%) também demonstra a importância desse recurso no setor extrativista cearense (Tabela 26). Sabe-se que o estado do Ceará, juntamente com o Piauí e o Rio Grande do Norte, se destaca como um dos principais exportadores de cera de carnaúba, seu principal subproduto manufaturado. A partir dessa cera, derivam diversos produtos, incluindo cosméticos e medicamentos (Rodrigues, 2024).

Entretanto, produtos de maior valor agregado, como licores, geleias (1,2%) e sabonetes/cosméticos (1,2%), apresentam participação reduzida, indicando um potencial ainda pouco explorado para a industrialização e diversificação da produção.

Tabela 26. Principais Produtos Derivados Comercializados pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Outros	18	21,7
Fruto *in natura*	14	16,9
Carvão vegetal	8	9,6
Folhas	8	9,6
Óleo de pequi	8	9,6
Farinha de mesocarpo	7	8,4
Polpa	7	8,4
Cera de carnaúba	6	7,2
Tronco	3	3,6
Óleo de babaçu	2	2,4
Licor ou geleias	1	1,2
Sabonetes/cosméticos	1	1,2
Total	83	100,0

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Somente duas entidades comercializam o óleo de babaçu (Tabela 26). Em 2001, o mercado formal de óleo comestível de babaçu era de 5,5 mil t por ano, com foco principal na região Nordeste. Além disso, cerca de 35 mil t/ano eram destinadas às indústrias de óleos láuricos, que, na época, apresentavam uma demanda total de 80 mil t (Herrmann et al., 2001).

As estatísticas oficiais do extrativismo enfrentam limitações ao captar o volume de produtos destinados ao consumo familiar. No caso do babaçu, apenas a produção de amêndoas e, mais recentemente, do fruto inteiro é registrada. Contudo, as amêndoas não comercializadas são frequentemente processadas em casa para produzir azeite, usado após esmagamento, cocção e filtragem, ou leite de coco babaçu, obtido sem cozimento, ambos amplamente utilizados na alimentação local (Porro, 2019).

Em uma análise regional, observou-se a presença dos seguintes produtos no Cariri: óleo de pequi e de babaçu, fruto in natura, sabonetes e cosméticos, peixe, além de óleo de catolé, óleo de macaúba e fava-d'anta. No Centro Sul, foram identificados produtos da pesca, carvão vegetal e fruto *in natura*. Na região da Grande Fortaleza, destaca-se a frequência de produtos da pesca, além de carvão vegetal, cera de carnaúba, farinha de mesocarpo, folhas, fruto *in natura*, polpa, sementes crioulas e artesanato. Importante ressaltar que, segundo dados da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), por meio do Centro de Inteligência e Inovação da Agropecuária (Ciiagro), em 2022, o Ceará produziu 529 toneladas de cera de carnaúba, representando 82% da produção nacional (Rodrigues, 2024).

A seguir, tem-se uma análise detalhada dos produtos predominantes nas regiões litorâneas do estado. No Litoral Leste, a predominância é de licor e geleias, carvão vegetal, polpa e artesanato da carnaúba (palha, crochê e couro). No Litoral Norte, o artesanato de carnaúba (palha, bolsas, sacas, chapéus) é destacado, além do fruto *in natura* da carnaubeira, pescado e algas marinhas. No Litoral Oeste/Vale do Curu, predominam o pescado e o pó da carnaúba, além da cera de carnaúba e artesanato. No Maciço de Baturité, o pescado (peixe fresco) é o principal produto.

Por sua vez, na Serra da Ibiapaba, destacam-se as folhas, a palha e o tronco da carnaúba. No Sertão Central, são mencionados a vassoura de carnaúba, peixe fresco, filé, linguiça e bolinha. No Sertão de Canindé, predominam a cera e as folhas de carnaúba. No Sertão de Sobral, há a presença de peixe fresco, artesanato, cera e pó de carnaúba. No Sertão dos Crateús, predominam peixe in natura, pó e bagana de carnaúba. Por fim, no Sertão dos Inhamuns, o filé de peixe é o produto predominante.

Os dados demonstram que o setor extrativista cearense é baseado principalmente na comercialização de produtos *in natura* e pouco processados, sugerindo oportunidades para maior agregação de valor e desenvolvimento de cadeias produtivas mais complexas. Investimentos em capacitação, infraestrutura e apoio técnico podem fomentar a ampliação da oferta de produtos beneficiados, aumentando a competitividade e sustentabilidade das atividades extrativistas no estado.

O volume médio de produção mensal/anual das Entidades Extrativistas do Ceará é de 102.556 unidades, com uma ampla variação que oscila entre 15 e 5.400.000 unidades. Essa grande discrepância indica a heterogeneidade da capacidade produtiva entre as entidades, possivelmente influenciada por fatores como infraestrutura, acesso a tecnologias, disponibilidade de matéria-prima e demanda de mercado.

A existência de entidades com produção em larga escala sugere que algumas delas possuem estrutura consolidada e canais de comercialização bem estabelecidos, enquanto aquelas com volumes menores podem enfrentar desafios relacionados à logística, escoamento da produção e acesso a incentivos financeiros ou técnicos. Dessa forma, estratégias como a organização em cooperativas, investimentos em

qualificação profissional, apoio governamental e acesso a novas tecnologias podem contribuir para a redução das desigualdades produtivas e fortalecimento do setor extrativista no estado (Matos et al., 2022).

A extração e o manejo dos produtos extrativistas são realizados de forma manual, mecanizado, misto e por meio de outros métodos. A extração manual é a prática predominante, adotada por 92,8% das Entidades Extrativistas (Tabela 27), em todas as regiões do estado do Ceará, evidenciando a forte dependência da mão de obra tradicional e de técnicas artesanais.

Tabela 27. Formas de Extração e Manejo dos Produtos Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Manual	77	92,8
Misto	3	3,6
Outros métodos	2	2,4
Mecanizado	1	1,2
Total	83	100,0

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

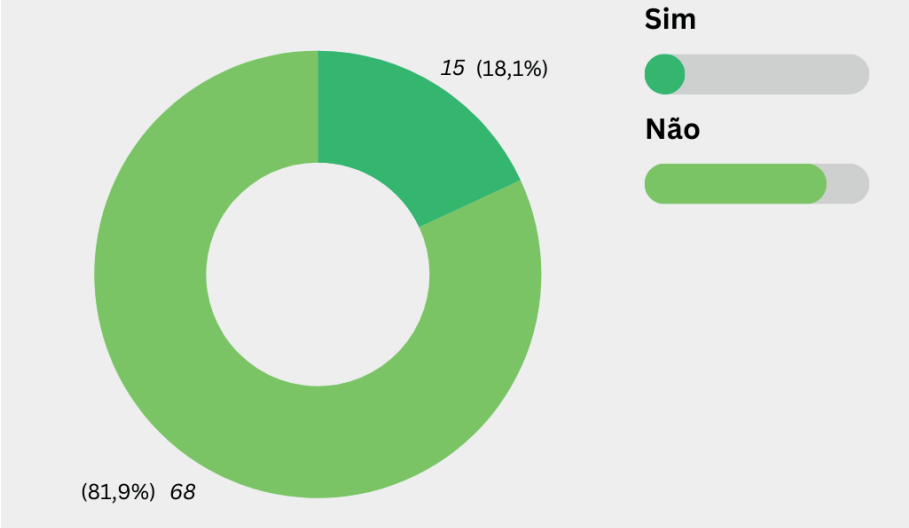
A extração mecanizada é pouco utilizada, representando apenas 1,2% das entidades (Tabela 27) situadas no Litoral Oeste/Vale do Curu e no Sertão dos Crateús. Esse baixo índice pode estar relacionado a fatores como limitações financeiras para aquisição de equipamentos, características do bioma que dificultam o uso de maquinário ou a preferência por métodos tradicionais de coleta.

Já a extração mista, que combina processos manuais e mecanizados, corresponde a 3,6%, enquanto outros métodos de extração são utilizados por 2,4% das entidades (Tabela 27), também situadas no Litoral Oeste/Vale do Curu e no Sertão dos Crateús. Essas práticas podem incluir abordagens sustentáveis ou experimentais voltadas para a redução de impactos ambientais e melhoria da eficiência produtiva.

Esses resultados ressaltam a necessidade de capacitação técnica, acesso a tecnologias apropriadas e políticas de incentivo para modernizar a atividade extrativista sem comprometer a sustentabilidade dos recursos naturais. A adoção gradual de práticas mais eficientes e sustentáveis pode contribuir para o aumento da produtividade e competitividade do setor no estado.

A maioria das Entidades Extrativistas, em torno de 81,9%, não possuem equipamentos, ferramentas ou maquinários destinados para o beneficiamento e o processamento de seus produtos (Figura 51). Essa limitação pode impactar diretamente a qualidade, o valor agregado e a competitividade dos produtos extrativistas no mercado. As 15 entidades que possuem equipamentos e ferramentas estão situadas na região do Cariri (2 entidades), Grande Fortaleza (4), Litoral Leste (1), Litoral Norte (2), Litoral Oeste/Vale do Curu (2), Sertão Central (1), Sertão de Sobral (1), Sertão dos Crateús (1) e Sertão dos Inhamuns (1).

Figura 51. Existência de Equipamentos/Ferramentas ou Maquinários para o Beneficiamento e o Processamento dos Produtos Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A ausência desses recursos indica uma dependência maior de processos manuais, o que pode resultar em baixa produtividade, maior tempo de processamento e dificuldades na padronização dos produtos. Além disso, a falta de infraestrutura adequada pode restringir o acesso a mercados mais exigentes, que demandam produtos processados com maior controle de qualidade e segurança sanitária.

Esse cenário evidencia a necessidade de investimentos e políticas de incentivo voltadas para a modernização das entidades extrativistas, promovendo capacitação técnica, acesso a linhas de crédito e fomento à aquisição de equipamentos apropriados. Com essas melhorias, as entidades poderão ampliar sua capacidade produtiva, agregar valor aos produtos e aumentar a renda dos extrativistas, fortalecendo a cadeia produtiva sustentável no estado.

Com relação às 15 entidades (Figura 51) que possuem equipamentos, ferramentas ou maquinários destinados para o beneficiamento e o processamento de seus produtos, 35,3% contam com maquinário e equipamentos de processamento (Tabela 28), fundamentais para aumentar a eficiência e agregar valor aos produtos extrativistas. Da mesma forma, 35,3% possuem ferramentas e utensílios diversos, que auxiliam no processamento manual, mas com menor capacidade produtiva em comparação aos equipamentos mecanizados.

Além disso, 29,4% das entidades dispõem de infraestrutura e instalações adequadas para o beneficiamento (Tabela 28). Entre os equipamentos, ferramentas ou maquinários mencionados, destacam-se a foice, faca, vara de bambu, serra fatiadora, balanças, mesa, fogão, panelas, espátulas, peneira, trator, máquinas para tirar o pó e de cortar palha, derriçadeiro, peixeira de 12 polizadas, câmara fria, centro cultural e casas de farinha observados.

Tabela 28. Presença de Equipamentos, Ferramentas ou Maquinários Destinados para o Beneficiamento e o Processamento dos Produtos Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Maquinário e Equipamentos de Processamento	6	35,3
Ferramentas e Utensílios Diversos	6	35,3
Infraestrutura e Instalações	5	29,4
Total	17*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas que possuem equipamentos, ferramentas ou maquinários em razão das entidades apresentarem mais de um desses itens.
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Diante disso, os resultados apontam para uma limitação estrutural significativa, impactando na qualidade, produtividade e comercialização dos produtos extrativistas. A falta de equipamentos modernos dificulta o acesso a mercados mais exigentes, evidenciando a necessidade de investimentos em infraestrutura e tecnologias apropriadas para o setor, incluindo programas de fomento, capacitação técnica e incentivos financeiros que viabilizem a aquisição de maquinários e equipamentos adequados. A ampliação desses recursos pode contribuir para a valorização dos produtos extrativistas, aumento da renda das comunidades envolvidas e fortalecimento da economia extrativista no Ceará.

As principais dificuldades enfrentadas nas atividades extrativistas revelam desafios estruturais significativos que impactam diretamente a produtividade e a sustentabilidade das atividades extrativistas. A maior barreira relatada é o acesso limitado a crédito e a falta de políticas públicas adequadas, apontada por 30,5% das ocorrências (Tabela 29). Essa dificuldade foi identificada em entidades de 13 das 14 macrorregiões do estado, com exceção do Sertão dos Inhamuns. Esse fator demonstra a dificuldade das entidades em obter financiamento para investimento em infraestrutura, equipamentos e capacitação, limitando seu desenvolvimento e competitividade no mercado.

Tabela 29. Principais Dificuldades Enfrentadas nas Atividades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Acesso limitado a crédito e falta de políticas públicas	60	30,5
Equipamentos inadequados	52	26,4
Falta de infraestrutura e tecnologia	52	26,4
Logística e transporte	48	24,4
Falta de mão de obra qualificada	37	18,8
Acesso à matéria-prima	36	18,3
Escassez de recursos pesqueiros	32	16,2
Outras	16	8,1
Total	197*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão das entidades apontarem mais de uma dificuldade.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Outros desafios críticos incluem a falta de infraestrutura e tecnologia (26,4%) e a presença de equipamentos inadequados (26,4%) (Tabela 29), evidenciando a carência de condições adequadas para o processamento e beneficiamento dos produtos extrativistas. A falta de investimentos em modernização impacta diretamente a eficiência produtiva, a qualidade dos produtos e a ampliação das oportunidades de comercialização.

A logística e o transporte (24,4%) também figuram como uma dificuldade relevante (Tabela 29), refletindo os desafios enfrentados no escoamento da produção, especialmente em áreas remotas com infraestrutura precária. Esse problema pode resultar em altos custos operacionais, perda de produtos perecíveis e dificuldade de acesso a mercados consumidores.

A escassez de mão de obra qualificada (18,8%) e a dificuldade de acesso à matéria-prima (18,3%) são outros entraves que impactam diretamente o desempenho das entidades (Tabela 29). A capacitação limitada reduz a eficiência produtiva e a qualidade dos produtos, enquanto o acesso restrito à matéria-prima pode comprometer a sustentabilidade das atividades extrativistas.

No setor pesqueiro, a escassez de recursos pesqueiros (16,2%) demonstra a necessidade de políticas voltadas para o manejo sustentável, a preservação ambiental e o monitoramento dos estoques naturais. Além disso, 8,1% das dificuldades relatadas foram classificadas em “Outras” (Tabela 29), possivelmente englobando desafios como oscilações de mercado, barreiras burocráticas e fatores climáticos adversos.

Diante desse cenário, torna-se essencial o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento das atividades extrativistas no Ceará. Medidas como linhas de crédito acessíveis, programas de capacitação profissional, investimentos em infraestrutura e incentivos à modernização tecnológica são fundamentais para superar essas barreiras e garantir a sustentabilidade e o crescimento do setor.

Os principais potenciais para as atividades extrativistas revelaram oportunidades significativas para o fortalecimento e expansão do setor. O aspecto mais destacado foi a geração de emprego e renda, mencionada por 28,9% das respostas (Tabela 30), em Entidades Extrativistas de todas as regiões do Ceará, evidenciando o papel fundamental das atividades extrativistas na economia local. Esse dado reforça a importância do setor na criação de oportunidades para comunidades rurais e tradicionais, promovendo inclusão social e desenvolvimento econômico.

Tabela 30. Principais Potenciais para as Atividades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Geração de emprego e renda	76	28,9
Produção sustentável	64	24,3
Diversificação de produtos	48	18,3
Preservação cultural	46	17,5
Turismo sustentável	24	9,1
Outros	5	1,9
Total	263*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão das entidades apontarem mais de um potencial.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A produção sustentável, apontada por 24,3% das ocorrências (Tabela 30), surge como um dos principais diferenciais competitivos do extrativismo, indicando um compromisso crescente com práticas que equilibram a exploração dos recursos naturais e a conservação ambiental. Esse fator está diretamente ligado à valorização dos produtos extrativistas no mercado, especialmente no contexto de economia verde e comércio justo.

A diversificação de produtos (18,3%) representa outro grande potencial do setor (Tabela 30), demonstrando a possibilidade de ampliação da oferta de produtos derivados do extrativismo, como alimentos, cosméticos naturais, bioativos e artesanato. Esse fator contribui para o aumento do valor agregado da produção e a ampliação dos mercados consumidores.

O turismo sustentável (9,1%) é identificado como uma oportunidade relevante, principalmente em áreas com forte apelo ecológico e cultural (Tabela 30). A valorização de roteiros que envolvem o extrativismo, como trilhas, vivências em comunidades tradicionais e experiências gastronômicas, pode fortalecer a economia local e promover a preservação dos biomas naturais.

A preservação cultural (17,5%) destaca a importância do extrativismo para a manutenção dos saberes tradicionais e da identidade das comunidades (Tabela 30). O conhecimento sobre técnicas de manejo, beneficiamento de produtos e práticas ancestrais é um patrimônio imaterial valioso que pode ser fortalecido por meio de políticas públicas e incentivos à valorização da cultura local. Por fim, 1,9% das respostas foram classificadas como “Outros” (Tabela 30), indicando potenciais adicionais.

Diante desses resultados, fica evidente que as atividades extrativistas no Ceará possuem um elevado potencial de impacto positivo tanto no aspecto econômico quanto socioambiental. Para maximizar essas oportunidades, é essencial que haja investimentos em capacitação, infraestrutura, inovação tecnológica e políticas públicas voltadas para a valorização do extrativismo sustentável. Nesse contexto, o extrativismo sustentável tem se destacado como uma atividade de extrema relevância, não somente pela sua importância econômica e ambiental, contribuindo para a redução das desigualdades. Além disso, favorece a diversificação dos produtos e amplia as

possibilidades de comercialização, fortalecendo os mercados locais e regionais (Floriô Semiárido, 2022).

Além disso, enfrentar os desafios das desigualdades exige um esforço conjunto e multissetorial, com foco em uma sociedade mais justa e equitativa. Isso requer compromisso político, investimento em pesquisa e inovação, e a participação ativa de todos os setores, especialmente das comunidades. O futuro depende de soluções integradas, que considerem as dimensões sociais, econômicas e ambientais, promovendo um desenvolvimento sustentável que fortaleça as comunidades e preserve o meio ambiente (Gonçalves, 2024).

As principais alternativas de solução para as atividades extrativistas foram agrupadas em quatro categorias principais (Tabela 31). A capacitação e assistência técnica se destacaram com 27,9% das respostas, indicando a importância da qualificação da mão de obra. Em seguida, os incentivos governamentais e políticas públicas tiveram 25,5% das menções, ressaltando a relevância da intervenção do poder público. A inovação tecnológica foi mencionada por 21,9%, apontando a necessidade de modernização das atividades, enquanto a diversificação de atividades e fontes de renda teve 20,6%, destacando a importância de reduzir a dependência de um único setor. Por fim, outras soluções obtiveram apenas 4%, sugerindo que as alternativas mais tradicionais são mais valorizadas.

Esses resultados mostram a importância da capacitação técnica, das políticas públicas eficazes, da inovação tecnológica e da diversificação das atividades extrativistas para garantir estabilidade econômica e sustentabilidade. Algumas sugestões adicionais incluem cursos sobre gestão sustentável, fomento ao turismo sustentável e à agricultura, e investimentos em tecnologias que melhorem a eficiência e a sustentabilidade das atividades. O apoio governamental também poderia incluir incentivos fiscais e políticas de economia circular.

Tabela 31. Principais Alternativas de Solução para as Atividades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

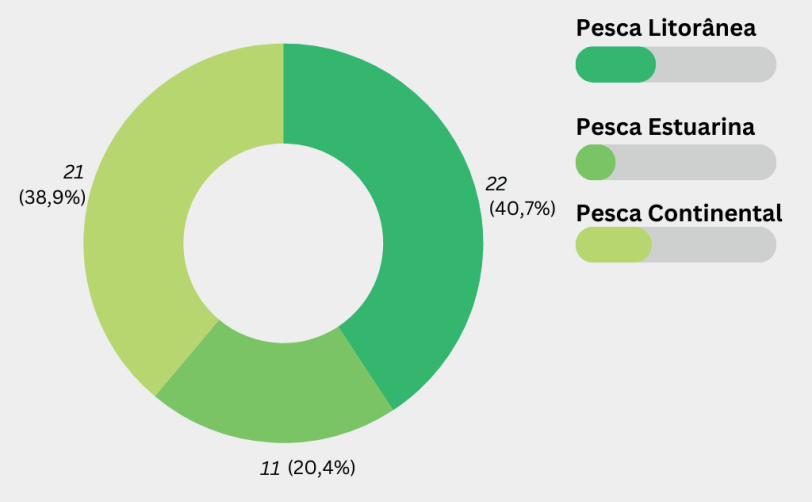
Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Capacitação e assistência técnica	69	27,9
Incentivos governamentais e políticas públicas	63	25,5
Inovação tecnológica	54	21,9
Diversificação de atividades e fontes de renda	51	20,6
Outras	10	4,0
Total	247*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão das entidades apontarem mais de uma alternativa de solução.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Ao analisar os tipos de pesca artesanal, verificou-se que as modalidades litorânea e continental apresentaram as maiores frequências, sendo praticadas por 40,7% (22 entidades) e 38,9% (21 entidades), respectivamente (Figura 52). A pesca lilotorânea foi relatada pelos representantes das Entidades Extrativistas das regiões do Cariri, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús e Vale do Jaguaribe. Enquanto a pesca continental foi identificada nas entidades de 12 regiões do estado, com exceção do Cariri e da Serra da Ibiapaba. Por sua vez, a pesca estuarina teve a menor representatividade, com apenas 20,4% (11 entidades), situadas nas regiões do Cariri, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé e Sertão dos Crateús.

Figura 52. Frequência dos Tipos de Pesca Artesanal no Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Esses dados indicam que a pesca litorânea se destaca devido à ampla disponibilidade de recursos marinhos e à tradição pesqueira nas regiões costeiras. Já a pesca continental, realizada em rios, lagos e açudes, reflete a importância desses ecossistemas para a subsistência das comunidades ribeirinhas. A menor prevalência da pesca estuarina pode estar associada a fatores como a degradação ambiental dos estuários, restrições sazonais ou menor disponibilidade de espécies-alvo nessa região.

Além disso, a escolha do tipo de pesca pode estar relacionada a variáveis como infraestrutura disponível, acesso a mercados consumidores, políticas de manejo sustentável e impactos das mudanças climáticas sobre os estoques pesqueiros. Assim, estratégias voltadas para o fortalecimento dessas atividades devem considerar o desenvolvimento de técnicas sustentáveis, incentivos para a modernização das práticas pesqueiras e a implementação de políticas públicas que assegurem a conservação dos habitats aquáticos e a manutenção da atividade como fonte de renda para as comunidades locais. O extrativismo de Produtos Florestais Não Madeireiros

(PFNM) é uma importante fonte de renda para muitas comunidades em países em desenvolvimento, além de representar uma prática cultural e identitária para diversos grupos. Para assegurar o aumento da renda e a sustentabilidade dessas atividades a longo prazo, é fundamental implementar novos padrões organizacionais mais sustentáveis (Caselli et al., 2018).

As principais espécies de peixes e mariscos capturados no estado foram, predominantemente, os peixes, representando 45,3% das capturas, o que indica a forte dependência da pesca artesanal desse grupo. Em seguida, os camarões aparecem com 24,2%, reforçando sua importância econômica e comercial para os pescadores da região (Tabela 32). Foram identificadas diversas espécies de peixes e mariscos no estado do Ceará, incluindo tucunaré, camarão de água doce, bodó, curimatã, tilápia, traíra, piaba, lagosta, mariquita, pescada, piau, sardinha, branquinho e tambaqui. Essa diversidade reflete a riqueza dos ecossistemas aquáticos da região e a ampla variedade de recursos explorados pela pesca artesanal.

A diversidade de espécies no Ceará reflete a riqueza dos seus ecossistemas aquáticos e a variedade de recursos explorados pela pesca artesanal. Estudos revelam que a ictiofauna cearense é composta por 102 espécies de peixes continentais, distribuídas em oito bacias hidrográficas, com um número expressivo de espécies endêmicas (Botero et al., 2021; Xavier et al., 2021). Além disso, a comunidade de peixes capturada pela frota artesanal é constituída por espécies tipicamente costeiras e outras que se aproximam da costa para alimentação ou reprodução (Castro e Silva; Verani; Ivo, 2006).

Tabela 32. Principais Espécies de Peixes e Mariscos Capturados. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Peixes	43	45,3
Camarões	23	24,2
Mariscos	12	12,6
Caranguejos	9	9,5
Outros	8	8,4
Total	95*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão das entidades relatarem mais de uma espécie de peixe ou marisco capturados.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Os mariscos e caranguejos também tiveram participação relevante, com 12,6% e 9,5%, respectivamente, evidenciando a diversidade dos recursos pesqueiros explorados. Além dessas categorias principais, outras espécies foram identificadas, como lagosta, lagostim, sururu, búzio, siri e algas marinhas, totalizando 8,4% das capturas (Tabela 33). A presença dessas espécies indica a diversidade da atividade pesqueira e a adaptação dos pescadores às variações sazonais dos recursos disponíveis.

Esses dados ressaltam a importância da pesca artesanal na economia local e a necessidade de estratégias para a sustentabilidade dos estoques pesqueiros. Medidas como controle da captura, manejo adequado e incentivos à diversificação das espécies exploradas podem contribuir para a preservação dos recursos e a manutenção da renda das comunidades pesqueiras. Primeiramente, a pesca artesanal exige ordenamento para manter o equilíbrio dos ecossistemas e das comunidades ribeirinhas. Em segundo lugar, ela depende diretamente dos serviços ambientais. Por fim, os modelos de manejo compartilhado oferecem uma gestão mais justa e democrática. É essencial aprimorar esses sistemas para garantir a conservação dos estoques pesqueiros e a continuidade da economia local, que sustenta milhares de famílias (Silva, 2014).

Tabela 33. Principais Espécies de Peixes e Mariscos Capturados. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Peixes	43	45,3
Camarões	23	24,2
Mariscos	12	12,6
Caranguejos	9	9,5
Outros	8	8,4
Total	95*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão das entidades relatarem mais de uma espécie de peixe ou marisco capturados.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A análise dos métodos de pesca utilizados pelas entidades extrativistas no estado do Ceará em 2025 revelou que a rede é a técnica mais empregada, representando 45,3% das práticas registradas (Tabela 34). Esse resultado sugere a forte dependência dos pescadores desse método devido à sua capacidade de capturar grandes volumes de peixes e mariscos, especialmente em águas marinhas e estuarinas. No entanto, o uso intensivo da rede levanta preocupações ambientais, pois pode afetar ecossistemas aquáticos e comprometer estoques pesqueiros se não for realizado com manejo sustentável.

Tabela 34. Principais Métodos de Pesca Utilizados pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Rede/tarrafa	43	49,4
Pesca com anzol	23	13,8
Pesca com linha	12	26,4
Outros métodos tradicionais	9	10,3
Total	87*	100

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão das entidades utilizarem mais de um método de pesca.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Em seguida, a pesca com anzol, com 24,2% das ocorrências (Tabela 34), destaca-se como um método seletivo que permite capturar espécies específicas, reduzindo impactos ambientais e contribuindo para a pesca sustentável. Esse método é amplamente utilizado tanto em águas continentais quanto litorâneas, sendo uma prática tradicional entre pescadores artesanais.

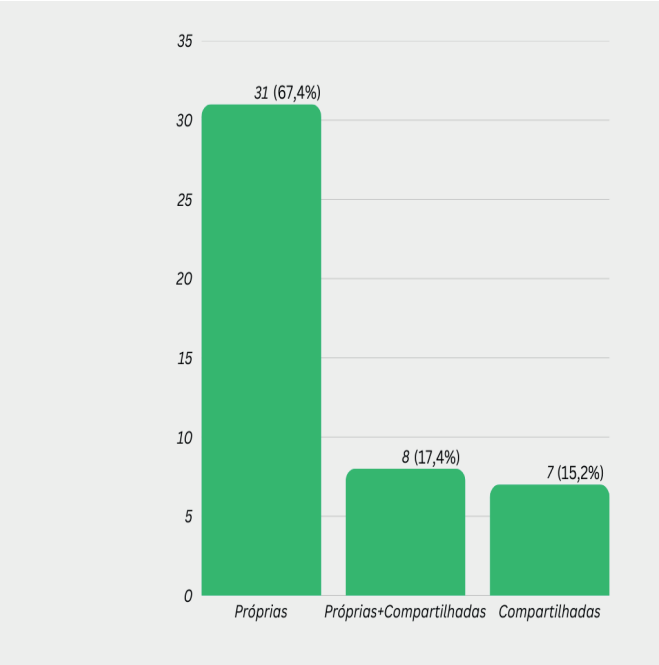
A pesca com linha, que representa 12,6% (Tabela 34), também é um método seletivo, geralmente empregado para capturas em pequena escala e destinado ao consumo local ou mercados especializados. Essa técnica exige maior habilidade e paciência, mas minimiza a captura acidental de espécies não desejadas.

Por fim, os outros métodos tradicionais, que englobam técnicas como arpão, redes artesanais, de agulha, de pesca, muzuá, tarrafa, galão e garrafas PET somam 9,5% das práticas registradas (Tabela 34). Esses métodos são frequentemente utilizados em contextos específicos, como a captura de determinadas espécies ou em áreas onde as práticas convencionais não são viáveis.

Os dados demonstram a predominância de métodos de pesca que variam em escala e impacto ambiental. Para garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira no Ceará, é essencial investir em capacitação para práticas sustentáveis, regulamentação eficiente e incentivos para o uso de técnicas menos impactantes, como a substituição de redes de arrasto por métodos mais seletivos. Além disso, políticas públicas voltadas para a modernização dos equipamentos e a preservação dos ecossistemas aquáticos podem contribuir para um equilíbrio entre produtividade e conservação dos recursos pesqueiros.

As Entidades Extrativistas adotam diferentes estratégias para a navegação e a captura de recursos pesqueiros. Algumas utilizam embarcações próprias, em torno de 67,4%, garantindo maior autonomia na atividade pesqueira, enquanto outras compartilham embarcações com outras comunidades (15,2%), promovendo um modelo cooperativo de uso dos recursos (Figura 53). Além disso, em torno de 8 entidades (17,4%), possuem embarcações próprias e também compartilham essas embarcações.

Figura 53. Frequência do Uso de Embarcações Próprias, Próprias + Compartilhadas e Compartilhadas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A posse de embarcações próprias permite maior controle sobre a logística da pesca, ampliando a capacidade de deslocamento e a autonomia dos pescadores. No entanto, os custos de aquisição e manutenção podem representar desafios financeiros, especialmente para pequenos produtores. Já o compartilhamento de embarcações entre comunidades reflete uma estratégia de cooperação e redução de custos, mas pode exigir maior organização e planejamento para evitar conflitos no uso dos equipamentos.

Diante desse cenário, é fundamental investir em políticas de incentivo à modernização da frota pesqueira, acesso a linhas de crédito para aquisição de embarcações e capacitação para gestão compartilhada de recursos. Além disso, programas de incentivo à sustentabilidade podem estimular o uso de embarcações mais eficientes e menos impactantes ao meio ambiente.

A distribuição dos tipos de embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais no estado do Ceará em 2025 demonstra a predominância das canoas tradicionais, representando 51,3% das embarcações (Tabela 35). Esse dado reflete a forte ligação dos pescadores com métodos tradicionais de navegação, que são mais acessíveis financeiramente e adequados para a pesca em águas costeiras, rios e lagoas. No entanto, as canoas, geralmente movidas a remo ou vela, podem apresentar limitações em termos de alcance e capacidade de carga, o que pode impactar a produtividade da pesca.

Tabela 35. Distribuição dos Tipos de Embarcações Utilizadas por Pescadores Artesanais. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Canoas tradicionais	39	51,3
Barcos a motor	21	27,6
Outras	16	21,1
Total	76*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão das entidades utlizarem mais de um tipo de embarcação.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Os barcos, que correspondem a 27,6%, são utilizados por pescadores que necessitam percorrer distâncias maiores ou operar em áreas mais profundas (Tabela 35). Essas embarcações, geralmente equipadas com motores, oferecem maior eficiência e permitem capturas em maior escala. No entanto, o custo elevado de aquisição, manutenção e combustível pode dificultar o acesso a esse tipo de embarcação para muitos pescadores artesanais.

Já a categoria “outras” embarcações, que representa 21,1%, abrange diversos tipos de embarcações alternativas, como jangadas, balsas, botes, câmaras de ar e paquetes, que são utilizadas conforme a necessidade da atividade pesqueira e as condições do ambiente. Essa diversidade indica a adaptação dos pescadores às realidades locais, variando de acordo com a disponibilidade de recursos e a infraestrutura das comunidades (Tabela 35).

A predominância de embarcações menores, como as canoas, sugere a necessidade de investimentos em modernização da frota pesqueira para melhorar a eficiência e a segurança dos pescadores. Programas de financiamento e incentivos para a aquisição de embarcações motorizadas sustentáveis podem contribuir para o aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que garantem a preservação dos recursos naturais. Além disso, a capacitação dos pescadores para operar e manter embarcações de maior porte pode favorecer o desenvolvimento da pesca artesanal e ampliar o acesso a mercados mais competitivos.

A análise dos principais destinos gastronômicos da produção de pesca artesanal na região revela que as feiras são os principais pontos de comercialização, representando 52,6% do total (Tabela 36). Esse dado destaca a importância das feiras livres e mercados locais como canais essenciais para a venda direta dos pescadores aos consumidores, permitindo maior rentabilidade e acesso a produtos frescos. Essas feiras estão presentes nas Entidades Extrativistas situadas em 13 das 14 macrorregiões do estado, com exceção do Sertão dos Inhamuns.

Tabela 36. Principais Destinos Gastronômicos da Produção de Pesca Artesanal na região. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Feiras	31	52,6
Restaurante	21	35,6
Mercado gastronômico	16	27,1
Eventos culturais	7	11,9
Total	59*	100,0

*Valor inferior ao total de Entidades Extrativistas em razão de indicar somente informações relacionadas às colônias de pescadores.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Os restaurantes, com 35,6%, também desempenham um papel relevante na absorção da produção pesqueira, evidenciando a forte demanda do setor gastronômico por ingredientes frescos e de qualidade (Tabela 36). Muitos desses estabelecimentos valorizam os produtos da pesca artesanal devido ao seu sabor diferenciado e à procedência sustentável. Esses estabelecimentos estão presentes em entidades nas regiões do Cariri, Centro Sul, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço de Baturité, Sertão Central, Sertão de Canindé e Sertão dos Crateús.

O mercado gastronômico, que corresponde a 27,1% das entidades, abrange estabelecimentos especializados, como peixarias gourmet, bares e casas de frutos do mar que comercializam pescados de alto valor agregado (Tabela 36). Esse segmento reflete o crescente interesse por produtos diferenciados e certificados, impulsionando a valorização da pesca artesanal e incentivando práticas mais sustentáveis. Verificou-se que essas entidades estão distribuídas nas seguintes macrorregiões do estado: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús e Vale do Jaguaribe.

Já os eventos culturais, representando 11,9% (Tabela 36) das entidades presentes no Cariri, Centro Sul, Litoral Leste, Litoral Norte, Serra da Ibiapaba e Sertão dos Crateús, incluem festivais gastronômicos, festas tradicionais e encontros regionais que promovem a culinária local e fortalecem a identidade cultural associada à pesca artesanal. Embora tenham menor frequência, esses eventos são estratégicos para ampliar a visibilidade dos produtos e atrair novos mercados.

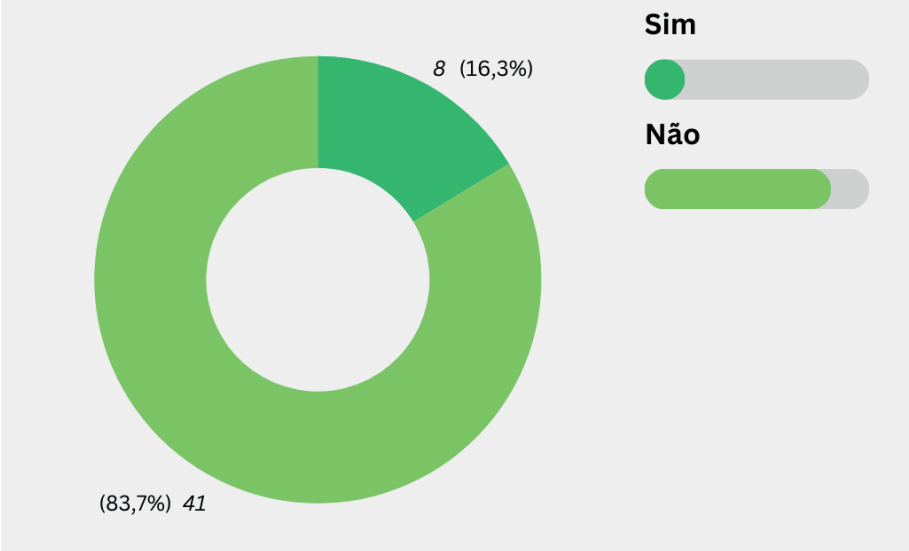
Os resultados apontam para a diversificação dos canais de comercialização da pesca artesanal, com destaque para a venda direta em feiras e a crescente participação do setor gastronômico. Para fortalecer essa cadeia produtiva, é essencial investir em infraestrutura adequada para armazenamento e transporte do pescado, além de incentivar a certificação de produtos artesanais e o acesso a mercados de maior valor agregado.

A realização de eventos e parcerias com o setor gastronômico também pode contribuir para a valorização dos produtos da pesca artesanal, promovendo maior reconhecimento e preços mais justos para os pescadores. Além disso, políticas públicas

que incentivem o fortalecimento das feiras e a profissionalização dos pescadores podem gerar impactos positivos na renda das comunidades envolvidas.

Atualmente, apenas uma minoria das Colônias e Associações de Pescadores do estado do Ceará desenvolve atividades turísticas vinculadas ao extrativismo, com apenas 16,3% das entidades envolvidas nesse setor (Figura 54). Esse dado indica que, apesar do grande potencial das comunidades pesqueiras para o turismo sustentável, essa prática ainda é pouco explorada nas regiões do Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Serra da Ibiapaba, Sertão dos Crateús e Vale do Jaguaribe.

Figura 54. Existência de Atividade(s) Turística(s) Relacionada(s) ao Extrativismo da Pesca Artesanal. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

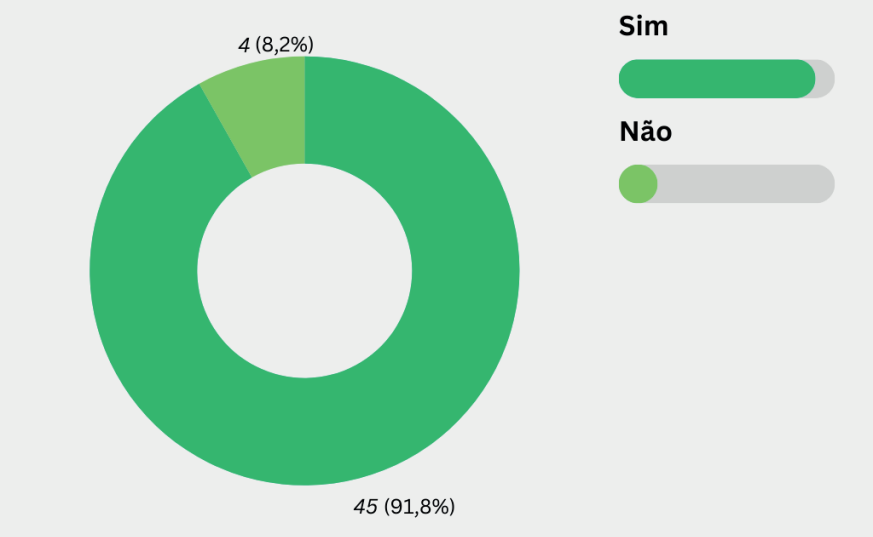
O turismo associado ao extrativismo promovido por essas entidades envolve diversas atividades, como passeios de barco e canoa, visitação às comunidades pesqueiras, participação em eventos culturais locais, vivências em trilhas ecológicas e exposição de artesanato regional (dados não apresentados). Além disso, a oferta de gastronomia típica, destacando pratos preparados com espécies locais, como o curimatã, representa um atrativo significativo para os visitantes. Essas iniciativas não apenas diversificam a fonte de renda dos pescadores, reduzindo a dependência exclusiva da pesca, mas também promovem a valorização da cultura e do modo de vida tradicional das comunidades.

No entanto, a baixa adesão ao turismo extrativista pode estar relacionada a desafios estruturais, como falta de capacitação, ausência de infraestrutura adequada, dificuldade de acesso ao crédito e pouca divulgação das iniciativas existentes. Para ampliar essa atividade, seria fundamental investir em treinamentos para os pescadores, melhorias nas condições de recepção de turistas e criação de roteiros turísticos estruturados, em parceria com órgãos governamentais e o setor privado.

O incentivo ao turismo de base comunitária, que prioriza a gestão local e a participação ativa das comunidades, pode representar uma oportunidade promissora para o desenvolvimento econômico sustentável das regiões pesqueiras do Ceará, ao mesmo tempo em que promove a conservação ambiental e a preservação das tradições culturais.

Os períodos de defeso, que determinam a suspensão temporária da pesca para permitir a reprodução e preservação das espécies, são respeitados por 45 entidades extrativistas nas comunidades pesqueiras do Ceará (Figura 55), em todas as regiões do Ceará. Esse compromisso com a legislação ambiental é essencial para garantir a sustentabilidade dos estoques pesqueiros e a manutenção da atividade no longo prazo.

Figura 55. Existência de Períodos de Defeso que Impactam a Pesca Artesanal nas Comunidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

No estado do Ceará, o defeso afeta diretamente a pesca de diversas espécies de interesse comercial, como a lagosta, o caranguejo-uçá, o camarão e diferentes tipos de peixes de água doce e salgada. O respeito a essas restrições é fundamental para evitar a sobrepesca e permitir que as populações de organismos aquáticos se recuperem, assegurando a continuidade da pesca artesanal.

Na Tabela 37 encontra-se a distribuição dos principais aspectos relacionados ao período de defeso relatado nas comunidades pesqueiras do estado do Ceará, considerando tempo, espécies afetadas, justificativas e impactos socioculturais. A maior parte das informações registradas se concentrou nos períodos de defeso (48,8%) (Tabela 37), indicando que há uma preocupação significativa com as restrições temporais impostas à pesca para a conservação dos recursos pesqueiros. Essa categoria incluiu períodos como fevereiro a maio e novembro a abril, fundamentais para a preservação de espécies de alto valor econômico e ecológico.

Tabela 37. Período de Defeso: Tempo, Espécies Afetadas, Justificativas e Impactos Socioculturais nas Comunidades das Entidades Extrativistas de Pesca Artesanal. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Períodos de Defeso	21	48,8
Espécies Protegidas pelo Defeso	14	32,6
Motivos para o Defeso	7	16,3
Outro	1	2,3
Total	43*	100,0

*Valor inferior ao total de Entidades Extrativistas em razão de indicar somente informações referentes às colônias de pescadores.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A segunda macrocategoria mais representativa diz respeito às espécies protegidas pelo defeso (32,6%) (Tabela 37), destacando organismos como lagosta, caranguejo, pargo, curimatã e pescada, cuja captura é controlada para evitar a sobrepesca e garantir sua reprodução adequada. Já a categoria de motivos para o defeso (16,3%) aborda aspectos como período de desova e piracema, reforçando a importância de respeitar esses ciclos naturais para a reposição dos estoques pesqueiros. Esse fator é essencial para a manutenção da pesca artesanal como atividade sustentável.

Entretanto, o cumprimento do defeso pode representar desafios socioeconômicos para os pescadores, especialmente para aqueles que dependem exclusivamente da pesca para sua subsistência. Para mitigar esses impactos, programas governamentais, como o Seguro-Defeso, são disponibilizados para garantir um auxílio financeiro aos trabalhadores durante o período de restrição. No entanto, dificuldades no acesso ao benefício e atrasos nos pagamentos são questões frequentemente relatadas pelas comunidades pesqueiras.

Para minimizar a vulnerabilidade socioeconômica dos pescadores durante o defeso, é essencial fortalecer políticas de compensação financeira e incentivar alternativas (turismo de base comunitária, artesanato, aquicultura sustentável e capacitação profissional) que promovem a diversificação da renda e a conservação dos recursos naturais. O respeito ao defeso é vital para a preservação da biodiversidade marinha e fluvial, exigindo políticas públicas e ações comunitárias que garantam a sustentabilidade dos pescadores artesanais no Ceará.

Os desafios enfrentados na pesca artesanal no estado do Ceará revelam que a infraestrutura precária é a maior dificuldade para os pescadores, representando em 25,2% das comunidades (Tabela 38) das 13 regiões do estado, com exceção do Vale do Jaguaribe. Isso inclui a falta de portos adequados, áreas de desembarque apropriadas e acesso limitado a serviços básicos, como eletrificação e abastecimento de água nas comunidades pesqueiras.

Em um estudo realizado para analisar os principais desafios enfrentados pela pesca artesanal na faixa marítima da Taíba, em São Gonçalo do Amarante-CE, pescadores relataram sérios problemas de infraestrutura, como a ausência de rede de esgoto e a coleta inadequada de lixo, fatores que comprometem a saúde e a qualidade de vida dos moradores locais. Além disso, a falta de apoio estrutural adequado, como mini portos e pontos de apoio para o desembarque e reparo das embarcações, evidencia a negligência das autoridades em atender às necessidades essenciais da comunidade pesqueira (Casemiro et al., 2024).

Tabela 38. Principais Desafios Enfrentados na Pesca Artesanal. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Infraestrutura	32	25,2
Armazenamento e transporte	27	21,3
Escassez de peixes	25	19,7
Equipamentos inadequados	22	17,3
Condições climáticas	18	14,2
Outros	3	2,4
Total	127	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão de indicar somente informações referentes às colônias de pescadores.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

O segundo maior desafio identificado é a questão do armazenamento e transporte, apontada por 21,3% das ocorrências (Tabela 38). Esse problema inclui refrigeração inadequada, dificuldades na comercialização e deficiências logísticas, fatores que comprometem tanto a qualidade quanto o valor agregado dos produtos pesqueiros. Essa limitação foi observada em 13 das 14 macrorregiões do estado, com exceção do Vale do Jaguaribe.

A escassez de peixes (19,7%) também aparece como uma preocupação significativa (Tabela 38) das entidades em 12 regiões do Ceará, com exceção da Grande Fortaleza e da Serra da Ibiapaba, refletindo os impactos da sobrepesca, mudanças climáticas e degradação dos ecossistemas aquáticos, tornando cada vez mais desafiador encontrar estoques viáveis para a pesca sustentável.

A falta de equipamentos adequados (17,3%) observado em 13 regiões do estado, exceto em Maciço de Baturité, representa outro obstáculo relevante (Tabela 38), indicando que muitos pescadores não possuem redes, embarcações e tecnologias modernas para otimizar sua produtividade e segurança no mar ou em águas continentais.

As condições climáticas adversas (14,2%) também são um fator limitante (Tabela 38), especialmente diante das mudanças no regime de ventos, aumento da frequência de tempestades e alterações na temperatura das águas, que dificultam a

previsibilidade das pescarias e elevam os riscos para os trabalhadores. As entidades que enfrentam essas limitações estão distribuídas em 12 das 14 macrorregiões do estado, com exceção do Centro Sul e do Sertão dos Inhamuns.

Para garantir maior estabilidade aos pescadores artesanais, é necessário melhorar a infraestrutura pesqueira, como portos e áreas de armazenamento refrigerado, além de oferecer apoio governamental e incentivos financeiros para facilitar o acesso a crédito. A gestão sustentável dos estoques pesqueiros deve ser reforçada, com políticas contra a pesca predatória e incentivo à aquicultura. A capacitação e assistência técnica também são essenciais, assim como o monitoramento das mudanças climáticas para adaptar os pescadores. Essas medidas são cruciais para garantir a sustentabilidade da pesca artesanal e a segurança econômica das comunidades.

Quanto à relação entre a produção mensal (kg/mês) e o preço por quilo (R$/kg) do babaçu ao longo do ano, observou-se que a produção atinge seu pico nos meses de julho e dezembro, com 80 kg produzidos, apresentando também os maiores preços, de R$ 80,00 por quilo (Tabela 39). Isso sugere que o preço elevado pode estar relacionado à manutenção de uma demanda constante, que se mantém alta mesmo nos meses de maior produção.

A produção de babaçu ocorre de forma sazonal, abrangendo os meses de maio a setembro e novembro (Tabela 39). Esse padrão de produção evidencia que a quantidade produzida não é homogênea ao longo do ano, com uma produção mais intensa entre maio e setembro, possivelmente devido a condições climáticas favoráveis, e novembro representando um mês de transição ou continuidade do ciclo produtivo.

Em síntese, a produção de babaçu no Ceará representa uma alternativa viável para a melhoria de renda e qualidade de vida das comunidades rurais, destacando-se como uma das cadeias produtivas promissoras da sociobiodiversidade no estado. As quebradeiras de coco babaçu da comunidade de Angolas, em Barbalha, utilizam os resíduos do coco para gerar renda e impulsionar o desenvolvimento local. Essa prática promove o aproveitamento integral do fruto, além de oferecer uma fonte de renda complementar para as mulheres envolvidas na cadeia produtiva, fortalecendo a economia e a autonomia feminina na região (Gastronomia Social, 2023).

Tabela 39. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês do Babaçu nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Mês	kg/mês	preço/kg (R$)
janeiro	0	0,00
fevereiro	0	0,00
março	0	0,00
abril	0	0,00
maio	20	13,33
junho	20	23,33
julho	80	30,00
agosto	20	13,33
setembro	20	0,00
outubro	0	0,00
novembro	0	16,67
dezembro	80	16,67

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

No que diz respeito à relação entre produção e preço por mês da carnaúba, os resultados mais relevantes indicam que a produção de carnaúba atinge os maiores volumes nos meses de agosto (31.480 kg), setembro (31.790 kg) e outubro (430.350 kg), mantendo-se alta também em novembro (424.080 kg) e dezembro (424.050 kg) (Tabela 40). Quanto ao preço por quilo, os valores mais elevados ocorrem nos meses de abril (R$ 23,97), julho (R$ 23,38) e agosto (R$ 22,21). No entanto, o maior preço é registrado em setembro (R$ 4.299,27), com uma leve queda nos meses seguintes, mas mantendo-se elevado em outubro (R$ 4.353,27) e novembro (R$ 4.283,21).

Esses resultados indicam que a produção de carnaúba no Ceará segue um padrão sazonal, com picos de produção e preços mais elevados entre os meses de agosto e novembro. O preço por quilo segue um comportamento similar, com altos preços nos meses de maior produção, principalmente em setembro, que apresenta o valor mais elevado. Essa variação sugere que a oferta de carnaúba é maior nos meses de pico, mas a demanda mantém-se forte, resultando em preços elevados, embora com uma queda gradual após o pico de setembro, refletindo uma relação de alta demanda e escassez no mercado.

Tabela 40. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês da Carnaúba nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Mês	kg/mês	preço/kg (R$)
janeiro	400	5,85
fevereiro	400	5,85
março	400	5,85
abril	13.700	23,97
maio	400	5,85
junho	466	9,09
julho	11.472	23,38
agosto	31.480	22,21
setembro	31.790	4.299,27
outubro	430.350	4.353,27
novembro	424.080	4.283,21
dezembro	424.050	4.271,33

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A produção de pequi no estado do Ceará é altamente sazonal e varia significativamente ao longo do ano (Tabela 41). A produção é mais expressiva nos primeiros meses, com 3.230 kg em janeiro e fevereiro, e 1.420 kg em março. A produção diminui consideravelmente a partir de abril (1.500 kg) e chega a zero nos meses de maio a novembro, com exceção de dezembro, quando há um aumento para 1.520 kg.

Quanto ao preço, ele começa relativamente alto, com R$ 18,25 por quilo em janeiro e fevereiro, mas diminui significativamente a partir de março, atingindo R$ 13,79 (Tabela 41). Em abril, o preço cai ainda mais para R$ 6,04. Nos meses de maio a outubro, o preço fica em R$ 0,00 devido à ausência de produção, mas há um leve aumento para R$ 2,50 nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro. Finalmente, em dezembro, o preço por quilo sobe novamente, alcançando R$ 25,04.

Esses resultados indicam que a produção de Pequi segue um ciclo com grande variação sazonal, com picos de produção no início e no final do ano, e uma queda total de produção durante os meses de maio a novembro. O preço por quilo acompanha essa sazonalidade, com altos valores nos meses de janeiro e fevereiro, uma queda acentuada nos meses de abril e maio, e um aumento significativo em dezembro, refletindo uma possível escassez e maior demanda no final do ano.

Tabela 41. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês do Pequi nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Mês	kg/mês	preço/kg (R$)
janeiro	3.230	18,25
fevereiro	3.230	18,25
março	1.420	13,79
abril	1.500	6,04
maio	0	0,00
junho	0	0,00
julho	0	0,00
agosto	0	2,50
setembro	0	2,50
outubro	0	2,50
novembro	0	2,50
dezembro	1.520	25,04

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Verificou-se que a produção de camarões na pesca artesanal no Ceará varia ao longo do ano, com valores mensais de produção relativamente estáveis, variando entre 9.310 kg e 11.495 kg (Tabela 42). A produção mais alta ocorre em junho (11.310 kg), maio (11.205 kg) e outubro (11.495 kg), enquanto os meses de fevereiro (9.310 kg) e dezembro (9.695 kg) apresentam as menores produções.

Em relação ao preço por quilo, observa-se uma grande variação ao longo do ano. Os preços começam relativamente baixos no início do ano, com R$ 37,45 em janeiro, mas aumentam consideravelmente nos meses seguintes. O maior preço por quilo é registrado em agosto (R$ 368,76), seguido de um aumento ainda mais acentuado em setembro (R$ 533,39) e outubro (R$ 589,18), que representam os picos de preço. A partir de novembro, o preço se mantém elevado, mas com uma leve queda, variando entre R$ 531,66 e R$ 527,18 em novembro e dezembro, respectivamente.

Esses resultados indicam uma produção relativamente constante ao longo do ano, com uma produção mais alta no meio do ano e um preço por quilo que segue uma tendência crescente, especialmente a partir de agosto, atingindo os preços mais elevados nos meses de setembro e outubro, provavelmente devido à alta demanda e/ou escassez de oferta.

Tabela 42. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês da Pesca Artesanal de Camarões nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Mês	kg/mês	preço/kg (R$)
janeiro	9.740	37,45
fevereiro	9.310	13,29
março	10.618	16,87
abril	10.565	20,39
maio	11.205	165,61
junho	11.310	216,13
julho	11.205	68,24
agosto	10.895	368,76
setembro	11.095	533,39
outubro	11.495	589,18
novembro	10.095	531,66
dezembro	9.695	527,18

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A produção de caranguejos nas Entidades Extrativistas do do estado é relativamente constante ao longo do ano, variando entre 1.200 kg/mês e 1.230 kg/mês, com exceção de dezembro (1.100 kg) e novembro (1.175 kg), quando a produção é um pouco menor (Tabela 43).

No entanto, o preço por quilo apresenta grandes variações. Durante a maior parte do ano, de janeiro a julho, o preço é fixo em R$ 12,00 por quilo. A partir de agosto, há um aumento considerável, com o preço subindo para R$ 52,00 em agosto, alcançando R$ 57,00 em setembro e outubro, e mantendo-se elevado em novembro (R$ 55,00). Em dezembro, o preço por quilo retorna para R$ 12,00. Esses resultados sugerem que, embora a produção seja estável, o preço por quilo segue uma tendência sazonal, com um pico de preço no final do ano, possivelmente devido à maior demanda ou outros fatores sazonais que aumentam o valor do produto nesses meses.

Tabela 43. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês da Pesca Artesanal de Caranguejos nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Mês	kg/mês	preço/kg (R$)
janeiro	1.200	12,00
fevereiro	1.200	12,00
março	1.200	12,00
abril	1.220	12,00
maio	1.230	12,00
junho	1.230	12,00
julho	1.220	12,00
agosto	1.225	52,00
setembro	1.225	57,00
outubro	1.278	57,00
novembro	1.175	55,00
dezembro	1.100	12,00

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Na Tabela 44 verifica-se a relação entre a produção mensal (kg/mês) e o preço por quilo (R$/kg) da pesca artesanal de mariscos ao longo do ano. A produção atinge seu pico entre os meses de junho e novembro, com o maior volume registrado em setembro, totalizando 61.570 kg. em contraste, o mês de janeiro apresenta a menor produção (24.375 kg). A tendência aponta para um aumento gradual na produção de abril a junho, seguido de um período de estabilização até outubro, e uma queda acentuada após esse período.

Quanto ao preço por quilo, o valor mais alto ocorre em setembro e outubro, chegando a R$ 60,00, enquanto o preço mais baixo é registrado em abril, com R$ 10,27. Nos meses de maior produção, os preços permanecem relativamente estáveis, indicando uma maior oferta no mercado. Por outro lado, nos períodos de menor produção, observa-se uma tendência de queda nos preços, possivelmente devido à menor demanda ou ao uso de estoques remanescentes.

Tabela 44. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês da Pesca Artesanal de Mariscos nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Mês	kg/mês	preço/kg (R$)
janeiro	24.376	23,60
fevereiro	24.285	11,60
março	24.310	12,13
abril	24.300	10,27
maio	34.550	37,93
junho	61.638	53,93
julho	61.563	53,93
agosto	61.500	58,27
setembro	61.570	60,00
outubro	61.530	60,00
novembro	24.520	30,80
dezembro	24.430	23,60

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Observa-se que a produção mensal da pesca artesanal de peixes atinge seu pico entre os meses de maio e agosto, com o maior volume registrado em julho (234.501 kg) (Tabela 45). Em contrapartida, a menor produção ocorre em dezembro, com apenas 177.337 kg. A tendência geral indica um crescimento da produção do início do ano até o meio do período, seguido por uma queda a partir de outubro.

Tabela 45. Relação entre Produção (kg/mês) e Preço (R$/kg) por Mês da Pesca Artesanal de Peixes nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Mês	kg/mês	preço/kg (R$)
janeiro	178.593	3.545,53
fevereiro	170.645	3.755,87
março	225.152	3.821,41
abril	226.522	3.821,59
maio	234.152	3.864,36
junho	234.301	3.927,27
julho	234.392	3.907,66
agosto	234.862	3.909,47
setembro	235.133	3.933,62
outubro	201.297	3.898,73
novembro	188.045	3.586,71
dezembro	177.337	3.590,01

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Em relação ao preço por kg, o valor mais alto é registrado em setembro (R$ 3.933,62), enquanto o menor ocorre em novembro (R$ 3.590,01) (Tabela 45). Nota-se que, nos meses de maior produção, os preços se mantêm relativamente estáveis, sugerindo uma maior oferta no mercado. Já nos períodos de baixa produção, há uma tendência de queda nos preços, possivelmente devido à menor demanda ou ao aproveitamento de estoques anteriores. A economia extrativista apresenta limitações no crescimento do mercado devido à tensão na oferta, que não consegue atender à demanda, sendo restrita pela quantidade fixa de estoques naturais. Ela se torna viável enquanto o mercado for pequeno ou existirem grandes estoques, atendendo principalmente a nichos específicos ou servindo como uma solução temporária até que surjam alternativas econômicas mais sustentáveis (Homma, 2008).

Dessa forma, o comportamento dos dados evidencia uma relação inversa entre produção e preço em determinados períodos, influenciando diretamente a dinâmica do setor da pesca artesanal ao longo do ano.

4.7 Comercialização e Financiamento

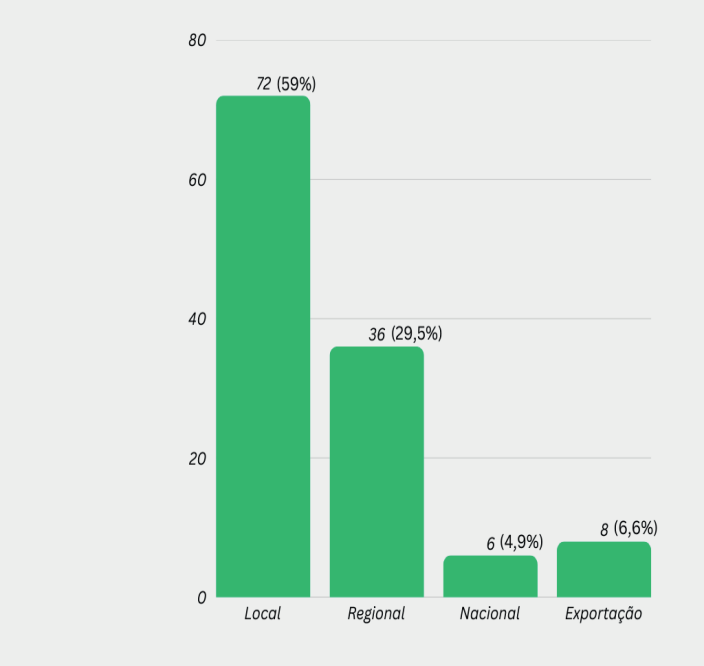
Compreender e dimensionar a importância econômica dos produtos extrativistas é essencial para desenvolver estratégias que fortaleçam essas cadeias produtivas, resolvam desafios logísticos e estruturais, e ampliem o uso sustentável dessas riquezas, além de contribuir para a conservação das florestas e melhorar as condições de vida dos extrativistas (Homma, 2008).

Verificou-se que os principais mercados para a comercialização de produtos extrativistas derivados nas 14 regiões do Ceará são os locais e os regionais, com uma participação de 59% e 29,5%, respectivamente (Figura 56).

Além desses, os mercados nacionais e internacionais também desempenham um papel relevante, sendo responsáveis por uma parcela das vendas, com a participação de 6 e 8 entidades, respectivamente. Essa distribuição evidencia a predominância da comercialização em mercados de proximidade, ao mesmo tempo em que demonstra a presença, ainda que menor, dos produtos em mercados de maior escala, incluindo o setor de exportação.

As Entidades Extrativistas utilizam diversos canais de venda, dentre eles, destacam-se as vendas diretas ao consumidor, para atravessadores e feiras locais (Tabela 46). Observa-se que a venda direta ao consumidor é o canal mais utilizado, representando 34,1% das entidades, o que indica uma forte relação entre produtores e consumidores finais. As feiras locais aparecem em segundo lugar, com 26,8%, evidenciando a importância desses espaços para a comercialização da produção extrativista.

Figura 56. Principais Mercados de Venda dos Produtos Derivados. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Iniciativas como a Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do estado do Ceará têm um papel importante ao incentivar a compra institucional de produtos da agricultura familiar, ampliando as oportunidades de mercado para as entidades extrativistas (CEARÁ, 2025). No caso da pesca artesanal, por exemplo, a prioridade sempre foi atender ao consumo interno das comunidades extrativistas, com uma venda posterior em pequena escala (ICMBio, 2021).

De maneira similar, a atividade extrativista da carnaúba também se beneficia de uma organização mais estruturada. Fomentar associações ou cooperativas entre os produtores de carnaúba é fundamental para reduzir a influência de atravessadores e fortalecer a união entre os trabalhadores. Esse modelo de organização visa melhorar

as condições de trabalho e aumentar a eficiência da cadeia produtiva, promovendo a cooperação e a gestão coletiva, o que resulta em melhores condições econômicas e sociais para os envolvidos (Câmara Setorial da Carnaúba, 2009).

Tabela 46. Principais Canais de Vendas Utilizados pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Vendas diretas ao consumidor	61	34,1
Vendas para atravessadores	50	27,9
Feiras locais	48	26,8
Outros	7	3,9
Comércio eletrônico	6	3,4
Parcerias com empresas	4	2,2
Supermercados	3	1,7
Total	179*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dessas utilizarem mais de um canal de venda.

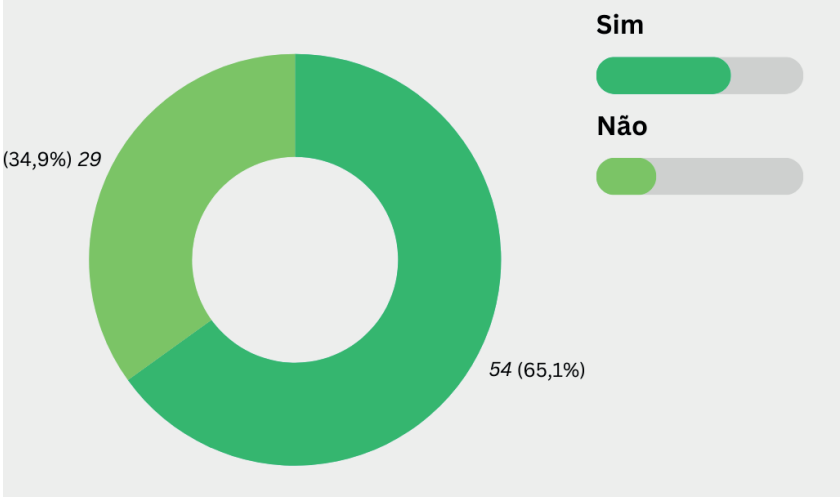
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

As vendas para atravessadores também têm uma participação significativa, correspondendo a 27,9% das entidades (Tabela 46), o que sugere que uma parcela expressiva da produção ainda depende de intermediários para chegar ao mercado. Por outro lado, canais como parcerias com empresas (2,2%), comércio eletrônico (3,4%) e supermercados (1,7%) apresentam uma participação menor, apontando desafios para a inserção dos produtos extrativistas nesses segmentos. Entretanto, o comércio eletrônico, mesmo com uma baixa representatividade, pode representar um potencial de crescimento, considerando as tendências de digitalização e o aumento do consumo online.

A categoria “Outros” representa 3,9% das vendas, englobando formas alternativas de comercialização, como vendas na própria residência, por meio de atravessadores, no mercado do peixe, por meio de redes sociais (Tabela 46). A Colônia de Pescadores Profissionais Z-14, localizada no município de Banabuiú, no Sertão Central por sua vez, utiliza diversos canais de venda, incluindo cozinha comunitária, hospitais, escolas, restaurantes e presídios. Esses dados ressaltam a importância de estratégias para diversificação dos canais de venda, com o objetivo de ampliar o acesso a mercados mais estruturados e reduzir a dependência de intermediários.

As Entidades Extrativistas do Ceará enfrentam diversas dificuldades para acessar novos mercados, o que impacta diretamente sua sustentabilidade econômica e expansão comercial. Em torno de 65,1% das entidades revelaram enfrentar dificuldades nesse processo (Figura 57).

Figura 57. Entidades Extrativistas do Ceará Enfrentam Dificuldades de Acessar Novos Mercados. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Entre os principais obstáculos identificados, destaca-se a dependência dos atravessadores, que frequentemente impõem preços baixos e limitam a autonomia dos extrativistas na negociação de seus produtos. Além disso, a falta de apoio governamental dificulta a implementação de políticas públicas que incentivem a comercialização direta e a inserção dos produtos extrativistas em mercados mais estruturados. Outro fator crítico é a escassez de capacitação para gestão, marketing e estratégias de venda, o que restringe a competitividade das entidades. A dificuldade de acesso ao crédito também se apresenta como um entrave, limitando investimentos em infraestrutura, equipamentos e tecnologia que poderiam melhorar a produção e a comercialização.

Além disso, a falta de transporte adequado compromete a logística de distribuição, dificultando o alcance a novos consumidores e mercados mais distantes. Por fim, a ausência de canais de comercialização diversificados restringe as opções de venda, mantendo as entidades dependentes de modelos tradicionais e menos rentáveis. Diante disso, esses desafios evidenciam a necessidade de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento do setor, como o incentivo a cooperativas, o desenvolvimento de plataformas de comércio eletrônico, programas de crédito acessível e políticas públicas que promovam a inclusão dos produtos extrativistas em mercados institucionais e privados.

A precificação dos produtos derivados no Estado do Ceará segue diferentes metodologias adotadas pelas Entidades Extrativistas. Os dados indicam que o principal fator determinante para a definição dos preços é a demanda de mercado, utilizada por 44,0% das entidades (Tabela 47). Esse resultado demonstra que a precificação está amplamente influenciada por fatores externos, como a concorrência, as preferências dos consumidores e as oscilações do mercado, refletindo a necessidade de adaptação constante às dinâmicas comerciais.

Tabela 47. Tipos de Precificação dos Produtos Derivados das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Demanda de mercado	40	44,0
Negociação coletiva	19	20,9
Custo de produção	16	17,6
Decisão interna	10	11,0
Outros	6	6,6
Total	91*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dessas utilizarem mais de um tipo de precificação dos produtos.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A negociação coletiva, utilizada por 20,9% das entidades, também se destaca como um método relevante (Tabela 47). Esse modelo geralmente ocorre em cooperativas e associações, onde os produtores buscam definir preços mais justos e equilibrados por meio da organização coletiva, reduzindo a vulnerabilidade diante de intermediários e compradores de grande porte.

O custo de produção é o critério adotado por 17,6% das entidades (Tabela 47), sugerindo que uma parcela dos extrativistas busca garantir que o valor de venda cubra as despesas operacionais e possibilite uma margem de lucro mínima.

No entanto, a baixa adesão a essa metodologia pode indicar desafios na gestão de custos e na estruturação de um modelo de precificação sustentável. A gestão de custos é uma ferramenta essencial para a administração, fornecendo dados precisos que auxiliam na tomada de decisões, avaliação de desempenho, controle gerencial e otimização do uso de recursos nas etapas produtivas e administrativas. Além disso, contribui para a maximização da eficiência operacional e a prospecção de lucro (Sens, 2011).

Enquanto a decisão interna, adotada por 11,0%, reflete uma abordagem autônoma, em que a definição de preços ocorre dentro das próprias entidades, sem necessariamente considerar fatores externos ou negociações coletivas. Esse método pode ser vantajoso em alguns contextos, mas também pode gerar dificuldades para a competitividade no mercado.

Por fim, a categoria “Outros”, que representa 6,6%, abrange formas distintas alternativas de precificação, como aquelas que incluem atravessadores e demandas por produção. Na Associação dos Assentados e Assentadas do Assentamento Oziel Alves, situada no município de Ararendá, no Sertão dos Crateús, o comprador lança o preço e depois a associação decide se aceita ou não a proposta.

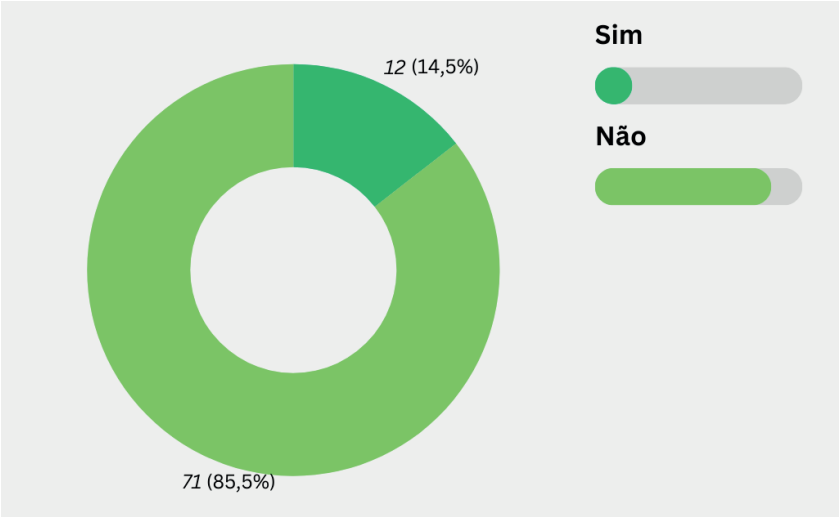
Esses resultados evidenciam a predominância de uma precificação baseada na demanda do mercado e na negociação coletiva, ao mesmo tempo em que apontam desafios relacionados à estruturação de custos e à autonomia dos produtores na definição de preços. Diante desse cenário, fortalecer capacitações sobre estratégias de precificação

e ampliar o acesso a informações de mercado podem ser medidas essenciais para melhorar a rentabilidade e a sustentabilidade do setor extrativista no Ceará.

O acesso a linhas de crédito ou financiamento para apoiar as atividades extrativistas ainda é um grande desafio para a maioria das Entidades Extrativistas no Estado do Ceará. De acordo com os dados levantados, cerca de 71 entidades não possuem acesso a crédito ou financiamento (Figura 58), o que limita suas oportunidades de investimento, modernização e expansão produtiva.

Por outro lado, apenas 12 entidades conseguem acessar algum tipo de financiamento (Figura 58), sendo os principais mecanismos utilizados: Agroamigo, Política Nacional Aldir Blanc, mercado regional, financiamentos bancários, como os concedidos pelo Banco do Nordeste (BNB), além de editais governamentais e outras linhas de crédito públicas e privadas, tanto individuais quanto para grupos coletivos.

Figura 58. Quantidade de Entidades Extrativistas com Acesso a Linhas de Crédito ou Financiamento para Apoiar as Atividades de Extrativismo. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

As Entidades Extrativistas do estado do Ceará enfrentam dificuldades no acesso a linhas de crédito e financiamentos. A falta de conhecimento sobre linhas de crédito é o maior obstáculo, sendo apontado por 64,1% das entidades (Tabela 48). Esse fator indica uma necessidade urgente de capacitação e disseminação de informações sobre as opções de financiamento disponíveis, bem como sobre os requisitos e procedimentos necessários para acessá-las.

A falta de garantias aparece como a segunda maior dificuldade, afetando 29,3% das entidades (Tabela 48). Muitos bancos e instituições financeiras exigem garantias reais para concessão de crédito, o que se torna um entrave para pequenos extrativistas que não possuem bens formalizados ou capacidade financeira para atender a essas exigências. Esse cenário reforça a necessidade de políticas que flexibilizem os critérios de acesso ao crédito, possibilitando condições mais justas para os produtores extrativistas.

Tabela 48. Dificuldades enfrentadas no acesso ao crédito ou financiamento. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Falta de conhecimento sobre linhas de crédito	59	64,1
Falta de garantias	27	29,3
Outras	6	6,5
Total	92*	100,0

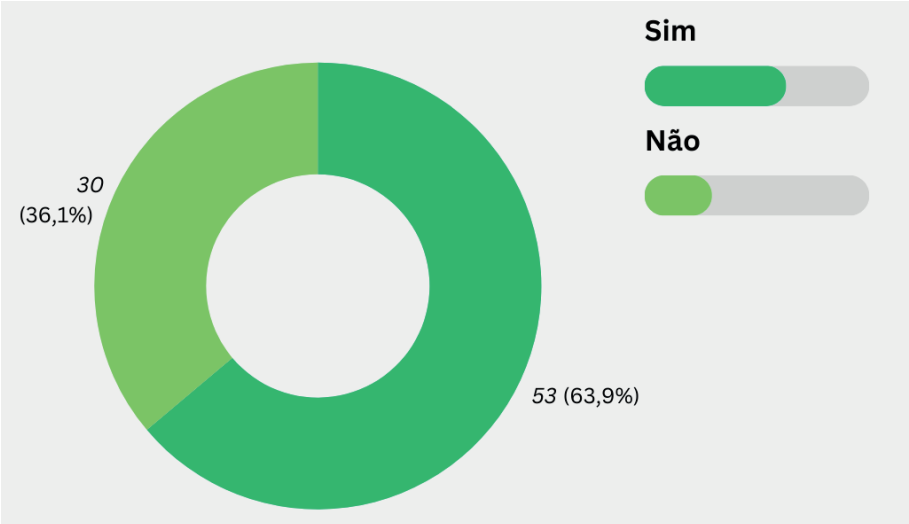
*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dessas apresentarem mais de uma dificuldade.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A categoria “Outras”, representando 6,5% (Tabela 48), engloba dificuldades como exigências burocráticas, falta de conhecimento sobre os processos de financiamento, ausência de incentivos governamentais e a carência de projetos bem estruturados dentro das entidades extrativistas. O fortalecimento de cooperativas e associações também pode ser uma solução viável, permitindo o acesso a financiamentos coletivos e reduzindo as dificuldades enfrentadas individualmente pelos extrativistas.

Quando questionados sobre as dificuldades enfrentadas no acesso a financiamentos e recursos, representantes de 53 entidades extrativistas relataram obstáculos significativos (Figura 59). Entre as principais dificuldades mencionadas, destacam-se a falta de garantias exigidas pelas instituições financeiras, o que dificulta a concessão de crédito para muitos extrativistas. Além disso, a limitação dos valores oferecidos, especialmente para a compra de materiais de pesca e aquisição de novos equipamentos, foi uma preocupação recorrente.

Figura 59. Entidades Extrativistas com Dificuldades no Acesso a Financiamentos e Recursos. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

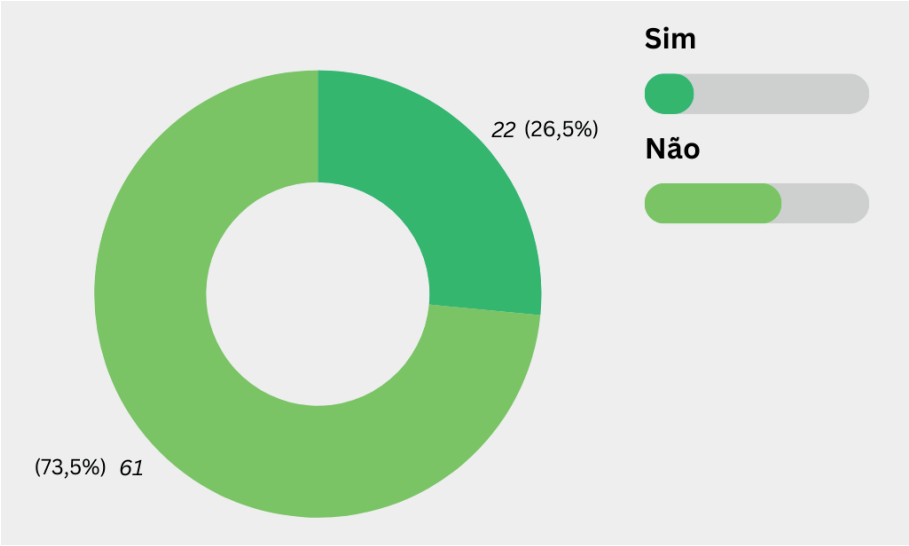
Outros desafios incluem a falta de crédito disponível, que compromete a capacidade de investimento das entidades, e a escassez de conhecimento, capacitação e informação sobre as linhas de crédito e os procedimentos necessários para acessar os recursos. A falta de documentação necessária para formalizar os financiamentos também foi citada, o que reflete a informalidade de muitas entidades.

Além disso, os juros elevados, as linhas de crédito com valores insuficientes e a inadimplência do município dificultam ainda mais o acesso a recursos financeiros. A falta de recursos pesqueiros também foi mencionada como um fator limitante para a atividade extrativista, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade da pesca e à continuidade das operações.

Esses desafios ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas mais acessíveis, que promovam a inclusão financeira do setor, com linhas de crédito mais adequadas, capacitação contínua para os extrativistas e desburocratização dos processos de financiamento.

De uma forma geral, as Entidades Extrativistas não possuem dificuldade na gestão de seus recursos financeiros e humanos (Figura 60). Somente 22 entidades disseram ter dificuldades na gestão. As dificuldades relatadas foram com relação a veículo, contribuição dos membros, falta de capacitação, de financiamento, jurídico, falta de conhecimento, ausência de políticas públicas voltadas para pescadores, inadimplência do município. A Associação relata “precariedade e insuficiência”.

Figura 60. Entidades Extrativistas com Dificuldades na Gestão de seus Recursos Financeiros e Humanos. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

De maneira geral, as Entidades Extrativistas do Ceará não enfrentam grandes dificuldades na gestão de seus recursos financeiros e humanos, pois somente 22 entidades indicaram enfrentar obstáculos nessa área (Figura 60). Entre as dificuldades relatadas, destacam-se questões como a falta de veículos adequados para transporte, o que impacta diretamente na logística de distribuição e acesso a mercados. A contribuição dos membros também foi apontada como um desafio, o que pode estar relacionado à falta de engajamento ou à informalidade de algumas entidades.

Outras dificuldades incluem a falta de capacitação nas áreas de gestão financeira, organização interna e tomada de decisões, além da escassez de financiamento adequado para expandir as atividades. A ausência de suporte jurídico foi também mencionada, indicando, possivelmente, a necessidade de orientação para questões legais, contratos e regulamentações relacionadas ao extrativismo. A falta de conhecimento sobre boas práticas de gestão e sobre as opções de apoio disponíveis também foi apontada como um obstáculo importante.

Além disso, as entidades destacaram a ausência de políticas públicas voltadas para pescadores, o que dificulta o desenvolvimento sustentável do setor. A inadimplência do município, que afeta o pagamento de dívidas e a continuidade de parcerias, também foi um problema citado. Uma das associações, a Associação dos Pescadores e Marisqueiros da Reserva Extrativista do Batoque, situada no município de Aquiraz, na Grande Fortaleza, relatou a “precariedade e insuficiência” de recursos e apoio para gerenciar suas atividades de forma eficaz.

Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de capacitação em gestão, o fortalecimento das políticas públicas direcionadas ao setor extrativista e a implementação de estratégias de apoio jurídico e financeiro, que possam garantir a sustentabilidade e o crescimento das entidades extrativistas no Ceará.

4.8 Assistência Técnica e Extensão Rural

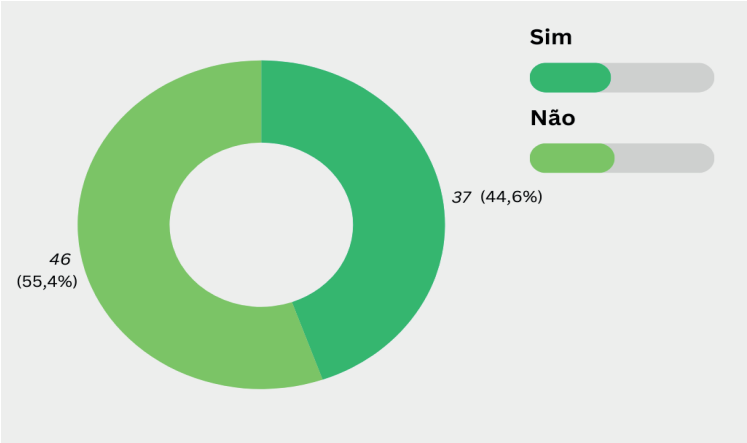
O reconhecimento das qualidades e valores dos produtos locais está intrinsecamente ligado ao fortalecimento das práticas sustentáveis e à proteção do patrimônio cultural desses grupos (Krucken, 2009). Nesse sentido, a assistência técnica pode ajudar os extrativistas do Ceará a identificar e comunicar as histórias, os elementos culturais e os aspectos sociais de seus produtos, promovendo sua valorização no mercado. Essa abordagem não só contribui para preservar a diversidade cultural e ambiental, como também potencializa a inserção competitiva dos produtos no mercado, gerando maior sustentabilidade econômica e social para as comunidades.

Em relação à orientação profissional, menos da metade das 83 entidades recebem esse tipo de apoio (Figura 61). Apenas 37 entidades (ou 44,6%) indicaram que recebem orientação profissional, o que demonstra uma lacuna significativa na capacitação e no

apoio especializado para o fortalecimento das práticas extrativistas. A ausência de orientação profissional pode limitar o desenvolvimento de boas práticas de gestão, o acesso a novos mercados, a adoção de tecnologias mais eficientes e o crescimento sustentável do setor. Essas entidades que recebem orientação profissional estão distribuídas em 13 macrorregiões do estado, com exceção do Sertão de Canindé.

Diante desse cenário, verifica-se a necessidade de programas de capacitação profissional e assistência técnica contínua, que possam atender as entidades extrativistas de forma mais ampla, promovendo o aprimoramento da gestão e a profissionalização dos produtores. A importância das técnicas de manejo está na possibilidade de aumentar a capacidade de suporte dos recursos extrativistas. Além disso, o aperfeiçoamento tecnológico dos produtores permitirá maior quantidade a ser ofertada (Homma, 2008).

Figura 61. Orientação Profissional Recebida pelas Entidades Extrativistas/ Comunidades. Estado do Ceará. 2025.

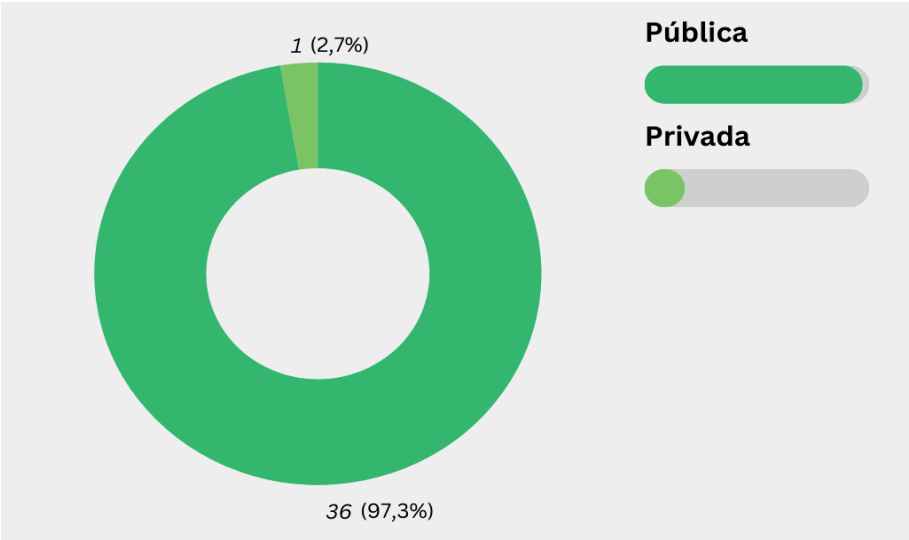


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Das 37 Entidades Extrativistas que recebem orientação profissional, 36 delas (97,3%) recebem apoio proveniente de fontes públicas, enquanto apenas 1 entidade (2,7%) conta com orientação de origem privada (Figura 62). Este cenário destaca a dependência das entidades de recursos públicos para capacitação e orientação, o que pode refletir uma falta de acesso a programas privados ou a uma estrutura de apoio mais diversificada.

Essa dependência também pode indicar limitações nas opções de orientação oferecidas, uma vez que os recursos públicos, muitas vezes, estão sujeitos a restrições orçamentárias e mudanças nas políticas públicas. Portanto, é fundamental a ampliação de parcerias com iniciativas privadas, organizações não governamentais e outras fontes de apoio, para proporcionar uma formação mais diversificada e sustentada às entidades extrativistas, favorecendo seu desenvolvimento e competitividade no mercado.

Figura 62. Tipos de Orientação Profissional Recebida pelas Entidades Extrativistas/ Comunidades. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Na Tabela 49 estão descritas as empresas e instituições responsáveis pela orientação profissional nas entidades extrativistas do Ceará. A Ematerce (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará) é a instituição que mais orienta as entidades extrativistas, com 10 entidades (27,0%) recebendo apoio dessa organização. A Ematerce desempenha um papel fundamental na extensão rural e na capacitação dos produtores, oferecendo suporte técnico essencial para melhorar as práticas de manejo e gestão.

Tabela 49. Empresas Responsáveis pela Orientação Profissional nas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Ematerce	10	27,0
Outros	7	18,9
Senar	6	16,2
Instituto Veredas da Cidadania	4	10,8
SDA	4	10,8
Universidade	3	8,1
Sebrae	2	5,4
Agropolos	1	2,7
Centec	1	2,7
Total	37	100,0

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Outras instituições importantes incluem o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), com 6 entidades (16,2%) atendidas, e o Instituto Veredas da Cidadania, com 4 entidades (10,8%) orientadas (Tabela 49). Ambas as organizações contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas, com foco em capacitação técnica e profissionalização do setor rural.

Além dessas, destacam-se também a SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrário) e a Universidade, com 4 (10,8%) e 3 (8,1%) entidades atendidas, respectivamente (Tabela 49). A presença da Universidade sugere uma aproximação entre as Entidades Extrativistas e as Instituições Acadêmicas, o que pode promover a aplicação de pesquisas e inovações no campo. A categoria “Outros”, que abrange 7 entidades (18,9%), refere-se a orientações de outras fontes distintas.

Esses resultados indicam que, embora haja uma variedade de organizações que prestam orientação profissional, as entidades extrativistas ainda dependem em grande parte de instituições públicas para apoio técnico e capacitação. Isso destaca a necessidade de expandir parcerias públicas e privadas, incentivar a colaboração com universidades e buscar novas fontes de financiamento e orientação, com o objetivo de fortalecer a gestão e a competitividade do setor extrativista.

As Entidades Extrativistas recebem assistência por um período que pode variar menos de 6 meses até mais de 5 anos (Tabela 50). Uma parte significativa das entidades recebe assistência técnica de longa duração, com 11 entidades (29,7%) relatando mais de 5 anos de acompanhamento. Isso indica um apoio contínuo e consistente para essas entidades, o que pode favorecer a implementação de práticas sustentáveis e a profissionalização do setor extrativista.

Tabela 50. Tempo de Assistência Técnica Recebida pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Menos de 06 meses	8	21,6
De 06 meses a 01 ano	10	27,0
De 01 a 02 anos	4	10,8
De 02 a 05 anos	4	10,8
Mais de 05 anos	11	29,7
Total	37	100,0

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Em contrapartida, 8 entidades (21,6%) indicam que recebem assistência técnica há menos de 6 meses (Tabela 50), o que pode sugerir que essas entidades estão iniciando processos de capacitação e apoio, ou ainda têm acesso limitado a recursos e serviços de assistência técnica. Esse dado destaca uma necessidade de ampliar a assistência a essas entidades, de forma a garantir um suporte adequado para seu desenvolvimento desde o início.

Outras 10 entidades (27,0%) recebem assistência técnica por 6 meses a 1 ano (Tabela 50), representando uma fase intermediária de apoio, onde pode ser necessário consolidar as orientações já oferecidas e avançar para etapas de capacitação mais aprofundada.

Por outro lado, 4 entidades (10,8%) estão em processo de assistência técnica de 1 a 2 anos, e outras 4 entidades (10,8%) recebem apoio de 2 a 5 anos (Tabela

50). Esses dados indicam que muitas entidades estão no processo de aprimoramento contínuo, mas ainda podem precisar de mais tempo ou recursos para consolidar suas atividades de maneira mais sustentável.

Esse panorama sugere a necessidade de fortalecer a assistência técnica em diversas fases, especialmente para as entidades mais recentes ou com menos tempo de apoio. Além disso, o aumento da diversificação de fontes de assistência, seja por meio de parcerias públicas e privadas, universidades, ou organizações não governamentais, pode ser essencial para garantir uma evolução contínua e sustentada das práticas extrativistas no Ceará.

Quanto à frequência atual das visitas das empresas/instituições que prestam assistência técnica às Entidades Extrativistas, verificou-se que as visitas mais frequentes acontecem de forma anual, com 9 entidades recebendo assistência técnica uma vez por ano (Tabela 51). Essa frequência mais espaçada pode indicar que essas entidades têm um nível mais avançado de autonomia ou que a assistência técnica não é tão intensiva. No entanto, também pode refletir uma limitação no acesso ao suporte contínuo necessário para o fortalecimento constante das atividades extrativistas.

A frequência semestral também é relevante, com 7 entidades recebendo visitas a cada seis meses (Tabela 51). Esse período sugere que, embora as entidades tenham algum acompanhamento regular, o intervalo ainda pode ser insuficiente para o monitoramento constante e a correção de problemas emergentes. Outras 7 entidades recebem visitas de forma mensal, e 4 entidades têm visitas de caráter semanal, o que indica um suporte mais próximo e constante. Para essas entidades, o acompanhamento contínuo pode estar relacionado a desafios específicos de gestão ou à necessidade de aprimorar rapidamente suas práticas extrativistas.

Tabela 51. Frequência Atual das Visitas das Empresas/Instituições que Prestam Assistência Técnica às Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Semanal	4	10,8
Mensal	7	18,9
Bimestral	1	2,7
Trimestral	2	5,4
Semestral	7	18,9
Anual	9	24,3
Outras	7	18,9
Total	37	100,0

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

As frequências bimestrais (1 entidade), trimestrais (2 entidades) e outras (7 entidades) mostram que, para algumas entidades, as visitas são menos frequentes, o que pode limitar a eficácia da assistência técnica em termos de acompanhamento e ajustes rápidos (Tabela 51).

Esses resultados sugerem que, enquanto algumas entidades extrativistas têm um suporte regular e contínuo, muitas ainda enfrentam a falta de visitas mais frequentes, o que pode comprometer o impacto das ações de assistência técnica. A expansão do suporte mais frequente, especialmente para as entidades com menor acompanhamento, poderia contribuir para um fortalecimento mais eficaz do setor, possibilitando uma melhor adaptação às mudanças de mercado, a adoção de novas tecnologias e a solução de problemas operacionais de forma mais rápida.

Com relação à participação de membros das Entidades Extrativistas em cursos e/ou receberem orientação técnica, a maioria dos membros das entidades participou de cursos voltados para Agricultura, Pecuária e Produção de Alimentos (32,6%), evidenciando a relevância dessas atividades para a sustentabilidade econômica das comunidades (Tabela 52). Em seguida, a Formação e Capacitação Profissional representa 26,7% das participações, indicando a busca por aprimoramento técnico e qualificação para o trabalho.

Os cursos relacionados a Gestão, Empreendedorismo e Mercado também aparecem com destaque, com a participação de membros de 12 entidades (14,0%) (Tabela 52), demonstrando a importância da profissionalização e do fortalecimento da comercialização dos produtos extrativistas. Já as capacitações em Sustentabilidade e Meio Ambiente (10,5%) reforçam o interesse por práticas ambientalmente responsáveis dentro do setor.

Tabela 52. Frequência de Participação dos Membros das Entidades Extrativistas em Cursos e Orientações Técnicas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Agricultura, Pecuária e Produção de Alimentos	28	32,6
Formação e Capacitação Profissional	23	26,7
Gestão, Empreendedorismo e Mercado	12	14,0
Sustentabilidade e Meio Ambiente	9	10,5
Pesca, Navegação e Atividades Marítimas	6	7,0
Governança e Participação Comunitária	4	4,7
Cultura, Turismo e Artesanato	3	3,5
Saúde e Estética	1	1,2
Total	86*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dessas participarem de mais de um curso e/ou receberem orientação técnica.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

As áreas de Pesca, Navegação e Atividades Marítimas (7,0%) e Governança e Participação Comunitária (4,7%) possuíram menor participação (Tabela 52), sugerindo a necessidade de ampliação dessas capacitações, especialmente para fortalecer a gestão coletiva e a representatividade das entidades. Por fim, cursos voltados para Cultura, Turismo e Artesanato (3,5%) e Saúde e Estética (1,2%) têm baixa adesão, o que pode indicar uma menor oferta ou interesse nessas áreas dentro do contexto extrativista. Diante desses resultados, torna-se essencial incentivar políticas públicas e iniciativas privadas que promovam o acesso a mais cursos, principalmente nas áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável e a autonomia econômica das entidades extrativistas.

Quanto ao nome da(s) Entidade(s) e ou técnico(s) que promoveu(ram) o evento, verificou-se a diversidade de órgãos, entidades e empresas (Tabela 53). O Instituto Veredas da Cidadania se destaca como o principal promotor, sendo responsável por 18,4% das iniciativas, seguido pelo Sebrae (16,7%) e pelo Senar (14,0%), reforçando o papel dessas instituições no desenvolvimento de habilidades e capacitação profissional dos extrativistas.

Além dessas, outras entidades públicas e privadas também desempenham um papel relevante, como a Ematerce, as Universidades, o Centec e a SDA, que juntas representam uma parcela significativa das ações de capacitação. A SDA, por exemplo, é responsável por 6,1% das orientações técnicas, demonstrando a importância da assistência técnica governamental no fortalecimento das atividades extrativistas (Tabela 53).

Vale ressaltar que há uma diversidade de outros atores envolvidos, incluindo organizações não governamentais (ONGs), empresas privadas e instituições acadêmicas, como a Marinha, Petrobras, ICMBio e Conselhos de Pesca (Tabela 53), o que evidencia a multidisciplinaridade das capacitações oferecidas. Entretanto, a baixa participação de algumas entidades sugere a necessidade de ampliação e descentralização dos programas de formação, garantindo maior acesso às orientações técnicas em diferentes regiões do estado.

Tabela 53. Órgãos, Entidades e Empresas Responsáveis pela Promoção de Cursos e Orientações Técnicas para Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará, 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Instituto Veredas da Cidadania	21	18,4
Sebrae	19	16,7
Senar	16	14,0
Outros	8	7,0
SDA	7	6,1
ACB, Fundação Araripe, IFCE	5	4,4
Centec	5	4,4
Ematerce	5	4,4
Universidades	5	4,4
Marinha	4	3,5
Capitania	2	1,8
IDESC, SDA	2	1,8
Petrobras	2	1,8
Agropolos	1	0,9
Caritas	1	0,9
Cocepat	1	0,9
Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP)	1	0,9
Conselho de Pesc. Art. do Brasil (CRP)	1	0,9
ENGIE Brasil	1	0,9
Flor do Piqui	1	0,9
FVJ	1	0,9
ICMBIO	1	0,9
Mov. Pastoral dos Pescadores	1	0,9
Secretaria da Cidade	1	0,9
Sec. de Desenvolvimento Municipal	1	0,9
Total	114*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dos membros dessas entidades participarem de mais de um curso e/ou receberem orientação técnica de mais de um órgão.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

O fortalecimento dessas parcerias e o investimento contínuo em cursos podem contribuir significativamente para a qualificação dos extrativistas, promovendo maior autonomia, eficiência produtiva e inserção em mercados mais estruturados.

A metodologia mais utilizada nos cursos e orientações técnicas voltadas para as Entidades Extrativistas do Ceará em é a oficina, representando 37,6% das práticas adotadas (Tabela 54). Esse resultado indica uma ênfase em abordagens práticas e participativas, favorecendo a aprendizagem por meio da experimentação e do envolvimento direto dos participantes.

Outras metodologias frequentemente empregadas incluem as demonstrações técnicas (16,8%) e as palestras (15,8%) (Tabela 54), que também são estratégias importantes para a disseminação de conhecimento, embora tenham um caráter

mais expositivo. Além disso, as reuniões em grupo (9,9%) e as visitas técnicas (7,9%) demonstram a relevância do compartilhamento coletivo de experiências e da observação in loco de práticas produtivas bem-sucedidas.

Tabela 54. Metodologias Utilizadas nos Cursos e Orientações Técnicas para Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará, 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Oficina	38	37,6
Demonstrações técnicas	17	16,8
Palestra	16	15,8
Reunião em grupo	10	9,9
Visita Técnica	8	7,9
Dia de campo	4	4,0
Intercâmbio	3	3,0
Outros	3	3,0
Curso	1	1,0
Excursão	1	1,0
Total	101*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dos membros dessas entidades participarem de mais de um curso e/ou receberem orientação técnica de mais de um órgão, entidade ou empresa.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

O baixo percentual de metodologias como dia de campo (4%), intercâmbio e outros (3%) e curso e excursão (1%) (Tabela 54) infere-se que há um espaço para ampliação de estratégias que envolvem aprendizado imersivo e troca de experiências entre comunidades extrativistas de diferentes regiões.

Os resultados reforçam a importância de metodologias que combinem teoria e prática para fortalecer a qualificação dos membros das entidades extrativistas. Estratégias como intercâmbios e visitas técnicas poderiam ser mais exploradas, pois permitem um aprendizado mais dinâmico e contextualizado. Além disso, políticas públicas voltadas à capacitação podem ajudar a diversificar e aprimorar as abordagens metodológicas adotadas.

Na Tabela 55 encontra-se a distribuição da carga horária dos cursos e orientações técnicas ofertados aos membros das Entidades Extrativistas. Os resultados indicam que a maioria dos cursos possui carga horária concentrada entre 5 e 30 horas, representando 22 entidades, ou seja, 51,9% do total. Os cursos de curta duração, com até 4 horas, também são significativos, abrangendo 20,4% (22 entidades) das atividades, o que pode indicar formações introdutórias ou pontuais. Já os cursos com duração entre 31 e 50 horas correspondem a 22,2% (24 entidades), evidenciando uma quantidade considerável de capacitações mais aprofundadas.

Tabela 55. Distribuição da Carga Horária dos Cursos e Orientações Técnicas para Membros das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Até 4 h	22	20,4
De 5 h a 12 h	27	25,0
De 13 h a 30 h	29	26,9
De 31 h a 50 h	24	22,2
De 51 h a 80 h	4	3,7
Acima de 80 h	2	1,9
Total	108*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dessas participarem de mais de um curso e/ou receberem orientação técnica.

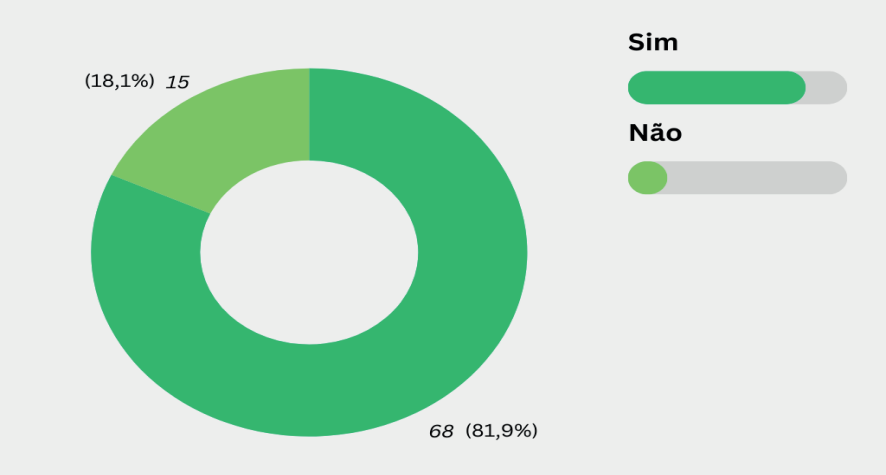
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Apenas 5,6% dos cursos possuem carga horária superior a 50 horas, o que sugere uma menor oferta de formações extensas e especializadas (Tabela 5). Esses dados demonstram que a capacitação técnica das entidades extrativistas está concentrada, majoritariamente, em formações de curta e média duração, possivelmente em razão da disponibilidade de tempo dos participantes, das metodologias adotadas e dos recursos disponíveis para a oferta desses cursos. Para um impacto mais significativo na qualificação profissional e no fortalecimento das atividades extrativistas, seria interessante ampliar a oferta de cursos com maior carga horária e aprofundamento técnico, além de estratégias que incentivem a participação contínua dos membros das entidades.

Quanto à necessidade de outros serviços para o fomento, as Entidades Extrativistas no Ceará destacaram a importância da assistência técnica, capacitação, acesso ao crédito, apoio ao comércio e outras demandas essenciais.

A assistência técnica foi citada por cerca de 81,9% das entidades como uma necessidade (Figura 63). Em torno de 32,3% apontou a macrocategoria “assistência técnica e o acompanhamento profissional”, como uma área prioritária (Tabela 44). Esse resultado reflete a importância de contar com suporte especializado para melhorar as práticas e a gestão das atividades extrativistas.

Figura 63. Necessidade de Assistência Técnica para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Em segundo lugar, com 20%, está a capacitação e treinamento (Tabela 56), o que indica uma demanda significativa por aperfeiçoamento das habilidades técnicas e operacionais dos profissionais envolvidos. A gestão do manejo, produção e sustentabilidade aparece como a terceira maior necessidade, com 15,4% das respostas, destacando o interesse das entidades em aprimorar suas práticas para garantir a sustentabilidade ambiental e otimizar a produção.

Tabela 56. Necessidades Identificadas em Relação à Assistência Técnica para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Assistência Técnica e Acompanhamento Profissional	21	32,3
Capacitação e Treinamentos	13	20,0
Manejo, Produção e Sustentabilidade	10	15,4
Governança e Apoio às Comunidades	8	12,3
Beneficiamento e Processamento de Produtos	7	10,8
Comercialização e Gestão	6	9,2
Total	65*	100,0

*Valor inferior ao total de Entidades Extrativistas porque nem todas tiveram suas necessidades de assistência técnica identificadas.

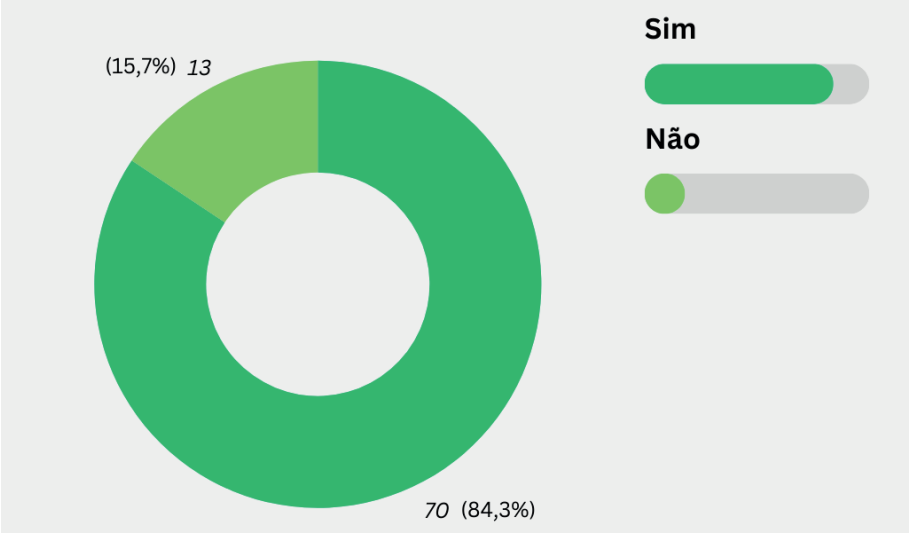
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A demanda por governança e apoio às comunidades (12,3%), beneficiamento e processamento de produtos (10,8%) e comercialização e gestão (9,2%) também se destacam (Tabela 56). As entidades buscam melhorar suas práticas para garantir a sustentabilidade ambiental e otimizar a produção. A necessidade de apoio à governança reflete o interesse em fortalecer a estrutura administrativa e política das comunidades, promovendo uma gestão mais eficiente e inclusiva. Já o foco no beneficiamento e processamento visa agregar valor aos produtos extrativistas, impulsionando a competitividade e a renda. Por fim, as áreas de comercialização e gestão são vistas como essenciais para aprimorar as práticas empresariais e fortalecer a inserção no mercado.

A capacitação foi destacada como uma necessidade por aproximadamente 84,3% das entidades, o que corresponde a 70 Entidades Extrativistas (Figura 64), distribuídas em 13 das 14 macrorregiões do estado, com exceção do Sertão de Canindé. Esse alto índice revela a crescente demanda por programas de treinamento e desenvolvimento, refletindo a busca das entidades por aprimorar as habilidades técnicas e gerenciais de seus membros.

A capacitação é vista como essencial para aumentar a eficiência das práticas extrativistas, melhorar a gestão interna e fortalecer as competências dos profissionais envolvidos nas atividades. Além disso, essa necessidade está diretamente ligada ao desejo de garantir maior sustentabilidade nas operações, otimizar a produção e, consequentemente, melhorar a competitividade no mercado. As entidades reconhecem que o fortalecimento da formação dos seus membros é um passo relevante para o desenvolvimento das atividades extrativistas no Ceará.

Figura 64. Necessidade de Capacitação para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

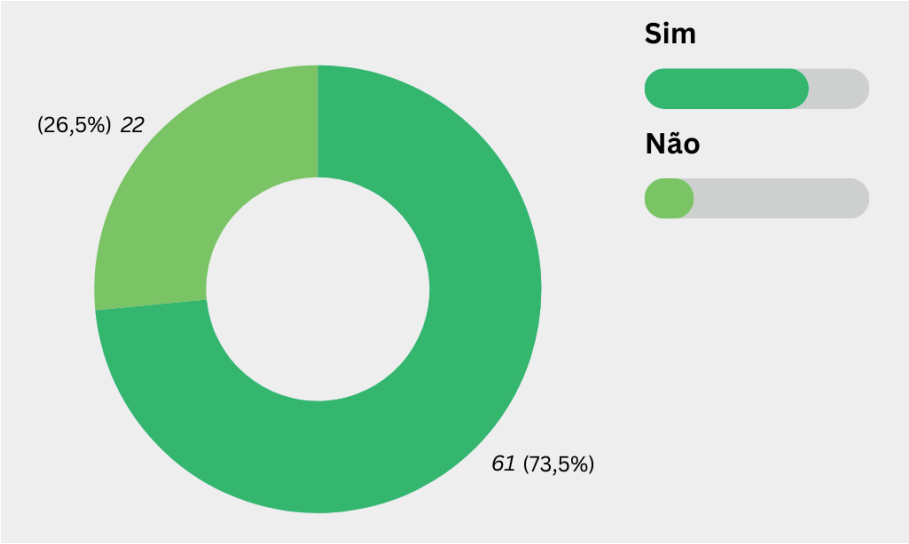


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

O crédito foi identificado como uma necessidade por aproximadamente 73,5% das entidades, o que corresponde a 61 organizações (Figura 65). Esse alto percentual revela a dificuldade das entidades extrativistas em acessar recursos financeiros, um fator fundamental para o desenvolvimento e expansão de suas atividades. A necessidade de crédito está diretamente relacionada ao desejo de investir em infraestrutura, modernização de equipamentos, melhoria nos processos produtivos e na implementação de práticas mais sustentáveis.

Além disso, a falta de acesso a financiamento pode limitar a capacidade de inovação e de ampliação da produção, dificultando a competitividade no mercado. As entidades indicam, portanto, a urgência de políticas públicas e iniciativas que facilitem o acesso ao crédito, garantindo a continuidade e o crescimento do setor extrativista no estado. Mais recentemente, em 2024, a Ematerce, desempenhou um papel fundamental na promoção do crédito rural no estado em 146 municípios, ampliando o acesso ao financiamento e à assistência técnica para o fortalecimento da agricultura cearense (EMATERCE, 2024).

Figura 65. Necessidade de Crédito para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



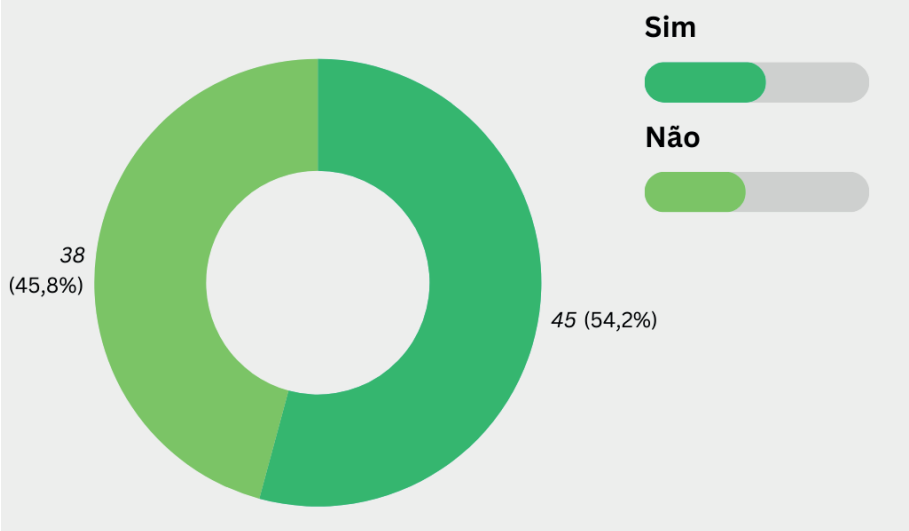
Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

O comércio foi identificado como uma necessidade por aproximadamente 54,2% das entidades, o que corresponde a 45 entidades (Figura 66), situadas nas regiões do Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão Central, Sertão de Sobral, Sertão dos Crateús e Sertão dos Inhamuns.

Esse dado destaca a necessidade de melhorar as práticas comerciais das entidades extrativistas, que buscam expandir seu mercado e aumentar as vendas. A dificuldade em acessar mercados mais amplos e a falta de estratégias eficazes de comercialização refletem desafios significativos. A capacitação no setor comercial e o apoio na construção de redes de distribuição são essenciais para aumentar a

competitividade e a sustentabilidade financeira, além de agregar valor aos produtos, por meio do beneficiamento e marketing. O acesso a mercados internos e externos pode impulsionar a renda e fortalecer a economia das comunidades extrativistas.

Figura 66. Necessidade de Comércio para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

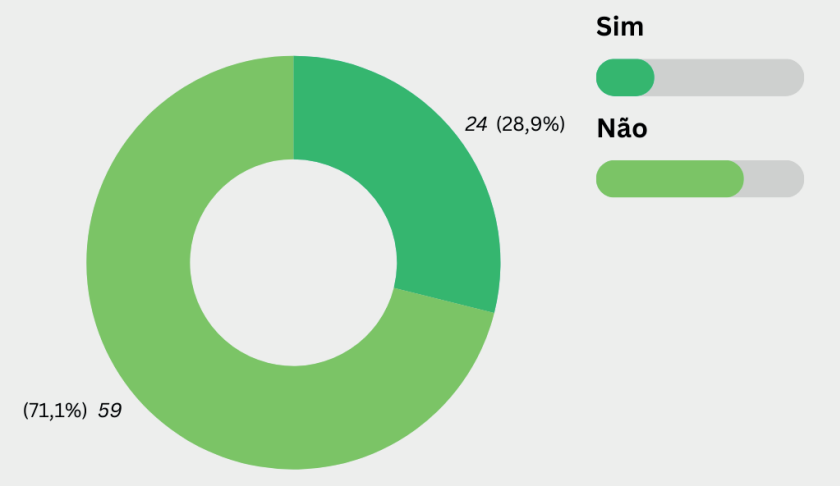


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Acesso à água, barragens, açudes e melhoria da infraestrutura básica precária também foram apontadas pelos representantes das 59 entidades (Figura 67). O acesso à água, barragens, açudes e a melhoria da infraestrutura básica precária foram também destacados como necessidades importantes pelos representantes das 59 entidades (71,1%). Esses aspectos são fundamentais para garantir a sustentabilidade das atividades pesqueiras e agrícolas, além de melhorar a qualidade de vida das comunidades. O acesso a fontes de água potável, a construção de barragens e açudes são medidas essenciais para enfrentar a escassez de água e garantir a continuidade das produções.

Por outro lado, a precariedade da infraestrutura básica, incluindo habitação, saneamento e acesso à água de qualidade, impacta diretamente a saúde e o bem-estar das famílias, tornando urgente a necessidade de melhorias nessas áreas. A resolução dessas questões contribui para o fortalecimento das comunidades extrativistas e a promoção de um ambiente mais saudável e sustentável.

Figura 67. Outras Necessidades para Fomento pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

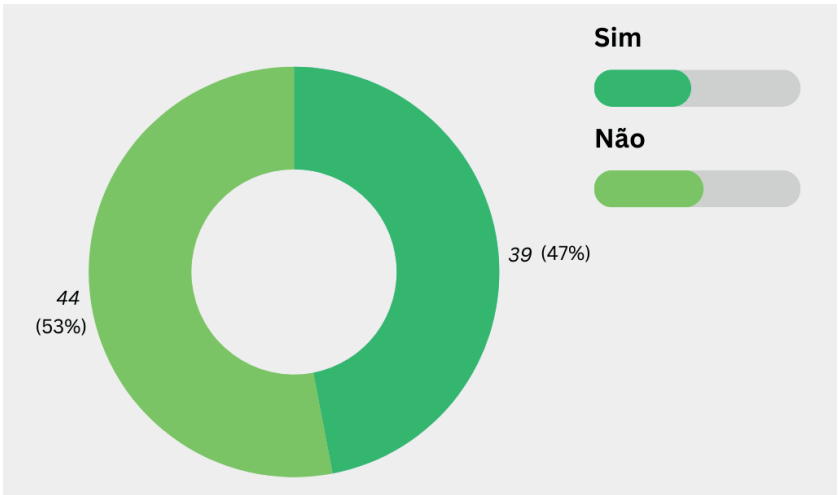


Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

4.9 Aspectos Socioambientais

Cerca de 53% das Entidades Extrativistas das 13 regiões do Ceará, com exceção do Vale do Jaguaribe, promovem atividades de educação ambiental e conscientização entre seus membros e a comunidade, fortalecendo a preservação dos recursos naturais e incentivando práticas sustentáveis (Figura 68). Essas iniciativas englobam atividades de educação ambiental e conscientização, preservação e conservação dos ecossistemas, gestão sustentável dos recursos naturais, além de ações voltadas para infraestrutura e fortalecimento comunitário (Tabela 57). Juntas, essas práticas contribuem para a valorização do conhecimento tradicional e o engajamento coletivo na proteção ambiental.

Figura 68. Entidades Extrativistas que Realizam Atividades de Educação Ambiental ou Conscientização entre os Membros e a Comunidade. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

As atividades de educação ambiental e conscientização, juntamente com iniciativas voltadas para a preservação e conservação ambiental, representam a maior parte das ações promovidas pelas Entidades Extrativistas no Ceará, cada uma correspondendo a 38,2% (Tabela 57). No âmbito da educação ambiental e conscientização, são realizadas reuniões, palestras e rodas de conversa para sensibilizar a comunidade sobre a importância da sustentabilidade. Já as iniciativas de preservação e conservação ambiental incluem ações para evitar a poluição de lagos e açudes, prevenir o desmatamento da floresta e promover a limpeza de áreas de coleta de pequi e praias, reforçando o compromisso com a proteção dos ecossistemas naturais.

Além disso, 11,8% das entidades relataram ações voltadas para a gestão de recursos naturais, enquanto um percentual igual foi destinado à infraestrutura e ações comunitárias (Tabela 57). Esses resultados indicam um forte compromisso das entidades extrativistas com a promoção da sustentabilidade, a proteção dos ecossistemas e o fortalecimento da participação comunitária na gestão dos recursos naturais.

Tabela 57. Atividades de Educação Ambiental ou Conscientização entre os Membros e a Comunidade das Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Educação Ambiental e Conscientização	13	38,2
Preservação e Conservação Ambiental	13	38,2
Gestão de Recursos Naturais	4	11,8
Infraestrutura e Ações Comunitárias	4	11,8
Total	34*	100,0

*Valor inferior ao total de Entidades Extrativistas porque nem todas realizam atividade de educação ambiental ou conscientização.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

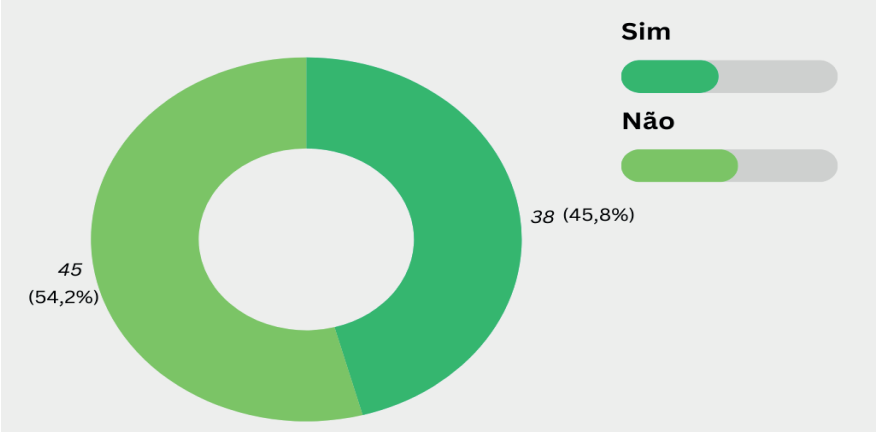
No Ceará, a maioria das Entidades Extrativistas, aproximadamente 45 (54,2%), não desenvolve práticas sustentáveis ou programas de preservação dos recursos extrativistas explorados (Figura 69). Essas entidades estão distribuídas em sete regiões do estado: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Oeste/ Vale do Curu, Sertão Central e Sertão dos Crateús. Essa realidade pode estar atrelada a fatores como falta de apoio técnico e financeiro, dificuldades na organização comunitária e ausência de políticas públicas voltadas para o fortalecimento dessas iniciativas.

No entanto, cerca de 38 entidades que adotam práticas sustentáveis, destacam-se ações como o manejo responsável da carnaúba e do babaçu, a conservação de áreas nativas e a recuperação de ecossistemas degradados. Esses dados evidenciam

a necessidade de maior investimento em capacitação, assistência técnica e incentivos governamentais para fomentar a sustentabilidade no extrativismo cearense.

Mesmo em contextos predominantemente de livre acesso, é possível identificar esforços para regulamentar a apropriação dos bens, buscando prevenir a escassez dos recursos. No entanto, a implementação e o cumprimento desses acordos enfrentam desafios significativos, a exemplo do extrativismo realizado pelas quebradeiras de coco babaçu (Schmitz; Mota; Silva Júnior, 2009).

Figura 69. Existência de Práticas Sustentáveis ou Programas de Preservação dos Recursos Extrativistas Implementadas pela Entidade. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Embora uma parcela significativa das Entidades Extrativistas do Ceará ainda não adote práticas sustentáveis (Figura 69), há iniciativas voltadas para a preservação dos recursos naturais. A proteção de áreas de extrativismo é a prática mais comum, representando 37,8% das ações (Tabela 58). Esse esforço está diretamente ligado à conservação de ecossistemas essenciais para a manutenção das atividades extrativistas e à garantia da regeneração dos recursos.

Além disso, 17,1% das entidades adotam técnicas de colheita que preservam as árvores, como a extração seletiva de folhas e frutos, evitando danos irreversíveis às espécies nativas (Tabela 58). O replantio, prática adotada por 12,2% das entidades, também se destaca como uma estratégia de recuperação ambiental, contribuindo para a reposição das espécies exploradas.

Tabela 58. Práticas Sustentáveis de Manejo dos Recursos Extrativistas Implementadas pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Proteção de áreas de extrativismo	31	37,8
Outras	27	32,9
Uso de técnicas de colheita que preservem as árvores	14	17,1
Replantio	10	12,2
Total	82*	100,0

*Valor inferior ao total de Entidades Extrativistas porque nem todas trealizam práticas sustentáveis de manejo dos recursos extrativistas.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Outras iniciativas, que correspondem a 32,9% (Tabela 58), abrangem uma variedade de ações voltadas para a sustentabilidade e a conservação dos ecossistemas. Entre elas, destacam-se a conscientização dos extrativistas sobre boas práticas agroecológicas, o respeito aos períodos de piracema e defeso, a preservação dos manguezais, a proteção da lagosta e a extração sustentável das palhas da carnaúba, minimizando impactos ambientais. Esses dados demonstram avanços na implementação de práticas de manejo responsável, mas também evidenciam a necessidade de maior suporte técnico, capacitação e incentivos governamentais para fortalecer a sustentabilidade no setor extrativista cearense. Visto que o extrativismo, desde que praticado em baixa densidade, e atrelado às chamadas boas práticas, podem garantir a manutenção desse recurso nas paisagens (Carvalhaes; Oliveira, 2018).

Os principais desafios ambientais enfrentados pelas Entidades Extrativistas no Ceará refletem a complexidade da gestão sustentável dos recursos naturais. As mudanças climáticas aparecem como a principal preocupação, sendo mencionadas por 23,8% das entidades, seguidas pelo desmatamento (16,3%) e pela sobrepesca (15,1%) (Tabela 59).

Tabela 59. Principais Desafios Ambientais Enfrentados pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Mudanças climáticas	41	23,8
Desmatamento	28	16,3
Sobrepesca	26	15,1
Degradação do solo	21	12,2
Poluição da água	21	12,2
Escassez de carnaúba	11	6,4
Outros	10	5,8
Pressão de uso da terra para outras culturas	7	4,1
Redução das áreas de palmeiras	7	4,1
Total	172*	100,0

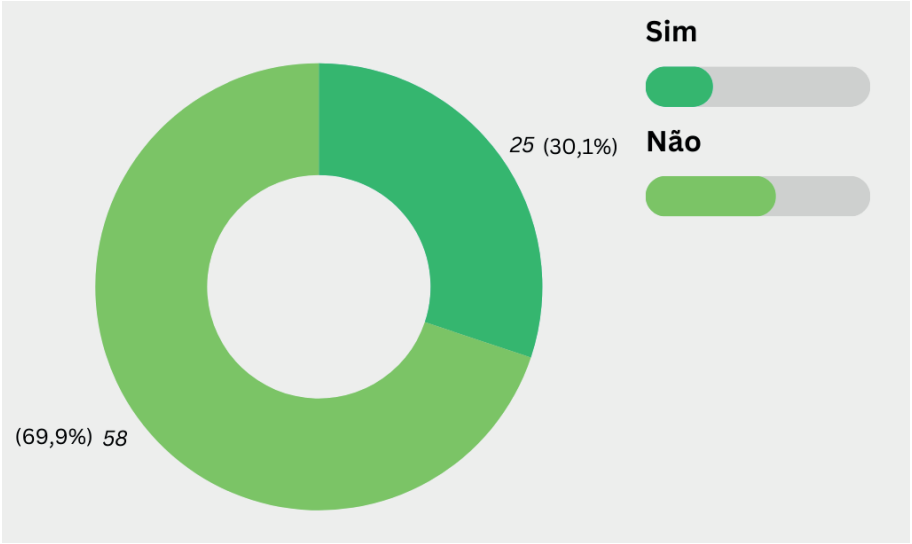
*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas porque as entidades indicaram mais de um desafio ambiental.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A degradação do solo e a poluição da água também figuram entre os desafios mais recorrentes, cada uma representando 12,2% das respostas (Tabela 59). Além disso, a escassez de carnaúba (6,4%), a redução das áreas de palmeiras (4,1%) e a pressão de uso da terra para outras culturas (4,1%) destacam-se como ameaças à sustentabilidade do extrativismo no estado. Diante disso, esses dados evidenciam a necessidade de políticas públicas mais eficazes para mitigar os impactos ambientais e fortalecer a resiliência das comunidades extrativistas cearenses.

Em torno de 30,1% das Entidades Extrativistas cearenses não participam de iniciativas voltadas para a conservação da biodiversidade (Figura 61). Esse dado revela um desafio para a implementação de práticas sustentáveis e a necessidade de ampliar o apoio técnico, financeiro e institucional para fortalecer a participação dessas entidades na preservação dos ecossistemas naturais.

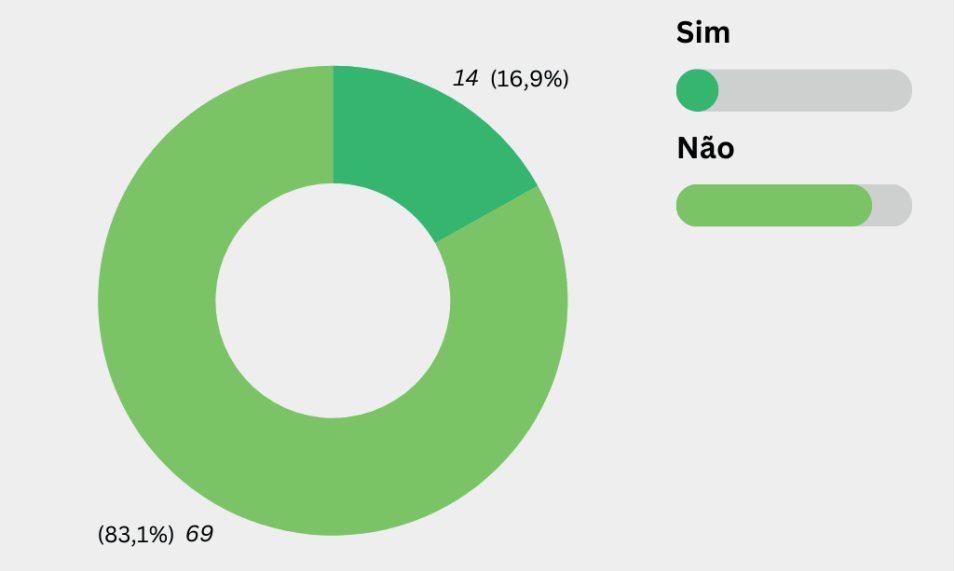
Figura 70. Participação das Entidades Extrativistas em Iniciativas de Conservação da Biodiversidade. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Quando questionados sobre a existência de acompanhamento técnico para a garantia de práticas sustentáveis de extrativismo, representantes de 69 Entidades Extrativistas informaram que não possuem nenhum acompanhamento técnico (Figura 71). Esse dado representa um entrave significativo para a adoção de práticas ambientalmente responsáveis, uma vez que a ausência de assistência técnica pode comprometer a eficiência do manejo sustentável, a produtividade e a conservação dos recursos naturais. Além disso, a falta de orientação pode impactar negativamente a geração de renda e a qualidade de vida das comunidades extrativistas, tornando essencial a implementação de políticas públicas que ampliem o acesso à capacitação e suporte técnico contínuo.

Figura 71. Existência de Acompanhamento Técnico para Garantir Práticas Sustentáveis de Extrativismo. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Quanto à distribuição das instituições que realizam acompanhamento técnico para promover práticas sustentáveis de extrativismo no estado, o total de 20 entidades analisadas foi dividido entre diversas macrocategorias. A maior proporção de apoio vem de Órgãos Governamentais, com 21,4% das instituições, refletindo a importância da atuação do setor público na promoção de práticas sustentáveis (Tabela 60).

Em segundo lugar, com 17,9% cada, estão as Organizações Não Governamentais (ONGs) e Fundações, bem como as Entidades do Setor Produtivo e Associações Comunitárias (Tabela 60). Isso sugere uma forte presença de organizações da sociedade civil e do setor privado na implementação de estratégias para o extrativismo sustentável.

Por outro lado, as Instituições de Apoio ao Desenvolvimento Econômico representadas por 3 entidades (10,7%), indicam o papel crescente de entidades voltadas ao desenvolvimento econômico regional (Tabela 60). Na sequência, têm-se as Instituições de Ensino e Pesquisa com um papel menor, com apenas 3,6%, o que pode refletir uma área com maior potencial de crescimento em termos de colaboração e impacto técnico.

Portanto, esses dados indicam um cenário de colaboração interinstitucional, com um equilíbrio entre diferentes tipos de organizações, embora haja uma clara predominância de apoio governamental e de entidades comunitárias e do setor privado.

Tabela 60. Tipos de Acompanhamento Técnico para Garantir Práticas Sustentáveis de Extrativismo pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Órgãos Governamentais	6	21,4
Entidades do Setor Produtivo e Associações Comunitárias	5	17,9
Organizações Não Governamentais (ONGs) e Fundações	5	17,9
Instituições de Apoio ao Desenvolvimento Econômico	3	10,7
Instituições de Ensino e Pesquisa	1	3,6
Total	20*	100,0

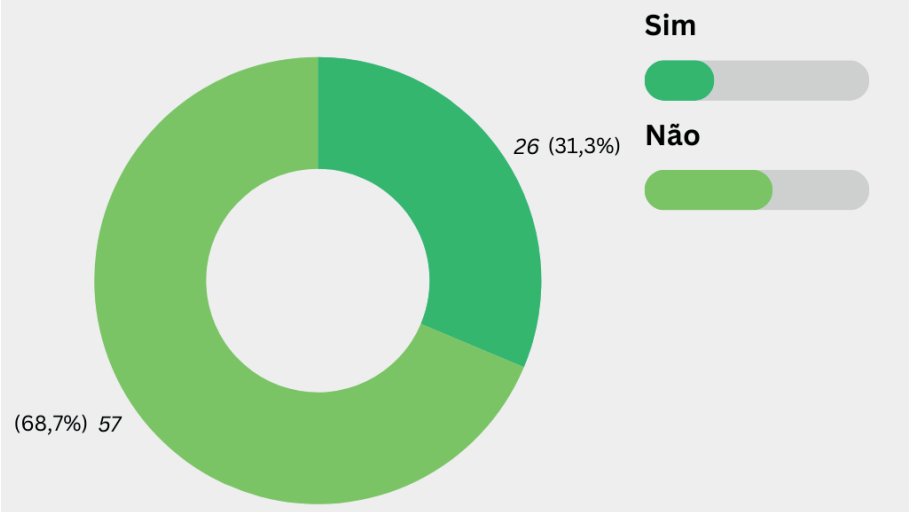
*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas que possuem acompanhamento técnico porque as entidades indicaram mais de um acompanhamento.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

No que se refere à adoção de práticas de manejo agroflorestal ou agroecológico pelas Entidades Extrativistas do Ceará, os dados indicam que apenas 26 entidades (31,3%) possuem registros dessas práticas (Figura 72). Esse número representa uma fração limitada do total de entidades extrativistas no estado, evidenciando que,

apesar da crescente conscientização sobre a importância da sustentabilidade, a implementação dessas técnicas ainda enfrenta desafios.

Figura 72. Adoção de Práticas Voltadas para o Manejo Agroflorestal ou Agroecológico pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.



Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

As práticas agroflorestais e agroecológicas são fundamentais para a preservação dos ecossistemas, a diversificação da produção e a melhoria da qualidade de vida das comunidades extrativistas. Observou-se fatores relacionados às práticas agrícolas e agroecológicas, práticas de sustento local, sustentabilidade e desenvolvimento, defesa e proteção ambiental, emprego e renda e sustentabilidade e desenvolvimento (Tabela 61).

A análise das práticas direcionadas ao manejo agroflorestal ou agroecológico pelas Entidades Extrativistas cearenses revelou que a maioria das iniciativas está direcionada para “Práticas Agrícolas e Agroecológicas”, representando 46,2% do total (Tabela 61). Isso demonstra um esforço significativo na adoção de técnicas sustentáveis na produção agrícola, como adubação orgânica, rotação de culturas e sistemas agroflorestais.

Além disso, “Práticas de Sustento Local” correspondem a 15,4%, seguidas por ações relacionadas à “Sustentabilidade e Desenvolvimento”, que aparecem com 11,5% das iniciativas. Esses dados indicam uma preocupação crescente com a segurança alimentar e o equilíbrio ambiental, aliando práticas sustentáveis ao crescimento econômico das comunidades extrativistas, a exemplo do plantio e replantio de árvores, rotação de cultura, agricultura orgânica e agroecologia.

As ações voltadas para “Defesa e Proteção Ambiental” representam 7,7% das práticas registradas (Tabela 61), apontando para iniciativas que buscam a conservação dos ecossistemas e a mitigação dos impactos ambientais do extrativismo, com o respeito ao período de defeso.

Tabela 61. Práticas Direcionadas ao Manejo Agroflorestal ou Agroecológico pelas Entidades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Práticas Agrícolas e Agroecológicas	12	46,2
Outros	4	7,7
Práticas de Sustento Local	3	15,4
Sustentabilidade e Desenvolvimento	3	11,5
Defesa e Proteção Ambiental	2	11,5
Emprego e Renda	1	3,8
Sustentabilidade e Desenvolvimento	1	3,8
Total	26*	100,0

*Valor referente à quantidade de Entidades Extrativistas que realizam práticas direcionadas ao manejo agroflorestal ou agroecológico

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Já as iniciativas relacionadas a “Emprego e Renda” e um segundo registro em “Sustentabilidade e Desenvolvimento” aparecem com 3,8% cada (Tabela 61), sugerindo que, embora existam algumas ações voltadas à geração de renda, elas ainda são pouco expressivas no contexto analisado.

Nesse sentido, os dados indicam que, apesar do avanço das práticas agrícolas sustentáveis, a adoção de estratégias que promovam o desenvolvimento econômico e a geração de renda ainda é limitada. O baixo percentual de iniciativas focadas exclusivamente na “Defesa e Proteção Ambiental” reforça a necessidade de incentivos para ações de conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Portanto, para ampliar a implementação dessas práticas, é fundamental fortalecer a assistência técnica especializada, incentivar políticas públicas que integrem sustentabilidade e segurança alimentar, estimular a articulação entre entidades extrativistas e instituições de pesquisa para difundir conhecimentos e tecnologias sustentáveis e expandir o apoio financeiro e logístico para fortalecer práticas que garantam a conservação ambiental aliada ao desenvolvimento econômico.

A análise da distribuição da importância das Entidades Extrativistas para o desenvolvimento sustentável agroecológico no Ceará revelou que a maioria das iniciativas está concentrada em “Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Produtiva”, representando 18,8% do total (Tabela 62). Esse dado destaca o papel central das entidades extrativistas na promoção de práticas que equilibram a produção e a preservação ambiental, contribuindo para um modelo de desenvolvimento sustentável.

Em seguida, aparecem Preservação e Conservação Ambiental e Alimentação Saudável e Qualidade de Vida, ambas com 17,2% (Tabela 62), evidenciando a preocupação das entidades extrativistas com a manutenção dos ecossistemas e a oferta de alimentos mais saudáveis para as comunidades locais. A Biodiversidade e Conservação de Espécies, com 14,1%, reforça a relevância das práticas de proteção da fauna e flora nativas, fundamentais para a sustentabilidade ambiental a longo prazo.

Tabela 62. Distribuição da Importância das Entidades Extrativistas para o Desenvolvimento Sustentável Agroecológico. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Produtiva	12	18,8
Alimentação Saudável e Qualidade de Vida	11	17,2
Preservação e Conservação Ambiental	11	17,2
Biodiversidade e Conservação de Espécies	9	14,1
Emprego e Geração de Renda	7	10,9
Cultura e Comunidade	7	10,9
Práticas Sustentáveis de Extração e Manejo	4	6,3
Educação e Conscientização Ambiental	3	4,7
Total	64*	100,0

*Valor inferior ao total de Entidades Extrativistas em razão de nem todos os representaes das entidades discorrem sobre a importância das entidades para o desenvolvimento sustentável agroecológico.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

As iniciativas voltadas para “Emprego e Geração de Renda” e “Cultura e Comunidade” representam 10,9% cada (Tabela 62), indicando que, além da conservação ambiental, as entidades extrativistas também desempenham um papel importante no fortalecimento econômico e social das comunidades, promovendo inclusão produtiva e preservação de saberes tradicionais. Já as “Práticas Sustentáveis de Extração e Manejo”, com 6,3%, demonstram que ainda há espaço para ampliar a adoção de técnicas que minimizem os impactos do extrativismo sobre os recursos naturais. Por fim, a “Educação e Conscientização Ambiental” aparece com 4,7%, sugerindo que o investimento em formação e sensibilização ainda precisa ser intensificado para garantir a continuidade das práticas sustentáveis.

Os dados evidenciam que as Entidades Extrativistas desempenham um papel multifuncional, atuando tanto na conservação ambiental quanto no fortalecimento socioeconômico das comunidades. No entanto, há desafios a serem superados, especialmente no que diz respeito à ampliação das práticas sustentáveis de extração e ao investimento em educação ambiental. Para garantir um impacto ainda maior, é essencial fortalecer políticas públicas que incentivem a adoção de métodos produtivos sustentáveis, ampliar o acesso a programas de capacitação e assistência técnica e promover iniciativas que integrem a sustentabilidade ambiental com o desenvolvimento econômico e social das comunidades extrativistas.

4.10 Desafios e Perspectivas

Nos últimos anos, as Entidades Extrativistas do Ceará têm enfrentado uma série de desafios significativos, que variam desde questões estruturais até dificuldades de mercado. O maior desafio identificado foi a falta de recursos financeiros, observada em 63 entidades, o que representa 19,3% do total (Tabela 63). Esse problema parece ser central para muitas das dificuldades enfrentadas, dificultando investimentos necessários para a melhoria e crescimento da entidade.

Outro desafio importante é a falta de conhecimento técnico, levantado em 45 entidades (13,8%) (Tabela 63). Isso sugere que a deficiência em habilidades e conhecimentos especializados pode impactar diretamente na capacidade da entidade de inovar e melhorar seus processos. Junto a isso, a falta de recursos tecnológicos, verificada em 46 entidades, destaca-se como outro obstáculo relevante. A ausência de tecnologia adequada pode limitar a produtividade e a competitividade da organização.

Além desses, a dificuldade de comercialização, citada por 45 representantes das entidades (13,8%) (Tabela 63), indica que o acesso ao mercado e as condições de venda dos produtos são questões que precisam ser melhoradas. A baixa produtividade, observada em 37 entidades (11,3%), é outro desafio significativo, sugerindo que os processos de produção precisam ser mais eficientes para atender à demanda.

Tabela 63. Principais Desafios Enfrentados pelas Entidades Extrativistas nos Últimos Anos. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Falta de recursos financeiros	63	19,3
Falta de recursos tecnológicos	46	14,1
Dificuldade de comercialização	45	13,8
Falta de conhecimento técnico	45	13,8
Baixa produtividade	37	11,3
Falta de acesso à matéria-prima	24	7,4
Baixa demanda pelos produtos	28	8,6
Redução dos estoques pesqueiros	26	8,0
Outros	12	3,7
Total	326*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão das entidades enfrentarem mais de um desafio.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

A baixa demanda pelos produtos (8,6%), aponta para a necessidade de ajustes nas estratégias de marketing ou na adaptação dos produtos ao mercado, de modo a aumentar seu apelo e atratividade (Tabela 63). A redução dos estoques pesqueiros, com 26 respostas (8,0%), destaca um problema específico relacionado ao setor pesqueiro, que pode ter impactos diretos na disponibilidade de matéria-prima para a produção. Por fim, verificou-se a falta de acesso à matéria-prima (7,4%) também como um problema.

Esses resultados indicam que as Entidades Extrativistas cearenses enfrentam uma combinação de dificuldades relacionadas à gestão financeira, falta de capacitação técnica e tecnológica, e questões de mercado, o que exige ações coordenadas e estratégias de longo prazo para superar esses desafios.

Quanto às oportunidades percebidas pelas Entidades Extrativistas para melhorar a produção e comercialização dos produtos extrativistas, a capacitação técnica aparece como a principal oportunidade, em torno de 64 entidades (24,1%) (Tabela 64), indicando que o aperfeiçoamento profissional e a qualificação da mão de obra são vistos como fatores-chave para o crescimento do setor.

Tabela 64. Oportunidades Identificadas pelas Entidades Extrativistas para Aperfeiçoar a Produção e Comercialização dos Produtos Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Capacitações técnicas	64	24,1
Acesso a novos mercados	58	21,8
Novas parcerias comerciais	54	20,3
Investimentos em tecnologias	43	16,2
Expansão para mercados externos	42	15,8
Outro	5	1,9
Total	266*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dessas apresentarem mais de uma oportunidade para aperfeiçoar a produção e comercialização dos produtos extrativistas.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

O acesso a novos mercados também se destaca, observado em 58 entidades (21,8%) (Tabela 64), demonstrando a necessidade de ampliar os canais de venda e encontrar novos consumidores. Além disso, a formação de novas parcerias comerciais, em torno de 54 entidades (20,3%), reforça a importância da cooperação entre diferentes atores do setor para fortalecer a comercialização e aumentar a competitividade dos produtos.

Outra oportunidade relevante foi a expansão para mercados externos, apontada por 42 respondentes (15,8%) (Tabela 64). Esse dado sugere que há um potencial para exportação ou ampliação da comercialização para outras regiões, o que poderia aumentar significativamente a renda dos produtores. Investimentos em tecnologias também são vistos como uma estratégia promissora, por volta de 43 entidades (16,2%), indicando que a modernização dos processos produtivos pode trazer ganhos de eficiência e qualidade.

Esses resultados mostram que as entidades reconhecem a importância de investir em capacitação, inovação tecnológica e expansão de mercado como estratégias fundamentais para fortalecer o setor extrativista no Ceará.

Na Tabela 65 estão as principais necessidades identificadas pelas Entidades extrativistas cearenses para aprimorar sua gestão e produção. Entre os desafios apontados, a capacitação técnica apareceu como a principal demanda, observada por 73 entidades, o que corresponde a 29,7% do total. Esse dado indica que há uma necessidade urgente de qualificação e aprimoramento das habilidades dos trabalhadores, visando melhorar a eficiência produtiva e a gestão dos negócios.

Tabela 65. Necessidades Identificadas pelas Entidades Extrativistas para Aperfeiçoar sua Gestão e Produção. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Capacitação Técnica	73	29,7
Acesso ao crédito	70	28,5
Novas parcerias estratégicas	55	22,4
Melhorias na logística	44	17,9
Outro	4	1,6
Total	246*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas de serem identificadas mais de uma necessidade pelas entidades.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Outra necessidade expressiva foi o acesso ao crédito, verificado em 70 entidades (28,5%) (Tabela 65). Isso sugere que muitas entidades enfrentam dificuldades financeiras para investir em infraestrutura, equipamentos e expansão de suas atividades. O fortalecimento de políticas públicas e programas de financiamento acessíveis poderia representar um avanço significativo nesse sentido.

As novas parcerias estratégicas foram mencionadas por 55 representantes das entidades (22,4%) (Tabela 65), evidenciando a importância do fortalecimento da rede de colaboração entre entidades, empresas e instituições governamentais para impulsionar a sustentabilidade do setor. Já as melhorias na logística, em torno de 44 entidades (17,9%), destacaram a necessidade de aprimoramento no transporte e distribuição dos produtos extrativistas, garantindo maior eficiência na cadeia produtiva

Esses resultados evidenciam que, para fortalecer a gestão e produção extrativista no Ceará, é fundamental investir em qualificação profissional, acesso a financiamento, parcerias estratégicas e infraestrutura logística, promovendo assim um desenvolvimento sustentável para o setor.

Dentre as metas e perspectivas das Entidades Extrativistas para os próximos 05 anos, a principal prioridade é a melhoria na infraestrutura, identificada em 66 entidades (26,7%), refletindo a necessidade de aprimorar as condições físicas e operacionais para aumentar a eficiência e a produção (Tabela 66). Isso sugere que a falta de infraestrutura adequada pode ser um obstáculo relevante ao crescimento do setor.

Tabela 66. Metas e Perspectivas das Entidades Extrativistas para os próximos 05 (cinco) anos. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Melhoria na infraestrutura	66	26,7
Melhoria na organização interna	57	23,1
Ampliação do mercado	50	20,2
Ampliação do número de membros	47	19,0
Aumento da produção	24	9,7
Outras	3	1,2
Total	247*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dessas apresentarem mais de uma meta e perspectiva para os próximos 5 anos.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Em seguida, a melhoria na organização interna surgiu como uma meta importante (23,1%) (Tabela 66). Isso demonstra que as entidades buscam aprimorar sua gestão e estrutura organizacional para se tornarem mais eficientes e competitivas. A ampliação do mercado, observada em 50 entidades (20,2%), também foi identificada uma das principais metas, evidenciando o desejo de expandir o alcance comercial dos produtos extrativistas, o que pode contribuir para o aumento da rentabilidade.

A ampliação do número de membros (47 entidades) sugere uma estratégia de crescimento e fortalecimento das entidades, através da inclusão de mais pessoas no processo produtivo, o que pode resultar em maior capacitação e diversificação das atividades (Tabela 66). O aumento da produção, levantado por 24 entidades (9,7%), também figura entre as metas, indicando que, embora seja uma preocupação, a produção por si só não é a principal prioridade em comparação com outras questões estruturais e organizacionais.

Esses resultados mostram que as entidades extrativistas estão focadas principalmente em melhorar suas capacidades internas, expandir seus mercados e fortalecer sua infraestrutura, o que indica uma visão estratégica de crescimento sustentável e maior competitividade para os próximos anos.

No que diz respeito aos impactos econômicos e sociais da criação das entidades para os extrativistas no Ceará, verificou-se que a formalização e a organização das entidades têm contribuído para a melhoria de diversos aspectos da vida dos extrativistas. O impacto mais significativo foi o acesso a políticas públicas, mencionado por 59 representantes (54,6%) das entidades (Tabela 67). Isso sugere que a criação das entidades tem facilitado o acesso dos extrativistas a programas e iniciativas governamentais, o que pode proporcionar mais suporte para suas atividades e garantir mais direitos e benefícios.

Nesse contexto, a capacitação promovida pelo Instituto Chico Mendes fortalece a organização e a autonomia das comunidades extrativistas, garantindo maior acesso a políticas públicas e aprimorando sua gestão. Com cursos voltados à legislação, territórios e direitos, a iniciativa contribui para que lideranças e agentes ambientais ampliem seu conhecimento e implementem estratégias mais eficazes em suas regiões. Essa formação reforça a importância da estruturação das entidades extrativistas, impulsionando seu crescimento sustentável e a valorização de suas atividades (ICMBio, 2025).

Tabela 67. Impactos Econômicos e Sociais da Criação das Entidades para os Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Acesso a políticas públicas	59	54,6
Acesso a conhecimento e capacitação	37	34,3
Melhoria na comercialização e venda dos produtos	30	27,8
Acesso a recursos e insumos	27	25,0
Acesso ao crédito e financiamento	18	16,7
Acesso a tecnologias	17	15,7
Outra	6	5,6
Total	108*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dessas apresentarem mais de um impacto econômico e social da criação das entidaes para os extrativistas.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Na sequência identificou-se o acesso a conhecimento e capacitação como um impacto importante, verificado em 37 entidades (34,3%) (Tabela 67), o que evidencia que as entidades têm contribuído para o desenvolvimento técnico dos extrativistas, possibilitando que eles aprimorem suas práticas produtivas.

A melhoria na comercialização e venda dos produtos foi apontada por 30 representantes das entidades (27,8%) (Tabela 67), destacando que as entidades têm facilitado o escoamento dos produtos extrativistas, possivelmente ampliando o mercado e melhorando as condições de venda. Além disso, aparece o acesso a recursos e insumos, com cerca de 27 entidades (25%), indicando que a associação proporcionou uma maior disponibilidade de materiais necessários para a produção, ajudando a reduzir custos e melhorar a eficiência.

Embora menos recorrente, o acesso ao crédito e financiamento (16,7%) e o acesso a tecnologias (15,7%) também foram mencionados como aspectos positivos (Tabela 67), indicando que as entidades ajudaram a melhorar a viabilidade financeira e tecnológica dos extrativistas.

Esses resultados revelam que a criação das entidades tem gerado impactos positivos significativos, especialmente no acesso a políticas públicas e no aprimoramento das condições de produção e comercialização, sendo um motor de desenvolvimento para os extrativistas no Ceará.

Entre as principais formas de atuação das instituições governamentais e não governamentais para melhorar e otimizar as atividades extrativistas no estado do Ceará, destacaram-se os programas de apoio e financiamento, em 78 entidades (26,2%), indicando a relevância de recursos financeiros para impulsionar o setor (Tabela 68). A assistência técnica e extensão rural, observada em 70 entidades (23,5%), também figura como uma estratégia essencial, refletindo a necessidade de capacitação contínua e orientação especializada para os extrativistas.

Tabela 68. Formas de Atuação das Instituições Governamentais e Não Governamentais na Melhoria e Otimização das Atividades Extrativistas. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Programas de apoio e financiamento	78	26,2
Assistência técnica e extensão rural	70	23,5
Infraestrutura e logística	57	19,1
Isenção de impostos	46	15,4
Investimento em pesquisas	44	14,8
Outra	3	1,0
Total	298*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dessas contarem com mais de uma forma de atuação das Instituições Governamentais e Não Governamentais na melhoria e otimização das atividades extrativistas.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

Outro ponto importante é a isenção de impostos, indicada por 46 representantes das Entidades Extrativistas (15,4%) (Tabela 68), que se revela uma medida eficaz para reduzir os custos operacionais, beneficiando diretamente as atividades extrativistas. O investimento em pesquisas, observados em 44 entidades (14,8%), reflete a busca por inovações e soluções sustentáveis, fundamentais para aumentar a competitividade e a eficiência do setor. Além disso, a infraestrutura e logística, mencionada por 57 representantes (19,1%), destaca a importância de melhorar as condições de transporte e armazenamento, facilitando o escoamento da produção e o acesso aos mercados. Esses resultados mostram que o apoio institucional se concentra em áreas-chave como financiamento, capacitação, pesquisa e infraestrutura, com o objetivo de fortalecer e promover a sustentabilidade das atividades extrativistas no Ceará.

Considerando tendências e inovações no setor agropecuário, as perspectivas de negócios das Entidades Extrativistas para os próximos anos, a maior parte das

entidades aponta para inovações em processamento e beneficiamento de produtos como uma prioridade, observada em cerca de 60 entidades, representando 30,6% do total (Tabela 69). Esse foco em inovação sugere que a melhoria nos processos produtivos é vista como uma estratégia decisiva para aumentar a competitividade e agregar valor aos produtos extrativistas.

Em seguida, com 56 respostas (28,6%), aparece a busca por acesso a novos mercados, indicando a necessidade de ampliar a rede de comercialização e alcançar novos consumidores (Tabela 69). A implantação de programas de qualidade e rastreabilidade dos produtos também surge como uma tendência relevante, com 21,4% (42 entidades), refletindo uma preocupação com a transparência e a confiança dos consumidores nos produtos.

Além disso, o uso de ferramentas tecnológicas de gestão foi citado por 19 entidades (9,7%) (Tabela 69), sugerindo que a modernização da administração das operações também é uma prioridade, embora em menor escala. O uso de ferramentas tecnológicas para comercialização, em 14 entidades (7,1%), e outras iniciativas, mencionadas por 5 entidades (2,6%), mostram que há uma crescente busca por soluções tecnológicas para otimizar as vendas e a gestão de negócios.

Essas perspectivas revelam que, para os próximos anos, as entidades extrativistas estão bastante focadas em inovação, expansão de mercados e melhoria dos processos, o que demonstra uma visão de adaptação e crescimento no setor, em sintonia com as demandas do mercado e as inovações tecnológicas.

Tabela 69. Perspectivas de Negócios das Entidades Extrativistas para os Próximos Anos, Considerando Tendências e Inovações no Setor Agropecuário. Estado do Ceará. 2025.

Macrocategorias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Inovações em processamento e beneficiamento de produto	60	30,6
Acesso a novos mercados	56	28,6
Implantação de programas de qualidade e rastreabilidade dos produtos	42	21,4
Uso de ferramentas tecnológicas de gestão	19	9,7
Uso de ferramentas tecnológicas para comercialização	14	7,1
Outra	5	2,6
Total	196*	100,0

*Valor superior ao total de Entidades Extrativistas em razão dessas apresentarem mais de uma perspectiva de negócio.

Fonte: Elaboração própria do Instituto Veredas da Cidadania (2025).

5 CONSIDERAÇÕES

O Documento Técnico Final do diagnóstico teve como objetivo geral a realização do diagnóstico de gestão e produção nas entidades com atividades extrativistas da carnaúba, do babaçu, do pequi e da pesca artesanal, abrangendo as 14 regiões de planejamento do Ceará, com 83 entidades participantes em 54 municípios, visando a elaboração de ações para o fortalecimento da agricultura familiar e de ampliação da geração de renda no campo.

Já os objetivos específicos do diagnóstico possuíam como finalidade identificar as entidades que desenvolvem atividades extrativistas da carnaúba, do babaçu, do pequi e da pesca artesanal pesca artesanal nas 14 regiões cearenses; reconhecer o processo de gestão organizacional; levantar os tipos de orientações técnicas e/ou capacitações recebidas, as necessidades de outros serviços para fomento; compreender a dinâmica das atividades produtivas e os processos de comercialização dos produtos; sistematizar informações sobre o funcionamento dos sistemas de produção e sobre as entidades existentes em localidades participantes dos simpósios realizados nos anos de 2023 e 2024 nas 14 regiões; mapear desafios e oportunidades, e identificar práticas de manejo sustentável. Também se visou o desenvolvimento de um software para análise de dados e a criação de um sistema de *Business Intelligence* (BI).

A análise da pesquisa possibilitou a identificação das principais potencialidades e desafios dessas cadeias produtivas, destacando fatores que influenciam tanto a sustentabilidade quanto o desenvolvimento econômico dessas atividades. A análise da gestão e produção das atividades extrativistas no Estado do Ceará evidencia o papel cada vez mais relevante das Entidades Extrativistas na promoção do desenvolvimento sustentável e agroecológico.

No caso do babaçu, destaca-se o manejo sustentável como um fator essencial para a extração seletiva sem prejuízo às árvores. Além disso, a produção de óleo e subprodutos impulsiona a economia local, gerando emprego e renda, especialmente para as quebradeiras de coco, fortalecendo sua identidade cultural. O crescente interesse por políticas de preservação também favorece a regulamentação da atividade. No entanto, persistem desafios como mudanças climáticas, falta de apoio técnico e pressão sobre a terra, reduzindo áreas de coleta. Além disso, a falta de infraestrutura e a desvalorização dos produtos dificultam a organização do mercado.

No que diz respeito à carnaúba, destaca-se o seu elevado potencial devido à alta demanda por cera no mercado nacional e internacional. O uso sustentável das folhas permite a extração sem comprometer a regeneração da espécie, enquanto a geração de emprego mobiliza trabalhadores rurais. Iniciativas como o replantio e a preservação dos ecossistemas garantem a manutenção da biodiversidade e a sustentabilidade da atividade. Contudo, há desafios expressivos, como a escassez de carnaúba devido à redução das áreas naturais e o desmatamento, que dificultam o controle da extração

e favorecem o mercado informal. Além disso, a pressão sobre os trabalhadores e a baixa adoção de práticas agroecológicas refletem a necessidade de maior incentivo para o manejo sustentável.

Quanto ao pequi, um fruto de grande relevância cultural e gastronômica, amplamente valorizado e comercializado, suas práticas de manejo sustentável contribuem para a preservação das árvores, enquanto a comercialização gera renda para a população local. Ações de conservação, como o replantio e a proteção de áreas de coleta, são fundamentais para a manutenção da atividade. Além disso, observa-se um empoderamento comunitário crescente, com a participação ativa de extrativistas na proteção ambiental. Entre os desafios, destacam-se a falta de assistência técnica adequada, a baixa participação em iniciativas de conservação e as dificuldades na comercialização do fruto devido à estrutura de mercado pouco desenvolvida. Além disso, a redução das áreas naturais de pequi compromete a continuidade da atividade.

Por fim, a pesca artesanal possui papel essencial na segurança alimentar das comunidades costeiras, sendo fonte fundamental de proteína. Além disso, permite a preservação de tradições por meio da transmissão de conhecimento entre gerações. A adoção de medidas de conservação, como o respeito aos períodos de defeso, e a atuação das associações comunitárias podem fortalecer a gestão dos recursos pesqueiros. O uso de técnicas sustentáveis também minimiza os impactos ambientais. No entanto, a sobrepesca e a poluição da água ameaçam os estoques pesqueiros, enquanto a falta de infraestrutura compromete o armazenamento e o transporte do pescado. O baixo acesso a crédito impede investimentos necessários para modernizar as atividades e melhorar as condições de trabalho, impactando a sustentabilidade e competitividade do setor. Além disso, as mudanças climáticas alteram as condições de pesca, representando um desafio adicional para a atividade.

Diante desse cenário, a análise das potencialidades e desafios reforça a necessidade de ampliar políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis, fortaleçam o acesso a mercados e promovam o desenvolvimento dessas cadeias produtivas. A implementação de assistência técnica, investimentos em infraestrutura e estratégias de valorização dos produtos extrativistas são fundamentais para garantir a sustentabilidade econômica e ambiental das comunidades envolvidas nessas atividades.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, G. V. de. **Novo Código Florestal Brasileiro**: Ilustrado e de fácil entendimento. 1 ed. Vitória: Ed. do Autor, 2015.

ALMEIDA, J. O papel do extrativismo na economia sustentável do Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 123-135, 2015.

ALMEIDA, S. P.; SILVA, J. A. **Pequi e buriti**: importância alimentar para a população dos Cerrados. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1994. 38 p.

ALVES, M. O; COÊLHO, J. D. Extrativismo da carnaúba: o desafio de estimar os resultados econômicos. *In:* CONGRESSO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. **Anais** [...] Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Disponível em: http://www.sober.org.br/palestra/9/756. Acesso em: 07 ago. 2024.

ALVES, M. O.; COÊLHO, J. D. O extrativismo da carnaúba no Nordeste. Cap. 1. *In*: Tecnologias de convivência com o Semiárido brasileiro. p. 1089 – 1138. 2019.

AMARAL NETO, R. “Lei Sarney de Terras”: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30, 2019, Recife. **Anais** […] Recife: ANPUH-Brasil. p. 1-16, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564957352_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf. Acesso em: 03 out. 2024.

ANDES. **Relatório Final do 21º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional**. *In*: 21º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, 2002, Rio Grande (RS). 332 p. 2002. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/relatorios/page:8. Acesso em: 13 mar. 2025.

ANTUNES, E. C.; ZUPPA, T. O.; ANTONIOSI FILHO, N. R.; CASTRO, S. S. Utilização do pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.) como espécie recuperadora de ambientes degradados no cerrado e fornecedora de matéria prima para a produção de biodiesel. *In*: CONGRESSO DA REDE BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DO BIODIESEL, 1, 2006, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene, p.103-107, 2006. Disponível em: www.biodiesel.gov.br/docs/congressso2006/agricultura/UtilizacaoPequi.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

ARQQUE, R. G. C.; FERREIRA, J. C. DE S.; FIGUEIREDO, R. S. A importância nutricional da merenda escolar para a comunidade. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, e111101421852, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21852/19394. Acesso em: 15 mar. 2025. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21852.

ASSOCIAÇÃO CAATINGA. Conheça o projeto que fortalecerá uma comunidade extrativista da carnaúba. 2023a. Disponível em: https://www.acaatinga.org.br/conheca-o-projeto-que-fortalecera-uma-comunidade-extrativista-da-carnauba/?utm. Acesso em: 01 mar. 2025.

ASSOCIAÇÃO CAATINGA. Programa Carnaúba Sustentável: Fortalecendo a cadeia produtiva da Carnaúba. 2025. Disponível em: https://www.acaatinga.org.br/projetos/programa-carnauba-sustentavel-fortalecendo-a-cadeia-produtiva-da-carnauba/?utm. Acesso em: 01 mar. 2025.

ASSOCIAÇÃO CAATINGA. Relatório das Atividades 2023. 57 p. 2023b. Disponível em: https://www.acaatinga.org.br/wp-content/uploads/Associacao_caatinga_Relatorio-de-atividades_2023.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

AZEVEDO, J. R. DE; SILVA, M. M. R. DA; OLIVEIRA, I. R. DE; SOUSA, V. DOS S.; SOUSA, W. R. DOS S. **Diagnóstico dos Sistemas de Produção Agroextrativista da Comunidade Quilombola Barro Vermelho e da Reserva Extrativista Chapada Limpa, Chapadinha-MA.** James Ribeiro de Azevedo... [et al]. São Luís: EDUFMA, 2020. 100 p.

BALZON, D. R.; SILVA, J. C. G. L.; SANTOS, A. J. Aspectos mercadológicos de produtos flo_x005F_xfffe_restais não madeireiros: análise retrospectiva. **Floresta**, v. 34, n. 3, 2004. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/2422. Acesso em: 25 fev. 2025. DOI: https://doi.org/10.5380/rf.v34i3.2422.

BARBOSA, F. **Edital Mulheres Rurais tem como objetivo fortalecer os trabalhos desenvolvidos pela mulher do campo. Brasil de Fato**. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/10/01/edital-mulheres-rurais-tem-como-objetivo-fortalecer-os-trabalhos-desenvolvidos-pela-mulher-do-campo/. Acesso em: 01 mar. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W. **Análise de conteúdo clássica**: uma revisão. *In*: Bauer, M. W.; CORRÊA, R. L. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.

BEZERRA, J. **Extrativismo no Brasil**. 2019. Toda Matéria. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/extrativismo-no-brasil/ Acesso em: 20 jan. 2025.

BOTERO, J. B.; LOURENÇO, R. C. G., RODRIGUES-FILHO, C. A. S.; RAMOS, T. P. A.; PINTO, L. M. E GARCEZ, D. S. 2021. Lista de Peixes Continentais do Ceará. Fortaleza: Secretaria do Meio Ambiente do Ceará. Disponível em: https://www.sema.ce.gov.br/fauna-do-ceara/peixes/. Acesso em: 15 mar. 2025.

BOUND, K. Brazil: The Natural Knowledge-economy. London. Demos Institute. 2008. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009696/Brazil_NKE_web_4675.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.626, de 2 de agosto de 2023. **Institui o Programa Povos da Pesca Artesanal.** Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11626.htm. Acesso em: 04 out. 2024.

BRASIL. Instrução Normativa IBAMA nº 15 de 19 de julho de 2013. **Estabelece a classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos de liberação sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=277996. Acesso em: 04 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 16.820, de 08 de janeiro de 2019. **Dispõe sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.adagri.ce.gov.br/legislacao-vegetal-estadual/. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASILEIRO, R. S. Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino: da degradação à conservação. **Scientia Plena**, v. 5, n. 5, 2009. Disponível em: http://observatorio.faculdadeguanambi.edu.br/wp-content/uploads/2015/04/Brasileiro-2009.pdf Acesso em: 23 jan. 2025.

BRAZ, F. R. O. **Estratégias de comunicação na comercialização de produtos da agricultura familiar e do extrativismo em Campos Belos**. 2022. 70 f. Dissertação (Mestrado em Inovação em Comunicação e Economia Criativa) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2022.

CÂMARA SETORIAL DA CARNAÚBA. **A carnaúba**: preservação e sustentabilidade. Fortaleza: Câmara Setorial da Carnaúba. 36 p. 2009. Disponível em: https://www.adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2012/10/cartilha_carnauba.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

CARRAZZA, L. R.; SILVA, M. L. da; ÁVILA, J. C. C. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2012.

CARVALHAES, M. A.; OLIVEIRA, R. E. Práticas agroextrativistas, dinâmica social e conhecimento científico: Base para boas práticas de manejo da palmeira babaçu. *In*: BUSTAMANTE, P. G.; BARBIERI, R. L.; SANTILLI, J. (eds.). **Conservação e uso da agrobiodiversidade**: Relatos de experiências locais. Brasília: EMBRAPA, 2017, p. 165-188.

CARVALHO, I. S. H. de. **Políticas Públicas para o extrativismo sustentável no Cerrado**. 2005. Disponível em: http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vi_en/arti_x005F_xfffe_gos/mesa2/politicas_publicas_extrativismo_sust_cerrado.pdf. Acesso em: 04 dez. 2024.

CASELLI, R. de T. R.; RIBEIRO, R. D. de V.; LOPES, J. B.; ALMEIDA NETO, J. R. de. Extrativismo, sustentabilidade e inclusão social das Quebradeiras de Babaçu no Meio Norte do Piauí. **Paper do NAEA**, Bélem, v. 1, n. 1, p. 1 - 16. 2018.

CASEMIRO, M. B.; GONDIM, J. H. A.; ROCHA, C. DA S.; ALBUQUERQUE, J. L. M.; VASCONCELOS, F. P.; MATOS, F. De O. Problemas da Pesca Artesanal Marinha na Taíba e Pecém - São Gonçalo do Amarante-CE. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA & IV ELAAGFA - ENCONTRO LUSO-AFRO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA E AMBIENTE; 20, 2024, João Pessoa. **Anais**: […]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. p. 1 - 8, 2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/118048. Acesso em: 15 mar. 2025.

CASTRO E SILVA, S. M. M. de. **Caracterização da pesca artesanal na costa do estado do Ceará, Brasil**. 2004. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CASTRO E SILVA, S. M. M.; IVO, C. T. C.; VERANI, J. R. Ictiofauna capturada pela frota artesanal na costa do estado do Ceará. **Boletim Técnico Cientíco CEPENE**, Tamandaré, v. 14, n. 2, p. 87-101, 2006. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/

cepene/images/stories/publicacoes/btc/vol14b/ART10-V14b.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

CASTRO JÚNIOR, J. L. **Educação popular, educação do campo e multiterritorialidades do Movimento dos Trabalhores Rurais Sem Terra**: estudo do Assentamento Unidos de Santa Bárbara – Sítios Novos – Caucaia-Ceará. 2005. 354 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos da realização econômica. *In*: CAVALCANTI, Clovis (org). **Desenvolvimento e natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 1998.

CEARÁ 2050. **Diagnóstico Consolidado Desenvolvimento do Ceará, entre 1987 – 2018.** Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/07/1.6-Diagn%C3%B3stico-Consolidado.pdf?. Acesso em: 01 mar. 2025.

CEARÁ. **Compras**: Agricultura familiar – destaques da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar do estado. 2025. Disponível em: https://www.portalcompras.ce.gov.br/compras/agricultura-familiar/. Acesso em: 15 mar. 2025.

CEARÁ. Decreto Nº 27.413, de 30 de março de 2004. **Estabelece a Política Estadual do Meio Ambiente**. Fortaleza: Governador do Estado do Ceará. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-27413-2004-ce_276905.html. Acesso em: 03 out. 2024.

CEARÁ. Decreto Nº 32.552 de 22 de março de 2018. **Institui o Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado**. Fortaleza: Governador do Estado do Ceará. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/03/DEC-32.552_2018-Remune%C3%A7%C3%A3o-de-secret%C3%A1rios-e-outros.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.

CEARÁ. Decreto Nº 36.036, de 2024. Lei Nº 17.533, de 22 de junho de 2021. **Dispõe sobre a regularização dos territórios de povos e comunidades tradicionais no estado do Ceará**. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ce/decreto-n-36036-2024-ceara-regulamenta-a-lei-no-17-533-de-22-de-junho-de-2021-para-dispor-sobre-a-regularizacao-dos-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais-no-estado-do-ceara. Acesso em: 19 fev. 2025.

CEARÁ. Lei Nº 13.897/2007, de 21 de junho de 2007. **Altera dispositivos da Lei N.º 13.878, de 23 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a revitalização do Brasão e da Bandeira do Estado do Ceará**. Fortaleza: Governador do Estado do Ceará. Disponível em: https://www.bing.com/search?q=Lei+N%C2%BA+13.897%2F2007+CARNA%C3%9ABA&qs=n&form=QBRE&sp=-1&ghc=1&lq=0&pq=lei+n%C2%BA+13.897%2F2007+carna%C3%BA&sc=10-25&sk=&cvid=CD409-B923B6F4436AFB30442B3FEC726&ghsh=0&ghacc=0&ghpl=. Acesso em: 03 out. 2024.

CEARÁ. Lei Nº 17.603, de 3 de agosto de 2021. **Institui a política de fortalecimento da renda e do trabalho da pesca artesanal no Estado do Ceará**. Fortaleza: Governador do Estado do Ceará. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17603-2021-ceara-institui-a-politica-de-fortalecimento-da-renda-e-do-

trabalho-da-pesca-artesanal-no-estado-do-ceara. Acesso em: 04 out. 2024.

CETRA. **Projetos**: Rede em Ação 1. Disponível em: https://cetra.org.br/projetos/. Acesso em: 15 mar. 2025.

CHAVES, A. R. S.; CASTRO, R. R. A.; MENEZES, A. A busca pela ascensão feminina do PDS Virola Jatobá, Anapu-PA. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1- 15, 2018.

COCATO, G. P. Pós-extrativismo e decrescimento: formas depensar a superação do capitalismo. **Revista Geografia em Atos (Online)**, v.6, p.1-7. 2022. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/8698/6754. Acesso em: 08 ago. 2024. DOI: https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.8698

COÊLHO, J. D.; ALVES, M. O. O ambiente institucional e organizacional do extrativismo da carnaúba. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL – SOBER, 45, 2007, Londrina. **Anais** […]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 1 - 15, 2007. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/785/1/2007_ART_Coelho.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

CORRÊA, M. S. A política da pilhagem. **O Liberal**, Belém, p. 2, 2005. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/politica-da-pilhagem. Acesso em: 25 out. 2024.

D'ALVA, O. A. **O Extrativismo da Carnaúba no Ceará**. 2004. 186 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2004.

DEPREZ, M. da C. M. R. **O passado e o presente na construção socioambiental da reserva extrativista do Batoque, Aquiraz, Ceará**. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Do coco babaçu tudo se aproveita**. 2007. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/do-coco-babacu-tudo-se-aproveita-1.313146?utm. Acesso em: 23 fev. 2025.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Número de Reservas Extrativistas no Ceará ainda é diminuto**. 2019. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/numero-de-reservas-extrativistas-no-ceara-ainda-e-diminuto-1.2192489?utm. Acesso em: 01 mar. 2025.

DICICCO-BLOOM, B.; CRABTREE, B. F. The qualitative research interview. **Medical Education**, v. 40, n. 4, p. 314-321, 2006.

EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará. **Ematerce fortalece Crédito Rural em 2024 visando o desenvolvimento sustentável rural**. 2024. Disponível em: https://www.ematerce.ce.gov.br/2024/12/09/ematerce-fortalece-credito-rural-em-2024-visando-o-desenvolvimento-sustentavel-rural/. Acesso em: 15 mar. 2025.

FEENY, D.; BERKES, F.; McCAY, B. J.; ACHESON, J. M. The Tragedy of the Commons: Twenty-two years later. **Human Ecology**, v. 16, p. 1 - 19. 1990. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/BF00889070. Acesso em: 12 mar. 2025. https://doi.org/10.1007/BF00889070.

FLORIÔ SEMIÁRIDO. Extrativismo: Conservação ambiental e biodiversidade. **Boletim Informativo do Projeto Paulo Freire,** Fortaleza, agosto de 202, ano 4. 2022. Disponível em: https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2018/10/Florio-Extrativismo.pdf?utm. Acesso em: 01 mar. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 245 p.

FROSSARD, A. C. P. **Uma contribuição ao estudo dos métodos de custeio tradicionais e do método de custeio baseado em atividades (ABC) quanto à sua aplicação numa empresa pesqueira cearense para fins de evidenciação de resultado**. 2003. 220 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FRUTAS NATIVAS DA AMAZÔNIA. **Palmeira Pequi:** fruteira de inúmeras utilidades. 2013. Disponível em: https://frutasnativasdaamazonia.blogspot.com/2013/01/palmeirababacu-fruteira-de-inumeras.html. Acesso em: 07 agosto 2024.

GASTRONOMIA SOCIAL. **Da floresta à mesa: farinha de coco babaçu valoriza ofícios e saberes**. 2023. Disponível em: https://gastronomiasocial.org.br/da-floresta-a-mesa-farinha-de-coco-babacu-valoriza-oficios-e-saberes/. Acesso em 15 mar. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Aracaju, n. 5, v. 1, 2004. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/500/50050107.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

GOMES, J. A. F.; LEITE, E. R.; CAVALCANTE, A. C. R.; CÂNDIDO, M. J. D.; LEMPP, B.; BOMMFIM, M. A. D.; ROGÉRIO, M. C. P. Resíduo agroindustrial da carnaúba como fonte de volumoso para a terminação de ovinos. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 44, n 1, p. 58-67. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pab/a/xkJSjp46QXWVq5sBcXdqX8j/?lang=pt. Acesso em: 08 agosto 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-204X2009000100009.

GONÇALVES, C. **Um retrato das desigualdades brasileiras**: 10 anos de desafios e perspectivas. São Paulo: OXFAM Brasil. 67 p. 2024.

GONÇALVES, D. **Extrativistas comemoram resultados do Projeto Castanhal**. 2011. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/63116520/extrativistas-comemoram-resultados-do-projeto-castanhal. Acesso em: 01 mar. 2025.

HENRIQUE, M. A. **A importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa**. 2008. 77 p. Monografia (Especialização em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria) – Universidade de Taubaté, São Paulo, 2008.

HERRMANN, I.; NASSAR, A. M.; MARINO, M. K. M.; NUNES, R. Coordenação no SAG do babaçu: exploração racional possível? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS AGROALIMENTARES, 2001, Ribeirão Preto. **Anais** [...]. Ribeirão Preto: FEA; São Paulo: USP, 2001. p. 1-13. Disponível em: https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4865/Hermann_Nassar_Marino_Nunes_2001.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo na Amazônia**: limites e oportunidades. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1993.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica. **PEVS:** Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. 2023a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2023_v38_notas_tecnicas.pdf Acesso em: 23 fevereiro 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica. **SIDRA**: Quantidade produzida na extração vegetal (toneladas). 2023b. Disponível em: fevereiro 2025.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Servidores recebem capacitação sobre acesso a políticas públicas para Povos e Comunidades Tradicionais**. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/servidores-recebem-capacitacao-sobre-acesso-a-politicas-publicas-para-povos-e-comunidades-tradicionais. Acesso em: 15 mar. 2025.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Reservas Extrativistas Acaú-Goiana, Batoque, Lagoa do Jequiá.** 2021. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/populacoes-tradicionais/producao-e-uso-sustentavel/uso-sustentavel-em-ucs/reservas-extrativistas-acau-goiana-batoque-lagoa-do-jequia/reservas-extrativistas-acau-goiana-batoque-lagoa-do-jequia. Acesso em: 15 mar. 2025.

IDACE. **Prainha do Canto Verde recebe papel da terra após décadas de luta**. 2024. Disponível em: https://www.idace.ce.gov.br/2024/03/27/prainha-do-canto-verde-recebe-papel-da-terra-apos-decadas-de-luta/?utm.com. Acesso em: 19 fev. 2025.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica no Ceará. **Extração vegetal**. 2024. Disponível em: http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/. Acesso em: 30 out. 2024.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica no Ceará. 2025. **Perfil Regional**. http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-regional.xhtml. Acesso em 01 fev. 2025.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica no Ceará. **As regiões de planejamento do estado do Ceará**. Textos para discussão. N° 111, nov. 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_111.pdf. Acesso em: 01 fev. 2025.

ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza. **Uma das mais promissoras cadeias produtivas da sociobiodiversidade também é uma das mais ameaçadas**: o Babaçu. 2023. Disponível em: https://ispn.org.br/uma-das-mais-promissoras-cadeias-produtivas-da-sociobiodiversidade-tambem-e-uma-das-mais-ameacadas-o-babacu/#:~:text=O%20in%C3%ADcio%20da%20queda%20na,encontrados%20apenas%2015.491%2C%20em%202017. Acesso em: 07 agosto 2024.

IVC – Instituto Veredas da Cidadania. **A cultura extrativista da carnaúba**. Fortaleza: Instituto Agropolos, 2024c. 59 p.

IVC – Instituto Veredas da Cidadania. **A cultura extrativista do babaçu**. Fortaleza: Instituto Agropolos, 2024b. 60 p.

IVC – Instituto Veredas da Cidadania. **A cultura extrativista do pequi**. Fortaleza: Instituto Agropolos, 2024d. 48 p.

IVC – Instituto Veredas da Cidadania. **Mapeamento dos Bancos e Casas de Sementes Crioulas no Estado do Ceará**. Fortaleza: Instituto Agropolos, 2024a. 166 p.

KRUCKEN, L. **Design e território**: valorização de identidades e produtos locais. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

LIMA, B. F. **Vida e trabalho**: um estudo sobre mulheres extrativistas de mangaba na Ilha do Marajó, Estado do Pará. Belém: UFPA, 2017. 134 p.

LIMA, J. R. O.; DA SILVA, R. B.; DA SILVA, C. C. M.; DOS SANTOS, L. S. S.; DOS SANTOS, J.R.; MOURA, E. M.; DE MOURA, C. V. R. Biodiesel de babaçu (*Orbignya* sp.) obtido por via etanólica. **Química Nova**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 600-603, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-40422007000300019.

LIMA, K. K. P. S.; OLIVEIRA, V. P. V. de. Indicadores de recursos hídricos e seca, no auxílio à gestão pública ambiental no estado do Ceará. *In*: ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, 15, 2019, Fortaleza. **Anais** […], Fortaleza: IPECE, p. 1-11, 2019. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/12/ENCONTRO_ECONOMIA_CEARA_EM_DEBATE_2019.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um Programa de Pós-graduação em Educação. **Revista Percurso**, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012.

MARIANTE, A. DA S.; SAMPAIO, M. J. A.; INGLIS, M; C; V. 2008. **Informe nacional sobre a situação dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura do Brasil**. Brasília-DF: 139 p.

MATOS, C. L. da S.; LOPES, M. C. de A.; CARNEIRO, E. S.; SILVA, A. C. da. A importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar. **Cadernos Macambira,** v. 7, n.º especial, 2022. p. 15. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366632676_A_IMPORTANCIA_DA_GESTAO_DE_CUSTOS_PARA_AS_COOPERATIVAS_DA_AGRICULTURA_FAMILIAR_THE_IMPORTANCE_OF_COST_MANAGEMENT_FOR_FAMILY_FARMING_COOPERATIVES. Acesso em: 18 dez. 2024.

MAY, P. H. **A modern tragedy of the non-commons: agro-industry change and equity in Brazil's babassu palm zone**. New York, Cornell University, 1986. p. 432 (Latin American Studies Program, 91).

MEIRA, M. O Tempo dos Patrões: extrativismo, comerciantes e história indígena no Noroeste da Amazônia. *In*: LÉNA, P.; GEFFRAY, C; ARAÚJO, R. (Org.). **L'Oppression paternaliste au Brésil.** 1 ed. Paris: Karthala, 1996, p. 173-187. Disponível em: https://www.bing.com/

MEMORIAL DA CARNAÚBA. **História. 2018.** Disponível em: http://memorial.juaruana.ifce.edu.br/carnauba.html. Acesso em: 07 ago. 2024.

ESQUITA, J. L. **Reserva Extrativista do Batoque no litoral do Ceará**. 2015. Disponível em: https://marsemfim.com.br/reserva-extrativista-do-batoque-no-litoral-do-ceara/. Acesso em: 19 fev. 2025.

MIRANDA, K.; AMARAL, W. R.; AMARAL NETO, M. A.; SOUSA, R. P.; COELHO, R. de F. Mulheres e o planejamento do manejo florestal comunitário e familiar na Reserva Extrativista Verde para Sempre. **Cadernos de Agroecologia,** Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, v. 13, n. 1, 2018 Disponível em: www./junior_edimar,+483-Texto+do+resumo-488-1-2-20180715.pdf. Acesso em: 01 mar. 2025.

MONTEIRO, B. L.; SANTOS, C. C. dos. Extrativismo do pequi em comunidades do Crato na Flona Araripe/CE. **Cadernos de Agroecologia** , v. 13, n. 2, p. 1 - 9, 2018.

MOTA, D. M.; SANTOS, J. V. Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações extrativistas em Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. **Acta Scien_x005F_xfffe_tiarum. Humanand Social Sciences**, Maringá, v. 30, n 2, pp. 173-180, 2008.

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura **Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira.** Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira. Acesso em: 24 mar. 2025.

MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (Ed.). **Reservas extrativistas.** Cambridge: IUCN, 1995.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. *In*: BURSZTYN, M. (Org). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 85-105.

NASCIMENTO, G. V.; SILVA, G. M.; COSTA, P. R. S. Ecologia política da carnaúba no Ceará. **Caderno de Estudos Geoambientais – CADEGEO**, Niterói, v. 10-11, n. 1, p. 26-39, 2020. Disponível em: http://www.cadegeo.uff.br/index.php/cadegeo/article/view/80/56. Acesso em: 06 agosto 2024.

NEVES, G. C.; SEBASTIANI, R.; OLIVEIRA, R. E. de. Mulheres agricultoras e agroextrativistas e seu papel na conservação da biodiversidade e na promoção da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia** – Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia. v. 16, n. 1, 2021.

OLIVEIRA, J. F.; NOVAES, J. L. C.; SEGUNDO, A. L. N. M.; PERETTI, D. Caracterização da pesca e percepção de pescadores artesanais em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Nordeste brasileiro. **Revista Natureza** (on line). v. 14, n. 1, p. 048-054, 2016.

OLIVEIRA, W. L. de. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do pequi.** Eds.: OLIVEIRA, W. L.; SCARIOT, A. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010. 84 p.

PASQUALOTTO, N. KAUFMANN. M. P. WIZNIEWSKY, J. G. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Santa Maria: UAB/NTE/UFSM, 2019.

PEREIRA, C. E. G. **Narrativas cartográficas sobre o agroextrativismo do babaçu em Arajara, Barbalha (CE).** 176 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2019.

PORRO, R. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, jan.-abr. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. 274 p.

QUEIROZ, P. A. S. de; FONSECA, L. C. da. Saberes tradicionais da pesca: um estudo sobre o caso na Comunidade Pesqueira de Nova Aparecida – Icaraí de Minas-MG. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 9, Goiânia. **Anais** […]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, p. 1 - 19, 2023.
RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Série

Temas, Volume 29 – Geografia e política. São Paulo: Editora Ática. pp. 7-143. 1993.

REIS, I. **Empreendedorismo**: A importância da contabilidade. 2013. Disponível em: https://www.implantandomarketing.com/empreendedorismo-importancia-contabilidade/. Acesso em: 10 nov. 2024.

RICHARDSON, R.J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. 2012. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. São Paulo, Atlas. 407 p.

ROCHA, A. L. C; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. *In*: Pinto, C. R. J; Guazzelli, C. A. B. **Ciências humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre; Editora da Universidade, 2008.

RODRIGUES, A.; RODRIGUES, R. 2019. **Mais de 14 mil famílias se declaram como 'povos tradicionais' no Ceará; saiba como vivem extrativistas no Araripe**. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/11/24/mais-de-14-mil-familias-se-declaram-como-povos-tradicionais-no-ceara-saiba-como-vivem-extrativistas-no-araripe.ghtml Acesso em: 22 jan. 2025.

RODRIGUES, R. **Projeto com pescadores artesanais do Ceará é considerado um dos mais inovadores do Brasil**. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/08/19/projeto-com-pescadores-artesanais-do-ceara-e-considerado-um-dos-mais-inovadores-do-brasil.ghtml. Acesso em: 09 outubro 2024.

SACHS, I. Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas. Los casos de India y Brasil. **Pensamiento Iberoamericano,** n. 46, 1990. p. 235-256.

SAES, M. S. M. Organizações e instituições. *In*: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, cap. 8, p. 165-186. 2000.

SANTOS, R. T.; LIMA, R. S. Práticas produtivas e conservação ambiental no extrativismo: um estudo de caso. **Journal of Environmental Management**, v. 45, n. 3, p. 213-227. 2019.

SANTOS, S. S.; CARVALHO, R. B. F. de; SOUSA E SILVA, F. M. de; LIMA, S. da S.; NUNES, L. C. C. Babaçu: explorando suas características e potencialidades. *In*: CARVALHO, R. B. F. de; SILVA, G. C. S.; SOUSA E SILVA, F. N. de. **Biotecnologia e Farmacologia:** Abordagens Interdisciplinares na Terapêutica com Recursos Naturais. São Paulo: Atena Editora, 2023. p. 97-116.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SILVA JUNIOR, J. F. Gestão coletiva de bem comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 2, p. 273 - 292. 2009.

SDA – Secretária do Desenvolvimento Agrário. **Extrativismo**. Floriô Semiárido. Boletim Informativo do Projeto Paulo Freire Fortaleza. 2022. Disponível em: https://www.bing.com/ck/a?!&&p=cc3733ddd084e737bd7a1feddfe5e15d2c33d64262cbbeca3276f68c305891aeJmltdHM9MTczNzkzNjAwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=3a4abe69-bf5d-6ebf-15e6-jAxOC8xMC9GbG9yaW8tRXh0cmF0aXZpc21vLTEucGRm&ntb=1. Acesso em: 27 jan. 2025.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Extrativismo sustentável**: celeiro de bons negócios. 2023. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/extrativismo-sustentavel-celeiro-de-bons-negocios,6f8922251c7b6810VgnVCM1000001b00320aRCRD Acesso em: 24 jan. 2025.

SECRETARIA NACIONAL PARA A JUVENTUDE. J**uventude e Desenvolvimento**: O papel da juventude no desenvolvimento das nações. 2010. Disponível em: https://www.secretariageral.gov.br/. Acesso em: 01 mar. 2025.

SENS, M. A. **Gestão de Custos**. Indaial: UNIASSELVI, 2011. 281 p. ISBN 978-85-7830-417-1.

SHIRAISHI NETO, J. Quebradeiras de coco: “Babaçu Livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 147-166, Janeiro/Abril de 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v14i28.920.

SILVA, A. P. da. **Pesca artesanal brasileira**. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos/Silva, A. P. da – Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014. 32 p. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa Pesca e Aquicultura)

SILVA, C. 2023. **Líder na produção extrativista, Ceará movimenta R$ 269 mi**. Disponível em: https://oestadoce.com.br/economia/lider-na-producao-extrativista-ceara-movimenta-r-269-mi/. Acesso em: 02 mar. 2025.

SILVA, C. V. da; MIGUEL, L. de A. Extrativismo e Abordagem Sistêmica. Novos **Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, p. 189-217, dez. 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v17i2.1580. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1580/2362. Acesso em: 06 agosto 2024.

SILVA, R. A.; TORRES, M. B. R. Sustentabilidade e educação ambiental na agricultura familiar: o caso de uma cooperativa no semiárido potiguar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, p. 300 - 313, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347738885_Sustentabilidade_e_educacao_ambiental_na_agricultura_familiar_o_caso_de_uma_cooperativa_no_semiarido_

potiguar. Acesso em: 20 nov. 2024. DOI: 10.5380/dma.v55i0.73169. e-ISSN 2176-9109

SOARES, K. R.; FERREIRA, E. E. da S.; SEABRA JÚNIOR, S.; NEVES, S. M. A. da. Extrativismo e Produção de Alimentos como Estratégia de Reprodução de Agricultores Familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 56, n. 4, p. 645-662, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/hKDnz3qkx6T4ycFLWkxzQYj/. Acesso em: 10 mar. 2025. https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560406.

SOUSA, R. F. de; SILVA, R. A. R.; ROCHA, T. G. F.; SANTANA, J. A. da S. S.; VIEIRA, F. de A. Etnoecologia e etnobotânica da palmeira carnaúba no semiárido brasileiro. **CERNE**, Lavras, v. 21, n. 4, p. 587-594, 2015. DOI: 10.1590/01047760201521041764. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cerne/a/Q96fD8SXcqYRNRGPFTmYjzy/abstract/?lang=pt. Acesso em: 07 agosto 2024.

SOUSA, V. da C. O. de. **Histórias de vida e construção das identidades de três mulheres quebradeiras de coco babaçu de Codó-MA**: dona Francisca, dona Delma e dona Edelania. 2022. 61 f. Monografia (Graduação em Ciências Humanas: História) – Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2022.

SOUZA, L. F.; SANTOS, P. M.; ALMEIDA, M. F. **O extrativismo no Ceará: impactos e perspectivas**. Fortaleza: Ceará Editora, 2018.

TAVARES, G. de O. **Territorialidades e identidades quilombolas em questão na chapada do Araripe – Cariri, Ceará**. 2020. 253 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

TICKTIN, T. The ecological implications of harvesting non-timber forest products. **Journal of Applied Ecology**, v. 41, p. 11 - 21, 2004. Disponível em: https://besjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2664.2004.00859.x. Acesso em: 29 out. 2024.

WADT, L. H. O.; KAINER, K. A.; GOMES-SILVA, D. A. P. Population structure and nut yield of a Bertholletia excelsa stand in Southwestern Amazonia. **Forest**

Ecology and Management, Amsterdam, v. 211, n. 1, p. 371-384. 2005.

XAVIER, L.G.; FREITAS, J.E.P.; CHARVET, P.; FARIA, V.V. **Lista de Peixes Marinhos do Ceará**. 2021. Fortaleza: Secretaria do Meio Ambiente do Ceará. Disponível em: https://www.sema.ce.gov.br/fauna-do-ceara/peixes/. Acessado em: 15 mar. 2025.

XAVIER, T.; GORAYEB, A.; BRANNSTROM, C. Energia Eólica Offshore e Pesca Artesanal: impactos e desafios na costa oeste do Ceará, Brasil. In: MUEHE, D.; LINS-DE-BARROS, F. M.; PINHEIRO, L. (orgs.) **Geografia Marinha**: oceanos e costas na perspectiva de geógrafos. Rio de Janeiro: PGGM, 2020. p. 608-630.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTAL DE PESvQUISA

Diagnóstico de Gestão e Produção em Entidades com Atividades Extrativistas nas 14 Regiões do Estado do Ceará

1 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES COM ATIVIDADES DE EXTRATIVISMO				
Nome da Entidade:		CNPJ:	Nº Identificador:	
Como se identifica:	Associação ( ) Colônia ( ) Cooperativa ( ) Grupo Informal ( ) Outro (especificar) ( ):			
Tipo(s) de Extrativismo(s):	Babaçu ( ) Carnaúba ( ) Pequi ( ) Pesca Artesanal ( )			
Município:	Distrito:	Localidade:		
Endereço:	Número:	Complemento:	CEP:	
Coordenadas UTM:		Telefone: ( )		
Site:		E-mail:		
Nº de sócios da Entidade:	Data da Fundação da Entidade Extrativista:	Situação: ( ) Ativa ( ) Inativa Desde quando está inativa (mês/ano):		
A Entidade foi criada por qual iniciativa?	( ) Individual ( ) Coletiva ( ) Órgãos governamentais ( ) Sindicato dos Trabalhadores Rurais ( ) Entidades Não Governamentais ( ) Outra (especificar):			
A Entidade possui veículo próprio?	( ) Sim ( ) Não			
A Entidade possui assessoria contábil e jurídica?	( ) Sim ( ) Não			
Se Sim, de que forma?	**( )** Paga ( ) Gratuita			
Qual o valor da taxa paga pelos sócios?	**R$**			
Qual a periodicidade das reuniões e assembleias?	( ) Semanal ( ) Quinzenal ( ) Mensal ( ) Bimestral ( ) Semestral ( ) Outra (especificar):			

Existe a contratação de mão de obra remunerada?	( ) Sim ( ) Não

1.1 – DADOS PESSOAIS DO (A) PRESIDENTE (A)			
Nome:		Apelido:	Sexo:
Data de nascimento:	Naturalidade	Nacionalidade:	
CPF:	Escolaridade:	Reside no imóvel: ( )Sim ( )Não	
Endereço:	Número:	Com-ple-men-to:	CEP:
Data do início do mandato:		Data do término do mandato:	

2 – GESTÃO E GOVERNANÇA	
Comissão de Gestão	
Nome:	CPF:
Função:	Contato: ( )
Nome:	CPF:
Função:	Contato: ( )
Nome:	CPF:
Função:	Contato: ( )

Como são tomadas as decisões na Entidade Extrativista?	( ) Assembleias gerais ( ) Conselho administrativo ( ) Liderança centralizada ( ) Outros (especificar):
A Entidade possui planejamento estratégico ou plano de gestão?	( ) Sim ( ) Não
Os membros da Entidade recebem capacitação em gestão, organização e liderança?	( ) Sim. **Qual?** ( ) Não
Existem parcerias com ONGs, governo ou empresas para fortalecer a gestão e produção da Entidade?	( ) Sim. **Quais?** ( ) Não

Quais são as principais fontes de financiamento da Entidade?	( ) Contribuição dos membros ( ) Financiamento público ( ) Parcerias privadas ( ) Outras (especificar):
Como é feita a divisão de tarefas e responsabilidades entre os membros da Entidade?	( ) Rotativa ( ) Divisão por áreas (produção, administração, comercialização) ( ) Outras (especificar):
Existem políticas de inclusão social (participação de mulheres, jovens, minorias) dentro da Entidade?	( ) Sim. **Qual?** ( ) Não
Participa de ou integra alguma rede ou coletivo específico da sua atividade extrativista?	( ) Sim. **Qual?** ( ) Não

3 – TIPO DE COMUNIDADE				
Assentado em Assentamento Estadual (IDACE)			Pescador Artesanal	
Assentado em Assentamento Federal (INCRA)			Comunidade Cigana	
Outro tipo de Assentamento			Comunidade Indígena	
Comunidade Rural			Comunidade Quilombola	
Comunidade Urbana			Povos de Terreiro	
Comunidade Ribeirinha			Outra (especificar):	

3.1 – CARACTERIZAÇÃO POPULACIONAL DA COMUNIDADE DA ENTIDADE EXTRATIVISTA			
Quantos associados compõem a Entidade Extrativista?			
	Jovens	Adultos	Idosos
Faixa Etária:	> de 18 anos 18 – 29 anos _____	30 – 39 anos _____ 40 – 49 anos _____ 50 – 59 anos _____	< 60 anos _____

Sexo/ Gênero:	*Homem CIS*		*Mulher CIS*		*Homem Trans*		*Mulher Trans*	
	Intersexual		Assexual		Lésbica		Bissexual	
	Gay		Transexual e Travesti		Queer (Nem mulher nem homem)		Outra (s) Orientação (ões)	

3 – TIPO DE COMUNIDADE					
Assentado em Assentamento Estadual (IDACE)			Pescador Artesanal		
Assentado em Assentamento Federal (INCRA)			Comunidade Cigana		
Outro tipo de Assentamento			Comunidade Indígena		
Comunidade Rural			Comunidade Quilombola		
Comunidade Urbana			Povos de Terreiro		
Comunidade Ribeirinha			Outra (especificar):		

Se outra orientação, especifique:							
Raça/Cor:	Preta		Branca		Amarela		
	Parda		Indígena		Não deseja declarar		

Pessoa com Deficiência (PcD)?	( ) Sim ( ) Não	Tipo de deficiência:	
A entidade possui adaptações de acessibilidade para PcDs, quais?	( ) Sim. **Quais?** ( ) Não		
Qual a finalidade da Entidade Extrativista?			
Existem normas (estatuto) de funcionamento da Entidade Extrativista a serem seguidas?	( ) Sim ( ) Não		
Em caso afirmativo, especificar:			
Quanto à gestão da Entidade, como é feita a escolha do núcleo gestor?			

3.2 – INFRAESTRUTURA FÍSICA DA ENTIDADE							
Área: m²	Quantidade de cômodos:						
Possui auditório?						( ) Sim	( ) Não
Possui acesso à internet?						( ) Sim	( ) Não
Possui internet fixa?						( ) Sim	( ) Não
A construção da Entidade Extrativista foi realizada pelos próprios associados?						( ) Sim	( ) Não
Em caso negativo, especificar:							
Sede:	Própria		Alugada		Cedida		Outro (especificar):

3.3 – ENERGIA ELÉTRICA		
O imóvel possui energia elétrica?	( ) Sim	( ) Não
Em caso afirmativo, qual o tipo?	(Cód.)	

Possui transformador de energia?	( ) Sim ( ) Não
Possui gerador de energia?	( ) Sim ( ) Não

Código:	1 - MRT	2 - Monofásica	3 - Trifásica	4 - Gerador	5- Eólica	6 - Solar	7 - Outros

3.4 – RECURSOS HÍDRICOS								
Identifique e quantifique as fontes de recursos hídricos existentes no imóvel/comunidade:								
1- Açude/Barragem			2- Poço profundo			3 - Cacimbão		
4 - Cisterna			5 - Chafariz			6 - Ligações domiciliares		
7 - Lagoa			8 - Rio Perene			9 - Olho d'água		
10 - Outros:								
Qual a capa cidade dos Recursos Hídricos?								
Volume armazenado (m³):			Volume potencial (m³):					
Espelho d´água:								

3.5 – SAÚDE	
Qual a distância para o posto de saúde e hospital mais próximo?	Posto de Saúde m Hospital m
A comunidade é atendida por agentes de saúde?	( ) Sim ( ) Não
Em caso afirmativo, qual a periodicidade das visitas do agente de saúde?	(Cód.)
Já houve algum caso de suicídio na comunidade?	( ) Sim ( ) Não
Se Sim, quantos?	

Código Saúde:	1 - Semanal	2 - Quinzenal	3 - Mensal	4 - Bimestral	5- Trimestral
	6 - Eventual	7 - Durante as campanhas de vacinação		8 – Outros:	

3.6 – EDUCAÇÃO		
DESCRIÇÃO	METROS	TIPO DE ESCOLA (Cód.)
Qual a distância da Entidade Extrativista para a creche mais próxima?		
Qual a distância da Entidade para a escola de Ensino fundamental mais próximo?		
Qual a distância da Entidade para a escola de Ensino Médio mais próximo?		
Qual a distância da Entidade para a Universidade ou Instituto Federal mais próximo?		

Código Tipo de Escola:	1 - Não se aplica	2 - Educação tradicional	3 - Educação Indígena	4 - Educação Quilombola
	5- Educação do Campo	6 - Família agrícola	7 - Escola das águas	8 - Universidade, Instituto Federal

Existem crianças no imóvel com mais de 6 anos fora da escola?	( ) Sim ( ) Não
Em caso afirmativo, quantas?	Crianças
Os alunos recebem merenda escolar durante o período letivo?	( ) Sim ( ) Não
Em caso afirmativo, quantas vezes por semana?	vezes
Na merenda escolar tem pescado?*	( ) Sim ( ) Não
Em caso afirmativo, quantas vezes por semana?	vezes

*Direcionada para as Entidades Extrativistas com Pesca Artesanal.

Existem pessoas na Entidade que participam de manifestações artísticas ou culturais?			( ) Sim ( ) Não	
Em caso afirmativo, identifique o tipo de manifestação e o número de pessoas do grupo:				
Teatro		Dança folclórica	Trovadores/repentistas	
Culinária		Música	Literatura de cordel	
Outros		Mestres(as) da cultura		
Faça algum comentário:				

4 – ATIVIDADE PRODUTIVA	
Quais são os produtos extrativistas vinculados aos associados das Entidades Agrícolas e não Agrícolas?	
Existe alguma reserva extrativista comunitária na Entidade?	( ) Sim ( ) Não
A Entidade ou algum de seus membros estão cadastrados no Sistema Estadual de Cadastro de Agricultores Familiares, Empreendedores Individuais e Empreendimentos Representativos (SECAF)?	( ) Sim ( ) Não
Qual a forma de armazenamento dos produtos extrativistas? Especifique.	

4.1 – ASPECTOS DE PRODUÇÃO		
Quais os principais produtos derivados que são comercializados pela Entidade Extrativista?	( ) Carvão vegetal ( ) Cera de carnaúba ( ) Farinha de mesocarpo ( ) Folhas ( ) Fruto *in natura* ( ) Licor ou geleias ( ) Óleo de babaçu ( ) Óleo de pequi ( ) Polpa ( ) Tronco ( ) Sabonetes/cosméticos ( ) Outros (especificar):	
Qual o volume médio de produção mensal/ anual?		
Como é feita a extração e o manejo dos produtos?	( ) Manual ( ) Mecanizado ( ) Misto ( ) Outro método (especificar):	
A Entidade possui equipamentos/ferramentas ou maquinários para o beneficiamento e o processamento dos produtos?	( ) Sim. **Quais?** ( ) Não	
Quais as principais dificuldades enfrentadas nas atividades extrativistas?	( ) Acesso à matéria-prima ( ) Logística e transporte ( ) Equipamentos inadequados ( ) Falta de mão de obra qualificada ( ) Escassez de recursos pesqueiros ( ) Falta de infraestrutura e tecnologia ( ) Acesso limitado a crédito e falta de políticas públicas ( ) Outras (especificar):	

Quais os principais potenciais para as atividades extrativistas?	( ) Geração de emprego e renda ( ) Produção sustentável ( ) Diversificação de produtos ( ) Turismo sustentável ( ) Preservação cultural ( ) Outros (especificar):
Quais as principais alternativas de solução para as atividades extrativistas?	( ) Capacitação e assistência técnica ( ) Diversificação de atividades e fontes de renda ( ) Inovação tecnológica ( ) Incentivos governamentais e políticas públicas ( ) Outras (especificar):

4.2 – SOBRE A PESCA ARTESANAL	
Quais são os tipos de pesca?	( ) Pesca Litorânea ( ) Pesca Estuarina ( ) Pesca Continental
Quais as principais espécies de peixes e mariscos capturados?	( ) Peixes. **Quais?** ( ) Mariscos ( ) Camarões ( ) Outros (especificar):
Quais os métodos de pesca utilizados pela Entidade?	( ) Rede de arrasto ( ) Pesca com linha ( ) Pesca com anzol ( ) Outros métodos tradicionais (especificar):
A Entidade utiliza embarcações próprias ou compartilha com outras comunidades?	( ) Próprias ( ) Compartilhadas
Quais os tipos de embarcações utilizadas?	( ) Canoas tradicionais ( ) Barcos a motor ( ) Outras (especificar):

Quais os principais destinos gastronômicos da produção de pesca artesanal na região?	( ) Mercado gastronômico ( ) Restaurante ( ) Feiras ( ) Eventos culturais
Existe alguma atividade turística relacionada ao extrativismo?	( ) Sim. **Qual?** ( ) Não
Existem períodos de defeso que impactam a pesca na comunidade?	( ) Sim. **Quais?** ( ) Não
Quais são os principais desafios enfrentados na pesca artesanal?	( ) Armazenamento e transporte ( ) Condições climáticas ( ) Equipamentos inadequados ( ) Escassez de peixes ( ) Infraestrutura ( ) Outros (especificar):

4.3 – DADOS DE PRODUÇÃO POR MÊS (SAZONALIDADE)												
Produto	kg/Mês											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Babaçu												
Carnaúba												
Pequi												
Pesca Artesanal												

Produto	Preço/kg											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Babaçu												
Carnaúba												
Pequi												
Pesca Artesanal												

4.3.1 Qual o volume da produção extrativista e os principais canais de comercialização?						
Produto	Unid.	Produção (kg)	Identifique os 03 (três) principais compradores (Cód.)			Local de Venda

Código Tipos de Compradores:	1 - Bodegueiro	2 - Armazenista	3 - Feirante	4 - Corretor	5 - Cooperativa	6 - Prefeitura
	7 - Consumidor	8 - Agroindústria	9 - CEASA	10 - PNAE	11 - PAA	12 - Outros

5 – COMERCIALIZAÇÃO E FINANCIAMENTO	
Quais são os principais mercados de venda dos produtos derivados?	( ) Local ( ) Regional ( ) Nacional ( ) Exportação
Quais os canais de venda utilizados?	( ) Feiras locais ( ) Vendas diretas ao consumidor ( ) Vendas para atravessadores ( ) Parcerias com empresas ( ) Comércio eletrônico ( ) Supermercados ( ) Outros (especificar):
A Entidade enfrenta dificuldades para acessar novos mercados?	( ) Sim. **Quais?** ( ) Não
Como é feita a precificação dos produtos derivados?	( ) Custo de produção ( ) Demanda de mercado ( ) Decisão interna ( ) Negociação coletiva ( ) Outros (especificar):
A Entidade possui acesso a linhas de crédito ou financiamento para apoiar as atividades de extrativismo?	( ) Sim. **Quais?** ( ) Não
Quais são as dificuldades enfrentadas no acesso ao crédito ou financiamento?	( ) Falta de garantias ( ) Falta de conhecimento sobre linhas de crédito ( ) Outras (especificar):
A Entidade enfrenta dificuldades no acesso a financiamentos e recursos?	( ) Sim. **Quais?** ( ) Não
A Entidade possui dificuldade na gestão de seus recursos financeiros e humanos?	( ) Sim. **Qual?** ( ) Não

6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL		
A Entidade/Comunidade recebe orientação profissional?	Sim ( ) Não ( )	
Em caso afirmativo informe se ela é:	Pública ( ) Privada ( )	
Identifique a empresa responsável, há quanto tempo recebem assistência e a frequência atual das visitas:		
Órgão/Entidade/Responsável (Cód.)	Tempo (Cód.)	Frequência

Código Órgão:	1 - Técnico da SDA	2 - Ematerce	3 - Flor do Piqui	4 - MT	5 - Cocepat	6 - Cactus
	7 - Universidade	8 - Senar	9 - Centec	10 - CCA	11 - Copasat	12 - Cetra
	13 - Cequirce	14 - Copice	15 - Agropolos	16 - Sebrae	17 - Téc. Autônomo	18 - Adagri
	19 - Instituto Veredas da Cidadania		20 - Outros (especificar):			

Código Tempo:	1 - Menos de 06 meses	2 - De 06 meses a 01 ano	3 - De 01 a 02 anos	4 - De 02 a 05 anos	5 - Mais de 05 anos

*Considerar os produtos agrícolas e não agrícolas.

6.1 - TIPOS DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E/OU CAPACITAÇÕES RECEBIDAS					
Algum membro da Entidade Extrativista participou de algum curso e/ou orientação técnica?	( ) Sim ( ) Não				
Em caso afirmativo informe o tipo de orientação e/ou capacitação recebida, o nome da Entidade e ou técnico que promoveu o evento, a metodologia utilizada, a carga horária e de quem partiu a iniciativa do evento:					
Tipo de orientação/ capacitação	Tipo: 1- Orientação 2-Capacitação	Órgão/ Entidade/ Empresa (Cód.)	Metodologia utilizada (Cód.)	Carga horária (h)	Iniciativa (Cód.)

6.1 - TIPOS DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E/OU CAPACITAÇÕES RECEBIDAS	
Algum membro da Entidade Extrativista participou de algum curso e/ou orientação técnica?	( ) Sim ( ) Não

Em caso afirmativo informe o tipo de orientação e/ou capacitação recebida, o nome da Entidade e ou técnico que promoveu o evento, a metodologia utilizada, a carga horária e de quem partiu a iniciativa do evento:

Tipo de orientação/ capacitação	Tipo: 1- Orientação 2-Capacitação	Órgão/ Entidade/ Empresa (Cód.)	Metodologia utilizada (Cód.)	Carga horária (h)	Iniciativa (Cód.)

Código Órgão:	1 - Técnico da SDA	2 - Ematerce	3 - Flor do Piqui	4 - MT	5 - Cocepat	6 - Cactus
	7 - Universidade	8 - Senar	9 - Centec	10 - CCA	11 - Copa-sat	12 - Cetra
	13 - Cequirce	14 - Copice	15 - Agropolos	16 - Sebrae	17 - Téc. Autônomo	18 - Adagri
	19 - Instituto Veredas da Cidadania	20 - Outros (especificar):				

Código Metodologia utilizada:	1 - Reunião em Grupo	2 - Visita Técnica	3 - Demonstrações Técnicas	4 - Intercâmbio	5 - Palestra
	6 - Excursão	7 - Dia de campo	8 - Oficina	9 - Outros	

Código Iniciativa:	1 - Iniciativa do Grupo	2 - Iniciativa do Técnico	3 - Ofertado	4 - Demandado
	5 - Desejado	6 - Outros		

6.2 – NECESSIDADES DE OUTROS SERVIÇOS PARA FOMENTO		
1. Assistência Técnica	( ) Sim ( ) Não	
Especificar:		
2. Capacitação	( ) Sim ( ) Não	
Especificar:		
3. Crédito	( ) Sim ( ) Não	
Especificar:		
4. Comércio	( ) Sim ( ) Não	

Especificar:		
5. Outras (especificar):		

7 – ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS		
A Entidade realiza atividades de educação ambiental ou conscientização entre os membros e a comunidade?	( ) Sim. **Quais?** ( ) Não	
Existem práticas sustentáveis ou programas de preservação dos recursos extrativistas implementadas pela Entidade?	( ) Sim ( ) Não	
Quais são as práticas sustentáveis de manejo dos recursos extrativistas implementadas pela Entidade?	( ) Replantio ( ) Proteção de áreas de extrativismo ( ) Uso de técnicas de colheita que preservem as árvores ( ) Outras (especificar):	
Quais são os principais desafios ambientais enfrentados pela Entidade?	( ) Degradação do solo ( ) Desmatamento ( ) Escassez de carnaúba ( ) Mudanças climáticas ( ) Redução das áreas de palmeiras ( ) Poluição da água ( ) Sobrepesca ( ) Pressão de uso da terra para outras culturas ( ) Outros. Especificar:	
A Entidade participa de iniciativas de conservação da biodiversidade?	( ) Sim. **Quais?** ( ) Não	
Há algum acompanhamento técnico para garantir práticas sustentáveis de extrativismo?	( ) Sim ( ) Não	
Quem fornece o apoio técnico?		
Há alguma prática voltada para o manejo agroflorestal ou agroecológico?		

Qual a importância das Entidades Extrativistas para o Desenvolvimento Sustentável Agroecológico?	
8 – DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Quais são os principais desafios enfrentados pela Entidade nos últimos anos?	( ) Falta de acesso à matéria-prima ( ) Baixa demanda pelos produtos ( ) Baixa produtividade ( ) Falta de recursos financeiros ( ) Falta de conhecimento técnico ( ) Falta de recursos tecnológicos ( ) Dificuldade de comercialização ( ) Redução dos estoques pesqueiros ( ) Outros (especificar):
Quais são as oportunidades percebidas pela associação para melhorar a produção e comercialização dos produtos extrativistas?	( ) Acesso a novos mercados ( ) Capacitações técnicas ( ) Expansão para mercados externos ( ) Investimentos em tecnologias ( ) Novas parcerias comerciais ( ) Outro (especificar):
O que a Entidade acredita que precisa para melhorar sua gestão e produção?	( ) Acesso ao crédito ( ) Capacitação Técnica ( ) Melhorias na logística ( ) Novas parcerias estratégicas ( ) Outro (especificar):
Quais são as metas e perspectivas da Entidade para os próximos 05 (cinco) anos?	( ) Aumento da produção ( ) Ampliação do mercado ( ) Ampliação do número de membros ( ) Melhoria na infraestrutura ( ) Melhoria na organização interna ( ) Outras (especificar):

De que forma, a criação da Entidade mudou a situação econômica e social dos extrativistas?	( ) Acesso a recursos e insumos ( ) Acesso a políticas públicas ( ) Acesso ao crédito e financiamento ( ) Melhoria na comercialização e venda dos produtos ( ) Acesso a conhecimento e capacitação ( ) Acesso a tecnologias ( ) Outra (especificar):
Como as instituições governamentais e não governamentais podem atuar na melhoria e otimização das atividades extrativistas no Ceará?	( ) Programas de apoio e financiamento ( ) Isenção de impostos ( ) Assistência técnica e extensão rural ( ) Investimento em pesquisas ( ) Infraestrutura e logística ( ) Outra (especificar):
Considerando tendências e inovações no setor agropecuário, quais as perspectivas de negócios da Entidade para os próximos anos?	( ) Uso de ferramentas tecnológicas de gestão ( ) Uso de ferramentas tecnológicas para comercialização ( ) Inovações em processamento e beneficiamento de produto ( ) Implantação de programas de qualidade e rastreabilidade dos produtos ( ) Acesso a novos mercados ( ) Outra (especificar):

9 – CONSIDERAÇÕES DO (A) PROFISSIONAL SOBRE A ENTIDADE	**CÓDIGO**
Nível de organização dos beneficiários	
Capacidade gerencial	
Capacidade produtiva	

Código:	1 - Excelente	2 - Bom	3 - Regular	4 - Ruim	5 - Péssimo
10 – REGISTRO/SÍNTESE SOBRE A ENTIDADE EXTRATIVISTA (RESUMO)					

Código:	1 - Excelente	2 - Bom	3 - Regular	4 - Ruim	5 - Péssimo

11 – DADOS DO RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO	
Nome do aplicador	CPF
Data:	Telefone:
Tempo de realização da pesquisa:	h min

_____

Assinatura do Representante da Entidade

ANEXO

LISTA DE ASSINATURAS PARA DEMAIS PARTICIPANTES DA ENTIDADE EXTRATIVISTA QUE PARTICIPARAM DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	
○ 1	
○ 2	
○ 3	
○ 4	
○ 5	
○ 6	
○ 7	
○ 8	
○ 9	
○ 10	
○ 11	
○ 12	
○ 13	
○ 14	
○ 15	

APÊNDICE B – BASE DE DADOS DAS ENTIDADES

Lista Final das 83 entidades extrativistas participantes do "Diagnóstico de Gestão e Produção em Entidades com Atividades Extrativistas nas 14 Regiões do Estado do Ceará"

N° Or.[1]	Nº Id.[2]	CNPJ Entidade	Nome da Entidade	Região	Município
1	144	41340191000118	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RURAIS DO SÍTIO MACAÚBA BARBALHA	Cariri	Barbalha
2	4	8531714000138	ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR	Cariri	Crato
3	2	40585933000102	ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBO DA SERRA DOS MULATOS - ARQSM	Cariri	Jardim
4	3	1231733000108	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA SERRA BOA VISTA	Cariri	Jardim
5	6	41338435000128	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO HORIZONTE	Cariri	Jardim
6	7	6126612000101	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA SERRA BOCA	Cariri	Jardim
7	30	1440594000114	ASSOCIAÇÃO DA FAMÍLIA SERRA BREJINHO	Cariri	Jardim
8	148	51345431000120	COLÔNIA Z-80	Cariri	Jati
9	145	8703718000156	COLÔNIA Z-60	Cariri	Juazeiro do Norte
10	1	19491606000103	ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DOS QUILOMBOLAS DE SOUSA	Cariri	Porteiras
11	5	28639492000189	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO VALE DO BURITI	Cariri	Santana do Cariri
12	13	7163839000190	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SÍTIO CONCEIÇÃO DOS VICENTES	Centro Sul	Iguatu
13	11	8496826000103	COLÔNIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS Z-52	Centro Sul	Jucás
14	146	8435779000180	COLÔNIA DE PESCADORES E AGRICULTURA	Centro Sul	Quixelô
15	147	13778283000149	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E ARTESÃOS DE QUIXELÔ	Centro Sul	Quixelô
16	153	15191632000157	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E MARISQUEIROS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE	Grande Fortaleza	Aquiraz
17	25	13306350000122	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA COMUNIDADE IZABEL FRANCISCA DE OLIVEIRA (CANTO JANDAIA)	Grande Fortaleza	Caucaia
18	155	7794225000106	ACITA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDÍGENA DOS TAPEBAS	Grande Fortaleza	Caucaia
19	20	7967268000146	COLÔNIA DE PESCADORES 8-8	Grande Fortaleza	Fortaleza
20	21	3312962000174	SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE PESCADORES DA COSTA OESTE- SCHPPCO	Grande Fortaleza	Fortaleza
21	143	7610998000195	ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DO ALTO ALEGRE E ADJACÊNCIA	Grande Fortaleza	Horizonte

22	154	539258000160	COLÔNIA DE PESCADORES ARTESANAIS DE ITAITINGA Z-26	Grande Fortaleza	Itaitinga
23	24	1085641000159	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EZEQUIEL VIANA DA COSTA - SÃO PEDRO	Grande Fortaleza	Paracuru
24	17	1472115000141	ASSOC. COM. DOS MORADORES DE ÁGUA BOA DOS BAEL	Grande Fortaleza	Trairi
25	27	904724000160	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE CANABRAVA	Grande Fortaleza	Trairi
26	28	6958862000108	COLÔNIA DE PESCADORES DO TRAIRI Z-4	Grande Fortaleza	Trairi
27	29	11478623000190	ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL CULTURAL DO MUNDAÚ - AACM	Grande Fortaleza	Trairi
28	41	19783900000180	ASSOCIAÇÃO SERROTE DO CABREIRO E ADJACÊNCIAS	Litoral Leste	Aracati
29	43	7685548000161	COLÔNIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS E AQUICULTORES Z-12 DE ARACATI	Litoral Leste	Aracati
30	44	10790613000123	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES, MARISQUEIROS, BARRAQUEIROS E ARTESÃS	Litoral Leste	Aracati
31	39	11339556000123	ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE DOS MORADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE E ADJACÊNCIAS	Litoral Leste	Beberibe
32	42	35004977000161	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE	Litoral Leste	Beberibe
33	40	35050855000101	COLÔNIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS E AGRICULTORES Z-21 DE FORTIM	Litoral Leste	Fortim
34	38	29846208000108	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS, TRABALHADORES DE PESCA	Litoral Leste	Jaguaruana
35	50	22633928000146	ASSOCIAÇÃO DOS PESC. E MARIS. CULTIV. DE ALGAS MARINHAS DA PRAIA DA VOLTA DO RIO	Litoral Norte	Acaraú
36	53	5921728000170	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MARISQUEIRA E PESCADORES DE CURRAL VELHO	Litoral Norte	Acaraú
37	149	1186262000155	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRIC. E PESC. M. CARMÉLIA DE SOUSA DA LAGOA DA VOLTA	Litoral Norte	Acaraú
38	57	23478480000104	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA LAGOA DO MATO	Litoral Norte	Barroquinha
39	52	9469338000161	SINDICATO DOS PESC. E PROF. ARTESANAIS DE ÁGUAS DOCES E SALGADAS DE CAMOCIM	Litoral Norte	Camocim
40	51	4938032000193	COLÔNIA Z-30 DE JIJOCA DE JERICOACOARA	Litoral Norte	Jijoca de Jericoacoara
41	56	7578349000154	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DAS MULHERES DE CURRALINHO	Litoral Norte	Morrinhos
42	150	773458000183	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL BELA VISTA	Litoral Norte	Morrinhos
43	59	2464925000119	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TORRÕES	Litoral Norte	Uruoca
44	46	23728298000156	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO DISTRITO MOITAS AMONTADA	Litoral Oeste/Vale do Curu	Amontada
45	64	3506954000169	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE MARRECAS 02	Litoral Oeste/Vale do Curu	Amontada
46	77	94198000110	COLÔNIA DE PESCADORES PROFISS. ARTES Z-18 AMONTADA	Litoral Oeste/Vale do Curu	Amontada

47	80	4794655000130	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS ASS. UNIDOS DO VEDOIA	Litoral Oeste/Vale do Curu	Amontada
48	76	5240981000168	COLÔNIA DE PESCADORES Z-03	Litoral Oeste/Vale do Curu	Itapipoca
49	65	2306248000100	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO CACIMBAS	Litoral Oeste/Vale do Curu	Miraíma
50	67	2298158000115	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO VIDA NOVA ARAGÃO	Litoral Oeste/Vale do Curu	Miraíma
51	70	10293309000170	COPESMI - COLÔNIA DE PESCADORES Z-69 DE MIRAÍMA	Litoral Oeste/Vale do Curu	Miraíma
52	75	7761753000169	COLÔNIA Z-48	Litoral Oeste/Vale do Curu	Umirim
53	94	45565676000160	COLÔNIA DE PESCADORES Z-81 DE ARACOIABA	Maciço de Baturité	Aracoiaba
54	91	13092368000179	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO OITICICA	Maciço de Baturité	Baturité
55	93	43588831000139	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E APICULTORES ARTESANAIS - APPACPA	Maciço de Baturité	Capistrano
56	92	8217882000153	COLÔNIA DE PESCADORES Z-51 DE ITAPIÚNA	Maciço de Baturité	Itapiúna
57	98	30980409000182	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES (AS) AGROECOLÓGICOS/ APA/BUDEGA DO POVO	Serra da Ibiapa	Viçosa do Ceará
58	97	47720070000188	ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS ARTESÃO DE SÃO BENEDITO	Serra da Ibiapaba	São Benedito
59	99	16913506000121	ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO	Serra da Ibiapaba	São Benedito
60	101	5371083000149	COLÔNIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS Z-14	Sertão Central	Banabuiú
61	141	4973781000151	ASSOCIAÇÃO DO AÇUDE GENIPAPO 2	Sertão Central	Deputado Irapuan Pinheiro
62	106	8061373000184	ASSOCIAÇÃO COLETIVA DO ASSENTAMENTO LÊNIN PAZ II	Sertão Central	Ibaretama
63	100	7785131000170	COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z-46	Sertão Central	Solonópole
64	108	1632445000157	ASSOCIAÇÃO VIDA NOVA TRANSVAL	Sertão de Canindé	Canindé
65	111	7995628000113	ASSOCIAÇÃO COLETIVA DO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA	Sertão de Canindé	Canindé
66	113	26619914000129	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS ASSENTADOS FÉ NA LUTA	Sertão de Canindé	Canindé
67	151	1172344000140	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA	Sertão de Canindé	Canindé
68	103	24963889000170	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA ILHA DO CIPÓ E ADJACÊNCIAS	Sertão de Sobral	Pires Ferreira
69	104	29400383000177	ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE VICENTE G. DE OLIVEIRA DOS AGRIC. E PESC. DE SANTA TEREZA	Sertão de Sobral	Pires Ferreira
70	117	40722949000110	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE CROATA DOS RODRIGUES	Sertão de Sobral	Pires Ferreira
71	114	2907473000100	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES 29 DE MAIO DE SANTA RITA	Sertão de Sobral	Santana do Acaraú
72	142	2572452000173	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA QUILOMBOLA JARDIM	Sertão de Sobral	Sobral

73	127	36647910000108	ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS E ASSENTADAS DO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES	Sertão dos Crateús	Ararendá
74	126	11655968000172	ASSOCIAÇÃO DA UNIDADE PRODUTORA DA FAZENDA NOVILHO	Sertão dos Crateús	Crateús
75	132	8538151000100	ASSOCIAÇÃO DAS PESCADORAS E DOS PESCADORES ARTESANAIS DE TAMBORIL	Sertão dos Crateús	Crateús
76	118	36289876000147	ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA ALDEIA CAJUEIRO - AICA	Sertão dos Crateús	Poranga
77	123	14004140000142	COLÔNIA Z-75 DE SANTA QUITÉRIA	Sertão dos Crateús	Santa Quitéria
78	124	20901673000120	ASSOCIAÇÃO DAS PESCADORAS E DOS PESCADORES ARTESANAIS DE TAMBORIL	Sertão dos Crateús	Tamboril
79	133	7507153000179	COLÔNIA DE PESCADORES Z-43 DO MUNICÍPIO DE TAUÁ	Sertão dos Inhamuns	Aiuaba
80	135	8388221000190	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES DO ARNEIROZ ARNEPEIXE	Sertão dos Inhamuns	Arneiroz
81	134	1825415000167	ASSOCIAÇÃO DO BEM-ESTAR DE TODOS DA LOCALIDADE BESOURO	Sertão dos Inhamuns	Quiterianópolis
82	138	2026464000100	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE SÃO JOSÉ	Vale do Jaguaribe	Iracema
83	139	17907810000129	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGROVILA SÃO JOSÉ	Vale do Jaguaribe	Iracema



INSTITUTO
VEREDAS DA
CIDADANIA





SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ